

CICLO DE ESTUDO: Programa Doutoral em Estudos Africanos
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO:

Guilherme Dantas Leitor de Sterne
Olavo Bilac Cardoso

D

2018



Olavo Bilac Cardoso

Guilherme Dantas Leitor de Sterne

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos, orientada pelo Professor
Doutor Francisco Topa
e coorientada pelo Professor Doutor Nuno Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

Guilherme Dantas Leitor de Sterne

Olavo Bilac Cardoso

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos, orientada pelo Professor

Doutor Francisco Topa

e coorientada pelo Professor Doutor Nuno Ribeiro

Membros do Júri

Presidente:

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Vogais:

Professor Doutor José Luís Pires Laranjeira

Professora Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Carver Gale

Professor Doutor José Maciel Honrado Morais Santos

Professora Doutora Maria de Lurdes Sampaio

Professor Doutor Francisco Soares

Ao meu pai, pelo incentivo

Sumário

Declaração de honra.....	9
Agradecimentos	10
Resumo.....	12
Abstract	14
Introdução.....	16
CAPÍTULO 1- Contextualização histórico-geográfica	20
1.1. Situação geográfica, povoamento e contingências da terra.....	20
1.1.1. A economia do arquipélago.....	24
1.1.2. Os primórdios da educação em Cabo Verde	25
1.1.3. O papel da Igreja na educação formal nas Ilhas	26
1.1.4. As iniciativas privadas	31
1.1.5. As associações recreativas	32
1.1.6. Síntese geral das principais características da educação colonial.....	33
1.1.7. A introdução do prelo	35
1.2. A ilha Brava, centro político e cultural no século XIX.....	36
1.3. Síntese.....	40
CAPÍTULO 2 – Guilherme Dantas.....	45
1. Guilherme Dantas: o homem	45
2. O Portugal de Guilherme Dantas	54
2.1. O Portugal da época.....	54
2.1.1. A Escola Real de Mafra	59
2.1.2. A Lisboa de Dantas.....	66
2.1.2.1. O Passeio Público	69
2.1.2.2. O Café Ultramarino e o <i>Pauvre Diable</i>	72
2.1.2.3. Os negros na Lisboa de Dantas.....	77
2.1.2.4. O <i>Diário de Notícias</i>	81
2.1.2.5. As ruas e os espaços públicos de Dantas.....	85
2.1.3. A Ericeira e as idas à praia.....	86
3. O romantismo como movimento literário.....	90
3. A obra de Guilherme Dantas	105

3.1. O fundador da ficção cabo-verdiana?	110
3.2. Marcas protonacionalistas ou melancolia romântica?	112
3.3. O Universalismo de Dantas e os estudos pós-coloniais.....	113
4. Síntese	116
CAPÍTULO 3 – Laurence Sterne.....	118
1.1. O autor e a sua obra	118
1.2. O contexto sociocultural e político do Reino Unido de Sterne	120
1.3. Uma construção da sua época e uma crítica ao romance	126
1.4. O universalismo literário de Laurence Sterne	133
1.5. Sterne no Romantismo europeu	137
1.6. A entrada de Sterne em Cabo Verde.....	143
1.7. As influências e relações intertextuais entre <i>Tristram Shandy</i> e as <i>Memórias dum Pobre Rapaz</i>	147
1.8. Um contributo para os Estudos Literários.....	182
Considerações finais	185
Referências bibliográficas	190

Declaração de honra

Declaro que esta presente tese é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 20 de Setembro de 2018]

[Olavo Bilac Cardoso]

Agradecimentos

Não teria sido possível concretizar este trabalho sem o acompanhamento profissional e rigoroso do Prof. Doutor Francisco Topa, para quem vai o meu sincero agradecimento.

Expresso também a minha gratidão ao Prof. Doutor Nuno Pinto Ribeiro, pelas indicações valiosas de pistas de pesquisa relacionadas com a literatura e cultura inglesas e pela leitura cuidada dos meus textos.

Agradeço com o mesmo grau de reconhecimento e apreço:

À Prof.^a Doutora Isabel Caldeira, por ter oferecido simpática e amavelmente auxílio, quando o doutoramento ia no seu início e precisava de elaborar um projeto de tese.

A todos os meus colegas do doutoramento, por terem partilhado comigo as suas experiências e pela troca de opiniões, que foram muito importantes para ter conseguido ultrapassar cada etapa com sucesso, e ainda pela amizade demonstrada. Um agradecimento especial à Dr.^a Cristina Pacheco, por ter estado presente nos momentos menos fáceis, apoiando-me com sugestões muito pertinentes.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo apoio financeiro disponibilizado através do Programa Ciência Global.

À Prof.^a Doutora Elvira Mea, pelo apoio moral, por estar sempre disponível quando mais precisei do seu conselho científico e na busca de solução para problemas do quotidiano académico, tornando possível este doutoramento, muito importante para a minha carreira e que é fonte de uma satisfação pessoal incomensurável.

Ao Prof. Doutor Carlos Pimenta, que nos momentos cruciais me ajudou a tomar as decisões mais difíceis que nortearam as minhas escolhas em relação à progressão da parte curricular do doutoramento.

Ao Prof. Doutor Maciel Santos, que, com a sua presença amiga constante, tudo fez para que a estada no Porto fosse frutuosa.

De um modo geral, a todos os professores do doutoramento, que muito contribuíram para o meu enriquecimento científico, através de uma salutar partilha.

Aos amigos que cordialmente puseram à minha disposição obras literárias e culturais várias, que de outra forma não conseguia adquirir: Dr. Björn Wengren, Prof. Maciel Santos, Dr.^a Maísa Lins, Dr. Ivan Silva.

Aos amigos Rui Novais e Daniel Brito agradeço o apoio oportuno e dedicação na leitura atenta do rascunho desta tese.

Aos amigos do Porto e Coimbra que estiveram sempre presentes oferecendo um ombro amigo: Fernando Moreira e família, Pedro Monteiro Cardoso e Dr. Aloíso Leão e esposa.

À Suleila Lima e à minha família, por terem estado ao meu lado, nos momentos de risos e angústias, que um trabalho desta natureza, por vezes, provoca.

Ao Balduíno Neves, que me socorreu várias vezes, amenizando a ansiedade causada pelos caprichos das novas tecnologias de informação.

A todos o meu profundo agradecimento.

Resumo

Esta tese de doutoramento pretende demonstrar que Guilherme Dantas foi leitor atento, maduro e perspicaz de Laurence Sterne. Para isso, procede-se à análise comparativa dos processos retórico-estilísticos e estruturais encontrados de dois romances, *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, do século XVIII e *Memórias dum Pobre Rapaz*, do século XIX.

Em primeiro lugar, descrevemos o contexto geográfico, sociocultural, económico e político do Cabo Verde que viu nascer Guilherme Dantas, com particular enfoque nas transformações culturais, ao nível da educação e ascensão social da população.

Seguidamente, após a descrição da biografia de Dantas e da sua bibliografia, abordaremos a evolução histórica do Romantismo europeu, as suas principais motivações enquanto movimento cultural e político e as principais marcas da sua estética literária. Realçaremos o papel de autores como Alfred Musset, Alphonse de Lamartine e Victor Hugo, da parte francesa; Almeida Garrett e Camilo Castelo Branco, românticos portugueses, com referências notáveis no romance cabo-verdiano. Concentrar-nos-emos no Ultrarromantismo português, destacando Soares de Passos, talvez o autor português que mais influências deixou na poesia de Dantas.

Concluiremos com a apresentação de Laurence Sterne e dos seus trabalhos mais importantes. Construiremos o contexto económico, sociocultural e tecnológico de seu tempo, avaliando o impacto que teve na produção e distribuição da literatura e na liberalização das mentalidades, seguindo as suas ramificações no continente europeu. Demonstraremos como Sterne soube aproveitar a nova realidade e inovou escolhendo o romance digressivo, para escrever sobre temas do quotidiano, próximo do estilo de Daniel Defoe, Henry Fielding e Jonathan Swift. Prosseguimos com outros elementos, nomeadamente o diálogo entre narrador-escritor e leitor e a retórica da sedução, implicando a defesa da liberdade de imaginação e de interpretação, a ironia romântica, o conhecimento omnisciente das personagens e a descrição, e o contar de histórias intercaladas. Consideraremos o estilo de escrita espontânea, o posicionamento adverso à linearidade, que analisaremos contextualizadamente, salientando os pontos de contacto e de afastamento. Neste contexto, prestaremos a devida atenção às relações intertextuais e dialógicas estabelecidas entre os dois romances.

Palavras-chave: Guilherme Dantas, Laurence Sterne, literatura cabo-verdiana, literatura inglesa, literatura comparada.

Abstract

This doctoral thesis aims to demonstrate that Guilherme Dantas was an attentive, mature, and insightful reader of Laurence Sterne through a comparative analysis of the rhetorical-stylistic processes found in the following two novels: *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, from the 18th century, and *Memórias dum Pobre Rapaz*, from the nineteenth century, written by the referred authors, respectively.

In the first place, we present the geographical, socio-cultural, economic and political context of the land that saw Guilherme Dantas' birth focusing on cultural transformations, education and social advancement of the population.

Consecutively, and after describing Dantas' biography and his bibliography, we will approach the historical evolution of European Romanticism, its main motivations as a cultural and political movement. We will also refer to the main marks of the literary aesthetics that define it as a school which has prepared an aesthetic ideal, a code and civic stance, conquering several followers, in different times and cultural origins. The role of authors such as Alfred Musset, Alphonse de Lamartine and Victor Hugo, from the French side; Almeida Garrett and Camilo Castelo Branco, Portuguese romantic with notable references in the Cape Verdean novel will be highlighted. Portuguese Ultra-Romanticism will be emphasized, making prominent Soares de Passos, perhaps the Portuguese author who has mostly influenced Dantas' poetry.

We will conclude with the presentation of Laurence Sterne and his most important works. The economic, sociocultural and technological contexts of his time will be shown, evaluating the impact they had on the production and distribution of literature, as well as the liberalization of the mentalities and participation of women writers, following their ramifications in the European continent. It will be demonstrated that Sterne knew how to take advantage of the new reality and innovated by choosing the digressive novel to write about everyday themes, close to the style of Daniel Defoe, Henry Fielding and Jonathan Swift. We will continue with other elements namely the dialogue between narrator-writer and reader and the rhetoric of seduction, implying the defense of freedom of imagination and interpretation; romantic irony; the omniscient knowledge of the characters, and the description; the interleaved story telling. We will consider the spontaneous writing style, the adverse positioning towards linearity, which we will contextually analyze, highlighting the points of contact and divergence. In this context we

will pay due attention to the intertextual and dialogical relations established between the two novels.

Keywords: Guilherme Dantas, Laurence Sterne, literatura cabo-verdiana, literatura inglesa, comparative literature.

Introdução

*Estes poetas são meus. De todo o orgulho,
de toda a precisão se incorporam
ao fatal meu lado esquerdo. Furto a Vinícius
sua mais límpida elegia. Bebo em Murilo.
Que Neruda me dê sua gravata chamejante.
Me perco em Apollinaire, Adeus Maiakovsk.*

Carlos Drummond de Andrade

Iniciámos este estudo intitulado *Guilherme Dantas Leitor de Sterne* com a imprescindível releitura de *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, de Laurence Sterne, e de *Memórias dum Pobre Rapaz*, de Guilherme da Cunha Dantas, que estudaremos numa perspectiva comparatista. Como veremos, além das influências de Sterne, as influências do segundo romantismo francês e português são extremamente importantes e acompanham *pari passu* a narrativa tipicamente sterniana encontrada em Dantas. Troçamos mais vezes nos artefactos literários ingleses, mas quando o sentimentalismo romântico hiperbolizado se faz sentir, ele atinge uma profundidade inconfundível.

Esta investigação tem como objetivo geral demonstrar que Guilherme Dantas foi leitor de Laurence Sterne, tarefa que só fica cabalmente alcançada quando forem encontrados os pontos de contacto entre os textos de ambos os autores e especificado o modo como essas características são reveladas no texto em língua portuguesa, formulando desta maneira os objetivos específicos do trabalho que nos propusemos fazer. A primeira característica observável é o uso frequente da aposiopese, imediatamente seguida da retórica digressiva. À medida que avançamos na leitura das *Memórias*, mais vezes nos deparamos com Laurence Sterne, na sua intromissão no texto, por intermédio da ironia romântica e da retórica da sedução, a escrita espontânea, transgressora das normas cronológicas tradicionais da narrativa, as reflexões filosóficas, a citação e evocação de autores clássicos greco-latinos, a liberdade e capacidade de imaginação. Outro motivo que comprova o contacto é o do fatídico nariz sterniano, causador de vários motivos de diversão e tristeza no romance. O romance merecerá a nossa atenção porque tendo sido um género com pouca aceitação, do ponto de vista histórico, social e educativo, no século XVIII, é recuperado e encontra em Sterne quem o tornasse ainda mais transgressor, vindo, em finais do século XVIII e meados do século XIX, a satisfazer o gosto dos românticos europeus.

Não antes de dar por concluída a exploração das relações do texto com o autor e com os fenómenos socioculturais que envolvem os estudos literários, tentaremos compreender quando e como se deu a entrada das obras do autor irlandês em Cabo Verde, e em que circunstância Dantas leu *Tristram Shandy*. Não nos dávamos por satisfeitos se não reavaliássemos o papel de Guilherme Dantas no contexto da literatura cabo-verdiana e o contributo que este estudo poderá dar para os estudos literários comparados.

Esta pesquisa encontra-se fundamentada nas teorias sobre as influências que um autor pode ter sobre outro seu sucessor, de Harold Bloom (1973); na mesma linha, é reforçada com as noções teóricas da literatura comparada de Aguiar e Silva (1990). Este último autor guiar-nos-á para os trabalhos de Mikhail Bakhtin sobre o conceito e implicações intertextuais de dialogismo e de Julia Kristeva acerca da intertextualidade; de Claus Clüver, cuja teoria favorece o diálogo entre a influência e a intertextualidade, com o argumento de que a influência passa a fazer parte da intertextualidade. A questão das diferenças culturais e linguísticas na literatura comparada é explicada por Helena Carvalhão Buescu (2001), pondo tónica não só nas diferenças, mas também nas semelhanças existentes entre autores e textos, chamando depois a atenção para o papel crítico do investigador sobre a sua prática, durante a atividade comparatista. Aguiar e Silva (1973) reafirma a importância do processo de enriquecimento do encontro de autores de mais do que uma literatura nacional, dentro dos estudos da literatura comparada. Machado (2001) concentra a sua atenção na cultura do investigador, que neste na sua atividade influencia o processo do dialogismo de forma desigual, valorizando-o, mas também na seleção dos *corpora literários* e na articulação entre eles, numa articulação binária.

Guilherme Dantas sofreu também influência do Romantismo, facto que nos obrigou a abordar, de forma sucinta, questões relacionadas com o interesse pela história do romantismo, seus cultores mais renomados e características essenciais da corrente literária, com especial atenção para o Ultrarromantismo. Apoiamo-nos em investigadores como Lowi (1997), Catrorga (1992), Coelho (1965), Lopes (1997), Peyre (1986), França (1974), para os aspetos históricos; Candido (2001), D' Angelo (1998), Nuno (1993), Rosenfeld (1993) e Ferraz (1997), para o pensamento, motivações socioculturais, políticas românticas e marcas estilísticas intrínsecas.

A estética do Romantismo chegou a Cabo Verde, tendo tocado muitos escritores do século XIX e XX, razão pela qual o estudo de Alberto Carvalho (2005), mereceu a nossa especial atenção, para melhor compreendermos o fenómeno da sua receção e culto. O Romantismo europeu adotou o romance digressivo, para servir os temas românticos, segundo Moisés (1997), e Guilherme Dantas destaca-se por ter feito o mesmo. Aproveita também outros recursos românticos, já oriundos de Sterne, que encontram fundamentação teórica nos trabalhos de Moisés (1997), que reflete acerca das características da digressão. Buescu (1997), Ferraz (1997) contex-

tualizam e descrevem a ironia romântica, realçando o papel textual dos vários tipos de leitores e a relação que mantêm com o narrador e com o narratário. Iser (1996) especifica a relação entre narrador e leitor implícito, de modo a concluir que é imaginada e se materializa na estrutura do texto. Moisés (1992) e Peyre (1986) enumeram e explicam os efeitos da aposiopese, Barguillet (1981) fornece o quadro teórico que nos permite analisar as intervenções do autor, que são feitas de modo direto, indireto e semidirecto, quando o protagonista revela ser a consciência do autor.

Outro ponto de contacto extremamente importante que carece de um suporte teórico consistente é o humor sterniano. Aproveitamos um estudo mais antigo de Holland (1956), que, além de definir o conceito originário do século XVIII de sentimento, identifica um dualismo permanente entre a tristeza e a alegria, enquanto jogo. Falaremos também de dois autores mais recentes, Azevedo (1996), que apelida o recurso de sério-cómico, enquanto resultado da reação humana, apontando um defeito físico ou intelectual, com o objetivo de fazer rir, e finalmente Rouanet (2007), que prefere chamar-lhe riso e melancolia. Rouanet define esse riso como sendo um remédio para todos os males físicos e morais.

No decorrer desta análise comparatista, comentaremos as referências intertextuais diretas e indiretas a Sterne na narrativa do autor cabo-verdiano, a partir de excertos selecionados nos romances dos dois autores, procurando sempre pôr a tónica nas influências exercidas sobre Guilherme Dantas.

O nosso trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro versará sobre aspectos geográficos, históricos, culturais e religiosos, numa perspectiva introdutória e contextual, que nos permitirá compreender os problemas do arquipélago na época em que viveu Guilherme da Cunha Dantas (1849-1888).

No segundo capítulo, ficamos a conhecer a biografia e bibliografia do autor cabo-verdiano, tendo em consideração a sua educação, com especial atenção para a Escola de Mafra, onde a partir dos onze anos de idade passa a ser um dos alunos africanos que preencheram as quotas a eles destinados, segundo a política institucionalizada pelo seu fundador, Vitorino João Carlos Dantas Pereira. Debruçar-nos-emos paralelamente sobre a formação literária de Guilherme Dantas com o propósito de apurar os elementos dos ensinamentos adquiridos na Escola de Mafra e os ambientes socioculturais em que se envolveu durante a sua estada em Portugal. Do mesmo modo procederemos em relação a Cabo Verde, especialmente na sua ilha natal, a Brava, que, nessa época, foi um verdadeiro centro cultural no arquipélago. Debruçar-mos-emos, em seguida, sobre o Romantismo enquanto movimento histórico e corrente literária. Continuamos referindo-nos à sua introdução em Portugal e ao contacto que Guilherme Dantas teve com o Ultrarromantismo, uma vez que se encontrava a estudar na metrópole, mas também porque

dominou o panorama literário cabo-verdiano, que não tinha tido ainda nenhuma estética consolidada (Carvalho, 2005).

O terceiro capítulo versará sobre o material recolhido que nos vai permitir, mais tarde, analisar os pontos de encontro entre Guilherme da Cunha Dantas e Laurence Sterne, autor que ele leu, na nossa opinião, com dedicada atenção e cuja referência surge nas *Memórias de Um Pobre Rapaz* com marcas literárias constantes. Não podemos deixar de fazer referência à importância que o autor tem na literatura cabo-verdiana e ao facto de ter sido tão injustamente deixado para um segundo plano, ou negligenciado por estudiosos no século XX e ter sido apenas agora resgatado. A sua relação literária com autores europeus e a magnitude de suas obras leva-nos à conclusão de estarmos perante um dos nomes mais importantes, ou senão o mais importante, da literatura cabo-verdiana do século XIX, do ponto de vista dos estudos literários, reunindo uma variedade de géneros, tais como a prosa romanesca, a poesia e artigos de jornais. Este conjunto de fatores conjugados revela uma maturidade literária de Guilherme Dantas impar na literatura cabo-verdiana de seu tempo, cujo resultado se pode observar no novo programa de escrita que apresentou para o romance, que se constrói na presença do leitor, angariando para si e para a sua obra o mérito de originalidade e sublimidade.

CAPÍTULO 1- Contextualização histórico-geográfica

Somos os flagelados do Lento-Leste!

*Morremos e ressuscitamos todos os anos
Para desespero dos que nos impedem a caminhada
Teimosamente continuamos de pé
Num desafio aos deuses e aos homens*

Nós somos os flagelados do Vento-Leste!

Ovídio Martins

1.1. Situação geográfica, povoamento e contingências da terra

O arquipélago de Cabo Verde está situado a 620 Km da costa africana, a oeste do Senegal, entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte, e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste; a 2980 Km de Portugal e a 5500 Km do Estado de Massachusetts, no Estados Unidos da América do Norte. Trata-se de uma posição estrategicamente privilegiada, na encruzilhada de três continentes, Europa, África e América. Situado no oceano Atlântico, servia como antecâmara comercial da Europa na África, do Mediterrâneo ao Cabo Fim, por onde passavam as especiarias vindas da Índia; e a América para onde eram comercializados escravos (1609-1865) (Amaral, 1964).

O arquipélago é composto por dez ilhas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica, que formam dois grupos distintos consoante a posição dos ventos alísios do nordeste: o do Barlavento, que reúne as ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista e Santa Luzia; o do Sotavento, que reúne as ilhas de Santiago, Fogo, Brava e Maio.

O clima é tropical seco, com duas estações: a seca e a húmida (ou “das águas”, como é tradicionalmente designada pela população). A pluviosidade é irregular e escassa, condicionada pela passagem do vento seco e quente do deserto do Sahara e pelo facto de situar-se na zona de

oscilação dos anticiclones subtropicais, aumentando a aridez e provocando secas prolongadas, com consequências terríveis para a produção agropecuária e para todo o equilíbrio ecológico. Ao contrário dos ventos alísios, que desde o século XV facilitaram a navegação das naus e caravelas em direção ao ocidente, rumo ao continente americano, o harmatão é responsável por um grande número de consequências nefastas para o ecossistema das ilhas.

O povoamento das ilhas, foi iniciado por portugueses com escravos trazidos da costa africana, mas também com africanos livres e comerciantes. Ao contrário do que se possa pensar,

no povoamento das ilhas não houve apenas escravos; também existiam negros livres como os banhuns, cassangas e brames, que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, os mercenários e os capitães de navios; muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns iam a Santiago para serem cristianizados (Andrade, 1996: 42).

A diversidade de povos que ocuparam as ilhas, a distância que separa o arquipélago da metrópole, bem como as dificuldades de comunicação próprias da época contribuíram para que o processo de miscigenação tivesse começado cedo e atingisse enorme proporção. Isso levou a que o país se tivesse tornado num dos mais miscigenados do mundo, segundo Jorge Rocha, investigador do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, que no seu trabalho de investigação *A Diversidade Genética de Cabo Verde*, desenvolvido com a cooperação da Universidade de Cabo Verde e apresentado ao público num ciclo de conferências, no Palácio Sotto Mayor, em maio do 2010, concluiu que a amálgama de populações que estiveram no povoamento das ilhas contribuiu para que o quadro genérico cabo-verdiano tenha “57 por cento dos genes de origem africana e 43 por cento de origem europeia, muito mais do que até em certas zonas do Brasil” (*Ciência Hoje*, 2012: 1).

Composto por dez ilhas, uma das quais desabitada, o arquipélago tem uma superfície total de 4033 Km². A maior ilha é a de Santiago, cuja cidade, Praia, é a capital; a segunda mais desenvolvida é a de São Vicente, cuja cidade, Mindelo, fundada em 1879, foi responsável, com o seu Porto Grande, pela prosperidade das ilhas por cem anos, a partir de 1850. As outras tiveram sempre uma atividade de produção rural, principalmente Santo Antão, Fogo, Boa Vista e São Nicolau, mas sobretudo Santiago. As restantes, nomeadamente as de povoamento tardio, são ilhas áridas, para as quais foram levados mestiços e escravos livres provenientes das outras ilhas. O encontro de culturas dos vários grupos étnicos que estiveram na sua formação levou à diluição das características de cada grupo. O resultado deste encontro de povos e culturas é uma população socioculturalmente coesa, “embora estruturalmente híbrida” (Filho, 2003: 121).

Segundo Carreira (2000: 313), a língua cabo-verdiana¹ teria surgido no próprio arquipélago no século XVI, menos de cinquenta anos após o início do povoamento. Esta hipótese tem sido contestada por outros pesquisadores, que acreditam ter o crioulo de Cabo Verde nascido ainda no continente africano, só então seguindo para o arquipélago na rota do tráfico negro (Rougé, 1986: 2). Seja como for, ela foi um elemento de coesão desses tempos remotos e constituiu uma ameaça à língua do colonizador que tinha de ser combatida.

Com o tempo, a “evolução miscigénica apresenta graus diversos” (Rougé, 1986: 29), pondo em relevo fisionomias peculiares. As causas que favoreceram essa rápida miscigenação foram várias, a começar pelas relações sexuais “livres”, independentemente da origem, da função ou cargo que o homem ocupava, mesmo no caso dos colonos que se faziam acompanhar de suas esposas ou dos missionários destacados nestas ilhas que tinham uma amante ou concubina, quase sempre escrava, serva, forra ou mulher livre.

A organização social acabou por adquirir aspetos particulares herdados dessa interação cultural. Em Cabo Verde, à medida que o reinol rareava e perdia poder económico, devido às secas sucessivas e à emigração, o poder passava para o “branco da terra”; as camadas “inferiores” da sociedade ascendiam, conquistando posição de relevo na sociedade. A “miscigenação e interpenetração consolidam os aspetos psicossociais da transculturação, a partir da adaptação de normas e valores dos povos que lhe deram origem, e que se encontram disseminados e praticamente uniformizados no arquipélago” (Rougé, 1986: 34).

A posição geográfica do arquipélago nunca foi favorável a grandes pluviosidades; como dissemos, elas “estão sujeitas, periodicamente, a estiagens mais ou menos prolongadas que têm causado mortandades catastróficas, em virtude da falta de géneros de subsistência e de recursos suficientes para os adquirir” (Carreira, 1984: 14).

Durante cerca de 200 anos, entre 1773 e 1975, o povo cabo-verdiano sofreu frequentes fomes, uma tragédia silenciosa que vitimou entre 15% e 35% da população por cada ciclo.

No século XIX, o arquipélago foi sujeito a três grandes crises alimentícias, as de 1809-1811, 1824-1826 e 1894-1900. No século XX, elas continuaram a martirizar o povo das ilhas por mais seis vezes: 1901-1904, somando 14.486 mortos; 1911-1915; 1916-1918; 1921-1922;

¹ Preferimos esta designação por se tratar da língua da nação cabo-verdiana e pela dignificação da mesma. A designação é possível graças ao facto de se tratar de um sistema linguístico uno, não obstante as variações dialetais.

1923-1924; 1940-1948, tendo sido o ano de 1947 o mais devastador da história recente do arquipélago. Neste último ciclo, o número de mortos foi de 50 mil, 24.463 dos quais entre 1941 e 1943.

Apesar das nem sempre favoráveis condições climáticas, as estatísticas demográficas indicam que a população cresceu nos últimos 200 anos. Passou de 89.310 habitantes, em 1864, para 147.424 no final do século XIX, número que pouco se alterou até à metade do século passado, devido à fome e à emigração, segundo o mesmo trabalho de Carreira.

É de realçar que, apesar das condições climáticas resultantes da posição geográfica do Arquipélago na zona do Sahel, o que justifica naturalmente as secas sucessivas, devemos ter em conta que a história nos ensinou também que

as secas possuem tanto maior virulência crítica quando a elas se adicionam conjunturas comerciais externas depressivas. A conjunção da dinâmica crítica endógena (despoletada pela seca), com a exógena (diminuição dos fluxos comerciais com o exterior) lança a economia do Arquipélago em depressões profundas. Quando tal não se verifica o impacto de cada uma das crises, agrícola ou comercial, desde que ocorrida isoladamente, pode ser atenuado, quando não mesmo compensado, pela transferência de fatores para outro sector. Assim, face a anos agrícolas perdidos, a sociedade, quando os fluxos comerciais com o exterior funcionam em pleno, pode lançar mão de mecanismos de compensação. (Correia e Silva, 2000: 42-43).

Este confluir de pessoas resulta na troca de mercadorias e bens, o que permitiu à população das ilhas amealhar o suficiente para que nos momentos das crises cíclicas subsistisse, com exceção dos períodos de grandes crises mundiais em que a recessão paralisou todo o comércio transatlântico, como aconteceu na grande recessão e nas guerras mundiais.

Paralelamente às vidas humanas, perdiam-se também muitas cabeças de gado caprino, bovino e equídeos empregados na atividade agrícola. Os animais eram igualmente vendidos aos navios estrangeiros que aportavam nas ilhas. É disto testemunho o relato da fome de 1809-1811, na exposição dirigida ao rei a 24 de agosto de 1811, na qual as pessoas da Boavista pediam auxílio para fazer frente à situação de crise com que se debatiam desde 1809 e “protestam contra os direitos lançados sobre os mantimentos e animais vendidos a navios estrangeiros, na base de 24%, quando esses direitos para os navios nacionais e ingleses eram fixados em 15%”².

Todas essas crises debilitaram muito a população e deixaram arruinada a já débil vida económica, como registaram os documentos: “no Sotavento o movimento comercial é nulo,

² *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, junho de 1933, n.º 96, II Série, p. 19.

existiam acumulados para exportação cerca de 20 toneladas de ossos de animais mortos, na maior parte por falta de pastos”³.

1.1.1. A economia do arquipélago

A dimensão das ilhas e os poucos recursos naturais aliados à aridez intrínseca não permitiram mais do que umas infraestruturas débeis e de tipo semi-industrial ao longo de 400 anos. As ilhas foram utilizadas como “uma espécie de laboratório experimental, onde se procurava conhecer a adaptação de animais e plantas provenientes de novas terras, ainda antes da sua introdução na Europa e no sentido inverso” (Filho, 2003: 171). As primeiras produções foram de açúcar de cana sacarina e aguardente; desenvolveu-se também o artesanato têxtil a partir do algodão, lã de carneiro e anil de apanha local e panaria, produtos com elevado valor económico na época, mas que ao fim de três séculos foram decaindo, passando a uma produção familiar, sem grande valor.

Os produtos de exportação relevantes para o comércio, tais como o açúcar e o “pano-de-terra” foram desaparecendo por força da indústria americana, que havia conquistado o mercado internacional e vai absorver mão-de-obra cabo-verdiana nos finais do século XIX, tal como a europeia. Ambas ofereciam melhor qualidade e preços mais baratos.

Como vimos anteriormente, outra causa do desaparecimento de certos produtos dependentes da matéria-prima de origem agrícola foi a alteração das condições climáticas e a erosão dos solos. Foram rareando para o comércio externo a purgueira, a urzela, o café, o coral, o rícino, o sal, o peixe fresco em conserva ou em salmoura, moluscos e crustáceos (sobretudo lagosta), a banana, a polaina e a água para fornecimento dos navios.

A urzela e o algodão são de exportação antiga: a urzela desde 1468, oito anos após a descoberta das ilhas, dando importante rendimento à coroa e arrendatários, pequenos comerciantes do interior e à população em geral. O algodão já era colhido por genoveses dois anos depois de as ilhas terem sido descobertas. Nelas foram avistados alguns indivíduos a recolher o produto que era enviado para a Europa.

³ *Boletim Oficial*, 14 (1904).

1.1.2. Os primórdios da educação em Cabo Verde

Em Cabo Verde a educação de adultos começa cedo, logo quando se deu o povoamento das ilhas no século XV. Escravos africanos, oriundos de várias etnias africanas, foram trazidos para trabalhar nas plantações rurais, na criação do gado caprino, na extração do sal e na panaria.

A fixação de colonos europeus foi sempre muito difícil devida à insalubridade do clima, à distância a que se situava do reino e à escassez de géneros alimentícios. D. Afonso V fez tentativas várias de povoamento com colonos vindos do reino, mas sem sucesso:

muito presado e amado irmão nos enviou dizer como haverá quatro annos que elle começara povoar a sua ilha de Santiago que é atravéz do Cabo Verde e que por ser tão alongada de nossos reynos a gente não quer a ella ir viver senão com mui grandes liberdades e franqueza sua. E que conhecendo elle os grandes proveitos que d'ella viriam a nós e a ella sendo povoada como elle queria no que havia grande vontade de gastar muito do seu por a fazer vir à perfeição, e como com a afuda de Deus elle esperava nos pediu que nos prouvese lhe outhorgamos para elles algumas liberdades. E visto nós seu pedir havendo consideração sobre elle querendo que d'isto a nós se nos seguia assim muito serviço. E por fazermos com elle graça e mercê ao dito meu irmão temos por bem e ordenamos lhe dar, estas liberdades que ao diante seguem. (Barcellos, 2003: 34)

E assim foram concedidos alguns privilégios aos reinóis para que se fixassem em Santiago e posteriormente nas outras ilhas, entre os quais os de poderem ser capitães donatários e de poderem resgatar os bens da coroa na Guiné, com isenção do pagamento de dízimos. Foi sobretudo o “privilégio de resgate de escravos” (Pereira, 2005: 37), que atraiu o maior número de colonos para o arquipélago. Embora estando sempre em menor número, o grupo étnico europeu veio a constituir o superstrato sociocultural e linguístico nas ilhas.

Este encontro de povos e culturas e esta situação de relação entre dominadores e dominados terá consequências dos dois lados. Os escravos são submetidos a um processo de aculturação, que, segundo o historiador cabo-verdiano, Daniel Pereira, “não é nem mais nem menos do que uma aculturação forçada, com o objetivo de tornar o escravo mais dócil perante o seu senhor e, portanto, produzir mais e melhor, o que, naturalmente, valoriza o produto (o escravo)” (2005: 205). O mesmo investigador reforça dizendo “que não há melhor maneira de explorar um determinado substrato humano dominado do que ‘integrá-lo’ nos padrões culturais do dominador” (2005: 205). A língua e cultura do senhor são também afetadas por este contacto, recebendo empréstimos lexicais, e ao longo de séculos, certas idiosincrasias dos outros povos, que passarão a fazer parte do seu temperamento, sem que dele esteja consciente.

Assim, a partir do século XVI a monarquia e a igreja estiveram preocupados em cristianizar e ensinar alguns rudimentos da língua portuguesa aos africanos, para que a comunicação fosse possível com os seus futuros donos. Nenhum registo nos aponta para a criação de qualquer escola ou indica que um grupo específico de indivíduos tivesse organizado um plano curricular, com o objetivo de ensinar a língua ou a cultura. Apenas em 1533, quando foi criado o primeiro convento, como veremos, é que essa realidade se efetiva. Até então, como observou Daniel Pereira, o tempo gasto no “batismo, catequização, a ladinização, a transformação do escravo boçal em ladino (‘culto’), é o tempo da imobilização do capital investido” (2005: 207), daí que fossem feitos à pressa, muitas vezes ainda a bordo dos navios negreiros, tendo como fundamento primeiro o lucro. Era, por conseguinte, um ensino informal e que defendia apenas o interesse do senhor escravocrata. Foram precisos três séculos para que esta situação se invertesse.

1.1.3. O papel da Igreja na educação formal nas Ilhas

A presença da igreja católica no arquipélago data dos anos do povoamento e com o passar do tempo foi-se enraizando na cultura local. A comunidade cristã cabo-verdiana nasceu em volta de pessoas que professavam a mesma fé, inspiradas pelo ideal da primeira comunidade cristã de Jerusalém.

O historiador Padre António Brásio (1973: 157), C.S.Sp., afirmou sobre a Evangelização de Cabo Verde que

(...) sofreu inevitavelmente as consequências insuperáveis da precariedade do elemento étnico, dificuldades acrescidas ainda de outras de primordial importância: a dispersão das ilhas, privadas de meios normais, intensos e regulares de comunicação mútua, a carência de missionários em número e qualidade, quer da terra, quer vindos da metrópole. Esta crise pode dizer-se endémica, desde o descobrimento até hoje.

A capacidade evangelizadora pertenceu, desde o início, à Ordem de Cristo. Em 7 de junho de 1454, doava D. Afonso “toda (a) espiritual administração e jurisdição”, do mesmo modo que esta a tinha em Tomar, cabeça da mesma cavalaria, sobre todas as praias, costas, terras e ilhas, conquistadas ou a conquistar no futuro, com a expressa obrigação de mandar “prover aqueles povos que conquistados forem, de pregadores e reitores que lhes ministrem os eclesiásticos sacramentos” (Brásio, 1973: 157).

Nicolau V, pela bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, outorgou quanto lhe fora suplicado por D. Afonso V e D. Henrique, concedendo-lhes perpetuamente a posse material dos portos, terras, ilhas e mares já havidas e a conquistar, desde os Cabos Bojadores, com expresso poder de legislar, impor tributos e penas, edificar mosteiros e igrejas, reduzir os infiéis a perpétuo cativo, “outorgando o privilégio de padroado espiritual, de que fala a carta afonsina de 7 de Junho de 1454” (Brásio, 1973: 16).

Pouco se sabe sobre a evangelização quatrocentista das ilhas. No entanto, Frei Fernando da Soledade e Jorge Cardoso apontam para a presença de franciscanos, naturais da Catalunha e residentes no convento de S. Bernardino da Atouguia, que para aqui vieram com os colonos de 1462, os genoveses Noli. À medida que as ilhas foram sendo povoadas, a assistência religiosa, embora quase sempre precária, foi acompanhando o povoamento. Em 1508 estava já construída, na Ribeira Grande, a igreja do Espírito Santo. Em julho de 1526, procedia-se à construção da capela-mor da igreja de N. Senhora na vila da praia de Santa Maria. D. João III, em 1532, julgou ser possível fundar-se a Diocese de Cabo Verde e mandou o seu embaixador a Roma negociar com o Papa. Entre 1533 e 1705 fizeram-se a construção da Diocese de Cabo Verde e constituiu-se o elenco dos Bispos de Cabo Verde. Francisco Ferreira da Silva (1899) descreve do seguinte modo a finalidade e o estado da diocese:

Para ensinar o grosso da população que ia sendo trazida da Guiné, que mais vinha receber salvação do que cativo, foram mandados alguns religiosos franciscanos, religiosos da província do Algarve e a tal ponto foi crescendo o número de cristãos, que o tempo de D. João III foram as ilhas de Cabo Verde elevadas a Bispado que se creava no Ultramar compreendido dentro de 350 leguas na terra firme, contados desde o rio das Palmas e rio de Santo André.

O primeiro bispo nomeado para Cabo Verde, foi D. Fr. Braz Neto recomendado a por Clemente VII, que como o seu sucessor não chegou a ir à diocese (...), tem a diocese vaga de bispo durante 150 anos.

Foi com o primeiro bispo D. Fr. Francisco da Cruz que em 12 de Janeiro de 1570 que foi creado o Seminário. (como citado em Brásio, 1973: 157)

Em 12 de janeiro de 1570 era decretada a fundação do Seminário diocesano, mas só o Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, em abril de 1783, deu início a este Seminário e Residência Episcopal na Ribeira Grande, ilha de Santiago.

A 25 de dezembro de 1652, o Pe. António Vieira, ao visitar a ilha de Santiago, a caminho do Brasil, escreveu uma carta ao seu superior de Lisboa, dando-lhe conta da tão esmerada obra feita pelos seus irmãos e que havia encontrado

muitos tesouros espirituais, que aqui estão escondidos e desprezados. (...) São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus. Têm grande juízo e habilidade e toda a política que cabe em gente sem fé e sem muitas riquezas, que vem a ser o que ensina a Natureza.

Aqui há clérigos e cónegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais.

(...) Eu me arranco daqui com grande inveja e dor... (como citado em Ferreira, 1977: 25)

A instrução pública em Cabo Verde passou a ser pensada de maneira diferente a partir de 1740. Até então o ensino estava concentrado nas mãos dos padres e cabia à igreja formar futuros párocos. A preocupação passou a ser formar a população em geral, levando a instrução básica a todos.

Regra geral nunca foi fácil em Cabo Verde garantir o ensino primário contínuo, que por falta de professores ou de financiamento acabava sempre por ser interrompido. Os padres, como revela João Lopes Filho (1996), foram impedidos de lecionar a fim de poderem dedicar-se exclusivamente ao sacerdócio.

Apesar das dificuldades, muitas foram as tentativas para se nomear um “mestre de leitura, escrita, e latim para o ensino do povo e a abertura de um internato para a instrução de ‘creoulas’”. Esforços foram feitos ainda em 1773 no sentido de serem abertas “escolas públicas” dirigidas por “professores vindos do Reino”, para adolescentes e crianças. (Pereira, 2010: 64)

No final do século XVIII, mais concretamente em 1794, foram enviados jovens a Lisboa, onde deveriam adquirir conhecimentos nas “Artes e Ciências”, que ensinariam quando voltassem às ilhas. No mesmo período de tempo já se ensinava “Teologia e Moral” e Gramática Latina, em São Nicolau.

De acordo com o mesmo estudo, a primeira escola de instrução primária foi oficialmente instaurada na vila da Praia, em 1817; porém, funcionou por pouco tempo, pelas mesmas razões de sempre. O arquipélago não tinha um sistema de ensino primário organizado.

Em 1844, dada a triste situação em que se encontrava a educação dos jovens no arquipélago, D. Frei João Henriques Moniz redigiu um relatório sobre o ensino, frisando que

entendia-se ser necessário estabelecer-se um systema geral e normal de ensino primário, creando-se escolas em todas as ilhas, o maior número possível, tendo em atenção a po-

pulação e localidades, com mestres inteligentes e bem pagos, para os estimular a prestar serviço com zelo. (...) o estabelecimento de um seminário estava indicado na ilha Brava, pela solubilidade do seu clima, pela abundância de géneros alimentícios, e de águas potáveis e por ter um bom porto; nele se deveriam leccionar as disciplinas eclesiásticas com as civis (Senna Barcelos, 2003: 309)

Por cerca de 180 anos o ensino formal eclesiástico não funcionou sem que a marca do Seminário diocesano se desvanecesse, até que, em 1750, mesmo mergulhado numa crise financeira profunda, Portugal deu início ao ensino “gratuito e oficial”.

Em 1817, é inaugurada a primeira escola primária na cidade da Praia, que passa à categoria de escola principal em 1845. O ensino é reformado e é dividido em dois graus, sendo que o primeiro seria ministrado em escolas elementares e o segundo em escolas principais. “Foi um autêntico fracasso; em cinco anos, nenhum aluno completou o curso” (Moniz, 2007: 8).

Nos anos 60 do século XIX foram criadas duas grandes escolas para o Arquipélago, o liceu Nacional de Cabo Verde, na cidade da Praia, em 1860⁴, e o Seminário de São Nicolau, em 1866. Pela importância que este estabelecimento de ensino teve, dedicar-lhe-emos umas linhas mais à frente, para melhor compreendermos o seu peso no desenvolvimento tanto do homem das ilhas como do Império português nessa época.

Havia cerca de 50 escolas primárias em 1890 para um universo de 400 alunos, tendo-se atingido no final da década 73 escolas para 3000 alunos, segundo dados recolhidos da Direcção-Geral do Ultramar, *Anuário Estatístico dos Domínios Ultramarinos Portuguezes (1899-1900)*. Chegámos ao início do século XX com mais investimento em escolas e mais alunos inscritos, como nunca antes visto no Arquipélago. Mais uma vez a distância dos grandes centros administrativos, financeiros e culturais a que se encontravam as ilhas limitou o desenvolvimento das políticas educativas, traduzindo-se em “carência de professores qualificados, à irregularidade de frequência dos alunos, a dificuldades no acesso às escolas devido ao afastamento das povoações dos centros escolares e a inexistência de serviços de inspecção” (Moniz, 2007: 8).

O século XX começa com uma modificação substancial, seguindo, como sempre, as diretrizes saídas das deliberações tomadas para as políticas educativas para a metrópole. Nesse sentido ensaia-se pela primeira vez em Cabo Verde o ensino profissional, em 1906, nas vésperas da implantação da República.

⁴ Portaria n.º 313-A, de 15 de dezembro, ao abrigo do decreto-lei de 14 de agosto de 1845.

Com a República os ideais passam a ser outros. A educação vem assumir importância suprema, dado que para os republicanos “o homem vale sobretudo pela educação que possui”, como faziam questão de afirmar. As reformas levadas a cabo no ensino são profundas: foi criado o ensino infantil para crianças dos 4 aos 7 anos; o ensino primário passa a ser obrigatório e gratuito para crianças dos 7 aos 10 anos; e muitas outras medidas que não chegaram a Cabo Verde, num esforço dos governos para alfabetizar os portugueses. Este desígnio nacional foi aplaudido pelos ilhéus, que vão travar verdadeiras batalhas em prol da educação para a colónia. Ficaram por isso célebres nomes como o Senador Vera Cruz⁵ e Adriano Duarte Silva, senador e deputado por Cabo Verde respetivamente, durante a primeira República e o Estado Novo.

A liberdade de expressão herdada do liberalismo e só perdida mais tarde com o Estado Novo, permitiu debates sobre os mais variados temas e uma grande proliferação de jornais, almanaques, revistas, associações recreativas e culturais, bibliotecas, gabinetes de leitura e organização de conferências⁶ na colónia. A partir deste momento histórico o ensino laicizou-se, dando origem à separação e a conflitos entre o Estado e a Igreja, por cerca de dez anos. Em 1917, a lei n.º 701, de 3 de junho, põe fim à que foi uma das maiores e mais importantes instituições de ensino em Cabo Verde, responsável pela primeira geração de pensadores, professores, políticos, que vão formar e influenciar a geração seguinte. Vários seriam os nomes que aqui poderíamos citar, mas preferimos ir buscar apenas dois, Pedro Monteiro Cardoso (1883-1942) autor do primeiro *Folclore Caboverdeano* (1933) e Baltasar Lopes da Silva (1907-1989) autor do primeiro romance tipicamente cabo-verdiano, *Chiquinho* (1947).

Como vimos, as décadas de 30 e 40 foram muito marcadas pelas crises alimentícias, causadas por sucessivos anos sem chover no Arquipélago, o que foi sempre um problema endémico da colónia. Desde finais do século XIX, a atividade rural vinha a “ressentir-se de forma acentuada da excessiva utilização dos solos e das consequências do desaparecimento de grande parte da vegetação natural, agravadas por repetidas secas” e a única verdadeira indústria existente em Cabo Verde entra também em crise, resultado da perda de importância do Porto Grande do Mindelo “como apoio à navegação” (Moniz, 2007: 8). Os efeitos desta crise foram ainda agravados pelo impacto da grande recessão, que afetou assalariados, trabalhadores rurais e velha

⁵ Em relação ao Senador Vera Cruz, diz-se que, contrariando todos os argumentos contra a implantação de um Liceu em Cabo Verde, se levantou e ofereceu a sua própria casa para albergar o Liceu de Cabo Verde.

⁶ Entre outras, ficaram célebres as que tiveram lugar no teatro Virgínia Vitorino, na cidade da Praia, Santiago.

aristocracia latifundiária. Assistiu-se, em consequência, a uma emigração em massa para várias paragens da Europa, especialmente Portugal, e para a África lusófona, Brasil e, sobretudo, Estados Unidos da América. Muito dessa emigração, de pessoas maioritariamente analfabetas, era clandestina.

Desde 1917, o Congresso dos Estados Unidos da América começou a exigir que os imigrantes fizessem um teste de alfabetização para entrar no país, o que levou a que barcos cheios de emigrantes cabo-verdianos fossem repatriados, causando grande embaraço a Portugal, como testemunha o debate havido no Senado da República portuguesa, na legislatura 2, sessão 2, número 69, registado em ata de 22/06/1917, p. 8:

O Sr. Vera Cruz: — Peço a palavra para um assunto urgente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Senador Vera Cruz pediu a palavra para um negócio urgente. O negócio urgente diz respeito à chegada de navios à América com emigrantes, que não puderam desembarcar.

A Câmara manifesta-se favoravelmente.

O Sr. Vera Cruz: — Sr. Presidente: há tempos fui informado de Cabo Verde de que tinham dali partido alguns navios com emigrantes para a América do Norte.

Depois desses navios partirem, chegou ali a notícia de que o Governo Americano tinha proibido a entrada de emigrantes na América.

Ora acontece que os navios vão chegando à América e o Governo não consente que esses emigrantes desembarquem.

Compreendem V. Ex.^{as} muito bem os graves transtornos que esse facto pode causar, fazendo voltar para Cabo Verde os emigrantes que estão a chegar lá.

O problema agudizou-se com o aumento das restrições à imigração de analfabetos e indocumentados, tendo durado até 1945.

1.1.4. As iniciativas privadas

As iniciativas privadas foram tão importantes como as instituições formais de ensino em Cabo Verde. São promovidas pelas mesmas pessoas que sempre se bateram para que houvesse uma política de instrução pública, mobilizando a sociedade cabo-verdiana da época, através da formação de sociedades culturais voltadas para o ensino. A sua atuação vem desde o século XIX, com homens como Fileno António de Lima, na Ribeira Grande, ou Manuel Joaquim Fonseca, natural de Santo Antão, que, segundo Nobre de Oliveira (1998: 56), “ministrou gratuitamente o ensino elementar de leitura, escrita e contas a cerca de 100 crianças”. Nas outras ilhas o mesmo foi feito por militantes da causa da instrução pública, alguns dos quais professores e proprietários. Graças à perseverança desses indivíduos se publicou a portaria n.º 126 de

29/03/1889, que tinha o objetivo de “estimular o interesse e aproveitar o zelo dos particulares em circunstâncias de poderem ensinar as primeiras letras e as quatro operações de aritmética, em lugares muito distanciados das escolas oficiais donde não é possível frequentá-las”⁷ (Oliveira, 1989: 56).

A juntar a esses nomes há ainda o da senhora Macaulay, que na ilha da Boa Vista, na localidade de Rabil, “abrirá uma escola para a educação das meninas”. O próprio governador Bastos dá-nos conta dessa ação benemérita ao agradecer à família Macaulay. Ela funcionou pelo menos durante 35 anos, quando foi transferida para a vila de Sal-Rei. No mesmo *Boletim Oficial* pode ler-se que foi também aberta uma escola para adultos⁸, em regime noturno, que infelizmente, em 1873, se encontrava abandonada⁹.

Esse esforço coletivo produziu resultados políticos importantes, embora não tenha sido suficientemente forte para evitar que a taxa de analfabetismo ultrapassasse os 70%, no arquipélago, pese embora a sua igual expressividade na metrópole.

1.1.5. As associações recreativas

Carlos Lopes Pereira, referindo-se às associações recreativas e culturais cabo-verdianas no seu artigo ‘A Voz de Cabo Verde’, publicado em *África – Literatura, Arte e Cultura*, diz que nas “designações das coletividades referidas, abundam as palavras ‘igualdade’ e ‘fraternidade’, que iriam, com a ‘liberdade’, constituir, na linha da revolução francesa, a divisa das repúblicas portuguesas”¹⁰ (Pereira, 1986: 29).

Esse movimento associativo cultural, recreativo e político com forte peso no desenvolvimento cultural das ilhas e da abertura da mentalidade dos cabo-verdianos vai ser levado para a diáspora, com a fundação a 19 de março de 1916, nos EUA, de um Grémio Social Cabo-Verdiano de que era sócio Carolino Lopes da Silva (Oliveira, 1998: 101).

⁷ *Boletim Oficial*, n.º 23, de 10/06/1911.

⁸ *Boletim Oficial*, n.º 85, de 1844.

⁹ *Boletim Oficial*, n.º 10, de 1873.

¹⁰ PEREIRA, Carlos Lopes (1986). A voz de Cabo Verde. *África – Literatura, Artes e Cultura*. Lisboa. IX, 14 (ago.-set.), pp. 27-44.

O caráter cultural, recreativo e político foi reconhecido por investigadores dessas associações, como Félix Monteiro ou Gabriel Mariano. O primeiro escreveu o seguinte:

(...) leitores, que igualmente procuravam inteirar-se da situação política, nacional e internacional, através dos periódicos que passaram a ser recebidos regularmente em Cabo Verde, destacando-se as coleções facultadas aos sócios pelos gabinetes de leitura que entretanto se foram criando em quase todas as ilhas do arquipélago. Assim é que o número de jornais entrados através dos Correios em pouco tempo atingiu a casa dos vinte mil por ano.

Por volta de 1860, quando o escritor português Travassos Valdez passou pela ilha de Santiago em viagem de estudo, ele teve a oportunidade de visitar um desses gabinetes de leitura onde – diz ele – ‘os habitantes das ilhas e os viajantes podem passar algumas horas agradáveis quer em jogos lícitos, quer na leitura de jornais políticos e literários’ (Monteiro, 1992: 17).

E Gabriel Mariano, na sua investigação sobre esses clubes, escreveu que:

é possível, que essas organizações, na sua maior parte sociedades de recreio intelectual, tivessem sido grupos limitado aos brancos. Aliás, só a leitura dos respectivos estatutos poderá esclarecer sobre a sua actividade, as condições de admissão de sócios e as suas repercussões sobre as restantes classes. Todavia, não custa admitir que, dado o reduzido número de habitantes e a pequenez dos meios cabo-verdianos, a actividade ou pelo menos o exemplo dessas associações se tivesse repercutido de algum modo em outras camadas sociais. Como não custa admitir que das associações fizesse parte um ou outro mulato filho de funcionário régio ou de comerciante rico. Pelas mesmas razões por que o padre António Vieira encontrou cónegos negros no século XVII, podemos aceitar a participação de mulatos em associações recreativas e culturais do século XIX¹¹ (Mariano, 1991: 57-58).

Não é também difícil imaginar esses centros como um meio de propagação de ideais políticos, frequentados por maçons, principalmente do período pós-*ultimatum* inglês, em 1890.

1.1.6. Síntese geral das principais características da educação colonial

Poderíamos resumir do seguinte modo os pontos fundamentais que enformam a tipologia da educação formal levada a cabo nas colónias e as consequências que provocou na população. Foi uma educação que assumiu o papel de “agência de desestruturação de culturas e consequente subjugação de povos”, que teve como linhas orientadoras a “imposição de valores, hábitos, costumes lusitanos e o aproveitamento dos logros educacionais para a dominação e espoliação de povos africanos” (Moniz, 2007: 3). Nos liceus era ensinado: Latim, Filosofia Racional e

¹¹ MARIANO, Gabriel (1991). *Cultura caboverdeana: ensaios*. Lisboa: Vega.

Moral, Teologia, Francês e Inglês, Desenho e Matemática, acompanhando sempre as necessidades educativas metropolitanas, desajustadas das realidades africanas. As doutrinas religiosas, embora periodicamente contestadas, fizeram-se impor até aos últimos dias do colonialismo.

Regra geral, todas essas escolas funcionaram mal, com falta de professores e de financiamento e “em clara evidência do desencontro ou descompasso entre culturas europeias em projeção e ancestrais culturas africanas” (Moniz, 2007: 8), até se extinguirem muitas delas. Durante uma boa parte do período de separação entre o Estado e a Igreja, o ensino em Cabo Verde ficou em completo abandono.

Para os cabo-verdianos a emigração foi sempre um desígnio, em busca de dias melhores e pela vontade de desvendar o que estava escondido para além da linha do horizonte, características comuns aos ilhéus, impulsionados pela pequenez do espaço em que habitam. Posteriormente, o contacto com culturas tecnologicamente mais avançadas aumentou a demanda pela emigração, principalmente para os Estados Unidos da América. Nesse país, encontraram também razões político-ideológicas para nele quererem permanecer. Desde finais do século XVIII, aventuraram-se a bordo das baleeiras americanas a caminho do Novo Mundo, livremente e quase sempre por meios próprios. Porém, o Congresso americano, de 1917 a 1945, levantou barreiras à entrada de iletrados e indocumentados, o que veio criar um problema aos homens do povo, como ao governo central, como dissemos acima. Em consequência dessas medidas, aumentou o ensino doméstico ou privado, tal como a luta por mais escolas. Muitas pessoas ficaram conhecidas no Arquipélago como professores primários¹², sem o terem sido, quando na realidade foram apenas *ensinantes* de primeiras letras.

Nos anos 30 e 40 do século passado, com o surto dos movimentos anticolonialistas, o Estado investe em infraestruturas escolares de forma a esconder “a brutalidade das interferências nas formas tradicionais de vida dos povos dominados” (Moniz, 2007: 16). Após a segunda grande guerra, muitas foram as vozes que se levantaram contra as potências colonizadoras, vindas dos povos indígenas que tinham lutado ao lado das forças aliadas, desempenhando papel fundamental no combate ao nazismo, muitos deles negros, política e socialmente subjugados. Em resultado das “convulsões sociais e pressão internacional impuseram-se respostas às de-

¹² Foi o que aconteceu com o poeta Pedro Monteiro Cardoso, que, entre outros cargos, desempenhou as funções de funcionário aduaneiro e transmitiu uma educação informal a quem dela precisava e procurava. Oriundo da ilha do Fogo, de emigração vocacionada para a América do Norte, foi um dos defensores dessa emigração em detrimento de outros destinos, considerando que era a que mais dignificaria o cabo-verdiano.

mandas das populações ‘indígenas’, que ficaram evidentes na multiplicação das escolas que correspondessem às necessidades locais – educação ‘agrícola’, ‘moral’ e de ‘base’, a cargo das igrejas” (Azevedo, 1962: 52). Não obstante esses esforços, em Cabo Verde, até ao fim dos anos 50, o ensino destinava-se a um pequeno número de privilegiados das cidades e do campo (Le-sourd, 1995).

1.1.7. A introdução do prelo

A imprensa chegou a Cabo Verde em 1842, com a introdução do prelo. Porém, muito antes desse acontecimento histórico, os cabo-verdianos aproveitavam a imprensa de Portugal, Brasil e até da Índia, para publicarem as suas memórias, notas e cartas, “sob a forma de pequenos opúsculos, rondando as 50 páginas, em que procuravam defender-se de acusações ao mesmo tempo que atacavam os adversários políticos, que depois distribuíam pelo ‘público imparcial’” (Oliveira, 1988: 20) Esta prática continuou mesmo depois do nascimento da imprensa.

Esse facto acontece 482 anos depois da descoberta do arquipélago e 402 anos depois de a máquina ter sido inventada por Gutenberg. Com ela, a 24/08/1842, durante o governo de Francisco de Paula Bastos, foi impresso, na vila de Sal-Rei, na Boa Vista, o primeiro número do *Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde*.

A essa altura a vila era um centro economicamente desenvolvido, além de nela residirem algumas entidades política e economicamente importantes, como era o caso do Prefeito por Cabo Verde e conselheiro de governadores, Manuel António Martins:

A vila de Sal-Rei, com uma ponte de atracagem por onde escoam toneladas e toneladas de sal, a única existente em Cabo Verde até 1840, é, nesse momento, tão importante, com representações diplomáticas de uma dezena de países. É tão desenvolvida que, em 1834, o governo de Sua Majestade a Rainha D. Maria II, pensou seriamente em fazer dela a capital de Cabo Verde (Oliveira, 1998: 44).

Este acontecimento é duplamente importante para a nossa tese, uma vez que, além de marcar o momento que escolhemos para o seu início, por motivos que se prendem com a produção de textos no arquipélago pelos seus filhos, sobre temas da terra, reveladores de uma mundividência cabo-verdiana, e de uma idiossincrasia própria, permite-nos compreender em que circunstâncias se estavam a produzir os primeiros textos, por quem e para quem. Esse facto estabelece uma relação umbilical com toda a problemática do ensino que acabámos de descrever. Nobre de Oliveira, em *A Imprensa Cabo-verdiana*, afirma que a imprensa em Cabo Verde tem

lugar “só trinta e cinco anos depois da introdução do prelo” (Oliveira, 1998: 53). Talvez nessa altura já houvesse um núcleo de pessoas preparadas intelectualmente, do ponto de vista da análise política e da literatura, que fosse capaz de escrever textos interpretativos, reconstrutivos dos ambientes locais, afastando-se das descrições folclóricas dos *outsiders* em viagem por Cabo Verde. O despontar da educação foi decisivo para a emergência de uma classe de escribas e de leitores.

Portanto, “o público leitor cabo-verdiano, no último quartel do século XIX já existia, resultante do desenvolvimento da educação, da actividade das sociedades recreativas, das bibliotecas, etc.” (Oliveira, 1998: 115). A imprensa produzida em Cabo Verde, mesmo quando era feita por portugueses radicados temporariamente nas ilhas, era uma imprensa “de cabo-verdianos para cabo-verdianos e não uma imprensa de colonos portugueses como acontecia nas outras colónias” de Portugal (Oliveira, 1998: 116), com exceção da Índia e Macau. Os motivos estão ligados à incapacidade das ilhas para fixar os jornalistas, homens de letras que para aqui eram destacados, ou que por aqui acidentalmente passavam, devido “à pobreza da terra, os baixos salários, como observou Gabriel Mariano, afastavam-nos das ilhas” (Oliveira, 1998: 116).

1.2. A ilha Brava, centro político e cultural no século XIX

A ilha Brava “situa-se entre as latitudes de 14°, 48’ e 14°, 54’ N e as longitudes de 24°, 40’ e 24° e 24°, 46’, a Oeste do Meridiano de Greenwich”; mede “10, 5 Km de comprimento e largura máxima de 9, 31 Km, a sua superfície atinge 65 Km², o que faz dela a ilha mais pequena do arquipélago. A máxima altitude encontrámo-la no monte da Fontainha e fica a 976 m acima do nível do mar” (Ramos, 1994: 22). É de origem vulcânica, como as demais ilhas, sujeita a abalos sísmicos frequentes, devido à sua proximidade ao vulcão de Chã das Caldeiras, na ilha do Fogo sua vizinha. Os primeiros navegadores a aportarem na ilha “viram-na totalmente revestida de arvoredo e amiúde, como ainda hoje, por densa névoa” (Ramos, 1994: 22). Ao longo dos tempos essas árvores foram desaparecendo em resultado da ação do homem.

O seu povoamento começou a partir de 1680, devido a uma das crises de fome frequentes no arquipélago, com famílias do Fogo, que aí puderam sobreviver e com indivíduos oriundos do Algarve, da ilha da Madeira, da Europa e africanos escravizados. As marcas da presença dessa gente estão nas manifestações culturais como a

feita da Bandeira ou Pilão da Festa, uma tradição que veio da metrópole; em tal efeméride, no dia de S. João, 24 de Junho, e por ocasião das cavalhadas e dos ‘camisados’, a população canta as mornas, canções de amor e saudade, e fados de tradição portuguesa. Os ‘juntamons’ são histórias que passam de geração em geração, nas quais se recordam as horas difíceis do primeiro povoamento, quando os vizinhos desbravavam as terras (Ramos, 1994: 22-23).

No mesmo artigo Maria Teresa Ramos afirma que “na segunda metade do século XIX, entre os anos de 1867 a 1878” (1994: 23) a população da ilha era composta maioritariamente por nativos, europeus e um reduzido número de estrangeiros. Durante esse período a população passou de 5.874 para 8.158.

O ensino primário era oferecido repartidamente entre o governo e a Câmara Municipal e contava com 288 alunos do sexo masculino e 38 do sexo feminino, no ano letivo de 1878-1879, embora uma outra fonte citada por Ramos indique números diferentes (apontando para 75 alunos brancos, 243 mestiços e 8 negros, colocados em turmas separadas mediante o sexo). As aulas eram dadas em casas de particulares arrendadas pela Câmara, a alunos pobres, que uma vez terminada a primária, não podiam continuar os estudos. Muito raro era aquele que tinha quem o apoiasse; para fazer a secundária, teria de ser fora do arquipélago que, em 1880, só contava com a instrução primária. Mesmo assim, o número de escolas na ilha era insuficiente para o número de habitantes, apesar dos esforços feitos a partir de 1845, com a abertura da primeira escola, e nos anos seguintes à segunda metade do século XIX. Eram ensinadas regularmente as seguintes disciplinas: a leitura, a escrita, “o sistema métrico, a doutrina cristã, a coser, a marcar e a bordar, etc.” (Ramos, 1994: 28). Existiam duas igrejas na ilha nessa altura, a Católica Romana e a Evangélica, sendo que esta havia sido introduzida em 1879 por emigrantes regressados dos Estados Unidos da América, convivendo pacificamente com a ordem religiosa tradicional. É digno de nota que “no domínio da religião e da moral, também os habitantes da Brava figuravam entre os primeiros na colónia.” (Ramos, 1994: 30).

A partir de meados do século XIX, isto é, de 1845, até finais do século, a ilha Brava foi um importante centro cultural e político de Cabo Verde, graças ao seu clima ameno, muito próximo do clima europeu. Isso contribuiu para que muitos europeus em Cabo Verde, principalmente depois da epidemia da febre-amarela na Boavista, nela se refugassem. Mesmo os europeus residentes na Guiné, aquando de surtos de epidemias, aí encontravam também um ambiente saudável para se abrigarem, graças à sua natureza “muito húmida e fértil [, com] várias nas-

centes de águas minerais [que] Mostra[m] conter ferro e gases ácido-carbónicos. Usa-se para tratar dispepsias e hipertrofias do baço e do fígado” (Ramos, 1994: 22).

Era “a povoação mais saudável do arquipélago”, segundo Dantas (2007: 17), facto que fez com que fosse, nessa época, a ilha com maior número de população europeia. Governadores como José Miguel de Noronha – que “deixou a ilha da Boa Vista, acompanhado pela sua comitiva e Imprensa, por motivo de febre-amarela” (Vieira, 1989: 184) –, João de Fontes Pereira de Melo, Fortunato José Barreiros – fixaram lá residência e a partir da ilha governavam o arquipélago. A partir de 1851, “a ilha tornou-se a sede do governo de Cabo Verde, em virtude da insalubridade da cidade da Praia. Uma vez resolvidos os problemas de sanidade da capital, o governo voltou para a sede” (Ramos, 1994: 22).

O impacto político e sociocultural desse acontecimento é grande. Aí se mandou construir a primeira Escola Principal de Instrução Primária em Cabo Verde. O próprio bispado de Cabo Verde, através do bispo D. João Henriques Moniz, propôs a construção do Seminário-Liceu na ilha Brava, mas acabou por ser construído, vinte e dois anos depois na ilha de São Nicolau. A Brava deu a Cabo Verde, segundo Nobre de Oliveira, “oficiais do exército, médicos, magistrados, professores, padres, que brilham no governo da província e em outras terras do Império português” (Oliveira, 1998: 47). Na mais pequena ilha do arquipélago se deu uma grande concentração de população com um nível cultural elevado, cujas consequências são notórias. Tinham como passatempo a organização de “saraus, récitas e serões”, frequentados por grandes vultos da vida literária cabo-verdiana, tais como Guilherme Dantas, Sérvulo Medina, “o redator do Boletim Oficial”, Maria Luísa de Sena Barcelos, “uma das primeiras poetisas cabo-verdianas” e irmã do historiador Sena Barcelos, o jornalista e advogado, Luís Loff de Vasconcelos e o maior poeta cabo-verdiano, Eugénio Tavares, entre muitas outras figuras (Oliveira, 1998: 47).

Nobre de Oliveira, no seu trabalho *A História da Imprensa Cabo-verdiana*, afirma que a Brava, “devido à militância dessas pessoas”, se transformou “numa ilha republicana e antimonárquica”. Eugénio Tavares foi um dos partidários dessas ideologias, pagando por isso um preço elevado que o levou até ao exílio nos Estados Unidos da América.

O próprio poeta reconheceu o relevo que esses encontros culturais tiveram na sua vida, ao mesmo tempo que realçou a sua importância social: “Quem escreve estas linhas passou tardes de literatura, muito íntimas, na casa do Castelo, da família Arrobas, nesta vila, onde residiu

Serpa Pinto, lendo versos de sua pobre lavra ao ilustre governador e ao almirante Augusto de Castilho, então de passagem na ilha” (Tavares, 1969: 18). Nobre de Oliveira explica a relação familiar existente entre Tavares e a referida família, devida ao facto de os “Arrobas de Cabo Verde serem sobrinhos da mãe adotiva de Eugénio Tavares, Eugénia Vera-Cruz. Por assim dizer, Tavares era primo (ainda que adotivo) dos Arrobas, daí ele frequentar a casa do Castelo” (Oliveira, 1998: 48).

A economia da ilha provinha do comércio, da pequena indústria de transformação e das relações históricas que a ilha mantinha com os Estados Unidos da América, desde o tempo da pesca da baleia. A moeda americana circulava na ilha a par da portuguesa. Este facto contribuiu também para que a ilha, durante esse período, fosse uma das menos pobres do arquipélago. A partir da Brava partiam também indivíduos que procuravam a terra do tio Sam como uma oportunidade para melhorar de vida.

A Brava importava do estrangeiro: “petróleo, tabaco, telha, arroz, açúcar branco, chá, vinhos, farinha de trigo, bolacha, ferragens, cabos, brins, fazendas, algodões, cotins, chitas, zuartes, casimiras”, etc. Importava de Santiago: “açúcar, café, aguardente, folha de palmeira”, com a qual fabricava-se os famosos chapéus de palha, vendidos depois por todo o arquipélago, metrópole e América, nas comunidades cabo-verdianas; da ilha do Fogo: “café, lenha e outros géneros”; do Maio e do Sal: “o sal comum”. Da Brava saíam as seguintes mercadorias: “sementes da purgueira, milho e fava, gado bovino, suíno, manteiga, chapéus de palha, milho, feijão, fava e batata-doce” (Oliveira, 1998: 24-25). Eram também fabricadas na ilha “colchas de lã de várias cores” e era extraído a cal usada nas construções (Oliveira, 1998: 27).

Existiam na ilha “23 lojas de mercadorias a retalho, 35 tabernas, 1 depósito de mercadorias e outros objetos e 1 açougue” (Oliveira, 1998: 25). É curiosa a variedade de pesos e medidas utilizadas entre os comerciantes: a vara, o pé, a quarta, o galão, o frasco, a libra e a vara (do Canadá). Era já sinal do contacto estabelecido com povos de várias paragens. Encontravam-se na ilha indivíduos que se dedicavam às seguintes atividades profissionais: comerciantes, caixeiros, cirurgiões, procuradores, náuticos, alfaiates, calafates, calceteiros, ferreiros, padeiros, pedreiros, pescadores, pintores, tanoeiros, tecelões, funileiros, parteiras e sapateiros, de acordo com a mesma fonte (Oliveira, 1998: 27).

Para os anos de 1878-1879, o rendimento económico foi bom comparativamente com os anos anteriores, registando um aumento, o suficiente para fazer face às despesas da ilha, como

disse o administrador do Concelho, no seu relatório para este ano civil. Nesta ordem e de acordo com a autora do artigo citado, o rendimento anual foi de 5.171\$091 reis, somados os impostos diretos e diversos rendimentos, que foi de 1.691\$994, os impostos indiretos, na ordem dos 3.166\$679 e as receitas com aplicações espaciais de 312\$418 reis. A atividade comercial foi de longe a mais importante no território.

1.3. Síntese

Como informa Oliveira Marques na sua *Nova História da Expansão Portuguesa*, os meados do século XIX em Cabo Verde foram de particular interesse pelas transformações económicas, sociais e culturais que tiveram lugar. O arquipélago vivia, de tempos a tempos, e até ao século XIX, “uma situação de grande decadência e abandono”, motivada e agravada, primeiro pelo desentendimento das populações das primeiras ilhas povoadas, Santiago e Fogo, depois pelas invasões dos “piratas e inimigos”, pelas “crises de fome”.

Outro fenómeno que não pode ser esquecido e que teve influência na geografia humana de Cabo Verde foi a fuga de escravos e de “alguns brancos”, que originou um “tipo de povoamento disperso”, pelo interior da ilha de Santiago e que vai ser continuado pelas outras ilhas, dando origem a pequenas hortas de “produção de subsistência” (Marques, 1998: 279). Ao contrário do que acontece em Santiago, e neste caso o romance de Evaristo de Almeida, *O Escravo*, é elucidativo, a distinção de classe foi forte, principalmente se tomarmos em conta a família Pimentel em relação à população circundante. Muitos escravos fugiam para as outras ilhas, algumas ainda por povoar, onde o minifúndio vai ser a forma de organização dominante e onde a sociedade passou a ser constituída por gente de “pobreza muito igual”, sem a “diferenciação de classes” (Amaral, 1964: 197) antes verificada em Santiago.

Quando as estiagens não constituíam um problema de produção, outros fatores contribuíam para que a economia do arquipélago fosse deficitária e precária, tais como a “baixa produtividade do trabalho”, resultante dos dois sistemas de exploração da terra já mencionados: o minifúndio e o morgadio. O morgadio, de certa forma, foi vítima da recusa de jornaleiros livres de trabalharem para grandes proprietários e o uso de escravos – cujo “número vinha diminuindo sobretudo desde meados do século XVIII –, por sua vez, tornava cara a produção, uma vez que atingiam preços elevados, nessa altura. Este era o período em que o movimento abolicionista,

apoiado pela revolução liberal e pela força naval abolicionista inglesa no Atlântico, sobretudo após a assinatura dos tratados e o decreto de 1836, que poria fim ao tráfico, estendia os seus tentáculos a todos os interpostos desse comércio e Cabo Verde não foi exceção. Este trabalho, além de caro, era feito sem o uso de instrumentos agrícolas adequados. O minifúndio, pela dimensão reduzida, como o termo indica, produz pouco e aos outros fatores junta-se-lhe o problema dos “métodos primitivos de cultivo” (Marques, 1998: 173).

Toda a produção económica era de subsistência, “sem uma cultura de rendimento” para o pequeno mercado interno e “sem pressão da procura externa”, uma vez que as produções, na maioria das vezes, eram incipientes, mesmo para os produtos que vimos terem sido exportados, até ao limite máximo, como foram a urzela, a purgueira e o sal. Os produtores dedicavam-se à cana-de-açúcar “pelo interesse da aguardente” e dos produtos hortícolas “para as suas mesas” (Carreira, 1986: 14). Da mesma maneira a produção manufatureira ficou afetada porque não era possível haver aceder à matéria-prima, por falta de incentivo tanto do mercado interno como do mercado externo. Assim, os produtores não encontravam motivação para produzirem mais e melhor, acabando por fazer por curiosidade e sem regularidade e profissionalismo, já que não era para eles um modo de vida.

A sociedade estava constituída ainda por três grandes grupos neste período, marca da herança do passado, mas que se vai transformando lentamente com os acontecimentos que iam tendo lugar no arquipélago e internacionalmente, com aliás já vimos. São eles um grupo dominante, um grupo intermédio e os dos escravos, como nos testemunharam António Pusich (1810) e Carreira (1986), que vão sendo diluídos pela história até se transformarem num “grande grupo social intermediário que traduzia a lenta degradação do sistema escravagista”. Na realidade, em Cabo Verde, ‘brancos da terra’ e mestiços possuíam “quase todos os bens”. Na classe dominante entravam também os comerciantes, “militares graduados, o clero e parte do funcionalismo público que, paralelamente, se dedicavam ao comércio geral [na época compatível] com o exercício de cargos públicos”. A classe intermédia era composta por “sesmeiros, rendeiros e parceiros, profissionais de ofícios, e pequenos comerciantes”. Os escravos continuavam a dedicar-se ao trabalho agrícola e doméstico (Marques, 1998: 179).

Chega-se ao final do século XIX com um cenário social repartido entre os fazendeiros que já não conseguiam encontrar força de trabalho economicamente viável e são obrigados a fracionar as suas propriedades em parcelas que são rendadas, ou distribuídas em parcerias, com

um grande número de libertos, que eram agora pequenos proprietários. A estes juntaram-se “pequenos produtores independentes, pequenos comerciantes, profissionais de artes e ofícios e funcionários dos serviços públicos”. Uma autêntica revolução social tinha acontecido paulatinamente, modificando a sociedade cabo-verdiana, realidade talhada pela abolição do morgadio e da escravatura, que segundo Oliveira Marques, criou “condições institucionais, em cujo quadro se processou o desenvolvimento da sociedade crioula e a ascensão económica da classe intermédia” da população referida. Associado a esse processo de transformação esteve diretamente implicado o “novo sistema colonial [que] também acabou por criar novos espaços de crescimento e de afirmação da classe intermédia, sobretudo através do funcionalismo público e de serviços em geral” (1998: 205). O século XIX esculpiu assim a nova pirâmide social e económica de Cabo Verde.

A emigração começa a ganhar contornos importantes para a economia de Cabo Verde, contribuindo para uma transformação sociocultural que não tem como ser ignorada. A mais importante foi a emigração para a América do Norte, que segundo António Carreira (1993) se iniciou entre 1685 e 1700, a bordo dos baleeiros americanos que desempenhavam as suas atividades no Atlântico e aportavam nas ilhas da Brava e do Fogo, as mais frequentadas para o fornecimento dos navios, trocas comerciais e angariação de mão-de-obra. Embora se tenha iniciado cedo, é na segunda metade do século XIX que ganha proporções interessantes, motivadas pela permanência na América de alguns cabo-verdianos e por começar a atrair o interesse de familiares e amigos; terá um peso económico muito importante graças à remessa de divisas e com o retorno dos emigrantes contribuirá ainda mais para a evolução da sociedade, o que continua pelo século XX.

Houve, entretanto, outros fluxos migratórios, mas a que não dedicaremos muita atenção, por não terem sido tão importante e não estarem diretamente relacionados com o nosso estudo. Foi o caso da emigração para a Guiné, São Tomé e Príncipe e, mais tarde, para Dakar. Porém, há uma migração não menos importante que se verificou no século XIX, com contornos muito diferentes das migrações já vistas: foi a que se deu em direção à metrópole, com objetivos culturais. Para alguns, como foi o caso de Guilherme Dantas, ela não passou de um exílio, que o afastou de sua pátria. Foi, de facto, uma deslocação de estudantes para a metrópole, após concluírem a instrução primária, aonde receberiam uma formação liceal superior, junto de escolas régias e eclesiásticas com o objetivo de, quando retornassem às suas terras de origem, poderem

espalhar a palavra divina ou ensinar outros jovens. Uma dessas escolas foi a Escola Real de Mafra, onde estudou Guilherme Augusto da Cunha Dantas.

No tocante à educação e a sua relação com a igreja em Cabo Verde, vimos que é um processo que se iniciou muito cedo, no século XVI, com a cristianização e a ladinização, que teve como interesse maior o ensino de alguns rudimentos da língua portuguesa aos africanos que iam sendo trazidos para o arquipélago. Um século depois, era invejável a qualidade do trabalho levado a cabo pelos franciscanos, como nos deu conta o Pe. António Viera. Dois séculos mais tarde, apesar das dificuldades inerentes ao próprio território, foi entregue à igreja a responsabilidade de ensinar e preparar futuros párocos. Passou a ser preocupação a instrução básica para toda a população. É neste período que se deu início ao envio de jovens a Lisboa para aí se formarem nas “Artes e Ciência” para uma vez regressados a Cabo Verde, ensinarem aos mais novos. Em 1817, três séculos após o início da atividade educativa no arquipélago, foi inaugurada a primeira escola, na ilha de Santiago, na vila da Praia. O Liceu Seminário de São Nicolau abriu em 1866 e o número de escolas vai aumentando, tendo atingido o número de 73 escolas para um universo de 3000 alunos, em 1899.

O ensino privado, quase sempre gratuito e como forma de pressão política, teve um papel muito importante, como vimos. Ele fez chegar a instrução a áreas remotas, onde, de outra maneira não teria chegado tão cedo. Teve também o mérito de ter permitido às raparigas estudar, combatendo o analfabetismo, que era muito alto entre a população.

O movimento associativo cultural que tomou conta do arquipélago no século XIX despoletou o desenvolvimento cultural, contribuiu para a mudança da mentalidade, pondo em contacto pessoas de diferentes origens, discutindo temas literários e problemas políticos da época. Guilherme Dantas foi um dos frequentadores destes círculos culturais, como iremos ver mais à frente, quando tratarmos dos detalhes da sua bibliografia.

O desenvolvimento cultural, económico e humano, as transformações das mentalidades cívicas, político-administrativas do século XIX cabo-verdiano foram favoráveis ao aparecimento do prelo e ao nascimento de uma imprensa local. Do ponto de vista literário, ele veio aproximar os escritores dos leitores nas ilhas, assim como contribuiu para desenvolver hábitos de leitura e uma sistematização das publicações. Passou-se a abordar com maior regularidade temas de carácter nacional. A sua introdução na ilha da Boavista durou pouco tempo, dada a sua transferência – por causa da febre-amarela – para a “ilha jardim, Sintra de Cabo Verde”, local onde

Guilherme Augusto da Cunha Dantas também encontrará inspiração para a construção de um dos primeiros textos cabo-verdianos de ficção romântica.

CAPÍTULO 2 – Guilherme Dantas

Thousands of geniuses live and die undiscovered – either by themselves or by others.

Mark Twain

1. Guilherme Dantas: o homem

Guilherme Augusto da Cunha nasceu a 25 de junho de 1849, na localidade de Pé da Rocha, na ilha Brava, arquipélago de Cabo Verde, e veio a falecer no dia 24 de março de 1888. Teve uma curta vida, de 39 anos. Era filho de Isabel Maria da Conceição e de paternidade não definida, como nos informa o seu registo de matrícula na Escola Real de Mafra, em que o nome paterno ficou omissso, tal como era hábito fazer-se naquela época. No entanto, Arnaldo França (1986: 9) afirma que o autor é “filho do 1.º tenente de infantaria Vitorino João Carlos Dantas Pereira e de Isabel da Cunha”, uma dedução de Félix Monteiro, apresentada no artigo de 1984, a partir da dedicatória feita nos *Contos Singelos* (1867) ao seu “querido pai e mestre” e que destacamos:

A maior ambição que me dominava escrevendo-os, era poder um dia oferecer a minha modesta obrinha ao meu amado pai e mestre, e dedicá-la aos meus colegas estudantes, como um fruto das «santas inspirações da mocidade» de que fala um dos mais belos ornamentos da nossa literatura.

O gesto repete-se em outros trabalhos publicados posteriormente, como iremos ver no romance que nos propomos estudar, onde estas indicações são mais convincentes: é o caso da passagem em que declara que “ia falar da morte do nosso velho professor, meu pai...” (p. 157).

José Lopes (1862-1962), que teve o privilégio de conhecer Guilherme, descreveu-o como sendo um homem de “tez alourada, cabelos claros e anelado, olhos da cor de certos topázios, tristes e vagos” e que se fazia acompanhar da sua “inseparável luneta, o chapéu de côco, o fraque, a bengala de cerejeira e as botas fortes” (Lopes, 1935: 498). Estes traços correspondem

fielmente à condição física e psicológica que o autor expressa de si próprio ao longo da obra, em passagens de fundo autobiográfico.

Viveu os primeiros onze anos de vida numa aldeia paradisíaca, Pé da Rocha, que também acolheu poetas como Luís Loff de Vasconcelos (1861-1923), que a teve como “pátria adotiva” (1897: 18) e a descreveu de seguinte maneira em *Echos d’Aldeia*:

Pé da Rocha é a denominação d’um aprazível lugar na povoação de S. João Baptista, da ilha da Brava, cuja denominação lhe vem por ficar na fralda dos montes que lhe ficam sobranceiros, e que lhe coroam a mesma povoação.

É um lugar pitoresco; semeado de pequenas casinhas, espelhadas aqui e acolá, por entre verdejantes moitas de bananeiras e de viçosos cafeeiros e laranjeiros, elevando-se em forma de anfiteatro, cruzado de tortuosas e emaranhadas vielas, onde o forasteiro dificilmente se orienta e especialmente nos dias de espesso nevoeiro, que quase todos os dias estende o seu manto pardacento sobre este lugar delicioso, à semelhança de um véu de noiva, cobrindo-lhe os lindos contornos, o que lhe dá um aspeto misterioso e romântico.

Daí desfruta-se um panorama lindo; a vista espalha-se por toda a povoação, semeada de pequenas casinhas brancas, sobressaindo sobre um fundo matizado de verdura.

Raras vezes o sol penetra n’este encantado lugar, onde por isso se goza um temperatura fresca e suave, impregnada de deliciosos perfumes espargidos pelas flores de laranjeiras e de um ar oxigenado pela sua luxuriante, esplendorosa e variegada vegetação, alimentada e vivificada por um constante e fresco orvalho matutino.

Reina ali uma madrugada eterna, e o bulício da vida não se repercute neste sossegado e tranquilo lugar, onde tem morada gente sossegada e pacífica, que só se ocupa dos seus trabalhos domésticos e da lavoura.

Não existe ali uma única taberna, esse foco perigoso e imundo de vícios e depravações, onde a mocidade se corrompe e os crimes se germinam.

Os seus moradores apresentam um ar franco e sadio; as raparigas fazem chapéus de palha; dançam nos dias festivos; os velhos fazem esteiras de talos secos de bananeiras e as velhas rezam e cuidam dos netinhos, e empregam-se no sortilégio, conhecido na terra pelo nome de *lamprã*, cuja prática consiste em rezas e outros artifícios simbólicos com os quais o povo crê advir males e desgraças às pessoas contra quem são dirigidos (pp. 91-93).

Esta caracterização, à maneira romântica, é confirmada de modo mais objetivo por Nobre de Oliveira no seu trabalho de grande fôlego *A Imprensa Cabo-verdiana* (1998). A saudade da terra natal é referida em vários textos de Guilherme Dantas, percebendo-se que este espaço marcou a sua psique e orientou as relações humanas que estabelecerá futuramente

Pé da Rocha foi também a terra que recebeu Vitorino João Carlos Dantas Pereira. Vitorino Dantas, como era habitualmente designado, foi professor na ilha Brava entre 1848 e 1854 e dirigiu a Escola Real de Mafra que Guilherme vem a frequentar entre 1860 e 1867.

Segundo Francisco Topa e Tânia Ardito (2013: 12 e ss.), o pai “envergonhado” do futuro escritor nasceu em Lisboa, a 2 de agosto de 1801. Tendo vivido no Brasil entre 1807 e 1820, voltaria nesse ano à capital portuguesa, prosseguindo estudos superiores militares até 1826. Promovido a capitão em 1830, lutaria nos Açores integrado nas tropas miguelistas. Demitido do exército, esteve preso durante quatro anos, seguindo depois para Paris, onde continuou estudos, obtendo o diploma de bacharel em letras. Esteve mais tarde ao serviço do exército espanhol, como capitão de artilharia, e regressou a Portugal em 1839, dedicando-se ao ensino e acabando por ser reintegrado na carreira militar. No final de 1847, seria nomeado professor da escola principal de instrução primária da província de Cabo Verde, que lhe coube inaugurar. A escola estava situada na ilha Brava e Vitorino Dantas exerceu o cargo durante seis anos, até 1854, o que torna bastante provável que Guilherme Augusto tenha sido seu aluno. No ano seguinte, de regresso à metrópole, seria nomeado por D. Pedro V como instalador e diretor da escola que o monarca pretendia instalar no palácio real de Mafra. Inaugurada a 9 de dezembro de 1855, a Escola Real de Mafra afirmou-se em pouco tempo, destacando-se pela qualidade do seu ensino. Uma das inovações introduzidas por Vitorino Dantas foi o pensionato de alunos providos de Cabo Verde que mostrassem inclinação para o magistério: o objetivo era a formação de professores que pudessem depois desempenhar funções nas províncias ultramarinas. A sua atividade à frente do estabelecimento de ensino manteve-se até à morte, ocorrida a 5 de setembro de 1867.

Se admitirmos a validade de uma leitura de tipo biográfico, encontramos na obra de Guilherme indicações que reforçam a hipótese de paternidade em causa. Notam os referidos autores que a primeira está na já referida dedicatória de *Contos singelos*, o livro que o nosso autor publica em 1867, ao concluir os estudos em Mafra. Embora não apareça o nome do pai, a sua qualificação como mestre não deixa margem para dúvidas. Uma frase do conto inicial, «*Nhô*» *José Pedro ou cenas da ilha Brava*, parece também referi-lo, ainda na sua atividade de professor na Brava: “Tinha José Pedro seis anos d’idade, quando se matriculou na escola pública da terra, cuja direção estava confiada a um hábil professor português.» (p. 62).

Mas é em *Memórias dum pobre rapaz* que a relação filial é revelada de modo mais claro: depois de uma série de referências ao “nosso amado professor”, ao “nosso velho professor” (p. 99), ao “sábio director” (p. 129) – agora claramente nomeado como Vitorino Dantas, padrinho do narrador em segundo grau, José Roberto –, o narrador em primeiro grau, identificado apenas pela inicial D. nomeia-o como seu pai (p. 157).

Independentemente da assunção ou não das suas responsabilidades parentais, a Vitorino Dantas se deveu certamente a vinda de Guilherme para Mafra, em 1860. Segundo o registo escolar, aquando da sua chegada, Guilherme Augusto “Lia regularmente, escrevia mal letras, e sommava e diminuia.” Isso não o impediria contudo de ter um percurso destacado, pontuado pela obtenção de uma série de prémios, logo a partir do ano seguinte. O corolário desse percurso foi o exercício das funções de aluno mestre nos dois últimos anos em que frequentou a escola.

Esta fase da vida do nosso autor é frequentemente referida ao longo da sua obra. Em «*Nhô*» *José Pedro ou cenas da ilha Brava*, o narrador comenta assim a dor da separação familiar:

Oh! não pode compreender a dor imensa que então oprimia os corações daqueles que se separavam, quem ainda não experimentou a indefinível tristeza, o desalento, os prantos, o martírio da separação!

Já provei deste cálix d’amargura, eu! Quando me separei de minha pobre mãe para vir, aqui em terra longínqua, buscar o pão do espírito, os meus poucos anos não me permitiam avaliar a grandeza da minha quase desgraça: – mas chorei!... (pp. 63-64)

Num registo risonho, na crónica *Frei José e o diabo*, recorda a figura divertida de um antigo ocupante do convento e as tardes agradáveis passadas a ouvir as suas histórias. De forma idêntica, na narrativa de viagens *Bosquejos dum passeio ao interior da ilha de Santiago* (1912), lembra a fruta colhida sem autorização das hortas do Palácio:

Desta vez, aceitando os factos consumados, o amigo Luís não se fez melindroso nem rogado; e até me recordou com prazer o tempo, em que éramos o terror das hortas de Mafra, especialmente daquelas que destinavam seus frutos à mesa de sua majestade fidelíssima, legítimo senhor e possuidor das sobreditas hortas... Como eram deliciosas as tangerinas do tio Bonifácio, as nêspersas do sr. Abílio, e as belas peras e os doces morangos do António da horta, caseiros de sua majestade!...

Aquilo, só para rei... ou estudantes!... (p. 155)

Outra nota importante, presente nas *Memórias dum pobre rapaz* (2007), tem a ver com o reconhecimento do ambiente familiar que se vivia na escola. Depois de uma estadia prolongada em Lisboa, o narrador em segundo grau, regressando a Mafra para assistir à entrega dos prémios, comenta:

Oh! a magia da casa paterna... da nossa casa!... quando a tornamos a ver, depois de longa permanência entre estranhos, coabitando em sórdidas mansardas, comendo em mesas em que preside o Ganho, servido pelo Desmazelo!... Tudo me admirava e

enternecia, ao gozar novamente o conforto da casa a que podia chamar o meu lar. (p. 134)

Em várias passagens dos *Bosquejos*, percebe-se que as férias escolares seriam passadas em agradáveis excursões a Lisboa e arredores (Oeiras, Sintra) ou em estadias nas praias da Ericeira (que servem de pano de fundo ao conto *Cenas de Mafra*):

Eu, que até então apenas havia percorrido em cómodas carruagens o espaço de sete léguas que separa Mafra e Lisboa, por uma estrada plana, concorrida e pitoresca, limitando-se as minhas excursões extraordinárias às clássicas jornadas para os banhos de Ericeira ou de Ribamar, nas circunvizinhanças de Mafra, em pacíficos e bucólicos orlhudos (...) (p. 139)

A importância da impressão deixada por algumas das paisagens que então frequenta torna-se mais visível aquando do regresso a Cabo Verde:

Não sei contudo como explicar as dulcíssimas e saudosas impressões que ainda hoje sinto, eu um pobre e rude africano, ao lembrar-me das formosas tardes passadas nalguma vetusta quinta do nosso velho Portugal como a Cerca do Convento em Mafra, a Quinta do Pombal em Oeiras, etc.! (*Bosquejos*, p. 144)

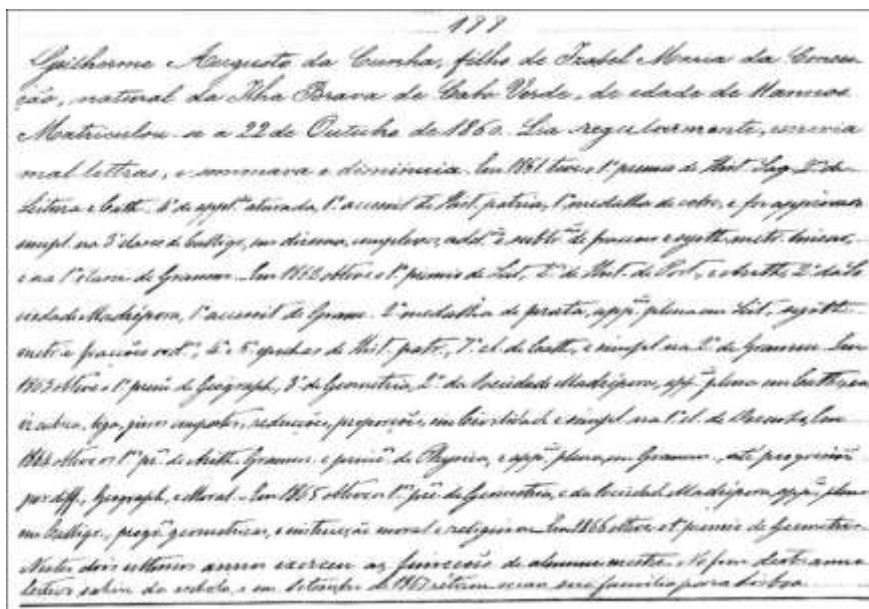
Ou ainda:

A mesma penosa impressão, que então sentia, se apoderara de mim quando, em regresso de Lisboa, avistara as costas escavadas destas ilhas.

E como não ser assim, se havia passado largos e melhores anos da vida em Mafra, terra tão rica de alamedas, tapadas e jardins frondosos! E se visitara Sintra, a formosíssima Sintra[,] o eterno paraíso de verdura, um daqueles lugares em que, na terra e com os nossos pobres olhos humanos de tão estreito alcance, nos parece ver o Criador de todas as maravilhas do Universo sentado sobre um trono de esmeraldas; e onde, pelos troncos antigos, pelas escuras abóbadas de folhagem rumorosa e sempre virente, sussurram tão vagas saudades dum passado ignoto, e – quem sabe? – talvez duma outra existência já olvidada, do céu talvez... nalgum outro planeta melhor! (p. 144)

Continuando a acompanhar a reconstituição feita por Topa e Ardito (2013: 16 e ss.), no fim do ano letivo de 1866/67 – de acordo com o seu processo –, Guilherme “(...) saíu da escola, e em Setembro de 1867, retirou-se com sua família para Lisboa.”. Que “família” seria esta? A mãe? O pai? Para além dessas duas figuras, o nosso autor tinha pelo menos uma irmã: por aquilo que é possível perceber através de alguns dos poemas publicados por Arnaldo França (1996: 65-66 e 124-127), chamava-se Mariana Olímpia Dantas, vindo a adotar o apelido Ferreira pelo casamento com António Pedro Silves Ferreira, um antigo companheiro de Guilherme na

Escola de Mafra, referido em *Memórias dum pobre rapaz* e em *Bosquejos*. Falecida antes de 1880 – data da coletânea de poemas do irmão que inclui um texto dedicado à sua morte –, Mariana teria perdido um filho e teria dado à luz um outro, uma menina chamada Ana.



Processo de Guilherme Augusto da Cunha na Escola Real de Mafra

Para além dessa irmã, é possível que Guilherme tivesse também um irmão: numa portaria de 31 de março de 1880¹³, vem a referência a um José Augusto da Cunha Dantas, dado como 1.º substituto do cargo de juiz ordinário do julgado da ilha Brava. A coincidência do nome – Augusto da Cunha Dantas – e a procedência geográfica obrigam a pensar que se trate de um irmão de Guilherme, apesar de nenhum biógrafo o indicar e de não haver nenhuma alusão a ele na obra do nosso autor. Outra possibilidade seria a de se tratar de um primo, filho de António Pedro Dantas Pereira, que durante alguns anos acompanhou o irmão como professor na Brava.

O certo é que 1867 representa o fim dos estudos de Guilherme Dantas e de uma época da sua vida marcada pela felicidade, mesmo que relativa. Como se depreende de uma passagem de *Bosquejos*, a causa do infortúnio terá sido a morte do pai:

Havia três meses que eu me achava na cidade da Praia, de regresso à pátria, concluídos... ou, para melhor dizer, interrompidos os estudos em Portugal, e fugindo aos vendavais da vida airada e tempestuosa de Lisboa.

¹³ Boletim oficial do Governo Geral da Provincia de Cabo Verde, 03/04/1880, p. 93.

É o que frequentemente acontece a muitos de nós outros, pobre[s] filhos do ultramar, que, pela morte súbita dum protetor, ou por qualquer incidente inesperado (sem o que deixava de ser incidente), não podemos completar o desbastamento a que fomos, e voltamos com algumas ilusões de menos, alguns vícios de mais, muitas pretensões, muito janotismo, e, para cúmulo de desditas e de ridículo, penteados com essa meia instrução, que, no dizer de certo fisiologista, é pior do que uma completa ignorância. (p. 138)

A par desse, terá surgido também um problema de saúde que deixará fundas marcas: a surdez. É José Lopes (1935: 497) quem refere o episódio:

Foi em Mafra que o Dantas contraiu, como consequência de um banho frio, a surdez, fatal enfermidade que, como a Beethoven, lhe encheu de amargura a existência e determinou sombrias alterações no seu carácter.

Segundo *Bosquejos*, o regresso de Guilherme a Cabo Verde ocorreu apenas em 1869 (ou em finais do ano anterior).

A sua carreira profissional terá sido marcada pela desilusão, decorrente certamente do desajuste face ao meio que veio encontrar e da frustração das expectativas que os estudos na metrópole lhe terão suscitado. Com uma forte dose de ironia, o autor dá conta no início dos *Bosquejos* dos seus esforços para obter uma colocação no funcionalismo público:

Um dia, porém, fiz a agradável descoberta de que os memoriais eram estéreis, os selos do Tesouro muito caros, e intransponível a porta dos empregos, pelo menos para os que não atassem algum padrinho suculento à chocha certidão de primeiras letras, vacina e folha corrida...

Pousei a pena a meio do quinto memorial, acendi um cigarro com o último requerimento, despedi-me dos meus cuidados, montei a cavalo, e parti. (*Bosquejos*, p. 139)

O lugar deve ter tardado. Do primeiro emprego, na ilha de Santiago, não parece haver notícia no *Boletim oficial do Governo Geral da Provincia de Cabo Verde*, mas o autor refere-nos *Bosquejos*:

Eu, demorei-me apenas um mês na freguesia de Santa Catarina, onde conseguira empregar-me na administração do concelho. Foi, pelo governo-geral, determinada a mudança da sede do concelho para o porto do Mangue do Tarrafal, medida que se levou a efeito com aquela celeridade à militar, que o conselheiro Albuquerque imprimia à execução das suas melhores resoluções, o que por vezes, como no caso presente, não pouco as prejudicava. (p. 179)

Em 1872, como já foi notado por Arnaldo França (1996: 11), Guilherme Dantas publica um anúncio no *Boletim oficial* oferecendo serviços de tradução e secretariado. Mas só em 1877¹⁴ encontramos nessa publicação a primeira referência a funções públicas atribuídas ao nosso autor: entre esse ano e 1886¹⁵, ele assina, como encarregado, sucessivas relações de livros entrados na Biblioteca e Museu Nacionais.

A restante carreira de funcionário público desenvolve-se também na Praia e é bem modesta. Por portaria de 19 outubro de 1877¹⁶, Guilherme Augusto da Cunha Dantas é nomeado para exercer interinamente o cargo de amanuense da junta da fazenda de Cabo Verde, que estava provisoriamente vago.

A 16 de maio de 1885, ocupando o cargo de amanuense interino da contadoria da junta da fazenda, é nomeado para exercer interinamente o lugar de 2.º escriturário da mesma repartição¹⁷, sendo a nomeação transformada em promoção por portaria de 11 de junho¹⁸. No ano seguinte, através de portaria de 31 de março¹⁹, é provido a título definitivo no cargo de amanuense da junta da fazenda pública, que exercia interinamente desde 1877. A 06/5/1887²⁰ volta a ser nomeado para servir como 2.º escriturário na contadoria da junta da fazenda pública, sendo esta a última referência ao seu nome no *Boletim oficial*.

Qualquer que seja a explicação, a carreira pública do nosso autor não deixa de surpreender pela modéstia. Podemos admitir o peso da falta de um padrinho, lamentada por Dantas em passagem já citada. Podemos admitir também a influência das limitações de saúde: a surdez, de que falámos atrás, e a miopia, reconhecida pelo próprio autor nesta passagem humorística de *Os intrujões*: «Olhei com mais atenção... cheguei o livrinho ao nariz... meti-o pelos olhos, por assim dizer, porque sou míope, e não podia capacitar-me do que via...» (p. 198). Mais grave do que isso era contudo o alcoolismo, causa ou consequência da impossibilidade de obter um posto que estivesse de acordo com a sua formação. Numa espécie de obituário, escreve o seu amigo Hipólito da Costa Andrade:

¹⁴ *Boletim oficial*, 01/09/1877, p. 156.

¹⁵ *Ibid.*, 27/03/1886, p. 77.

¹⁶ *Ibid.*, 27/10/1877, p. 189.

¹⁷ *Ibid.*, 16/05/1885, pp. 120-121.

¹⁸ *Ibid.*, 13/06/1885, p. 145.

¹⁹ *Ibid.*, 03/04/1886, pp. 79-80.

²⁰ *Ibid.*, 19/07/1887, p. 91.

Padecimentos physicos, a terrivel lesão cardiaca que elle reconhecera em si, impressões Moraes que no seu temperamento excessivamente nervoso actuavam com a maxima intensidade, decepções successivas, repellões da sorte, e também um anciar indomito que nunca era satisfeito ou preenchido, tudo concorria para esse mal estar geral que lhe entenebrecia os dias, e o arrojava ao pendor onde a tentação das bebidas brancas enroscando-se-lhe na rasaõ e no animo, e fascinando-o, e dominando-lhe a vontade, lhe aproximaria o termo da existencia.²¹

José Lopes, que conheceu Dantas em 1887, reconhece também esse problema, de modo mais eufemístico: “Há quem diga, há mesmo quem afirme que o poeta a procurava [a morte], afogando a vida naquilo a que Álvares de Azevedo, como êle discípulo de Musset, chamava «o sangue do génio»...” (Lopes, 1935: 499).

Outro obstáculo ao triunfo público de Guilherme Dantas terá sido a contundência do seu espírito crítico, bem patente na crónica *Os intrujões*:

A maior parte dos intrujões, porém, são perversos, e, tendo muitas prendas que lhes são comuns, há uma que não falta a nenhum deles: a ESTUPIDEZ.

Um destes conheci, um chefe de repartição, que informava sobre as habilitações dos seus subordinados, escrevendo – habilitações – mas tinha a modéstia de aspirar a um consulado em Zanzibar, na Zululândia, ou em qualquer outro país cevilizado onde a sua bestialidade passasse desapercibida, à sombra de grossos proventos.

Outro, mais avançado ainda do que eu, que me assino Banana e escrevo chouriço com cedilhado, escrevia até oferece, pretençe, ofício, benefício, fácil, dócil, com uma prodigalidade espantosa de rabinhos negros! (p. 200)

José Lopes, falando aparentemente de textos que não chegaram até nós, confirma esta faceta: “Foi também terrível polemista, menos suave que Augusto Barreto, menos contundente que Eugénio Tavares, porém mais ironista que os dois.” (1935: 503). Uma ilustração aproximada pode ser encontrada na parte dos Bosquejos em que justifica a não concretização do seu projeto de poema herói-cómico intitulado *Macaqueira*:

Quereis saber o que são – opiniões?...

À porta de qualquer sujo botequim ou botica, improvisada em areópago, lê-se uma produção vossa, escutada com religiosa atenção por um grupo dos meus insetos-símios, constituídos em sessão magna para vos julgar, porque tendes o mau sestro de escrever para o público, e sois, talvez, redator dalgum jornal...

Afora alguns zumbidos insignificantes dos minúsculos mosquitos, alguns murmúrios dúbios das insípidas abelhas e dos estúpidos grilos, e alguns sorrisos equívocos das cantáridas, absorventes, nada denuncia a opinião do conspícuo sinédrio, porque se espera a sentença do oráculo, que é, de direito, o próprio leitor, o qual, ordinariamente, é um zangão...

²¹ “Guilherme Dantas”. *Boletim official*, 07/04/1888, p. 64.

Estremeceis?... Sim, é mau sinal: os zangãos são rabugentos... Atendei, porém, a que as abelhas, que põem mel na ponta dos agudos ferrões, ou as baratas, essas harpias microscópicas, que sujam e infetam tudo aquilo em que tocam, ainda são piores... (p. 169-170)

Guilherme da Cunha Dantas viria a falecer, de acordo com Manuel Brito--Semedo (Dantas, 2007: 7), a 24/02/1888, na Praia. Apesar de mal-amado, houve quem reconhecesse os seus méritos. Foi o caso do já referido Hipólito da Costa Andrade, que o considerou “(...) um dos mais formosos talentos que [tem] admirado de perto.”²², acrescentando: “A inspiração bafejava-o perenne e ininterrupta. A toda a hora se encontrava aprestado para dedilhar na lyra afina-da cantos suavísimos, ou para despedir a frecha certa, penetrante, mortífera sobre preconceitos e ridículos.”. Na mesma linha se pronunciou João Augusto Martins:

(...) o seu engenho, escapando a todos os dictames e a todas as formulas, revelou-se sempre sob uma apparencia inedita exclusiva e independente, ás vezes mordaz e ironico até á brutalidade, ás vezes audacioso e indisciplinado até á irreverencia, mas minucioso e amplo, como que poetisado pelas tristezas e pelas supplicas da sua existencia acabrunhada. (1891: 228)

2. O Portugal de Guilherme Dantas

2.1. O Portugal da época

Dois anos depois do nascimento de Guilherme Dantas teve início, em Portugal, o governo de António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), o mais longo do país. Fontes Pereira de Melo foi Engenheiro, Tenente do estado-maior e maçónico. Com a sua morte, em 1887, um ano antes da morte de Dantas, termina o seu consulado, que deixou marcas significativas do ponto de vista económico e político, nomeadamente na consolidação do regime constitucional. O Portugal que Dantas vai conhecer, desde a sua chegada, em 1860, até à sua saída em 1868, aos 19 anos de idade, corresponde a este período, que passaremos a caracterizar.

Fontes Pereira de Melo definiu o país que encontrou de seguinte modo: “país de povoações que se não comunicam, habitantes que não convivem, de produtos que não circulam, de manufaturas que se não transportam, e até de riquezas e de maravilhas que se não conhecem” (Ramos, 2009: 521). Pareciam vários países dentro do mesmo. As regiões estavam mais distan-

²² “Guilherme Dantas”. *Boletim official*, cit., p. 64

tes do que eram na realidade, devido ao terreno acidentado; cada região adotara a sua forma de vida e organização, tanto administrativa como comercialmente. Havia que pôr termo a este estado de coisas que impediam o desenvolvimento e afastavam o país do resto da Europa, onde a vida económica e política evoluía rapidamente. É assim que Fontes Pereira de Melo toma medidas que perdurarão e deixarão marcas profundas, mesmo depois do seu afastamento do governo, a saber, de 1851 a 1856: – construiu estradas e caminhos-de-ferro, reduziu os juros da dívida pública, aumentou os impostos, tornou convertível a moeda portuguesa, deu confiança aos investidores externos, lançou um forte apoio à união nacional, com as seguintes palavras: “unamo-nos todos, sem distinção de partidos, no sentido de sermos úteis ao nosso país” (p. 523).

Aumenta grandemente a rede de estradas e caminhos-de-ferro, reduz o tempo de viagem entre Lisboa e a capital europeia mais desenvolvida da época, liga Portugal ao mundo com a construção de portos, cabos submarinos, “integra Portugal na circulação de bens, capitais e pessoas. Era a chave da prosperidade” (p. 524). Em consequência, a produção aumentou, as importações aumentaram também, o consumo disparou, as despesas do Estado foram subindo, mas não acompanharam as receitas.

Foi feito também um esforço no sentido do combate às doenças que assolavam populações inteiras, como foram as “epidemias de cólera e da febre-amarela de 1856-1857”. Em consequência “a mortalidade infantil terá diminuído de 250 por mil para 180 por mil. Porém, entre os pobres e a classe trabalhadora a taxa era muito elevada. Aumentou a esperança de vida, de 36 anos em 1864-1878, para 43 em 1890-1900. “A população aumentou de 3,6 milhões em 1861 para 4,6 milhões em 1890” (p. 529). Nas cidades o número de habitantes subiu também, assistindo-se à chegada das “elites sociais ao Porto e Lisboa”, numa altura em que “16% dos portugueses viviam em cidades” (p. 529). As regiões do interior, anteriormente populosas, perderam população. Contudo, as principais cidades enfrentavam problemas básicos de insalubridade.

De qualquer modo, a classe média, recém-surgida, alcançou um certo bem-estar, sendo mais urbana e mais instruída do que a nobreza rural do século anterior. A alteração de seus hábitos sociais e culturais é disso exemplo:

a importação, entre 1861-1890, de cerca de 500 pianos por ano – sendo o piano um dos símbolos de sofisticação social. Os teatros, de que havia 67 em 1866, eram mais de 120 em 1890. Termas, como as de Vidago (a «Vichy portuguesa»), ou praias, como as de Estoril e Cascais (a «Riviera portuguesa»), adquiriram parques hotéis, e clubes – e o conveniente termo de comparação francês” (p. 528).

Também o teatro desempenhava um importante papel social, sendo “considerado um dos elementos mais poderosos da civilização e da educação actual”, por facilitar a socialização das pessoas em oposição a outras práticas socializantes menos aconselháveis, como a frequência das tabernas, “prejudiciais à saúde e bons costumes”, ao mesmo tempo que permitia a manutenção da “boa índole e moderação do povo português” por ser um instrumento que proporcionava aos ouvintes um ambiente “tranquilo e inocente” (Mattoso, 1992: 529-530).

Ao mesmo tempo a sociedade tinha começado a dar sinais de democratização; nas relações entre pessoas de classes diferentes, passou-se a usar, nessa altura, o pronome pessoal de tratamento “você” como próprio para o uso entre iguais (p. 528). Segundo o mesmo autor, um viajante francês pelo país disse uma vez que “cada um valia pela sua educação e capacidade individuais”, numa postura próxima da “França moderna” (p. 528). Não obstante estes sinais de mudança, as críticas de Eça de Queirós na *Correspondência de Fradique Mendes* sugerem um panorama diferente: “em Portugal, boa madrinha, todos somos nobres, todos fazemos parte do Estado, e todos nos tratamos por ‘Excelência’” (2008: 1614).

A participação dos cidadãos na vida política estava comprometida pelo elevado índice de analfabetismo e uma pobreza material quase generalizada que deixava desprotegidas as populações afastadas do centro. Estavam sob a proteção de “padres, proprietários abastados, que lhes alimentavam, sobretudo nos dias das eleições, antes de os fazer marchar, com os boletins de voto na mão, até à igreja onde estava a urna” (Mattoso, 1992: 533).

A emigração, sobretudo para o Brasil e a América do Norte, teve um peso considerável, diminuindo a força de trabalho e reforçando a desertificação. Ela determina igualmente a mobilidade social; os “novos-ricos”, nas décadas de 1860-1870, são os retornados, principalmente do Brasil, onde fizeram fortuna, ou seus herdeiros, como criticam Camilo, Eça de Queirós e vários outros romancistas do período.

A posição de Portugal em relação aos assuntos europeus foi a de neutralidade, não se metendo nos conflitos, salvo em 1854, na Crimeia. Permaneceu ligado à Inglaterra, num compromisso histórico e conveniente para Portugal. O país gastou sempre mais com o exército do que com as obras públicas, não obstante o reduzido número de recrutamentos face à média europeia. A presença das altas patentes do exército na vida civil era forte, com relações familiares muito próximas, o que explica, em parte, o nepotismo da classe (pp. 531-532).

A Europa avançava graças à industrialização e as novas que iam chegando, mostravam aos jovens intelectuais que o distanciamento era grande, que o progresso ia chegando lentamente, encontrando as barreiras inerentes às populações do país, marcadas por um choque entre a manutenção do tradicional e a aceitação do novo. Isto é, a “idiossincrasia” portuguesa [foi] hesitante entre um tradicionalismo e o avançar para novos horizontes” (Natário, 2008: 4).

A geração de 70, designação dada a jovens universitários da Universidade de Coimbra, que consumiam avidamente os novos livros que chegavam de uma Europa desenvolvida, onde a França era a referência. Em relação a este interesse escreveu Antero de Quental:

à guisa de um cenário de mágica, ia descobrindo perante os olhares embevecidos as suas decorações e perspectivas. Primeiro, vinha um desfile de nomes bárbaros, desconhecidos, ferindo asperamente nosso ouvido – Strauss, Feuerbach, Fichte, Hegel, Muller, Bopp, Diez, Creuzer, ao lado de outros mais gratos e meridionais de nervos delicados – Quinet, Michelet, Baudelaire, Laconte de Lisle, Taine, Balzac, Burnouf, Renan... (1926: 91).

Incomodada com o estado de coisas e para agitar as águas, juntou os intelectuais à volta de um projeto de transformação, que permitisse uma mudança de mentalidades, que teria necessariamente de passar pela educação das populações. Era um imperativo educar o povo, elevar o seu nível cultural, fornecer-lhe uma educação: “no sentido mais abrangente do termo, exigirá uma cultura cívica, política, moral, enraizada na ética, perspectivada numa dimensão verdadeiramente ética antropológica, não instrumentalizada, mas assente no respeito da dignidade humana” (Natário, 2008: 5). Esse desenvolvimento estava assente numa específica noção de progresso, provinda da leitura filosófica da história por jovens cansados do *status quo* e que, como disse Antero de Quental (1926: 91), pretendiam “agitar na opinião pública as grandes questões da ciência moderna”. Um dos imperativos era a separação entre a igreja e o Estado.

A relação entre estas duas instituições deterioraram-se e reformas severas são feitas com o intuito de enfraquecer as ingerências da ordem religiosa na política do governo e nos

anos trinta e quarenta do século XIX, a contenda entre o estado liberal e o poder religioso desencadeia a extinção dos dízimos, 1832, das Colegiadas (1848) e esvazia o Convento das Ordens Religiosas, 1834, assomando outras Instituições, não menos importantes: a instituição militar – Real Colégio Militar, 1848-1859; colégio de Órfãos dos Filhos dos Soldados, 1863-1873 – e a escolar – a Escola Régia de D. Pedro V, 1855-1908. (Alves, 2011: 11)

A outro nível, defende-se que a justiça devia basear-se no positivismo científico e estar ao serviço das necessidades de uma sociedade que se queria mais justa. Na política esperava-se que se aproximasse mais das pessoas e fosse para além das fronteiras portuguesas, “assumindo a ciência como única base da crença e a democracia como único fundamento do poder” (p. 543), cumprindo o sonho de Proudhon “da futura federação dos povos” (Natário, 2008: 9). Esse filantropismo atinge o seu auge com a comemoração do 10 de junho de 1880, promovida por uma comissão de que faziam parte Teófilo Braga, e a instituição da festa nacional, à volta de Camões (Ramos, 2009: 545).

Os jovens intelectuais de Coimbra expressaram-se através de um movimento que começou por ser literário: “em 1865, celebrizaram-se numa polémica contra o velho António Feliciano de Castilho, o poeta oficial do regime: a ‘questão coimbrã’. Foi a maior zaragata literária portuguesa, com 33 autores a produzir 37 opúsculos, publicados em Lisboa, Porto, Coimbra e até no Rio de Janeiro” (Ramos, 2009: 543). Pouco tempo depois, o movimento tinha já uma dimensão política, cujos maiores marcos foram as Conferências Democráticas do Casino, começadas em 1871 e interrompidas pelas autoridades. Foi um intento e uma ambição que se desvaneceu, mas cujo impacto foi grande na sociedade portuguesa. Garrett, Martins, Quental, todos esses “intelectuais desempenharam um papel previsto pela cultura liberal: o de uma espécie de clero laico, fazendo avançar a fronteira do ‘progresso’ contra a ‘tradição’. Aspiravam a ‘glória’, à popularidade, que só o tipo de público gerado pelos debates políticos e pela sociabilidade da classe média lhes podia dar” (p. 544). Alguns dos membros ficaram desolados e Antero completamente vencido e desapontado pôs termo à vida. Enquanto pôde, censurou um povo que descreveu como “uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno” (Quental, 1926: 139). Oliveira Martins imaginou-o ‘sebastianista’ e ‘miguelista’ – caído, depois da ruína do velho absolutismo tradicional, numa passividade nostálgica, apenas despertada de quando em vez por indignações e desesperos ocasionais” (Ramos, 2009: 545). Mas foi Eça de Queirós quem mais severamente o descreveu, atirando-lhe valentes chicotadas, indiretamente, à medida que constrói os traços psicológicos de Fradique Mendes

Amava sobretudo o povo - “o povo que não mudou, como não muda a Natureza que o envolve e lhe comunica os seus caracteres graves e dōces. Amava-o pelas suas qualidades, e também pelos seus defeitos: - pela sua morosa paciência de boi manso pela alegria idyllica que lhe poetisa o trabalho; pela calma acquiescencia á vassalagem com que depois o *Senhor Rei* venera o *Senhor Governo*; pela sua doçura maviosa e naturalista; pelo seu catholicismo pagão, e carinho fiel aos Deuses latinos, tornados santos calendares; pelos seus trajes; pelos seus cantos... «Amava-os ainda (diz elle) pela sua

linguagem tão bronca e pobre, mas a única em Portugal onde se não sente odiosamente a influência do Lamartismo ou das *Sebentas de Direito Publico*» (2008: 911).

É este Portugal decadente, política, social, financeiramente – a braços com uma deflação grande, devido à abertura do mercado ao comércio internacional, fruto do liberalismo de Fontes –, mas também moral e eticamente, que chega à última década de 1800. Oliveira Martins, um dos acérrimos críticos do regime acreditava que “novas ideias requeriam uma nova classe política” (p. 548), o que não vai acontecer, uma vez que, com a morte de Fontes, em 1887, D. Luís, o árbitro das desavenças partidárias, debilitado por problemas de saúde, não vai poder fazer frente a motins populares e à desagregação do Partido Regenerador.

2.1.1. A Escola Real de Mafra

A vila de Mafra situa-se a cerca de 30 Km em linha reta de Lisboa. O concelho a que pertence nasceu com foral manuelino de 1513. No século XIX adquire características muito interessantes por se ter transformado num concelho com uma considerável presença de liberais, que farão por que o ambiente regenerador burguês incutisse aí uma dinâmica económica e cultural exemplar para a realidade portuguesa de então. A reforma jurídico-administrativa de 1855 atribui uma forma definitiva ao concelho e cria condições para o desenvolvimento regional. É nessa altura em que a Escola Real de Mafra foi instaurada por ordem de D. Pedro V.

O retrato de Mafra do século XIX não seria muito diferente do resto do país da Regeneração. Pertencia a

um Concelho essencialmente rural, que não se afastava do Portugal geográfico / económico do século XIX. Sublinhando os efeitos da corte e do poder régio absoluto, das ordens religiosas e dos Colégios «militar» e da ‘Nova Nobreza’, o Real Colégio de Mafra e, ainda, da instituição militar que, na vila de Mafra, se sediaram até aos nossos dias (Alves, 2011: 21).

Esta foi uma altura em que a debandada para os centros urbanos foi grande e Mafra não foi exceção. Pertencendo a um concelho grande e variado, que reunia a vida rural e piscatória – considerando que a Ericeira estava muito perto –, a partir do movimento liberal vê chegar ao seu centro urbano muitas pessoas que ali procuravam um trabalho menos árduo e mais bem remunerado.

Estes indivíduos procuraram também na vila uma oportunidade para educar os seus filhos, que exigiam havia bastante tempo e que não encontrariam no meio rural. Foi preciso esperar cerca de um século para que, de “1772-1873, cada freguesia dispusesse de uma escola pública para o sexo masculino”. A educação das meninas demora mais tempo a ser implementada: só em 1890 passa a “existir uma mestra para ministrar o ensino em praticamente todas as Freguesias do Concelho” (Alves, 2011: 12). As escolas particulares antecederam a escola pública e desempenharam um papel preponderante principalmente junto das raparigas, mesmo quando coexistiram com as públicas.

O nível cultural das famílias vai aumentar significativamente no novo ambiente urbano e burguês

O êxodo populacional para o novo núcleo urbano desponta por todo o século XIX, havendo a retoma habitacional da Antiga Vila Medieval de Santo André de Mafra. No ano de 1820, encontram-se no *Livro de Manifesto* da freguesia de Mafra, diferentes níveis de assinaturas, estritamente ligadas ao poder económico dos sujeitos. Configura-se o quadro social dos alfabetizados: grandes proprietários, mestres (religiosos), escrivães da administração, meirinhos, almotacés e algumas mulheres que assumem os negócios familiares, apresentam diferentes níveis de literacia, o nível máximo e médio na escala de assinaturas. Pelo levantamento efectuado, a percentagem de alfabetizados rondava, sensivelmente, 32%; destes, 91% eram homens que assinavam em diferentes níveis e 9% mulheres” (Alves, 2011:9).

As dificuldades na luta para uma educação democrática perdurarão por mais tempo e as soluções nem sempre se advinham fáceis, nem mesmo para o regime republicano, no século XX. Entretanto, houve uma escola que, graças ao desejo de um homem, foi capaz de oferecer condições educativas e qualidade únicas na conjuntura oitocentista analisada, a Escola Real de Mafra.

A seleção da freguesia de Mafra obedeceu a uma lógica social e administrativa concreta porque “encerra o núcleo central do Concelho – a sede do Município. É a freguesia com a maior extensão geográfica, que assume uma plasticidade social entre o núcleo urbano da Vila de Santo André de Mafra e as localidades dispersas” (Alves, 2011: 21). A sede da Escola Real situava-se nos “aposentos reais do edifício conventual de Mafra” (Silva, 2003: 2), iniciou atividades a 9 de dezembro de 1855 e “funcionava de 1 de Outubro a 31 de Agosto, sendo reservado para matrículas o período compreendido entre 16 de Setembro e 31 de Outubro” (Ribeiro, 1884).

Contou com Vitorino Dantas como obreiro de um projeto que tinha as crianças no centro das atenções. Definir e ir ao encontro das necessidades educativas fundamentais dos seus alunos era a sua prioridade, o que já demonstrara em Cabo Verde, onde fundara a primeira escola pública na província. D. Pedro V, o mentor e patrocinador daquele que viria a ser um modelo educativo nacional, segue de perto todos os acontecimentos.

O objetivo dos seus fundadores esteve concentrado na construção de um cidadão modelo, que desse o exemplo e pudesse servir o seu país. Um cidadão cuja postura ética fosse irrepreensível do ponto de vista moral, do dever, religioso e político, alguém que soubesse respeitar os outros, “numa sociedade marcada pela divisão social que se repartia pelos «superiores, os iguais e os inferiores»” (Alves, 2011: 22-23).

Julguei que a escola devia ensinar aos homens a união ensinando-lhes a necessidade, que eles, e qualquer que seja a sua posição recíproca, têm uns dos outros. Julguei que o primeiro passo dado para este fim, era fazer com que eles se conhecessem desde a infância, sem que os afastassem sem as distinções a que tão geralmente se liga a tão funesta ideia de separação. Assim procurarei que aqueles que no mundo acham bastante ocasião de fazer sentir no que se tem de necessário ou de irritante as distinções do nascimento, do acaso ou fortuna, fossem iguais diante da justiça do Mestre e da disciplina escolar.

Considerarei as inteligências dos alumnos como pagina brancas, entre as quaes se distinguem aquellas em que mais rapidamente ou melhor podesse escrever o Mestre. Considerarei a escola como uma pequena democracia, do seio da qual, a cada momento, nasce uma aristocracia. (D. Pedro V, 1858).

No sentido de atrair e manter os alunos na escola foram implementadas regras tendentes a eliminar as carências que as outras escolas apresentavam, sendo feito um investimento significativo em equipamento escolar.

D. Pedro V fez com que o estado assumisse total responsabilidade pela manutenção da mesma, provindo-a com “receitas da vedoria da Fazenda da Casa Real, que asseguravam um ensino gratuito, [aliviando as famílias pobres] dos encargos materiais com a instrução dos filhos” e os das “famílias mais abastadas socorrem-se da excelente qualidade de ensino que se ministrava”²³. Destacamos as palavras do monarca no discurso da distribuição de prémios na Escola Real em 26 de agosto de 1858:

²³ O documento referente ao discurso proferido pela Sua Majestade, D. Pedro V, aquando da distribuição de prémios na Escola Real de Magra, não possui paginação, como referenciado no índice bibliográfico.

Entendemos que instruir é educar e não nos parece necessário lisonjear pretensões de classe por meio de uma distinção a que não reconhecemos razão de ser²⁴.

A escola rapidamente ganhou reconhecimento junto da população e a nível nacional. Para ela convergiram alunos de todo o país e “a imprensa lisboeta e alguns Jornais Pedagógicos nacionais dedicaram-lhe artigos (Alves, 2011: 18).

Para atingir esses objetivos foi desenhado um plano curricular e pensou-se um conjunto de medidas pragmáticas que consistiam no “ensino da leitura, da escrita e das contagens básicas, rudimentos de catecismo, aos mais adiantados, noções de civilidade e introdução à história, medidas de capacidade e sistema métrico” (Alves, 2011: 14). Aos alunos mais avançados eram ministrados conhecimentos de “Geografia nos mapas, nas «esferas terrestres e celeste» aprendem a sucessão dos dias e das noites, equinócio, a latitude, a longitude, os planetas do Sistema Solar. Para o conhecimento da intensidade da luz dispõem de um «luzgiómetro, aprendendo a encadernar livros e a conservá-los” (Alves, 2011: 15).

Guilherme da Cunha Dantas termina em tempo regulamentar os estudos que o habilitariam à entrada para a universidade, caminho que não vai prosseguir devido à morte do pai, como vimos. Depreendemos que terá sido submetido ao

ensino da História Sagrada, Pátria, Civilidade e Moral, elementos de Física, Desenho Linear, Aritmética adiantada – o segundo grau ou complementar Primário, [que] estavam reservados àqueles meninos que provinham de famílias abastadas, letradas ou os mais favorecidos pela fortuna que manifestassem capacidades acima da média para aprender (p. 16).

Nos tempos de crise, a escola fabricava os instrumentos de que precisava para se manter em funcionamento, como por exemplo “as pena de frangão e a tinta” para a escrita (Alves, 2011: 15). O interessante, revelou Alves no seu artigo, foi o ensinar aos alunos como eles próprios podiam fabricar a tinta através de receitas que acompanhavam o livro da cartilha, a partir de matéria-prima que se encontrava nas lides agrícolas comunitárias e que a escola comprava. Perguntamo-nos até que ponto foi preponderante a influência de Vitorino Dantas neste projeto, que nos parece relacionar-se muito com a experiência que adquiriu ao longo da vida, principalmente em ambientes de extrema escassez como era a província de Cabo Verde, no século XIX.

²⁴ Trata-se da mesma fonte.

Para fazer frente à falta de professores em Cabo Verde, Dantas Pereira propôs o pensio-nato na Escola Real de alunos provindos do arquipélago que mostrassem ‘inclinação para o magistério’, nos termos da portaria de 10 de abril de 1875, consignada desde 1858 e protegida por D. Pedro V. No relatório que entregou no ano seguinte ao ministro da marinha, responsável pelo pagamento dos honorários dos professores, o “objectivo central foi permitir que se agili-zasse a formação dos professores para as mencionadas escolas principais” (Silva, 2003: 18-19), nas quais estavam incluídas as escolas das províncias ultramarinas. D. Pedro V manifestou essa vontade quando afirmou que estava “a pensar em arranjar nes[s]a escola uma classe de estudos mais elevados para aqueles alunos que desejem seguir a profissão do ensino. Tais facilidades são actualmente prestadas a alguns negros que se estão a treinar em Maфра para tal trabalho e são pagos pelo Ministério da Marinha” (Leitão, 1954, 224).

Dantas Pereira foi muito importante também pelas mudanças que fez no plano de estu-dos iniciais, separando a “instrução primária da elementar superior”. Foi ele o responsável pelas aulas noturnas, que permitiram a frequência dos alunos que trabalhavam. Alguns desses indiví-duos conseguiram chegar a alunos-mestres e mais tarde a professores da escola e de outras esco-las do país, onde contribuíram, graças à preparação rigorosa recebida, para a difusão do conhe-cimento científico em Portugal.

Os professores eram a peça fundamental do sistema. A formação que traziam deveria ser sólida; o quadro docente “esteve sempre alicerçada na excelência da cultura académica e pedagógica dos mestres que nela leccionava” (Ghira, 1865: 253).

A estratégia utilizada para promover e motivar os melhores foi a do reconhecimento e recompensa por meio de prémios que eram distribuídos aos alunos, “nas sessões finais dos exa-mes, que variaram entre medalhas cunhadas com a esfinge de D. Pedro V, estojos contendo livros, esmolas de fato, revista ilustrada do tipo enciclopédias, lautos almoços oferecidos no convento Real, etc.” (Alves, 2011: 18), prática a que D. Luís I deu continuidade. Usou-se “o recurso ao decuriato”, incentivando-se a imitar os melhores; “o quadro de honra, os castigos de vergonha e a atribuição de maus pontos para os desviantes” são métodos que “espelham uma sociedade em mutação e (re)construção, que a escola assume e, simultaneamente, transforma” (Alves, 2011: 23).

Parece-nos que a maior motivação e estímulo social foi a presença assídua da família real, designadamente na época da caça, que prestigiava o espaço urbano. Com ela também che-

garam as invenções da modernidade, como o caminho-de-ferro e a imprensa local, a que se vão juntar “o movimento das instituições militares, religiosa e escolar, a criação dos serviços dos correios e telégrafos, os mercados, grandes feiras”. Mafra transforma-se num centro dinâmico, aproveitando a aproximação à grande metrópole, Lisboa (Alves, 2011: 29-30).

Os cuidados com a saúde dos utentes da escola, alunos, professores e pessoal administrativo foi uma das preocupações dos responsáveis e passava pela “vacinação e higienização do espaço escolar”. Os alunos que não se encontravam em conformidade com as regras instituídas não podiam frequentar as aulas. Ainda a pensar na saúde física e espiritual dos pupilos, isto é, *mens sana in corpore sano*, como disse Juvenal (50-140), “os exercícios ginásticos são incluídos no desenvolvimento pedagógico” e “em 1883, [na] Escola Real de Mafra se aprontava um ginásio para o efeito da aplicação dos programas” (Alves, 2011: 23).



Imagem de uma sala de aula da Escola Real de Mafra, em finais do século XIX.
Fotografia extraída de Carlos Manique da Silva (2003: 296)

Uma escola com este rigor, preocupações e ambições deu à nação indivíduos, que, mesmo não tendo completado o Curso Complementar, exerceram com profissionalismo as mais variadas atividades, respondendo à demanda da região, do país e ultramar. A saber:

carpinteiros, oleiros, calceteiros, padeiros, moleiros, pequenos lojistas, caseiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, odreiros, ferreiros, ferradores, fogueteiros, banheiros, mestres de rasca, pescadores, apontadores, contratadores, lavradores, fazendeiros, proprietários, [tudo indivíduos] que reconhecem a necessidade da cultura da escrita, de um conhecimento especializado, para o tratamento das diferentes espécies de gado, formas de agricultura, vinha e combate às pragas, como o *oidium tuckeri* que grassou no Concelho no ano de 1866; nas feiras necessitam, sobretudo, da leitura e contagens, pesos e medidas e de uma capacidade para negociar (pp. 23-24).

Uma parte destes trabalhadores exerciam as suas profissões no Palácio Real. O comércio empregaria escriturários, contabilistas e fiéis de armazéns. O advento do comboio criou novos postos de trabalho; o telégrafo e as novas formas de comunicação representaram oportunidades para os jovens formados na Escola.

Aqueles que demonstraram ser bons alunos, mas órfãos ou filhos de famílias pobres, eram agregados ao Magistério Primário ou à escola industrial e rural e pequena percentagem seguia os estudos universitários, tirando cursos de medicina ou outros (Alves, 2011: 25). Guilherme Dantas, como vimos atrás, ingressa no funcionalismo público, trabalha com amanuense e nunca consegue desempenhar um cargo à altura dos colegas que tiveram um desempenho semelhante ao dele. A esses colegas dedicou ele a sua obra *Contos Singelos*, em 1867, “como fruto das «santas inspirações da mocidade» de que fala um dos mais belos ornamentos da nossa literatura”.

Em Mafra viveu, na companhia dos seus colegas e de seu pai, os melhores anos da sua vida. As *Memórias* são também uma espécie de memorial dedicado ao tempo da infância e adolescência:

Chegámos a Mafra pelas 4 horas da tarde; e logo que transpusemos a primeira porta da Tapada e da Vermelha, o nosso primeiro impulso foi para descer do ônibus e tomar posse daquela terra da promessa, aquela estrada tantas vezes batida em correrias de bandos estúrdios, aquelas terras tão nossas conhecidas, aquelas hortas deliciosas e de tão grata recordações ao paladar, aquelas florestas de pinheiros, cujas acres emanações aspirávamos a longos haustos, enchendo os pulmões dum ar novo, forte, impregnado de potente vitalidade; particularmente, Augusto e eu, quase não pudéramos resistir à tentação de nos apoiar ao passarmos à primeira porta da Cerca dos nossos antigos estudos e devaneios matinais, e donde as rosa e os cravos, como saudamo-nos amigavelmente à passagem, atiravam-nos ondas de perfumes.

Não quisemos, porém, retardar outro prazer maior, e a alegre surpresa que a nossa presença causaria ao bom professor, que não nos esperava a todos, nem tinha a certeza da nossa chegada do carrão à porta do jardim, que estava aberta de par em par, sinal de que o rei se achava em Mafra.

– Ó padrinho! Gritei eu de repente, avistando o velho professor...

Como se o meu grito fosse um sinal, o monstruoso veículo estacou, oscilando formidavelmente, como um navio que desferra a âncora, e nós, os estudantes, precipitamo-nos todos, pisando, acotovelando e derrubando os filistinos, para a portinhola, onde já se achava o nosso velho, que nos recebeu nos braços meio sufocado de alegria, e com lágrimas de criança quando abraçou Augusto. (Dantas, 2007: 131-132)

Quando entrámos no antigo quarto, que era no andar superior ao que ocupavam os aposentos do padrinho, e onde se avistava toda a vila e grande extensão dos campos circunvizinhos, Augusto foi logo para a janela, onde se embeveceu na contemplação da sua antiga habitação, por modo que tive de ir arranca-lo dali. Chorava... Nem um nem outro dissemos uma palavra. Compreendíamos-nos... ai! eu também, confesso-o com pejo, por mais que dissimulasse, ainda não pudera apagar totalmente da retina a sedutora imagem de Leónia! (...) É que, mau grado meu, tinham-me ficado no coração não sei que fermentos maus de desejos irritadas, de ódio e de paixão, que levedavam tumultuosos e torvos ao calor das recordações: e por isso mesmo, durante os anos que estivera em Lisboa, tinha evitado cuidadosamente a frequência das visitas a Mafra, apesar das saudações que tinha do meu bom padrinho, da casa, e daqueles sítios tão queridos. Eu tinha formado um propósito firme de vida, e seguia-o à risca; e, sem pedantismo balofo, poderia aplicar à minha situação as palavras de Voltaire na *História de Carlos XII*, da Suécia: «*Du moment qu'il se prepara à la guerre, il commença une vie toute nouvelle, dont il ne s'est jamais depuis écarté un seul moment...*» (Dantas, 2007: 134-135).

Passamos uma semana deliciosa, o viscondinho e eu, que nunca nos separávamos, e nem sequer penetrámos na vila propriamente dita, muito menos descendo à vila velha. Campos, florestas e flores, era tudo quanto queríamos: e nada nos faltava; somente, o Augusto sentia não ter podido levar o seu velho e jovial Napoleão, nosso fiel companheiro doutros tempos, e tão amigo das flores, que cheirava e festejava a seu modo, mordendo-as com a possível delicadeza. Estávamos, como diz Lamartine dos seus verdes anos, completamente saturados da seiva da terra, *embriagados pelo prazer imenso da Natureza*. As excursões pela Tapada real constituíam o nosso maior encanto, e só lamentávamos não poder penetrar na Cerca, ou jardim, o que era absolutamente vedado quando se entrava em Mafra e família real. Dizia-se mesmo que a jovem e formosa rainha dava ali merenda, cozinhadas pelas suas delicadas mãozinhas; e era preciso respeitar aquelas encantadoras fantasias régias. Às vezes, porém, à falta de merenda, acompanhávamos el-rei nas suas caçadas, ou o simpático infante D. Augusto nas suas pescas ao lado da Tapada. Sua alteza sofria ainda as consequências da terrível e misteriosa enfermidade que tão cedo arrebatara seus irmãos às esperanças e os carinhos do povo português, e o tivera a ele mesmo à beira do túmulo; e por isso, para essas digressões, montava um gordo e pacífico burrinho. Outras vezes, seguíamos o Sr. professor e o seu velho amigo major, que também davam habitualmente longos passeios pela Tapada. Como, porém, o padrinho tinha que ir muitas vezes ao poço, onde jantavam frequentemente, sucedia sairmos quase sempre com o major, que parecia simpatizar com a nossa índole sossegada e séria tão diferente dos moços da nossa idade (Dantas, 2007: 135-136).

2.1.2. A Lisboa de Dantas

Após o terramoto de 1755, a cidade de Lisboa foi reconstruída segundo o plano do Marquês de Pombal, com uma organização moderna, “em xadrez, as suas ruas uniformes e os seus edifícios de boa construção”, segundo Hélder Carita, em *Bairro Alto. Tipologias e Modos*

Arquitectónicos (como citado em Marques, s/d: 24), apresentando uma arquitetura e urbanismo revolucionários. A capital do país, no século XVIII, foi o centro de grandes mudanças, entre elas a construção de uma enorme praça voltada para o rio Tejo, onde foram construídos edifício que albergaram a classe política e administrativa. Como diz Oliveira Marques, Lisboa foi transformada “numa cidade esclarecida, racionalmente planeada e edificada, com as suas ruas, praças e casas traçadas à régua”, o que demorou “várias décadas a completar-se” (p. 24).

Na década de vinte do século XIX, Lisboa contava com cerca de 200.000 habitantes; um crescimento com avanços e recuos, que atingiu os 228.000, em 1878; 301.000, em 1890; 356.000, em 1900, continuando a crescer sempre (p. 17):

Na segunda metade de Oitocentos, Lisboa cresceu a um ritmo mais acelerado. A sua população duplicou em menos de cinquenta anos, quando estagnara em igual período atrás. Em superfície total, a cidade passou de 947 hectares (começos do século XIX) para 1 208 (1852), 6 500 (1885) e, finalmente, 8 244 (1895-1903). Em área de construção urbana, todavia, o surto revelou-se muito menor. Lisboa era talvez o dobro, ao começar o século XX, do que era em 1820. A migração para a grande cidade, onde a industrialização e os serviços aumentaram sem cessar, acelerou-se (p. 19).

As grandes obras foram feitas depois de Guilherme Dantas ter abandonado a cidade, indicaremos a título de exemplo a construção da Avenida da Liberdade (1879-1886) e as várias artérias que a partir dela se descolam para Nordeste e Norte. Foi, porém, durante a sua estada na cidade que começou a “ocidente, o grande Aterro ou conquista e consolidação de águas e praias ao longo do Tejo (a partir de 1860 e até finais do século)”. É também desse tempo a construção dos bairros “da Lapa e do Calvário (Santo Amaro) e o grande conjunto de Campo de Ourique”, (p. 24), todos albergues de cabo-verdianos, no século XX²⁵ colonial.

Na década de oitenta de 1800, Lisboa crescera tanto que passou a integrar as paróquias de “Belém, Benfica, Carnide, Charneca, Ameixoeira, Lumiar, Olivais, Campo Grande, Sacavém e Camarate” (Silva, 1954: 173), até então grandes espaços rurais. Foi este processo de cresci-

²⁵ Pedro Góis (2008) refere-se à emigração cabo-verdiana para Portugal a partir da segunda Guerra Mundial, considerando os que vinham à procura de trabalho, os que vinham para Portugal estudar e músicos. Os trabalhadores domésticos e os estudantes cabo-verdianos do século XIX, não constam desse estudo, nem os que se dirigiram a outros destinos europeus, no mesmo período. Embora poucos viessem de livre vontade sem terem uma ligação familiar com a metrópole, uma boa percentagem emigrou forçada e aqui trabalharam em regime de escravatura ou semiescravatura. Jean-Ives Loude (2005) toca neste assunto, na sua obra *Lisboa na Cidade Negra*, que, de vez em vez nos remete para o século XIX, expondo acontecimentos e personagens muito interessantes do ponto de vista antropológico e histórico.

mento da grande metrópole, que Guilherme Dantas veio a conhecer, sem o deixar completo, em 1867-1868.

O capitalismo florescente permitia todo o tipo de investimento, tendo em vista o progresso social, económico, cultural e tecnológico do país. A aproximação de Portugal a uma Europa em progresso, embora lenta, começou a ser notória na segunda metade do século XIX, com o apoio de uma nova classe média urbana. As cidades deixaram de ser ambientes naturais, para passarem a ser espaços de intervenção artificial do homem pondo à disposição dos seus habitantes “ferrovias, navios a vapor, iluminação pública” (Secco, 2007: 87).

As distâncias eram grandes e acidentadas: em meados do século XVIII, uma correspondência comercial demorava quinze dias a obter resposta; no início do século XIX, o tempo é reduzido para metade. Em 1842, “a ligação entre Porto e Lisboa era ainda feita pelo vapor, pois as estradas eram tão más que os correios de posta faziam a viagem em quatro ou cinco dias, enquanto um vapor, [nas melhores das hipóteses] fazia a mesma viagem em 18 horas” (Secco, 2007: 94). Em 1865, aquando da Questão Coimbrã, Portugal contava com 943 Km de linha férrea, que permitiram chegar os livros franceses que esses jovens liam, assim como a difusão das suas ideias. A modernização das ligações de transportes regionais foi também fundamental no processo:

As ligações entre o Norte e Sul intensificaram-se, surgindo, desde 1820, os primeiros barcos a vapor com carreiras regulares. Mais tarde (1861), a criação da linha ferroviária de Sul e Sueste, com término no Barreiro, contribui para o desenvolvimento da “Outra Banda”, mormente da região do Barreiro, dentro do esquema mais lato da ligação com Lisboa” (Marques, s/d: 17).

A iluminação pública foi implementada em Lisboa em 1780, tendo sido interrompida por duas vezes por falta de meios financeiros, mas obtendo a concretização definitiva em 1804. A partir dessa data, “o Chiado, a Praça do Comércio, Cais do Sodré e outras áreas vitais da cidade estavam iluminadas” (Secco, 2007: 87). A eletricidade, essa grande invenção da segunda metade do século, vem criar condições excecionais de reunião de pessoas para o convívio e diversão noturna, aumentando a circulação de pessoas e coches, para certas práticas sociais, como a ida ao teatro ou a frequência dos cafés. As bibliotecas públicas passam a ser realidade, principalmente a partir de 1870. O desígnio da instrução popular da regeneração estava a consolidar-se.

O número de cafés públicos aumenta em Lisboa, acompanhando uma moda já antiga no resto da Europa. Na Itália tinham surgido em 1645; Londres já tinha 200 cafés em 1715. No século XIX os cafés tiveram um papel social, político e cultural muito importante.

Esta conjuntura progressista foi suficientemente impressionante e teve grande impacto na vida do jovem estudante cabo-verdiano, que na sua obra *Memórias dum Pobre Rapaz*, enumera, descreve, e caracteriza vários dos lugares, espaços e instituições de Lisboa, como veremos nos pontos seguintes.

2.1.2.1. O Passeio Público

Concebido pelo arquiteto Reinaldo Manuel, em 1764, com um dos projetos pombalinos para Lisboa, “tinha o aspecto de uma quinta conventual”. Ía desde a Praça dos Restauradores até à Avenida da Liberdade. Encontrava-se ladeado por duas ruas, a Rua Oriental e a Rua Ocidental do Passeio Público. Terminava na Rua da Alegria de Baixo (Dias, 1999: 48). A partir daí eram os “arrabaldes”, como dizia Guilherme Dantas. Jacome Ratton dizia dele que era o único sítio onde os lisboetas podiam caminhar sem ser por cima da lama. Era um espaço muito procurado pelas pessoas da alta sociedade.

Na década de quarenta, depois das obras levadas a cabo pelo arquiteto Malaquias Ferreira Leal, o Passeio Público adquire um aspeto romântico, embora continuasse a exercer a mesma função na cidade. Passou a contar com “dois grandes portões de ferro forjado, ligando a pilares de cantaria, duas coroas de louro em bronze dourado”, o muro antigo deu lugar a um “gradeamento” (Dias, 1999: 48), ao estilo inglês, segundo Júlio Dantas, citado por Francisco Topa no artigo “Para aquém de ‘O escravo’: os poemas de José Evaristo d’Almeida”, de 2014. No interior do Passeio a Câmara mandou construir “um grande tanque de pedra, ornamentado com estátuas” e “uma alameda entre pequenas árvores” (Dias, 1999: 48). Beneficiação que acabou por dar ao Passeio Público “um ar mais civilizado e menos conventual” (Topa, 2014: 8).

Este foi o cenário encontrado por Dantas aquando da sua chegada a Lisboa. Um Passeio que era já um símbolo do século XIX, recebendo “as primeiras festas nocturnas em 1851, o gás começa então a ser utilizado para iluminação pública e festejos fora de horas” (Dias, 1999: 49), após a reabertura às 20 horas, “com música e entradas pagas” (Topa, 2014: 8). Faziam-se ali

luminárias e o dinheiro angariado habitualmente à quinta-feira e ao domingo no espetáculo era usado na assistência aos pobres, segundo Tavares Dias. O Passeio permitia o encontro de pessoas de todas as classes sociais e com diferentes hábitos:

Ia-se para o Passeio, mesmo ali à beira do Rossio, como se de um parque distante se tratasse. Cada recanto era refúgio de namorados, cada banco servia a solidão de um poeta apontando a lápis devaneios estilísticos, cada ruazinha ressuava à prosápia dos comentadores e dos conselheiros, cada árvore abrigava um despique entre negociantes ou caixeiros da Baixa. O Passeio era, sobretudo, um enorme misturador de classes e de hábitos sociais. Nesse território neutro poderiam finalmente cultivar o gosto e os modos, por simples mimetismo, todos os que para lá fossem caminhar a par dos nobres que, pela tardinha, desciam paulatinamente alameda central para irem ouvir a música gratuita no coreto. Atrás deles, compactas e intermináveis, viam-se famílias burguesas em peso – do rotundo patriarca até ao mais enfezado rebento – caminhando a passo incerto sob o renque de árvores, virando a cabeça para a esquerda e para a direita, sem perder uma oportunidade de mostrar as luvas novas, a sombrinha de rendas ou chapéu de pelo de seda (Dias, 1999: 49).

Como não podia deixar de ser, o nosso jovem escritor também se aventurou algumas vezes nesse ambiente mundano de contradições, em que coabitavam o seletos e o popular, a ostentação e a sensualidade:

Tendo acabado de saborear o meu café com toda a pausa, levantei-me, paguei, saí, enterrei o casaquete com toda a galhardia sobre a orelha direita, ergui o nariz e tomei em direcção ao Passeio Público.

O Passeio estava quase deserto naquela tarde. Era em Agosto, e nesse mês morre-se asfixiado de calor em Lisboa, como em qualquer parte de África (Dantas, 2007: 37).

Prometia mesmo uma noite bela e serena, e, pelos modos, haveria música. A brisa da tarde embalsamava-se com a fragrância das flores, regada havia pouco, e em vez de nuvens de nuvens de poeira, exalava-se das ruas do jardim esse cheiro penetrante e agradável que tem a terra orvalhada de fresco depois de intenso calor.

Resolvi-me, pois, entrar. Eis senão quando, ao pousar o pé direito no limiar da-quele éden, estafa-se-me diante o espantalho dum municipal, cujo nariz flamejante valia bem a espada de fogo do arcanjo bíblico.

Estaquei, ficando com um pé no ar, apalermado, confuso, com a cegonha no banquete do lobo.

– O Sr. Já pagou? Perguntou-me o guerreiro.

– Hein?!...

– Pergunto se já pagou, ali... no bilheteiro...

– Pois, paga-se?... volvi, com ares inocentes.

– Sim, Sr.: hoje há música... é um tostão.

– Ah!... Não sabia...

O homem olhou-me desconfiado, examinando-me, como se quisesse calcular pela qualidade do fato a capacidade das minhas algibeiras; e provavelmente o exame não foi favorável porque o bravo endireitou-se, retorquindo-me, com aquela afabilidade característica da autoridade que se dirige a um pobre diabo:

– Pois então não pode entrar, camarada!

– É lógico, cidadão! Respondi, submisso.

E, retrocedendo os calcanhares afastei-me, rindo interiormente daquele parvo, que me queria obrigar a pagar aquilo que eu podia gozar perfeitamente grátis... por fora das grades. Foi o que fiz, contornando-a por uma das ruas laterais.

Um tostão!?... Dois dias de cigarro e café, riscados do meu magro orçamento!... Ora!... ora!... O próprio passeio daria eu por um tostão naquele tempo e em certas ocasiões... e infelizmente ia entrar num desses períodos críticos. Estava a expirar o mês, e antecipavam-se-lhe no túbulo os últimos vinténs da minha pobre mesada (Dantas, 2007: 38-39).

Exatamente, quando assim refletia, passava eu por defronte do lago onde o mitológico deus dos mares ostenta as suas veneradas barbas de pedra à admiração dos provincianos, das criadas, das amas, e dos pequenos indígenas. O pobre pai Neptuno, sobraçando o seu pote rachado, que então não jorrava o mais ténue filete de água, aprecia bastante contrariado, talvez por não ter podido ir às praias, (ele, o chefe dos banhistas!) nem mesmo para o campo, e acolheu o afectuoso sorriso que lhe enviei, com o ar compungido e consternado de quem não sabe para que o puseram ali.

Nesse momento, atraíram-me a atenção duas elegantes meninas que vinham por uma das âleas paralelas à grade a que encostava. Trajavam, com perfeita garrisse, os famosos vestidos à *Benoiton*, ainda que uma delas, que me pareceu a mais formosa, mostrava-se um quanto constrangida, apesar de ser o seu vestido menos *petulante* do que o da outra: apenas se lhe via, como debruando o elástico das diminutas botinas, dois dedos da orla das meias... Era, assim mesmo, o suficiente para dar volta ao miolo de qualquer que tivesse menos preocupado do que eu estava naquela ocasião (Dantas, 2007: 39).

Comover-me... era de mais. E como as duas belas se afastavam, e além disso não me fazia conta que o Jeremias me visse, nem tinha empenho algum em ouvir a detestável música do Passeio, tomei distraído, o caminho da casa... horivelmente distraído! Naquela noite, com certeza, eu não seria capaz de escrever duas linhas (Dantas, 2007: 41).

A mais formosa e que trajava um vestido menos petulante era a filha do velho do Ultramarino, o da “fitinha encarnada”, o major aposentado. Era Madalena, a enganada. Dantas, sem saber, avista no Passeio Público, pela primeira vez, a menina, cujas características foi buscar à Maria de Almeida Garrett.

Foi este o envolvimento que o aluno da Escola Real de Mafra teve com o Passeio Público, embora tivesse lamentado não ter podido aproveitar mais do espaço, que muito apreciava, por morar mais para o interior da cidade. Deixou-nos uma descrição fidedigna de um dos símbolos públicos da Lisboa do seu tempo

Creio já ter dito, eu morava na Praça da Alegria. Era um dos mais belos sítios de Lisboa, alegre e desafogada, com largas avenidas, algumas árvores, a vista pitoresca do Passeio, que lhe fica próximo, e a vizinhança dos bairros mais animados e aristocráticos da capital. O meu interior doméstico, porém, fazia com que pouco me pudesse aproveitar e regozijar da preferência de sítio (Dantas, 2007: 43).

2.1.2.2. O Café Ultramarino e o *Pauvre Diable*

O *Kafe*, designação que os alemães internacionalizaram para este espaço, onde a sociabilidade é possível, era neste século o espaço onde se construía a opinião pública. Era um “um *rendez-vous* político” ou “um esteio par agitação política”, para os que o temiam (Secco, 207: 89). Aos cafés ficaram associadas várias revoluções: em França, “o Café Régence (1689) foi frequentado em diferentes épocas por Diderot, Robespierre e Bonaparte, Voltaire, Rousseau e Richielieu. O Café de Foy, por Demoulins. O Café de Lemblin recebia os restos do Estado-maior Imperial. No Café Valois reuniam-se os cavaleiros de São Luiz” (Secco, 2007 89). Segundo Balzac, “o café é o parlamento do povo”.

O café foi também o espaço dos literatos e homens de cultura que precisavam de público. Em Lisboa, um antigo funcionário do Nicola, José Pedro da Silva, fundou o seu próprio estabelecimento, que ficou conhecido pelo facto de o proprietário ter “mandado construir, a um canto do salão, um pequeno gabinete destinado exclusivamente aos poetas”, onde eram possíveis as frequentes tertúlias literárias, e mandou cobrir as paredes com fotografias dos poetas da sua preferência. Outros cafés pela Europa fora tiveram

Mozart [que] jogava bilhar; Schubert fazia deles escritórios. Goeth deixou escrito: ‘são uma espécie de clube democrático, onde se pode ficar sentado durante horas, a discutir, escrever, jogar às cartas, receber correio e, sobretudo, folhear um número ilimitado de jornais e de revistas’. Em Veneza, o Florian guarda memórias de Byron, Dickens, Proust, Yourcenar (Dias, 1999: 8).

Em Portugal não seria diferente. Em Lisboa,

Os cafés mais célebres das imediações do Passeio Público instalaram-se no Largo Camões pouco após a conclusão das obras no quarteirão do lado norte, em 1845: foram o Martinho e o Suisso. O segundo quebrava a tradição lisboeta de designar botequins quase exclusivamente pelo nome dos proprietários. Enormes placas de fachada, evidenciando o nome da casa como até então nunca fora feito, funcionam como homenagem à nacionalidade suíça dos fundadores (Dias, 1999: 49).

Os cafés permanecerão nas mentes dos escritores das gerações mais novas pelo fascínio que produziam. É frequente encontrarmos nas literaturas nacionais a menção aos cafés históricos e àqueles que os frequentaram. Eça de Queirós presta homenagem ao café Marrare, que não chegara a conhecer, mas onde ganharam vida as suas personagens do romance *Os Maias*. Foi “à mesa do Marrare que Pedro da Maia, pai de Carlos inicia as noites de boémia após o desgosto

pela morte da mãe, e nelas escreve depois as suas cartas de amor. Da porta do Marrare avista Pedro, pela primeira vez Maria Monforte” (Dias, 1999: 40).

Guilherme Dantas guardou na memória as muitas tardes que terá passado no seu café Ultramarino, sito ao Cais do Sodré, concebido com uma traça oriental, segundo modelos tropicais, oferecendo um ambiente acolhedor, com um toque africano que o dono fazia questão de acentuar, onde o “bom café” era um *ex-libris* da casa. Mantinha-se aberto de dia e de noite, sempre com grande requinte, garantindo privacidade e discrição aos clientes, que aí encontravam espaço para boa e continuada conversa. O narrador de Guilherme descreve-o como tendo sido o

(...) bonito café Ultramarino, um dos raros estabelecimentos deste género onde, em Lisboa, eu encontrava algum cozimento que pudesse decentemente aceitar sob rubrica de café.

Entrava ali frequentemente, quase todas as tardes...

Situado no Cais do Sodré, com bela vista para o Tejo, para o qual deitavam três das portas sobre a espaçosa varanda que circundava o edifício quase ao rés do chão, tinha, efectivamente, um certo *cachet* de construção à oriental, que não destoava da tabuleta. Segundo o costume das construções dos países tropicais, as duas alas da varanda, a maior olhando para o rio e a outra para o cais, eram improvisadas em saletas.

Estores e toldos de cores variegadas quebravam suavemente a luz do exterior. Jardineiras entre as portas, cadeiras de baloiço, cadeiras de verga da Madeira, e alguns canários saltando e gorjeando nas suas gaiolas doiradas, pendentes nos desvãos dos pilares da varanda, completavam o arranjo com que o génio industrioso do proprietário, alfacinha de gema, quisera africanizar o estabelecimento; além disso, para ali dar mais uma demão *da*²⁶ cor local, adicionara-lhe um preto ao pessoal doméstico. Tinha-se visto obrigado a dispensar os macacos, porque sujam a casa, escandalizam os fregueses sérios com os seus hábitos e momos atrevidos, quebravam a louça, e roubavam tudo aquilo que podiam deitar unha, principalmente bolos, torrões de açúcar, colheres de prata, e até charutos, o que era outro objecto de escândalo e zanga para o resto dos fregueses. Papagaios e periquitos, à excepção dum soberbo *catatua* australiano de plumagem alva de neve e penacho cor de fogo, haviam sido igualmente excluídos, por incómodos. Mas o inteligente proprietário tivera, sobretudo, a excelente ideia de servir sempre, e a todos os consumidores, bom café; o que, a meu ver, e segundo o pensar geral, era a melhor das recomendações para o botequim.

O negro, irrepreensivelmente vestido de si mesmo... quero dizer, de preto, encolarinhado numa gravata de alvura imaculada, ostentava-se ordinariamente na varanda como apêndice à pomposa tabuleta do Ultramarino, e tinha a seu cargo o serviço dos fregueses mais escolhidos do estabelecimento, os quais preferiam a varanda nas calmosas tardes de estio, e muitas vezes se demoravam até horas bastante adiantadas, gozando a amenidade das noites refrescadas pela deliciosa brisa do mar, cujas acres emanções traziam a muitos deles recordações das longínquas terras da pátria. Graças ao Jeremias, tive ocasião de encontrar ali mais um compatriota.

²⁶ Introduzimos algumas correções ao texto da edição que usámos, por não estar de acordo com o texto original. Em determinados casos nota-se um afastamento lexical acentuado, motivado talvez pela dificuldade de leitura do texto original, que se encontra num jornal com cem anos de existência. Nesses casos procedemos à escrita dos vocábulos a negrito.

Éramos conhecidos, e o bom Joaquim tratava-nos mesmo por patrícios com a afectuosa confiança, apesar de ser natural de Angola, e não de Cabo Verde...

– Amigo Joca! Disse o Jeremias: traze-nos café, conhaque e charutos.

Vinha caindo a noite, diminuía gradualmente os rumores da grande cidade e começava-se a acender os **revérberos**, apesar de se contar com esplêndido luar. Em Lisboa não fazem contribuir a luz da lua para a iluminação municipal, como acontece na capital de certa província ultramarina muito nossa conhecida: péssimo sistema económico, de que a bela e caprichosa Phoebe frequentemente se ri, zombando dos respeitáveis edis, que não incluem na acautelada verba da iluminação o seu coquetismo feminil em débito aos raios argentinos.

Joaquim pousou em cima da jardineira que ficava entre nós a bandeja de prata em que vinham os aparelhos do café, o frasco de conhaque e um copo com charutos. Encheu as duas chávenas de porcelanas, ergueu a meio os estores, para que pudéssemos gozar melhor da branda aragem da noite, e retirou-se discretamente para um dos extremos da varanda, o que nos permitia conversar mais à vontade.

A noite era das mais amenas. Uma deliciosa frescura, subindo do Tejo que rumorejava quase a nossos pés, vinha reanimar-nos do abatimento produzido pelo excessivo calor do dia; e na varanda reinava discreta penumbra, apenas combatida pela iluminação interior do estabelecimento, que se projectava através do vidro despolido das portas, e pela reverberação exterior dos candeeiros vizinhos, cujas faíscas, duma luz crua, eram interceptadas pelos estores. Ouvia-se, de longe em longe, o rodar duma carruagem, ou a cansada melopeia dos últimos pregões, e tiniam loiças numa casa de pasto vizinha, cujos mostradores, vivamente iluminados por bicos de gás, estavam cheios de coisas apetitosas.

Na meia sombra interior da varanda, cintilava o conhaque no cristal do frasco, reverberando em palhetas afogueadas no polido do bule de pratas e das porcelanas; o grosso maço de charutos, negros e ásperos, pompeava no copo azul, cujas bordas douradas pareciam servir-lhes de boquilha; e o café, puro, forte e fumegante, exalava o seu aroma activo e cheio de confortos.

A situação, como se vê, estava mesmo desafiando confidências (Dantas, 2007: 23-30).

O café Ultramarino, tal como todos os cafés do século XIX, foi ponto de encontro, local ideal para a leitura do jornal e para a escrita (p. 125), partilha de composições poéticas, cogitações, confidências. Foi no Ultramarino que o narrador acidentalmente conheceu o “velho major”, que vem a concluir ser pai de Madalena, personagem vítima de um engano:

No café Ultramarino, grande foi o meu desapontamento por não encontrar a *Nação* no lugar do costume. Estava ela nas mãos dum velhote que, sentado à mesa fronteira, acabava de a desdobrar e percorria o artigo de fundo com a beatitude e chanternidade dum bispo.

O meu pachorrento leitor; sentindo talvez algum prurido num objectivo da minha curiosidade, ergueu a cabeça e, muito naturalmente, como eu ficava defronte, olhou para mim. Insensivelmente, curvei-me ante aquele olhar severo e franco, mas que irradiava ao mesmo tempo não sei que expressão de meiga e profunda tristeza, como a duma saudade acerba e pertinaz, contra a qual em vão se luta; e cumprimentei os bigodes grisalhos do indivíduo, e também a fitinha encarnada que lhe ornava a lapela da sobre-casaca, abotoada, à militar. Tinha, efectivamente, o todo dum velho oficial reformado. Correspondeu ao meu cumprimento, fitou-me alguns instantes, e voltou à sua leitura com um certo modo apreensivo” (Dantas, 2007: 35).

Este velho... era o meu conhecido do café Ultramarino, *miguelista!*... (Dantas, 2007: 69).

Eu desejaria ir ainda naquela noite ao Café Ultramarino, visto que de tarde o não pudera fazer, na esperança de encontrar ali o meu velho militar, que para mim já não era outro senão o major Azevedo, pai de Madalena (p. 111).

Havia também os botequins. Esta era uma designação antiga, que cairia em desuso. O narrador de Guilherme, que ainda encontra os botequins em funcionamento, indica o botequim do *Pauvre Diable*, como tendo sido o mais célebre dos que conheceu em Lisboa. Aqui encontrava boa comida, uma pastelaria excepcional; tudo o que aí era produzido era genuíno, sendo frequentado por estudantes, *bon vivants* (Dantas, 2007: 132). Os botequins – e mesmo alguns cafés – gozavam de uma certa má fama, não sendo recomendados a jovens e muito menos a senhoras. Por exemplo, o Marrare, onde estava a fina-flor lisboeta e os políticos da cidade, por ter sido local de conspiração política, propaganda maçónica, “muitos pais de família aconselhavam os filhos a não passar à porta, e era comum ver burgueses atravessando para o passeio em frente, quando havia aglomerações à entrada do café” (Dias, 1999: 38). No *Pauvre Diable* também se podia ler o jornal, aproveitando o facto de este botequim abrir as portas muito cedo

Defronte mesmo da politécnica havia um pequeno e elegante botequim, que era ao mesmo tempo uma das melhores pastelarias de Lisboa, posto que em ponto restrito. Fazia excelentes pastéis de nata e empadinhas deliciosas: era a sua especialidade; e, o que ainda é melhor, as empadinhas não eram trufadas de pardaís e corações, mas de mariscos frescos e legítimas perdizes, e os pastéis não se nos desfaziam na boca de areia, como os pomos da Palestina; até o seu café igualava, quando não excedia, o Ultramarino.

Este botequim era muito apreciado pelos *bons vivants* da Potitécnica, e tinha por singular tabuleta de guerra: *Au pauvre diable* – mote que me intrigava bastante, pois eu era um dos poucos frequentadores do botequim... a que ele se pudesse aplicar: o que não obstava a que, sempre que pudesse abrir uma brecha no meu orçamento, fosse um dos mais fervorosos avançadores da hora escolar, indo para ali *esperar* com toda a paciência que se abrissem as aulas e ao mesmo tempo consolar-me do eterno café com o pão e manteiga, ou do imutável e fatal pão com queijo e café, da boa tia Rosa.

Eram oito horas da manhã, e as fomalhas do *Pauvre Diable* acabavam de fazer erupção com as suas largas bandejas repletas de cristais doirados e conchas em que fumegava o delicioso creme, exalando um vapor activo e perfumado, que, diariamente, às mesmas horas, causava o desespero de todos os *pobres diabos* da vizinhança.

Meu amigo Jeremias enfiou logo o nariz pela porta do botequim, traiçoeiramente aberta, e eu segui *in continenti*, como satélite humílimo daquele astro...

– Almoçamos aqui? Perguntei, sentidos os primeiros sintomas duma hidropisia.

– Não, respondeu Jeremias: almoçamos em minha casa; mas, como o almoço é lá para as onze horas, tomamos aqui uma chavenazinha de café... Creio que temos tempo, mesmo para uma empadinha e um copinho...

– E um pastelinho... aditei, com ares de conciliação.

E como ele se dispusesse a abancar logo à entrada, tomei jeitos de freguês da casa, empurrei-o sem mais cerimónias por baixo do balcão, e invadimos a cozinha.

Para o que sai do forno, quanto mais perto, mais quente e melhor. E depois, na cozinha come-se mais à vontade, mesmo porque a gente sempre tem seu acanhamento de mostrar-se guloso em público.

E de passagem, visto que escrevo umas *memórias*, sérias e fartas de *revelações novas*...

Reinava, no sagrado recinto onde entramos, sepulto em discreta penumbra, um vaporzinho delicioso, um incenso capaz de extasiar todos os anjos do paraíso... com perdão das almas devotas (Dantas, 2007: 58-60).

Dali a cinco minutos, irrompia eu pela porta do meu paraíso, o botequim do *Pauvre Diable*, que era, além disso, o mais próximo; e, sem me dignar dessa vez ir à cozinha, nem permanecer na sala comum, entrei para um dos deliciosos quartozinhos reservados, pedi café simples, pois ainda era cedo para os pastéis. Enquanto não mo traziam, peguei no *Diário de Notícias*, ainda húmido e fresco do prelo, e que o criado me apresentara logo que cheguei, com a solidude que reclamavam o meu insólito janotismo e tons correspondentes (Dantas, 2007: 120).

Os cafés lisboetas também guardavam uma preciosidade para as pessoas, que no Verão procuravam por todos os meios possíveis fazer frente ao calor tórrido: eram os sorvetes de neve:

Desgraçados lisboetas! Eu os vi, nessa calmosa tardes do estio, afogados pela poeira abrasadoras das ruas, erguer os descarnados braços ao céu, a pretexto de desafrontar dos punhos os pulsos, enquanto de todos os lados se ouviam brados de angústia.

– Capilé! Capilé!

– Sorvete de neve!..

– Salta uma *carapinha*!... (Dantas, 2007: 38).

A “neve” era de facto gelo conseguido com muito esforço, nas montanhas da Lousã, guardado em poços, coberto com palha, para o manter limpo e ser transportado em carroças até à cidade de Lisboa, sem se derreter pelo caminho. Era um negócio lucrativo, cultivado por famílias durante muito tempo, numa altura em que não havia frigoríficos. Marina Tavares Dias explica de seguinte maneira esta tradição

Era a designação corrente de sorvete, de gelado, carapinhada e todos os outros derivados do gelo puro. Como não existia meio artificial de a fabricar, era preciso recolhê-la nas serras mais altas, conservando-a em poços e transportando-a depois, com mil cuidados, até Lisboa. O ofício de neveiro criou escola e prestígio. E foi o serviço de neve, ainda mais importante que o café, a principal motivação para muitos clientes dos botequins setecentistas (1999: 19).

Guilherme Dantas brinca com a neve, fazendo-a servir para curar todos os males:

Olhem para aqueles dois estafermos que ali estão... Tombaram o focinho entre as patas encruzadas sobre a mesa, e dormem... Amanhã terão dor de cabeça, apertá-la-ão com um lençinho, ou com mas mãos à falta de lenço, hão-de sentir náuseas, tonturas, e pedirão, com voz dolente, limonada, capilé de cavalinho, ou genebra com água e açúcar... Pois bem!... Darwin conta que o mesmo acontecia com um mono que ele tinha, e ao qual costumava embebedar com cerveja... (Dantas, 2007: 148).

2.1.2.3. Os negros na Lisboa de Dantas

Jean-Yves Loude (2005) faz referência a 10% de negros entre a população lisboeta no período compreendido entre os séculos XVI e XVII. Portugal foi o primeiro país europeu a ter contacto com nativos do continente africano, muito tempo antes de “Cristóvão Colombo ter avistado terras desconhecidas, antes de Vasco da Gama ter regressado da sua viagem à Índia e de Pedro Alves Cabral ter chegado à Terra de Santa Cruz”. Portugal e Espanha “encorajaram a importação de escravos até ao século XVIII” (p. 33), que foram distribuídos como “mercadoria humana” pela “cidades, e campos, pelas docas e minas, ruas e lameiros, estaleiros e pardieiros” do país, até ao fim da escravatura enquanto instituição legalizada, mais tarde clandestina, no século XIX.

O arquipélago de Cabo Verde foi uma placa giratória para este comércio hediondo, a partir de onde saíram homens, mulheres e crianças, enviados para muitas partes do mundo, incluindo a metrópole:

Santiago tornou-se um lugar de passagem obrigatória para os cativos que seriam enviados para Portugal. No final da segunda travessia, extenuante, por vezes fatal, eram abolidos na Casa dos Escravos de Lisboa. Conhecerão o seu destino de servidão na Praça do pelourinho, entre outros locais, onde serão leiloados ao lado de cavalos e animais domésticos.

Ao desembarcar, os escravos eram agrupados em pavilhões, na Casa dos Escravos. Aí registados, divididos em lotes e submetidos à inspecção meticulosa dos potenciais compradores. Os que eram saudáveis e que não tinham sido objecto de transacções directas eram vendidos nos mercados das cidades. Os que revelavam deficiência ou uma doença eram confinados a particulares que, tratando-os, ficavam com direito de opção de compra a preço reduzido. Algumas casas especializaram-se nessa tarefa. Animais e escravos podiam ser devolvidos aos vendedores no prazo de um mês. Cem anos após as primeiras levas de escravos, os barcos negreiros regressavam regularmente ao porto de Lisboa. A componente negra da população torna-se, no entanto, muito visível, barco após barco, século após século, até ao final do século XIX, quando, como que por encanto, quase desapareceu por completo [até que] a história tivesse feito rebentar uma segunda vaga negra em Portugal, para as grandes obras a realizar durante a ditadura de Salazar” (Loude, 2005: 40-41).

O Marquês de Pombal aboliu em 1761 a venda de escravos na metrópole. Do acordo entre Portugal e a Inglaterra, em 1854, foram libertados escravos nas colónias. A igreja, por sua vez, em 1856, dá liberdade aos seus, seguindo o exemplo. Em 1869, foi definitivamente proibida a escravatura em todos os territórios portugueses. Como se vê, tratou-se de um movimento político que demorou muito tempo a cumprir-se. Em França aconteceu em 1848; no Brasil independente só em 1888 se aboliu a escravatura.

O século XIX, grosso modo, foi o culminar de um movimento abolicionista que começou na Inglaterra do século XVIII e se propagou por todo o mundo. Em todo o caso, Portugal foi acompanhando o combate a esta prática desumana, mas que mesmo assim teve a conivência da igreja católica e de um pensamento científico coevo.

O estereótipo é uma construção mental de pessoas e acontecimentos, (Brown, 1995) que teve o seu processo de formação no seio de uma coletividade. Esse olhar é representativo da conceção que temos dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo, herdado das gerações anteriores, por conseguinte muito difícil de ser alterado (Lippmann, 1965). Essa representação da realidade é, contudo, falsa (Staszak, 2008). O estereótipo acaba por ser socialmente aceite e usado de tal forma que nem sequer é questionado, caindo na situação de se atribuir a todos os elementos do grupo étnico, neste caso, as mesmas características, restringindo tudo a uma única e simples perspetiva de análise (Adichie, 2008), acabando sempre por ter consequências discriminatórias, roubando a dignidade do sujeito objeto (Adichie, 2009). O ser humano manifesta tendência para generalizações cognitivas que naturalmente resultam em atos de discriminação.

O discurso colonialista face à construção ideológica do outro foi imutável no que toca à diferença cultural, racial e histórica. E neste ponto se equipara ao estereótipo enquanto estratégica discursiva do permanente, tanto na ordem como na desordem e na representação demoníaca do outro (Bhabha, 1994). O estereótipo carrega valores negativos e positivos do grupo objeto colonizado, com o objetivo de exercer sobre ele o poder de controlo e de legitimação da autoridade e superioridade. O outro, no contexto colonial, é também objeto de desejo e repulsa sexual, sustentável pela fantasia da origem e identidade. O objeto estereotipado é definido pelo que é dito a seu propósito. Este é um privilégio do grupo dominante e é a partir dele que se constrói a diferença do outro. Na realidade, ambos são vítimas do estereótipo (Bhabha, 1994).

Quando Guilherme Dantas chegou à cidade de Lisboa, encontrou africanos trabalhadores, como o “preto” adicionado ao pessoal doméstico com o objetivo de tornar mais africano o ambiente do café Ultramarino. Essas figuras eram socialmente ridicularizadas e Dantas trá-las para o romance como um elemento pitoresco da observação colonialista.

Tanto Dantas como José Roberto, o narrador em segundo plano, são oriundos de Cabo Verde, um mundo que o mulato criou, como disse Gabriel Mariano (1991). Os mestiços caboverdianos, formados de um cruzamento étnico entre europeus e africanos, ao longo dos séculos, como ficou dito no primeiro capítulo, criaram uma identidade própria, embora não definida, mas consubstanciada por “um sentimento de diferença” (Semedo, 2006: 69). Em meados do século XIX, cinquenta por cento da população do arquipélago era miscigenada (Carreira, 2000). A educação colonial que depois desse tempo se foi espalhando, embora o analfabetismo tenha sido sempre elevado, foi uma “facilitadora da autoconsciência crioula” a par da “‘diasporização’ que ultrapassa a dimensão territorial da nação” (Furtado, 2012: 167).

Dentro deste contexto ideológico, torna-se menos complicado compreender o discurso que se segue, não obstante a complexidade das situações. José Roberto encontra no café Ultramarino

O negro, irrepreensivelmente vestido de si mesmo... quero dizer, de preto, enroladinho numa gravata de alvura imaculada, ostentava-se ordinariamente na varanda como apêndice à pomposa tabuleta do Ultramarino (Dantas, 2007: 28).

Ao escolher a expressão “vestido de si próprio”, negativa, o narrador confunde deliberadamente um dos elementos que define a etnia da personagem com a cor do tecido, assim construindo o cómico. Continua zombando com a figura, dizendo que está “enroladinho” numa gravata, sugerindo que usa um artefacto que não lhe pertence e que com ele contrasta – “de uma alvura imaculada”. Usa as palavras para o caricaturar, ridicularizar, transformá-lo num objeto “ostentativo”, a continuação da “tabuleta” publicitária, desumanizando-o. Paradoxalmente reconhece aspetos positivos nessa personagem:

A varanda do Ultramarino ainda estava deserta. Somente o preto ali passeava, com a sua habitual gravidade. Mal nos viu, um sorriso de boa acolhida lhe dilatou as rudes e toscas feições, mostrando a alvura dos dentes, como só os negros possuem” (Dantas, 2007: 28).

Joaquim representa a sua etnia, que é diferente da do narrador, portanto, um marginal do ponto de vista étnico, cultural e social, isto é, o outro diferente de “nós”, cabo-verdianos. O narrador valoriza o elemento europeu da sua cultura, atribuindo-lhe uma superioridade estética em relação ao africano do continente:

O bom Joaquim tratava-nos mesmo por patrícios com afectuosa confiança, apesar de ser natural de Angola, e não de Cabo Verde, como denunciavam os lábios excessivamente grossos, e o nariz, não muito afeiçoado às belezas estéticas dos moldes gregos (Dantas, 2007: 29)

A forma como observa a mulher cabo-verdiana é também estereotipada. Para José Roberto, Madalena, imagem típica da mulher de Cabo Verde, usa um lenço colocado sem cuidado, denotando um estilo menos sofisticado que as raparigas de Lisboa. O narrador encara isso como um “gracioso *negligé*”, um sinal de simplicidade, que, por outro lado, é objeto de *fetish* (Bhabha, 1994). Madalena provoca nele desejo e repulsa: desejo pela sua simplicidade, a humildade das mulheres das ilhas, pelas suas qualidades morais, pacatez de menina de aldeia; e repulsa talvez porque, como mestiça, deveria esforçar-se mais por adquirir alguns hábitos tidos como civilizados.

Se considerarmos as figuras femininas mestiças dos romances cabo-verdianos da mesma época, notamos que elas são construídas à medida da mulher europeia, ou branca se quisermos. Nas *Memórias*, além de Madalena, temos Regina, irmã do narrador; temos também Maria, do romance *O Escravo* de Evaristo de Almeida. Todas são personagens que contrastam com as negras pela delicadeza e sensibilidade, os olhos verdes, os formosos cabelos; são umas senhoritas, na beleza, na inteligência, no comportamento e no estatuto, por vezes exageradas ao gosto do ultrarromantismo. A supremacia da cultura europeia é mantida, embora nunca deixem de se sentir orgulhosas por serem mestiças.

Os preconceitos do passado continuam vivos no subconsciente do cabo-verdiano. Os comportamentos atuais da população revelam estereótipos em relação ao africano continental, por se achar superior, mais civilizado por estar, como diria Dantas, mais “afeiçoado às belezas estéticas dos moldes gregos”. Esta atitude xenófoba foi estudada por Eufémia Rocha (2009) na sua tese de mestrado, *Mandjakus são todos os Africanos, todas as gentes que vêm de África: Xenofobia e racismo em Cabo Verde*, que a considerou como uma “esquizofrenia social”. Volvidos cerca de 150 anos, o povo das ilhas continua “negando a sua condição negra, uma vez que se assume como mestiço” (Furtado, 2012).

2.1.2.4. O *Diário de Notícias*

Outra importante instituição cultural dessa época foi o *Diário de Notícias*, nascido na era da liberdade em que a lei de imprensa garantia tiragens que satisfaziam a vontade de burgueses que procuravam o conhecimento generalizado e informação sobre a administração. A vida política, económica e social do país era a partir de agora exposta nos jornais que circulavam pelos espaços, onde os problemas eram discutidos e as pessoas menos instruídas informadas.

Esta foi uma moda vinda dos Estados Unidos da América, onde, entre outros jornais, o *New York Tribune* (1841) se destacou por ter sido “simultaneamente sensacionalista, votado ao interesse humano, e politicamente envolvido” em causas sociais como

a “educação para todos; o combate ao desemprego; a generalização do emprego às mulheres e a todas as camadas sociais; a igualdade salarial para o trabalho igual, independentemente do sexo, a abolição da escravatura, o fim do trabalho infantil; o fim da prisão por dívidas. Foi nas páginas desse jornal que primeiro se expuseram e denunciaram as chagas sociais profundas provocadas pela Revolução Industrial, nomeadamente a miséria e a doença que reinavam nos subúrbios operários, em especial onde o trabalho era mais pesado e perigoso, como nas minas (Sousa, 2009: 4-5).

Este jornal foi tão relevante que ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos para chegar a outros países. Karl Marx chegou a ser um dos seus colaboradores. Reunia todas as características do típico jornal popular que se difunde pelo mundo: “preço baixo e tiragens elevadas, inserção massiva de publicidade, diversidade temática para agradar às franjas da população, linguagem clara, concisa e precisa, culto dos factos, etc.” (Sousa, 2009: 5).

Na Europa, em França, surge em 1836 *La Press*, o primeiro “jornal popular”, feito para agradar a “um público massivo e não para contentamento da elite” (Sousa, 2009: 6). Também em França, *Le Figaro* introduz um estilo que reúne a informação mais leve e a mescla com notícias da sociedade, crónicas e folhetins, conforme explica este autor, vindo a ser imitado por muitos jornais do século XIX. Foi, porém, *Le Petit* (1863) o jornal “que junto com o noticioso conservador *La Correspondencia de Espanha* (1859) [serviram] de modelo ao *Diário de Notícias*, conforme o reconhece[u] o próprio Eduardo Coelho”, o seu fundador (Sousa, 2009: 6).

O *Diário de Notícias* nasceu em 1864, a 29 de dezembro, e foi o primeiro dos jornais do género em Portugal. Custava apenas 10 réis, graças à industrialização e à publicidade que paga-

va o jornal, para que pudesse “interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências”, como ficou claro no editorial publicado no primeiro número (Tengarrinha, 1989: 248). Guilherme Dantas testemunha esta modernidade e ironiza o comportamento das pessoas que faziam por exibir os anúncios:

Peguei no primeiro jornal que encontrei à mão, e virei-o logo de pernas para o ar, para fazer diversão ao meu desapontamento. A sorte favoreceu-me, porque era o *Diário de Notícias*, que já começava a tornar-se fértil em anúncios originais, que podem bem substituir um artigo de fundo ou *tampa* da *Nação*. Alguns fregueses da quarta página costumam mesmo pedir que lhes ponham os anúncios *às avessas*, de cabeça para baixo, *para assim se verem melhor* e chamar as atenções mais recalcitrantes (Dantas, 2007: 35-36).

Empoleirava-se ali um anúncio do *Diário de Notícias*, com cama e mesa, por 12\$000 réis mensais, que, seja dito de passagem, era a verba mais onerosa do meu orçamento, cuja apresentava a mensalidade ética de 18\$000 réis (Dantas, 2007: 44).

Foi no *Diário de notícias* que Jeremias colocou um anúncio para arranjar um novo quarto:

Ora, como ontem não nos vimos no Café, e hoje saiu no *Diário de Notícias* a resposta que eu esperava, lembrou-me logo procurar-te, busquei na minha carteira, achei a nota da tua morada, e... aqui me tens! Agora és tu que hás-de vir conhecer o meu quarto, mesmo porque me esqueceu trazer-te o jornal para veres... Se eu não sei onde tenho a cabeça... (Dantas, 2007: 53).

Dantas não pára, ao longo do romance, de ridicularizar os anúncios que apareciam no jornal e que serviam todos os propósitos

E quanto custam um par de luvas, uma luneta, uma caixa de papel acetinado, meia dúzia de tolíces no *Diário de Notícias* a vintém a linha, e toda a mais asneira necessária para se conseguir esse terno sorriso ou esse doce beijo... isto sem contar com as probabilidades duma terníssima carga de pau, ou duma pneumonia dulcíssima?... (Dantas, 2007: 61).

Foi no *Diário de Notícias* que saiu a notícia do suicídio aparatoso do indivíduo que se-duziu e abandonou Madalena:

Ontem, pelas 5 horas da tarde, foram *repentinamente sobressaltados* (sic) os vizinhos do prédio n.º ... da rua do Oiro, em que tem os seus escritórios o sr. Conselheiro Tibúrcio Teixeira, abastado negociante da nossa praça, com armazéns de bacalhau ao Terreiro do Trigo. Ouvira-se a detonação de um tiro. Pouco depois, acudindo a polícia, aos toques de apito que *houveram*, *dirigiram-se todos* para o gabinete contíguo ao do sr.

Teixeira, cuja porta se achava fechada por dentro (*o Diário não diz se era a porta do sr. Teixeira ou a do gabinete*); e arrombada a porta, ali um espetáculo *horrivelmente medonhos* se lhes deparou! O guarda-livros do conselheiro, Teixeira, um moço inteligente, honrado, e benquisto de quantos o conheciam, jazia estendido num lago de sangue. Tinha a cabeça atravessada por uma bala, e segurava ainda na mão crispada o revólver, com que pusera termo à existência. Ignoram-se os motivos... (Dantas, 2007: 64).

Lembrou-me o número do *Diário de Notícias* daquela manhã, que tinha expressamente comprado e trazia no bolso, e, exibindo-o, mostrei ao noticiário o local que falava do suicídio, que lera pela manhã no botequim do *Pauvre Diable* facto que parecia relacionar-se intimamente com as desventuras da minha infeliz Patrícia (Dantas, 2007: 104).

Uma das personagens mais caricaturadas no romance, Henrique Petit, podia ser funcionário do *Diário de Notícias*:

Henrique Petit, oriundo duma ilustre família francesa perseguida pelas vicissitudes da política e exilada em Portugal, era, naquele tempo, empregado na redacção de um dos jornais mais lidos de Lisboa, não me lembra bem se o *Notícias* ou o *Popular*, tanto mais que ele prodigalizava os arabescos da sua fecunda e caprichosa pena a quase todos os jornais da capital e províncias, indiferentemente. Tinha o nome inscrito em todos os centros políticos, e era amigo de toda a gente... para rir. Não parecia ter só dois costados gauleses, mas quatros. Bom rapaz, afinal. Um boémio (Dantas, 2007: 81).

O *Diário* esteve presente nos momentos mais importantes e trágicas da vida das personagens, acompanhando-as praticamente até ao fim, relatando os casos mais insólitos relacionados com elas:

– É verdade! Exclamou de repente Henrique Petit, que se estava lavando: já sabem o que aconteceu ao Jeremias?...

– Pois quê?... aconteceu-lhe alguma coisa? Perguntei eu, prevendo alguma nova asneira amoriscosa.

– Procura aí no sobretudo ou na sobre casaca. Deve estar lá um número do *Diário de Notícias* de hoje mesmo, que meti na algibeira à partida.

– Cá está... Mas, que diabo aconteceria a esse pobre Jeremias, que já anda pelos jornais a não ser algum novo primor ortográfico da sua bela, na secção dos anúncios?...

– Oh, diabo!... Exclamei, assustado.

E ao mesmo tempo, sem poder acreditar a que lia, dei com o local indicado

Tentativa de suicídio:

‘Um acontecimento, que podia ter as mais lamentáveis consequências... etc., etc., etc... O jovem cabo-verdiano desprendera o lustre do tecto da sala, dera uma laçada à corda que segurava (ao lustre), passou a cabeça pelo nó (diabo!) deu um pontapé na cadeira a que tinha subido, e ficou suspenso no vácuo. Felizmente, porém, um incidente ao mesmo tempo feliz e burlesco, impediu a consumação de tão desesperado intento. O nó da corda, demasiado estreito, ou a precipitação do agonizado moço, fez com que o laço não corresse perfeitamente, ficando o desgraçado suspenso *pelo nariz* (!!!) e dando tempo a que um criado, que ouvira o estrondo pela queda da cadeira, acudisse e livrasse o amo de tão incómoda posição. Ignoram-se os motivos que levaram o desgraçado man-

cebo a tão desesperada resolução, mas supõe-se que um amor mal correspondido não foi estranho ao assunto...” (Dantas, 2007: 140-141).

O jornal apresentava uma estrutura com quatro colunas, do mesmo género dos *tabloids* e duas rubricas diárias: “Crónica do Dia” e “Assuntos do Dia”. As outras páginas eram dedicadas a assuntos do quotidiano, à família real, economia, crime, política, religião, etc.

Procurava ser isento politicamente, não tomando partido nas questões políticas nem pertencendo a nenhum partido. O tratamento dos casos era superficial, pelo que o leitor não podia contar com a redação para a formação de uma opinião pública consistente e crítica em relação aos problemas reais do país.

Uma das grandes novidades introduzidas pelo jornal foi a reportagem, que trouxe com ela uma nova classe de profissionais da informação: os repórteres, que se descolavam a todos os lados, graças aos avanços tecnológicos ao nível dos transportes e ao telégrafo que facilitava o envio das notícias. A educação das massas populares foi outra preocupação do jornal, que se aprontou a incluir uma informação do tipo “enciclopédico iluminista [,] dos almanaques” (Souza, 2009: 25), embora esteja nisso também a vontade de divertir e de atrair mais leitores, nomeadamente mulheres. O crescente interesse e procura do jornal fez nascer uma nova classe de trabalhadores, que eram responsáveis pela distribuição e venda, os *ardinas*, que conseguiram assim uma ocupação que os afastasse de uma vida de miséria, segundo a mesma fonte.

Outra novidade são os folhetins, género também praticado por Guilherme Dantas e que lhe merece elogios, através de uma das suas personagens do romance:

– É o *Diário de Notícias* que o senhor está lendo? Perguntou-me o velho.

– Sim, senhor.

– Tem uns folhetins realmente engraçados...

E com mais um sorriso e uma ligeira inclinação de cabeça, voltamos cada um à sua leitura, porém, assim a modos de gente que não está satisfeita com o que disse e queria dizer outra coisa... Pareceu-me até ouvir o homem da fitinha encarnada, que resmoneava:

– É célebre!... (Dantas, 2007: 36-37).

O *Diário de Notícias* terá sido uma das suas leituras diárias, quase religiosa, como se depreende da afirmação do narrador: “quase sempre o café acompanhava o *Diário de Notícias*, que entra em todos os cafés e em toda a parte” (Dantas, 2007: 62). Os primeiros folhetins publicados foram os de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, “sob forma de cartas anónimas, *Mistério*

da Estrada de Sintra, entre 24 de Julho e 27 de Setembro” de 1870 (Sousa, 2009: 35). A par desses grandes escritores, outros vultos da vida política e literária portuguesa aí colaboraram.

2.1.2.5. As ruas e os espaços públicos de Dantas

As ruas são fatores da vida das cidades, com alma própria. Elas têm história e fazem história, por nelas terem tido lugar muitos acontecimentos célebres e guardarem patrimónios valiosos. Elas habitam as nossas memórias por terem feito parte das nossas vidas, como algumas ruas da cidade de Lisboa, da segunda metade do século XIX compõem as *Memórias*. São elas a Rua da Alegria, onde morava o narrador autodiegético; o Cais do Sodré, onde frequentava o seu café preferido e onde encontra uma boa parte das personagens fundamentais para certas ações que têm lugar no romance, como o seu amigo e colega Jeremias, o major, pai de Madalena, personagens românticas e um amigo do pai do autor; o Passeio Público, que pela sua particular importância histórica, social e cultural foi atrás analisado separadamente; a Patriarcal; a Travessa da Palmeira, onde morava Jeremias; a Calçada da Estrela; a Calçada da Glória; a Praça da Alegria, o lar de José Roberto, narrador em segundo plano, e Madalena; a Rua da Escola Politécnica, onde José Roberto estudava medicina e se situava o *Pauvre Diable*. Podia-se incluir aqui a Praça de Camões, o Largo de São Roque, a rua do Moinho de Vento, a rua do Alecrim por onde passava sistematicamente, ora a caminho de casa, ora dirigindo-se ao café Ultramarino.

Preferimos concentrar-nos no Cais do Sodré, um local de grande movimentação de pessoas e onde o comércio ribeirinho prosperava. Além disso, é o espaço público onde, juntamente com o Passeio Público, se passaram as ações mais importantes e onde o narrador esteve mais tempo. Jean-Yves Loude descreve-o assim:

É uma placa giratória... é o espaço aberto onde se desenrolava o grande espetáculo popular da vida, permanentemente ao longo de séculos, com os seguintes papéis por ordem de desaparecimento: o dentista italiano, o pária inglês, o morgado janota e as suas primas em busca de excitações, o patife indesejável, o pintor salpicado de tinta, a vendedeira negra de mexilhões, a sua alma gémea vendedeira de favas, a florista nacional, o marinheiro infiel e a varina. E toda essa gente gritava, pregões, preços: *quem quer do bom tem de pagar!* Trata-se de sobrepor a sua voz à do outro. Dir-se-ia que as línguas travavam duelos, baralhando o discurso.

As negras eram uma autêntica praga, segundo um viajante, de tal forma se concentravam nesta zona do Tejo, que passou a chamar-se «O Cais das Negras». Gritavam: *Mexilhão fresco! Para o patrão e para a patroa! Quem quer mexilhão para o jantar?*

Com alho, refogado de cebola e um fio de azeite de Santarém, que dá um cheirinho maravilhoso! (2005: 150-151).

Elas por lá continuaram a vender os seus peixes, século após século; em 1787, serviram de personagens de uma peça teatral, dando ao público a possibilidade de verem em teatro o que se podia observar todos os dias ao vivo. O teatro de revista, em 1910, prestou-lhes homenagem. Almada Negreiros recordou-as: “temos vendedeiras de peixe que avançam pelas ruas como barcos no mar. Têm gosto a sal. Nos seus cestos, levam o mar. Casam com marinheiros que têm cabeça de oceano e calças azul-marinheiro. (Ao fim de uma dezena de anos surge uma dezenas de marujinhos!)” (Loude, 2005: 151-152). Estas foram as varinas de Lisboa, que desapareceram e foram, no século XX, substituídas por completo pelas

Negras peixeiras ambulantes [que] vestem saias curtas plissadas, aos quadrados, que balançam ao ritmo do seu bamboaleio. Os seus corpetes moldam seios generosos, o avental cinge-lhes a cintura, e os lenços de rodilha aguentam pesados cestos. Voltam a povoar o Cais do Sodré e as redondezas, como sombras negras e clandestinas, a duzentos metros do Mercado da Ribeira (Loude, 2005: 152).

Os passeios de Guilherme com os seus amigos iam dar sempre ao Cais do Sodré, onde ficava o café Ultramarino:

Entretidos com recordações, ora tristes, ora alegres, subimos vagarosamente da travessa da Palmeira para o Patriarcal, dali tomamos pela rua Moinho de Vento, descemos ao largo de S. Roque, praça de Camões e rua do Alecrim, até ao cais do Sodré, onde era situado o botequim do Ultramarino, como deve recordar-se o meu pachorrento leitor. Entrámos (Dantas, 2007: 111).

2.1.3. A Ericeira e as idas à praia

A frequência das praias pelas populações que perto delas viviam, habitantes das aldeias e vilas piscatórias aconteceu sempre. Mas é a frequência chamada civilizada que prende agora a nossa atenção. Esse acontecimento, pela análise das fontes históricas, terá tido início em França, por volta de 1824, com a duquesa de Berry, que inaugurou a praia de Dieppe. Os banhos de mar eram recomendados para fins terapêuticos e eram acompanhados por médicos. Na Inglaterra a prática civilizada da frequência das praias começou com George III, e as elites que o seguiram,

na praia de Weymouth, em 1789. São pois as elites que desencadeiam a prática nova da busca da natureza marítima como forma de cura, de lazer e distinção social.

A população portuguesa, mesmo antes de o século XIX ter iniciado o processo de secularização da natureza que acompanhou a mentalidade da época, já teria o hábito de recorrer a este ambiente para o

ritual importante [que] era o da água, quer através da ablução, quer através da ingestão do líquido (de fontes consagradas), a que se atribuíam virtudes especiais nessa noite. O banho santo era praticado em especial nas zonas litorais: à Figueira da Foz afluíam anualmente alguns milhares de romeiros, que mergulhavam nas ondas do mar; às Caldas da Rainha se deslocavam muitas pessoas confiantes no poder benfazejo dos três banhos de São João (banhos da «meia-cura») (Mattoso, 1992: 522).

O banho de mar chegou mesmo a ser recomendado por intelectuais da época porque tinha efeitos benéficos tanto ao nível físico, como espiritual e moral. Ramalho Ortigão recomenda às mães portuguesa que “dêem banhos aos seus filhos. Peço-os para a felicidade deles, para a sua regeneração física e moral, para a preservação das suas enfermidades, para a alegria do seu espírito, para a firmeza da sua vontade” (Ortigão, 1876: 86). Ao banho se atribuiu, nesse tempo o poder de permitir a construção de um homem novo, mais forte física e moralmente, capaz de, com estes atributos, erguer uma nação nova e melhor. Às mães caberia a responsabilidade moral de guiar os futuros líderes:

O banho de mar surge num contexto de recomendações que visam o aperfeiçoamento da vida corporal. Trata-se não só de melhorar a saúde em geral, mas também os sentimentos e valores morais das crianças, daqueles que serão os homens que no futuro e envolverão nos esforços da burguesia para encaminhar para o progresso uma sociedade em decadência física e espiritualmente, plena de corpos degenerados, cujos excessos de energias não são convenientemente encaminhados (Machado, 1996: 123).

A praia também oferecia evasão, liberdade, o contacto com a natureza e a rutura com o quotidiano e com o conhecido, a fuga à rotina, a descoberta e a aventura. Passa a ser um espaço de interação entre homem e natureza, entre os indivíduos, “onde eles encontram aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor”, no pensamento de Berman (1983:15). Por conseguinte, espera-se que este homem moderno desvinculado das amarras intelectuais do passado, e que ativamente “analisa e selecciona elementos da realidade exterior [possa] criar, fazer e tornar-se fonte de conhecimento” (Bell, 1979: 110).

É interessante atentar no testemunho de uma mulher contemporânea de Dantas, uma “patricia”, que descreve no seu diário as idas à praia como uma atividade sazonal, aguardada com grande entusiasmo e alegria e implicando uma carga de trabalhos para as serviçais como ela:

Tinham que se cumprir, e em casa aprestavam-se as bagagens para seguirmos o exílio anual da temporada dos banhos de mar em Paços d’Arcos, que bem necessários se tornavam na sua aplicação, pois o grau intenso de patriotismo ameaçava descambar em sarampe-lho impertinente e rascativo.

Trata-se, pois, de cobrir e envolver o imobiliário em amplos panos e cobertores, preservativos do daninho pó. Oje, era a cauda do piano que chamava as minhas atenções, outro dia era a dunkerke que, plantada no meio do salão, me intercetá-va o caminho, reclamando o envoluci; o protetor, e assim iam decorrendo os dias n’um trabalho persistente e insano, a que o meu metódico e acertado emprego de tempo dava unidade.

N’uma sexta-feira do encalmante e agitado agosto d’esse ano todo o bando levantou vôo em direção ao pombal refrigerativo dos banhos de mar.

Instalados atabalhoadamente n’um compartimentode 1ª classe, a proverbial tranquilamente do apeadeiro de Santos, onde tomámos o comboio, era perturbada pelos gritos estrídulos da Fifi, filha da patroa, que me acoimava de pouco cuidadosa no acondicionamento do Ponche, estimado felino, com três anos de casa, que constituía sua pertença exclusiva. Agastada com os impropérios, reagi, e a mãe, conciliadora, acudiu justificando, explana-doramente, o quanto eu era carinhosa para com todos os bichos.

A minha senhora ordena-me que salte nos cães da estação e, apressadamente, despeja-me sobre a cabeça uma aluvião de caixas com chapéus, uma rede de malha com dois borrachos de estimação, uma montanha de casacos e peles para o frio e quando eu julgava asfixiar envolta n’esta onda, vem célere em meu auxílio a figura bisarra do Roque banheiro, gritando:

– Ah! D. Andrêsa, então cá a temos outra vez; eu não lhe disia que estas aguas valem mais que as das Caldas? e lançando as suas disformes mãos á pèle i tal que me ia envolvendo, ajuda-me obsequiosamente a sair da critica situação em que estava.

O único refrigério que tinha era, de manhã, na praia, acompanhando ao banho a morgadinha da casa. E, enquanto ela revolteava nas salinas ondas, eu recebia confidencias do Roque banheiro acerca do estado provável do tempo. Na sua diária prele atmosférica reclamava a minha atenção para os ôrizontes carregados, in-dicando-me com o dedo anelar, de anzol piscatório, os cirrus que se acastelavam sobre a baía da Crus Quebrada e cluía sempre por me informar, sentencio-samente de que tudo aquilo, para a tarde, se resolveria em vento; então era certo e fatal que, em desabono do presságio, caía calma podre, capas de torrificar um bom naco de roast-beef.

Tudo se aprestava para o esodo e a liquidação da conta dos banhos da Fifi tinha sido como que a guarda avançada da marcha sobre a capital.

Posta em sólida carroça a mobília campestre que tinha guarnecido a casa estival, operou-se a retirada com entusiasmo, tendo o nosso aquático Roque aljofrado o amplo bigode, de coronel reformado, com algumas lagrimas de reconhecimento, pelas atenções cuidadosas que lhe dispensei durante a época balnear (Vale, 1912: 60-61).

A praia era procurada não só para as práticas terapêuticas, mas também e sobretudo no século XIX, como “pretexto para divertimentos e reuniões mundanas sucessivas” (Machado, 1996: 63). Mas o comportamento era regulado no que toca a ida ao mar, o estar na praia e a vestimenta. Este código social, comparável à linguagem, foi assim analisado por Fiske:

Semioticamente, a praia pode ser lida como um texto, ou seja, como uma construção significativamente de potenciais significados que operam a vários níveis. Como nos outros textos, esses significados são, em parte, determinados pela estrutura do próprio texto, e em parte pelas características sociais e práticas discursivas do leitor – diferentes pessoas usam a praia de maneira diferente, ou seja, encontram nela diferentes significados, mas há um conjunto de significados que todos partilham (Fiske, 1989: 43).

A praia passa a ser um local de ostentação do poder social e financeiro dos indivíduos que a frequentam:

A natureza marítima torna-se particularmente susceptível de ser apropriada pelas elites para novas funções, de ser reconvertida em práticas sociais no espaço da praia que se alicerçam no desejo de mostrar uma posição social dominante. A relação que as elites portuguesas do século XIX estabelecem com o espaço da praia, constitui desde meados do século, uma estratégia simbólica-cultural de ostentação de poder social alternativa à propriedade. Isto é, desde 1864 que a praia em Portugal é insusceptível de apropriação privada (Machado, 1996: 36-38).

Embora o ambiente de Guilherme Dantas não seja o da burguesia, não obstante a grande aproximação às classes sociais alta, proporcionada pela Escola Real de Mafra e pela sua doutrina liberal, sentimos que há no seu texto um discurso sobre o espaço, composto de percepções sobre os lugares e as regiões, da visão do mundo como espaço e da sua relação com essas percepções, essenciais para as concepções quotidianas de si próprio e da realidade (Shields, 1991). Natural de uma ilha tropical, o ambiente marítimo não lhe era completamente estranho. São muito reais as suas percepções acerca do espaço urbano, as pessoas e a relação com a praia, o que talvez explique parcialmente as suas manifestações irónicas em relação a determinados comportamentos.

O mês de Agosto, o mais quente do ano, deixou de ser um problema para um lisboeta que tinha disponibilidade financeira para procurar as praias:

E nesse mês morre-se asfiziado de calor em Lisboa, como em qualquer parte da África. A antiga Olissipo, de ordinário tão alegre e animada, no Verão é das terras mais insípidas do mundo. Despova-se. Todos quantos podem abandoná-la, apenas assomam os primeiros dias de Julho, desertam para o campo, ou pelo menos para os arrabaldes, que são uma imitação do campo. Os mais felizes, e não são poucos, emigram para as praias de banhos; e quanto mais longe de Lisboa, melhor. Uns contentam-se com Paço d'Arcos, Pedroços, Oeiras, Cascais. Outros chegam até à Ericeira e circunvizinhança da frígida Mafra; e até à Granja, Espinho, e mais longe... mais longe ainda... Oh! Os felizes dos felizes!... até onde podem eles ir!... Há tais privilegiados da sorte, que chegam até às geleiras da brumosa Suíça, e às decantadas margens do lago de Como... e mais longe... mais longe ainda!... (Dantas, 207: 37).

Ericeira foi a praia de eleição da família Dantas Pereira durante as férias escolares, como nos é dado a compreender pela narrativa dos *Bosquejos*, confrontada também com as *Memórias*. Outras praias foram também frequentadas por Dantas, como a de Oeiras. É no conto *Cenas de Mafra* que este facto se torna mais claro. Era, como vimos a era das grandes viagens, as vias de transportes já permitiam sair com facilidade:

Eu, que até então apenas, havia percorrido em cómodas carruagens o espaço de sete léguas que separa Mafra de Lisboa, por uma estrada plana, concorrida e pitoresca, limitando-se as minhas excursões extraordinárias às clássicas jornadas para os banhos de Ericeira ou de Ribamar, nas circunvizinhanças de Mafra, em pacíficos e bucólicos orlhudos. (p. 130)

A nobreza, a burguesia, comerciantes e trabalhadores podiam agora gozar umas férias em sítios privilegiados, com o requinte que a população dessas localidades colocou à disposição dos veraneantes. Ramalho Ortigão, no mesmo trabalho citado, mostra como as infraestruturas e as comodidades estavam criadas para receber as famílias que procuravam as praias:

Em Lisboa, é que ninguém fica, a não ser os aguaceiros (pungentes ironia, onde não há água quando mais é precisa!) e os amanuenses, corpos sem alma, ou antes, almas sem corpo, sombras de funcionários, *vaporosa ilusão* da eternidade... das mangas-de-alparca; em Lisboa só ficam aqueles a quem a engrenagem da existência prende à roda implacável da sua monotonia. Estes têm por único lenitivo e distração o mergulharem diariamente as suas cépticas pessoas nas águas turvas do Pátrio Tejo, mediante a competente esportula à *Deusa dos Mares* ou à *Flor do Oceano*. Às tardes, vão pedir uns bafejos de auras balsâmicas aos ressequidos canteiros dos jardins públicos, e, quando o vento permite a excelentíssima edilidade olissiponense, vão, *escorregando* sempre alguns *conquibus*, arranjar os ouvidos, com a lúgubre desarmonia dalguma banda marcial encalmada, exausta e aborrecida (Dantas, 2007: 37-38).

3. O romantismo como movimento literário

A. Enquadramento histórico e definição do conceito

O vocábulo *romantismo* advém da palavra latina *romanice*, significando “à maneira dos romanos”. *Roman* deriva da palavra francesa *romanz* ou *rommant* e foi adquirindo significados complexos, embora semelhantes nas diferentes culturas europeias e épocas históricas. Em França, começou por designar a língua vulgar, em oposição ao latim, e depois o termo foi usado para se referir às composições literárias ligadas às aventuras de cavalaria.

A palavra inglesa *romantic* foi usada para qualificar a paisagem, um monumento ou cena que se assemelhasse aos “antigos romances”. Durante o período racionalista, foi usada para se referir a tudo quanto fosse considerado absurdo, ridículo, resultado de uma imaginação desordenada. Aguiar e Silva explica-o do seguinte modo:

O termo Romantismo (inglês, *Romantism*; francês, *Romantisme*; alemão, *Romantik*, italiano e espanhol, *Romanticismo*) deriva, com mediações francesas, do adjetivo inglês *romantic*, utilizado desde cerca de meados do século XVII com o significado de ‘semelhante aos antigos romances’ (em inglês, *romance* designa um género narrativo caracterizado pela fantasia, pelo mistério e pela aventura). O adjetivo *romantic*, ligado portanto originariamente a manifestações literárias, podia qualificar uma paisagem, um monumento, etc., mas desde o início do último quartel do século XVII, pelo menos, apresenta um significado inequivocamente estético-literário, caracterizando, por exemplo, as obras de poetas como Pulci, Boiardo e Ariosto, os quais, em virtude do papel nelas desempenhado pela fantasia e pela efabulação romanesca, não obedeciam às normas clássicas da verosimilhança (1997: 487).

O vocábulo passou para todas as línguas e culturas europeias e no século XIX o seu significado passou a opor-se determinantemente ao clássico por figuras como Schlegel (1767-1845) e Germaine de Staël (1766-1817). Na Alemanha, o termo passou a designar tudo o que fosse antigo e medieval, afastado da racionalidade dos modelos clássicos, regra geral para designar a poesia sentimental.

Na ótica de Peckham (1974: 238), o romantismo constitui “uma evolução do espírito europeu contra o pensamento estático / mecânico e a favor do organismo dinâmico. Os seus valores comuns são: a transformação, o crescimento, a diversidade, a imaginação criadora e o inconsciente”. Acrescenta ainda que o romantismo seria “a pura afirmação da identidade, que não podia fixar-se em nenhuma orientação precisa”.

No caso português, Óscar Lopes (1979: 706) destaca as seguintes características como traços definidores do Romantismo:

banimento da mitologia e dos processos da retórica greco-romana; a mistura de géneros definidos e contrastados pelas numerosas artes poéticas clássicas (por exemplo a fusão da tragédia e da comédia no drama burguês ou histórico); uma versificação mais plástica, variada e popularizante, fora do colete-de-forças de formas decassilábicas como o soneto; um sentido em que o sublime e o grotesco se justapõem, e sem aquelas perífrases e aquela selecção vocabular que antes se julgaram manterem a fronteira entre o poético e o prosaico.

O romantismo associa a este quadro formal um conjunto de temas novos, que são deste modo enumerados no mesmo estudo:

às amenidades do bucolismo clássico que se opõem o belo horrível, disforme, tenebroso, cemiterial ou fantástico (o que se liga ao culto de Dante e Shakespeare; à ordem e medida, o desordenamento e o desmesurado paisagístico e psíquico; aos contornos nítidos e diurnos, o enevoadado, o nocturno, o sonho irreal; à racionalização e ponderação de toda a estrutura de uma obra, a fratura improvisada, os versos lançados ao sabor das rimas muito audíveis, a digressão a propósito ou despropósito, a interrupção da narrativa para um comentário ou confidência ao leitor, o exagero sentimental e melodramático; em vez do epíteto que apenas classifica ou encarece abstratamente um dado ser, cultiva-se uma adjectivação, uma pormenorização descritiva orientadas a dar cor local ou histórico, o pitoresco e o exótico (não apenas o medievo, ou em geral, passadista, mas também o espanhol, argentino, oriental, os ambientes miseráveis, o das lendas e mitologias germânicas, celtas, e outras) (p. 706).

Ao contrário das outras literaturas europeias, a literatura inglesa desenvolveu-se sem um envolvimento da corte nas produções literárias, o que explica a presença de temas e motivos mundanos, desde muito cedo, nos textos e, por outro lado, a afirmação mais precoce do romance. Noutro plano, a evolução tecnológica que se verificou já no século XVII proporcionou uma impressão de livros, cada vez mais sofisticados e de melhor qualidade, aumentando a distribuição e a procura.

A classe-média, recém-nascida das revoluções histórico-económicas, vai ser a consumidora dessas obras literárias, e em particular do romance, e é também nela que os românticos encontram os seus modelos de leitor, embora as personagens sejam procuradas na classe desfavorecida e na dos trabalhadores, dos mendigos, ou nos meios rurais.

B. O homem romântico

O individualismo que também caracteriza o romantismo encontra as suas raízes nos papéis sociais e nos comportamentos sociais dos indivíduos, numa era de grandes transformações a vários níveis. Um dos aspetos a destacar tem a ver com a mudança paulatina da visão e do papel da mulher. É neste período que surgem os clubes femininos e que as mulheres começam a afirmar-se como escritoras (Madame de Staël, George Sand, Mary Wellstonecraft, ou Mary Shelley). Para (Furet, 1999: 94), a mulher, a partir deste tempo em causa, “já não se identifica com a casa, os filhos, a família. Determina um modo sexuado de estar no mundo”. Ela lança um

“olhar novo” sobre os acontecimentos de seu tempo, “ao mesmo tempo pragmático e utópico. Ela é protagonista.”

Em Portugal, apesar da mulher se ter libertado de alguns tabus sociais, que vinham da Idade Média, ela continua a ser apresentada nas obras literárias como ser inferior. Por exemplo, nas *Viagens na Minha Terra* (1846), Almeida Garrett “mantém na sua frágil Joanninha a imagem da mulher inocente e ignorante” (França, 1999:116), uma imagem de “vítima” que se mantém em todo o romantismo português, contudo, ela já não era mais, de facto, “a mulher caseira de outrora que apenas saía à rua a baptizar, a casar, e a enterrar” (1999: 160), como era comum dizer-se.

Os escritores românticos buscam nos tipos sociais as personagens que vão habitar os romances. Entre eles encontramos o *dandy*, o esteta e o *flâneur*. Nenhum deles acredita “em coisa alguma, mas têm o dom de lançar sobre as coisas um olhar que as anima e ilumina. E na medida em que sabem calar-se em qualquer situação vivendo-a como própria, uma solidão sem remédio os separa daquilo que parecem vibrar” (1999: 204).

Um outro traço típico das personagens românticas prende-se com os seus estados de alma, muitas vezes marcados pela melancolia, que podemos definir como o “sentimento da nossa imperfeição que justamente a perfeição suscita”, uma perfeição que não está em parte alguma, que não é humana, mas que é fruto da imaginação, de uma construção mental ilusória.

Segundo Hauser (1982), o individualismo é a reação do indivíduo contra a divisão do trabalho, resultante da Revolução Industrial. O escritor tenta afirmar-se exagerando o seu ego, contra o que para ele é agressão burguesa aos valores espirituais. Outros sinais são uma quase obsessão pelos espaços da natureza, tais como montanhas, florestas, rios, bosques, a lua, elementos que contrariavam o mecanicismo do quotidiano. Os românticos do mesmo modo procuravam nas terras distantes, em particular no Oriente, um modelo de civilização alternativo. Outros autores buscaram refúgio nos espaços remotos, soturnos, tais como cemitérios, ruínas, catedrais góticas, castelos medievais, com o intuito de recordar um tempo perdido.

O suicídio foi uma das formas de protesto romântico e de evasão mais extremada. O sujeito romântico sente-se por vezes um estranho num meio hostil e absurdo. Para outros, a morte é um subterfúgio por repudiarem a ideia da velhice, “entregando-se a toda sorte de desregramento, descuidando-se da saúde porque lhes importavam os valores do espírito” (Moisés, 1984: 14).

O satanismo foi outra manifestação do protesto romântico e consistia em atitudes doentias e práticas extremas como assassinatos, incestos, orgias e outras que demonstravam uma falência dos valores morais da realidade. O uso excessivo do álcool, de drogas ou uma vida sexual desregrada foram outros recursos de que os românticos se valeram para intentarem contra a ordem estabelecida.

C. O segundo romantismo português

Antes de entrarmos no período que diz respeito ao segundo romantismo, ou ao romantismo da Regeneração, preferimos tecer algumas considerações introdutórias breves, que consideramos relevantes para a compreensão do percurso que conduziu a esse momento histórico da literatura portuguesa. Os autores do primeiro período romântico, principalmente Almeida Garrett, a quem daremos uma atenção especial, estiveram na relação de obras que Guilherme Dantas leu e deixaram marcas na construção do seu gosto literário e abriram caminho para que chegasse a outros românticos europeus, não obstante Dantas ter crescido e ter sido literariamente educado durante o fontismo. Almeida Garrett está presente nas *Memórias*, de uma forma tanto explícita como encoberta, lado a lado com outros românticos portugueses e europeus. É fundamental notar que os autores portugueses foram uma porta de saída e caminho que o conduziu ao encontro dos escritores ingleses e franceses, proporcionando as bases da sua formação literária.

As sucessivas sublevações político-sociais do início do século e que culminaram com a Regeneração tiveram como protagonistas a oligarquia financeira, camponeses, artesãos, miguelistas, e pequenos burgueses, que criaram condições para o aparecimento de escritores com interesses nos autores do socialismo utópico francês, como Saint-Simon e Pierre-Joseph Proudhon, e progressistas como Eugène Sue e George Sand. É inegável porém o relevo de Victor Hugo, não só neste período como para as três gerações românticas portuguesas, como doutrinador a favor das grandes causas do humanismo ocidental, tais como a liberdade religiosa, o combate à miséria e a liberdade cívica ou política.

Para que estes autores tivessem chegado ao grande público, em Portugal como nos outros países, as bibliotecas tiveram um papel importante na difusão das obras estrangeiras e dos autores nacionais. Segundo Óscar Lopes (1997), já havia um público leitor letrado de qualidade e com gosto por este tipo de literatura, que alimentava as

tiragens de revistas como o *Panorama* (1837-1868). De Paris e Bruxelas chegava um grande número de livros. Os gabinetes de leitura concebiam os seus catálogos em língua francesa para os seus assinantes. As traduções também contribuíram para a difusão massiva dessa literatura, principalmente entre as mulheres, que liam muito mais do que os homens. Esses gabinetes de leitura nas capitais eram muito frequentados por estrangeiros (França, 1999: 160).

Três anos depois de ter introduzido o novo conceito de produção literária no país, Garrett definiu os traços que permaneceram presentes nas obras das gerações que lhe sucederam, tais como a beleza feminina misteriosa que habita as montanhas virgens, o pálido reflexo da lua sobre os campos, os castelos e conventos medievais em ruínas e cobertos de hera e musgo.

Um programa ficou estabelecido por Garrett e Herculano com preceitos que incluíam valores individuais e coletivos, como o sentimento cristão e da pátria, numa busca da essência do ser português.

Garrett admirava Lord Byron e encontrava nos seus escritos o *dandy*, o imoralista aventureiro, um amante da liberdade. Tratou-se porém de uma influência superficial, uma vez que Garrett e seus contemporâneos foram prudentes em relação a certos elementos satânicos que chegavam do romantismo inglês. Com grande número de títulos traduzidos entre 1836 e 1842 em Portugal, Scott é apreciado pelos leitores portugueses e Garrett trá-lo-ia para o seu *Camões*, para construir o ambiente poético, pese embora as diferenças da natureza portuguesa face à inglesa.

Os românticos portugueses estiveram de um modo geral atentos aos textos românticos ingleses, alemães, e franceses. Lamartine, que foi particularmente caro a Guilherme Dantas, foi traduzido pela Marquesa da Alorna e sobretudo por figuras ilustres do segundo romantismo, tendo exercido também influência sobre Garrett: por um lado como "o sonhador dos profundos gritos de alma, do sentimentalismo íntimo e majestoso, o lírico plano da religiosidade"; por outro lado, como o "Lamartine-homem público", cujos discursos eram evocados no parlamento português, como "exemplo moral e político". Além disso, "a sua *Histoire de la Révolution* (1848) estava já traduzida" e era para os portugueses a "encarnação da liberdade no mundo agourento do cabralismo" (França, 1999: 98).

Outra influência, que pelas mesmas razões não podemos deixar escapar à nossa reflexão foi a de Musset, mais novo que Garrett e sem grande impacto no romantismo português, mas que deixou ao autor de *Folhas Caídas* "as suas 'noites' dolorosas" (1999: 99).

O teatro de Garrett apresenta características interessantes, que poderão ter influenciado Dantas na escrita das *Memórias*, pelo facto de terem tido uma fonte comum de inspiração em Victor Hugo, que deixara de fazer distinção entre tragédia e comédia, tendo dado forma a um drama novo que combina com grande liberdade criativa.

O texto garrettiano em prosa foi mais influente sobre as *Memórias*, sobretudo nos pormenores estilístico que lhe são mais característicos, tais como a aproximação da língua falada, o uso de um vocábulo familiar, colorido com estrangeirismos e arcaísmos, a introdução das reticências, as aliteraões, uma escrita à inglesa com períodos curtos e elípticos. O mesmo pode ser dito das hipálages e da sinestesia.

Os romances de Garrett anunciam algumas das características queirosianas, a começar pelo humor perto do britânico, a ironia, o ceticismo *dandy*, o ceticismo de outras personagens, por vezes revelado através de confissões, e até mesmo por meio de algumas recorrências rítmicas. Há ainda a considerar as digressões sternianas, encontradas nas *Viagens na Minha Terra*, romance construído seguindo os modelos de *A sentimental Jorney* (1787) e *Voyage autour de ma chambre* (1795), de Xavier de Maistre.

O segundo romantismo propriamente dito vai de 1840 a 1865 e teve como principais representantes Arnaldo Gama, Camilo Castelo Branco, Xavier de Novais, Júlio Dinis, Soares de Passos, João de Lemos, Tomás Ribeiro e Mendes Leal. Caracteriza-se fundamentalmente pela liberdade e subjetividade românticas extremadas; um sentimentalismo icónico que chega ao extremo da pieguice; o medievalismo chega ao esgotamento ou à morbidez gótica. Os seus órgãos coletivos foram *O Trovador* e o *Novo Trovador* e tinham a França como o centro de irradiação das influências.

Distinguimos deste grupo de escritores Soares de Passos (1826-1860), o mais destacado dos ultrarromânticos no âmbito da poesia, e Camilo Castelo Branco, que praticou quase todos os géneros, renovando particularmente a novela. As marcas do primeiro sobre a poesia de Dantas são muito fortes e dele virá também a obsessão, nas *Memórias*, por lugares soturnos, principal-

mente o cemitério. Camilo foi também uma das leituras de cabeceira do autor de Cabo Verde, tendo contribuído para a sua formação romântica.

A tese de mestrado de Maria de Fátima Outeirinho intitulada *Lamartine em Portugal* (1988) permitiu-nos compreender o grau de importância de Lamartine junto da comunidade de escritores românticos portugueses desta geração. Uma certa estética e ideologia lamartinianas podem ser também detetadas na obra poética de Dantas. Outro autor historicamente relevante, mais novo, e que em Dantas é fundamental foi Alfred de Musset, que o nosso autor cita em epígrafes de poemas e cujo estilo imita.

D. O romantismo cabo-verdiano

Houve no passado recente discursos que parecem, a nosso ver, conotar o Romantismo em Cabo Verde como sinónimo de colonialismo literário, de uma literatura portuguesa imitada por cabo-verdianos, o que não nos parece verdade, tanto mais que o romantismo é também um gosto de época, associado a acontecimentos de carácter social, histórico, económico e científico.

A história em construção da literatura cabo-verdiana não nos apresenta nenhuma estética anterior à romântica, que aí se afirma na segunda metade do século XIX, aproveitando uma série de circunstâncias favoráveis: a introdução do prelo; a fundação das primeiras escolas e a proliferação das letras; uma conjuntura política liberal; a presença de homens de letras, com uma cultura diversificada. A partir dela evoluiu para outras formas de produções literárias, nas primeiras décadas do século XX, sobretudo depois da instauração do Estado Novo, em 1926. É Alberto Carvalho (2005) quem o diz: "no espaço crioulo o romantismo não sucedia a nenhuma outra estética, não definido por isso nenhum ponto de chegada, mas um exacto ponto de partida fundadora que por isso só poderia ter consequências" (2005: 87). Este mesmo autor procura fazer justiça aos autores do período romântico em Cabo Verde, criticando o facto de terem sido considerados como um apêndice da literatura portuguesa pela geração mais nova, fundadora do

movimento literário *Claridade*, como se a literatura cabo-verdiana tivesse nascido nesse momento, sem um passado histórico.

Não podemos contudo falar de uma escola literária de cariz romântico nos últimos anos do século XIX em Cabo Verde, onde as publicações se limitavam aos *Almanaques*, o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* e o *Almanaque Luso-Africano*, juntamente com livros saídos em Lisboa de autores como Luís Loff de Vasconcelos ou João Augusto Martins. Esse estado de coisas justifica as palavras de Viriato da Fonseca (1863-1842):

A arte reduzida tão-somente a alguns excertos poéticos caminha incerta, sem escola e na maior parte das vezes sem os primordiais alicerces que são tudo em todas as coisas. Não há um livro, uma obra que forme escola e defina o *modus literário científico* d'esta quente província africana. A literatura deixou de ser um passatempo académico [,] para se converter n'uma das grandes molas do movimento social, não pode o literato ser indiferente à exegese de toda a evolução humana. [A literatura] que se anicha num imaculado sentir bucólico ou lírico, pode sim, mostrar inatas qualidades de talento, mas nunca poderá ser uma avalanche de progresso [,] nunca terá a força que determina a coesão e como tal poderá constituir escola (1889: 4).

A geração de oitocentos não tinha intenções literárias de combate nacionalista através da literatura, assim como não teve a primeira geração de novecentos, em torno da revista *Claridade*, alvo de crítica por parte dos que lhe sucederam. Os autores cabo-verdianos, em particular os oitocentistas, devem ser lidos do ponto de vista estético e não numa ótica estritamente política ou social, que aliás também está presente, como observa Alberto Carvalho:

Por efeito da replicação de vários ingredientes da ideologia romântica, próprios da singularidade criativa desse autor, saía reforçada a ideia (e sentimento) de identidade em germinação necessária à arquitectura da consciência nacional. E é tendo em vista este conjunto de anotações que interpretam a disseminação do ideário romântico no arquipélago, que se reconhece o sentido para que apontam as observações do poeta e ensaísta Dr. Arnaldo França, nos comentários de apresentação da obra de Guilherme Dantas, por exemplo, a constante obsessão pela morte, a auto-flagelação [...] a voluntariedade da dor (*ibidem*: 87).

Entre os vários motivos românticos exalta-se a natureza pátria, busca-se um passado histórico comum através do estudo da identidade da nação cabo-verdiana, nos seus elementos essenciais como a língua e o folclore. É neste período que começaram a surgir os primeiros levantamentos etnográficos, que continuaram pelas primeiras décadas do século XX, com Pedro Cardoso, por exemplo. As discussões literárias acerca das raízes cabo-verdianas, a origem da Morna, entre Pedro Cardoso e José Lopes; o registo literário das mornas e da literatura oral por

Eugénio Tavares; sobre o tipo de literatura que se produzia nas ilhas, iniciado na *Revista de Cabo Verde* (1899), são debatidos por escritores românticos oitocentistas, características que se encaixam bem dentro das concepções histórico-culturais de autoafirmação. Se notarmos bem, “a literatura foi o único espaço cultural onde os Cabo-verdianos puderam fixar os acontecimentos históricos de Cabo Verde” (Silva, 2015: 36).

A importância do romantismo em Cabo Verde deve-se em grande medida à combinação de vários fatores histórico-culturais no espaço português e cabo-verdiano, nomeadamente o ideal humanista do século XVIII e o triunfo do liberalismo. Imbuída do espírito humanista, a burguesia intelectual, tal como as Cortes Gerais, caracterizadas por uma mentalidade romântica, autorizaram a edificação de escolas régias e seminários, sob o controlo do liberalismo, possibilitando o surgimento do Seminário-Liceu de São Nicolau, fundado em 1866.

Como dissemos atrás, o Seminário-Liceu teve um tremendo impacto cultural, religioso e social na vida das populações das ilhas, sobretudo em São Nicolau, onde se encontrava instalado. Baltasar Neves dedicou-lhe um estudo detalhado na sua tese de doutoramento intitulado *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: contributo para a história do ensino em Cabo Verde* (2008) e, segundo ele, este estabelecimento encontrou um campo fértil para que os valores romântico-liberais se propagassem pelo Arquipélago. A população de São Nicolau demonstrou grande gosto pela instrução: era frequente encontrar crianças que esperavam a sua vez para explicações dadas por lojistas, ou até por taberneiros (2008: 231).

Baltasar Neves conta o testemunho de um indivíduo que ao passar por S. Nicolau encontrou “um preto de meia-idade, e de humilde condição económica, que se dirigiu citando Padre António Vieira; um mulato de quinze anos, modesto empregado numa fábrica de conservas que ‘falava o Português com uma vivacidade, fluência e correção pasmosas’, e que tinha além disso, ‘conhecimentos de latim’, um rapaz nativo que lhe serviu de guia num passeio a cavalo e lhe fez uma citação em latim” (2008: 232).

Nos finais do século XIX, o gosto pela cultura e a noção da importância da instrução arraigado na população de S. Nicolau e das outras ilhas motivaram o cultivo do hábito de leitura no seio das famílias, acompanhado de “reuniões de carácter muito íntimo e bastante concorridas”

frequentes na ilha de S. Nicolau em que se ouvia música e se recitavam poemas de românticos portugueses e brasileiros; reuniões em que participavam, além dos intelectuais do tempo, senhoras com apenas o 2.º grau de instrução primária, que se entregavam ao gosto de recitar longos poemas inteiros, como o *Noivado do Sepulcro*, *A Judia* ou o *Dizem que há gozos no correr dos anos*, de Casimiro de Abreu e Camilo, etc., como por exemplo, aquela passagem das *Pupilas do Senhor Reitor*: Toma arsénio, filho, porque não há-de tomar arsénio? Que tomou foros de estribilhos nas bocas das moças da época (como citado em Neves, 2008: 234).

Servimo-nos da citação feita por Baltasar Neves do texto de Gabriel Mariano (1959) para salientar não só o papel do ensino e o impacto que teve na educação do gosto literário em Cabo Verde, mas também para explicar a propagação do romantismo e a importância que teve na formação dos leitores. A tese de Neves enfatiza o facto de em S. Nicolau apenas 20.9 % da população ser iletrada num conjunto de 11.477 almas, aquando da extinção e encerramento da instituição.

Juntaram-se a ela as escolas, os indivíduos que como Guilherme Dantas foram chegando ao Arquipélago trazendo na bagagem livros, jornais e uma atitude cultural dinâmica. Não obstante sabermos que a formação transmitida e os elementos literários aproveitados pelos românticos serem desgarrados e desvinculados do contexto sociocultural e geográfico cabo-verdiano, a verdade é que isso não impediu a marcha dos cabo-verdianos rumo à sua verdadeira “emancipação intelectual (...), tendente a reforçar e a defender a coerência da cultura cabo-verdiana; é a partir [dela] que se foi construindo uma visão ímpar da sociedade” (Neves, 2008: 235). Deste contexto sociocultural e da influência do Seminário-Liceu saíram distintas personalidades e talentosos prosadores e poetas como José Lopes, Pedro Monteiro Cardoso, António Aurélio Gonçalves, Baltasar Lopes, João de Deus Mariano, João Lopes, Juvenal Cabral, Manuel Lopes entre muitos outros nomes da cultura cabo-verdiana.

As transformações produzidas na literatura cabo-verdiana podem ser sentidas na introdução dos suspiros poéticos e saudades, o surgimento de ideias e pensamentos tidos como modernos para a época, nomeadamente o tema da escravatura, não no sentido abolicionista, mas na humanização do escravo, que refletia o sentimento generalizado da injustiça contra ele cometida. Ou ainda, o sentimento protonacionalista cabo-verdiano e patriótico, influenciado pelos movimentos de independência do Brasil, pelo liberalismo português, alicerçados sobre os princípios da revolução francesa e do iluminismo.

Na literatura é ainda de considerar o facto de a poesia lírica ter ganho forma. O texto cabo-verdiano passou a ser revelador dos sentimentos do autor, voltados para as suas dores, lamentações, angústias, medos, e tudo o que envolvia seu mundo interior. Para esses autores a vida passou a ser vista como um sentimento de liberdade, que os impulsionou a transmiti-lo com grande fervor. São também típicos os mistérios da morte e os acontecimentos pátrios e históricos.

Na ausência de uma escola e de um culto sincronizado do romantismo em Cabo Verde, não o podemos dividir em períodos, mas podemos comparar os seus cultores e tornar evidentes as suas maiores influências. No caso de Guilherme Dantas, é observável uma forte tendência para o Mal do Século. A sua obra é marcada pelo pessimismo, tristeza e valorização da morte, além de uma visão da vida e da sociedade decadente. Não podemos negar esses valores, nem mesmo quando as influências sternianas os diluem.

E. O universo de referências românticas das *Memórias*

O ultrarromantismo vigente à época encontra em Cabo Verde o seu primeiro entusiasta e cultor mais abrangente nos temas, nas formas e estratégias literárias, Guilherme da Cunha Dantas. Em 1868, ao publicar o seu primeiro trabalho, expôs o seu génio romântico embrionário, que vai evoluindo em complexidade ao longo dos anos.

Devido ao facto de Dantas ter sido muito pouco estudado, não olvidando os trabalhos de mérito já por nós citados de Arnaldo França e, mais recentemente, o de Francisco Topa e Tânia Ardito, principalmente os seus romances de ficção, não se tem levantado algumas questões importantes, como o enquadramento do autor num período literário, os principais traços técnicos que caracterizam as suas obras, as influências recebidas, a receção.

Memórias dum Pobre Rapaz, particularmente, coloca-nos um problema, que é o de saber para que época histórica nacional o autor se vira, aonde vai encontrar um elemento comum do passado, que traz para a narrativa. Para que história podia voltar um autor romântico cabo-verdiano, que é nativo de uma colónia de povoamento recente, que vive um momento histórico crucial para a manifestação de um nacionalismo embrionário? Que história seria comum a todos os cabo-verdianos e que podia ser alvo da atenção desse jovem autor senão o passado recente

das ilhas, da chegada dos portugueses, do povoamento e da história humana das ilhas, da escravatura, dos morgadios, história cultural, da administração colonial, que o cômputo das obras de Dantas nos dá conta? Mas em Dantas surge carregado do lirismo na descrição que faz desse solo pátrio, atingindo a hipérbole dos sentimentos, acompanhado da ironia romântica:

Efectivamente, se eu fosse poeta, diria que uma fada, uma Nereida, a própria Vénus talvez, divagando por entre as risonhas ilhas do arquipélago grego, tomou na concha das alvas mãozinhas um punhado de terra de Naxos, Lemnos, ou predilecta Cythera, e, bafejando-o com o hálito perfumado e fecundante, atirou ao ar, vindo a cair na esplanada central do Atlântico, onde formou a ilha Brava.

Como, porém, não tenho o gosto de conversar com as secantes indígenas do Pindo, poupo grande maçada ao leitor, dizendo-lhe simplesmente que ali na *minha terra*, até o cemitério é um jardim... o cemitério principalmente!...” (Dantas, 2007: 17).

As *Memórias*, apesar de a maioria das ações se passar na metrópole, iniciam-se na Brava, para onde os narradores fazem vários *flashbacks* ao longo da narrativa, e termina em Cabo Verde, aonde o narrador e as outras personagens acabam por regressar.

Almeida Garrett doutrinário disse que “era preciso estudar as primitivas fontes poéticas, o tom e espírito verdadeiramente português, estudá-lo no grande livro nacional que é o povo, e as suas tradições e as suas virtudes, e os seus vícios e os seus erros” (1963) e Dantas esforça-se por seguir esses princípios doutrinários do romantismo, apesar das limitações várias que condicionaram o seu labor literário, indo buscar os aspetos mais peculiares do modo de ser do homem e da mulher cabo-verdiana do seu tempo, descrevendo e criticando com a maior crueza e com o sarcasmo sterniano que o caracterizava. Este estilo corresponde, a nosso ver, ao que chamamos de segunda fase literária de Dantas, correspondendo ao seu regresso a Cabo Verde, ao contacto com a Biblioteca Pública e à sua maturação enquanto escritor. Os *Bosquejos* e as *Memórias* são as melhores provas da ficção que chegaram até nós, nas quais sentimos mais vivas as marcas sternianas, não subestimando alguns textos jornalísticos e alguns contos.

Óscar Lopes na sua *História da Literatura Portuguesa* frisou que o romance realista surgiu na sequência evolutiva do romantismo, sem entrar em contradição com ele, antes pelo contrário, completando-o, o que é um ponto muito importante, para se perceber os movimentos literários que sucederam o romantismo, sem o terem substituído, ou ultrapassado, do ponto de vista literário. Aliás o próprio Dantas, a dado passo das *Memórias*, começa a revelar-se cansado do estilo romântico e mostra a sua preferência para o realismo

o meu intelecto, já afectado duma espécie de atonia ou quietismo pela existência concentrada, automática mesmo, que eu levava em Lisboa, todo entregue aos meus estudos,

embevecido nas minhas recordações, anestesiado moralmente pela *Imitação de Cristo*, e saturado de Musset: o meu intelecto, digo, com o que desorientava completamente com os últimos e recentes acontecimentos que me tinham surpreendido e abalado profundamente (2007: 98).

Através do manuscrito de José Roberto, revela uma das suas inquietudes literárias, que associa à sua insatisfação romântica face a esse estilo que parecia não mais acompanhar as suas aspirações. A sua vida pessoal havia sofrido grandes alterações e muito provavelmente, do ponto de vista intelectual as mudanças deveriam estar a ser mais tempestuosas. Não podemos perder de vista que estamos a lidar com um autor que deu os primeiros passos na produção literária dois a três anos depois de ter acontecido a chamada *Questão Coimbrã*, que vem abalar a vida literária romântica em Portugal. Esse acontecimento não deve tê-lo deixado indiferente, motivando atitudes novas e menos contemplação evasiva, que este romance denuncia e os *Bosquejos* enfatizam. Ambas as ficções surgem situadas na atualidade e incluem dramas sociais, relevando da sensibilidade romântica pelos temas do presente. Os seus temas e assuntos eram do quotidiano, as personagens eram encontradas no meio social, na classe abastada, entre os desfavorecidos, trabalhadores, mendigos, homens e mulheres do meio rural, de acordo com os cânones do romantismo e ao gosto dos que devoravam principalmente os folhetins publicados em jornais, além dos almanaques e opúsculos. Dantas recebeu do segundo romantismo português a influência para o estudo das “personagens em ambientes mais concretos e para a sua definição em termos psicológicos” (Catroga, 1992: 557), como foi o caso do personagem Henrique Petit, das *Memórias*, que pode muito bem confirmar o afastamento, ou pelo menos uma tentativa de afastamento, revelado no mesmo romance, do ultrarromantismo e a aproximação a um quase realismo induzido.

Nota-se em toda a obra de Dantas, e as *Memórias* não são exceção, uma combinação de melancolia e fantasia. Soube conjugar esses dois elementos românticos com a ironia sterniana, de forma a retirar ao texto o tédio do tom dramático, tornando-o mais agradável. É um autor que muito cedo na literatura cabo-verdiana ganhou a sua autonomia literária, embora não tivesse uma obra muito vasta.

O narrador autodiegético, no romance, aproxima-se do leitor e estabelece com este uma espécie de intimidade que o leva a esperar dele uma resposta, confirmação autorizadora do passo seguinte em termos narrativos. Neste romance a cumplicidade vai mais longe, chegando a ser doutrinária:

a nossa casa fora arrasada, e o terreno já não era nosso... Um judeu estava de posse da propriedade, e devastara os antigos e sombrios bosques de bananeiras, limoeiros, laranjeiras e cafezeiros que dantes a cobriam, para plantar batatas úteis, comestíveis, de imediata remuneração. E debalde procurei uma goiabeira secular, de cuja situação me recordava perfeitamente, e a cuja sombra me lembra de ter sentido as primeiras percepções da vida: fora a imagem, dentro o pensamento (pp. 19-20).

Estamos perante uma crítica ao sistema capitalista instaurado e que visava apenas o lucro em detrimento das necessidades coletivas. O judeu comprou as terras que antes produziam uma variedade de produtos, que permitiam satisfazer a necessidade da população, agora visam o lucro imediato do seu novo dono. Outro aspeto aqui observável são as palavras que denunciam esse ato vil contra a sociedade e a natureza romântica da ilha Brava, que se sente nos termos como “devastara”, “antigos” e “sombrios bosques”, referenciando a destruição de um passado bom, puro e aprazível, que no seu íntimo se perdeu e se deveria recuperar. Continua atacando, não só ao burguês, mas também a toda uma máquina governativa que permitia que um ato tão cruel pudesse ter acontecido, apontando certo aos alvos culposos:

Aproximei-me, com umas dúvidas vagas, e li... o nome dum burguês opulento, que esbugalhava minha irmã da sua legítima paterna. Um singular pressentimento fez com que eu quisesse ver o reverso da lousa, que estava partida ao meio: voltei-a facilmente, e li... Maria... e uma data. Era o nome de minha irmã, era a data da sua morte!... O burguês, vivo, roubara-lhe a fortuna; morto, bifava-lhe a campa!... isto é: os burguesinhos progénitos, para honrarem dignamente a memória do progenitor, acharam económico e de boa presa o aproveitamento daquela pedra, que um acaso qualquer deslocara, pois o covato era a perpetuidade. (p. 20).

Mas é também esse povo que o procurava, nas horas de tristeza e na alegria; os seus poemas foram umas poucas de vezes recitados em público, e o *Boletim Oficial* testemunha-o, nas festas de romaria ou em beneficência das vítimas das cheias em Santo Antão, em 1881. Alberto Carvalho resume-o de uma forma extremamente interessante:

Escrever e publicar algumas poesias não fará do homem um poeta, se se entender, em sentido restrito, que o poeta só será reconhecido pela comunidade se puder conceber na poesia uma função de valor cultural instruído. Tão elementar quanto obvia, esta realidade também tem de ser fabricada e serve de barómetro para o amadurecimento de um espaço literário. A este respeito pode-se agora reconhecer pela edição recente da obra de Guilherme da Cunha Dantas que no último quartel do séc. XIX a cena literária cabo-verdiana já concebia o perfil de um Autor, Autor porque mereceu ser assim visto pela sua sociedade cultural que, por outro lado, foi capaz de o acolher (2005: 85).

3. A obra de Guilherme Dantas

Guilherme da Cunha Dantas terá começado a escrever ainda na adolescência, como uma boa parte dos autores cabo-verdianos do século XIX. Lembremos, por exemplo, que Pedro Monteiro Cardoso aos 16 anos adotou o pseudónimo Afro e escreveu o primeiro soneto consagrado ao Egito (Margarido, 1983: 32), passando depois a usá-lo para assinar as suas publicações, numa tomada de posição ideológica pan-africanista e pró-marxista (Silva, 1983: 11). No caso de Dantas, podemos afirmar, apoiados no testemunho do próprio autor, que escreveu o seu primeiro poema em Mafra, enquanto lá estudava, por volta de 1867; *Contos Singelos* parece ter sido a sua primeira publicação, narrativa, impressa no mesmo ano, em Mafra também.



Imagem de capa da primeira edição de *Contos Singelos*
(Tipografia Mafrense, 1867)

Em 1869, escreveu *Os Bosquejos d'um Passeio ao Interior da Ilha de S. Thiago*, publicado em 1878.



Bosquejos d'm Passeio ao Interior da Ilha de Santiago, extraído do jornal A Voz de Cabo Verde, n.º 22, de 15 de janeiro de 1912, p. 2

Em 1884, Dantas terá publicado o seu primeiro romance intitulado *Os Embrões*, segundo a nota publicitária no *Boletim* Oficial de 24 de agosto, que informava que se encontrava “à venda n.º esta imprensa o 1.º número d’esta publicação literária, em folhetins in n.º 8 nitido, brochados e com capas. Preço 240 réis” (Dantas, 2007: 8).

Anos mais tarde, já postumamente, saiu em folhetins *Memórias dum Pobre Rapaz*, no jornal republicano *A Voz de Cabo Verde*, de 1913 a 1915, provavelmente por iniciativa do Comendador Hipólito Olímpio da Costa Andrade, grande amigo de Guilherme Dantas e que tinha ficado na posse de alguns manuscritos do autor.



Memórias d'um Pobre Rapaz, extraído do jornal A Voz de Cabo Verde, n.º 105, de 18 de agosto de 1913, p. 4

Em 1996, Arnaldo França organizou a publicação de um livro de poemas do nosso autor, intitulado *Poesias*, a partir de um manuscrito de Guilherme Dantas encontrado por Maria de Fátima Braga Vieira de Andrade no espólio de seus antepassados (1996: 8). São também conhecidas várias composições de Dantas no *Almanaque de Lembranças*, órgão em que se estreou em 1872. Muito apreciado e estimado pelos leitores, alcunhado de “o campeão” dos escritores do *Almanaque* por Jean-Michel Massa (2012: 33), Guilherme Dantas deixou-nos aí vinte e quatro composições poéticas e seis textos em prosa. O primeiro deste, aliás o texto que marcou a sua estreia no *Almanaque*, intitula-se “Frei José e o Diabo” e é o primeiro que traz o motivo do nariz sterniano, num sinal de que a preparação do romance das Memórias já estaria em marcha nessa altura.

Um aspeto interessante deste autor e que o diferencia dos demais autores oitocentistas cabo-verdianos é a variedade das suas obras. Entre os seus trabalhos encontramos a poesia, o conto, a crónica, o folhetim e o romance.

Em Cabo Verde, no século XIX, graças ao surgimento do prelo e principalmente ao movimento liberal, surgem diversos jornais, oito desde o arranque de *O Independente* (1877), até à morte de Guilherme Dantas (1888). Esse surto de periódicos continua depois da implantação da República, em 1910, mas começa a perder a sua força com o Estado Novo, a partir de 1926, como reconhece Arnaldo França:

A imprensa privada só despontou em 1877 com períodos que condições exteriores faziam alterar em importância: um primeiro que vai até à época da Conferência de Berlim, que virá dificultar a livre circulação das ideias nas colónias, seguindo-se um período de maior apagamento que renasce com a proclamação da República em Portugal e inicia o período áureo da nossa imprensa que a Revolução de Maio, de 1926, poria fim (França, 1996: 13).

Foi nesses jornais que um número considerável de poetas e alguns ficcionistas como Guilherme Dantas vão publicar os seus trabalhos, convivendo, de certo modo, com as publicações na “parte não oficial” do *Boletim Oficial*. A produção literária passaria a estar associada à imprensa periódica, que de algum modo condiciona a primeira, ao mesmo tempo que incentiva o aparecimento de novos valores.

Os jornais, paralelamente aos ideais políticos, difundiram também ideias correspondentes ao movimento literário ultrarromântico, muito em voga na época, que ia deixando marcas tanto na poesia, como no texto em prosa, não tendo Dantas sido exceção. Isto se deveu

às condições económicas e sociais vigentes, em que uma pequena burguesia, com alguma formação académica ganha em Portugal, a influência do Seminário de São Nicolau, fundado em 1866, ainda que o ensino secundário laico só se iniciasse cinquenta anos depois, o contacto com letrados ligados à magistratura, à medicina e a outras profissões, preenchia a sua sociabilidade com serões caseiros ou récitas públicas que o provincianismo ilhéu marcava. A apetência pela coisa literária, sempre presente entre nós, não pode deixar de ligar-se ao ambiente pequeno burguês que superava assim na ausência de acesso a indispensáveis instrumentos de cultura e ao conhecimento de todo um evoluir civilizacional que lá fora ocorria (França, 1996: 13).

Embora não haja ainda um estudo detalhado sobre esses jornais de Cabo Verde nem sobre os folhetins em si, é possível dizer que estes, em regra, cativavam o interesse pela leitura dos jornais, sendo marcados por um carácter moralizante, na busca da harmonia familiar e dos bons costumes, juntamente com a promoção do culto da cultura greco-latinas. José Lopes e Pedro Cardoso introduziram o mito das Hespérides e foram os maiores cultores desse classicismo e das artes francesas, nos estudos e recitais. Recorriam a temas preferidos pela escola romântica inglesa, francesa e portuguesa, cujos escritores os remetiam para outros pré-românticos e românticos europeus.

Encontramos sistematicamente temas sentimentalistas, dominados por um amor puro e delicado, muitas vezes impossível, pela saudade da terra natal, pela solidão e tristeza. Em relação a este ponto, o romance *Memórias dum Pobre Rapaz*, encarregar-se-á de nos dar vários e bons exemplos. Atentemos nestes excertos, a título de exemplo:

Enquanto assim falava, não se me desfitavam os olhos do formoso rosto da jovem, pálido e triste como dum anjo que adormecesse chorando. Duas grossas lágrimas conglobadas ao canto das pálpebras pendiam-lhe dos longos cílios; e os lábios, levemente arqueados e frementes ainda de comoção, pareciam uma rosa entreaberta à espera daquelas duas gotas de orvalho prestes a deslizar-se pela neve das faces.

...E ali, na deliciosa penumbra daquele quarto, que tinha todo o encanto virginal, eu só via o meigo rosto de Helena adormecida, e, esquecido, nessa muda contemplação enlevado, deixando-me insensivelmente penetrar de mórbido e voluptuoso calor daquelas mãozinhas de criança que segurava cada vez mais, curvava-me sob a influência de mágica atracção (pp. 68-9).

Ou ainda o tema da mulher corrompida pelo meio, pela cidade grande, ou pelas más companhias:

Tal fora a origem da ligação estabelecida entre as duas jovens, desconhecidas uma à outra, e de caracteres, educação e costumes diametralmente opostos. Podia a casta e inocente flor da ilha Brava suspeitar sequer o veneno de corrupção na delicada e mimosa flor das estufas deletérias de Lisboa? (p. 108).

Noutras passagens de *Memórias dum Pobre Rapaz* percebe-se uma visão crítica do real-naturalismo, atacando-se com ironia o comportamento e a hipocrisia da elite social. Petit afirma o seguinte acerca do carácter e do comportamento humano:

Não creio na perfectibilidade indefinida, nem na infinita perversidade humana. Sim... os homens são maus! São como as baratas, quando devoram as companheiras que perdem uma asa ou uma antena: e pior para elas se perdem a cabeça, porque então são devoradas pelas próprias companheiras de infortúnio, as baratas desazadas, coxas, ou manetas... Um ridículo acha sempre outro ridículo maior que lhe sirva de pábulo à galhofa insulsa e cruel... É triste!... é horrível!... Fora melhor que todos se compadecessem e perdoassem e amparassem mutuamente segundo a lei de Cristo: mas... Cristo era Cristo (p. 90).

Não podemos esquecer que Dantas, se não foi alvo de chacota popular, devido aos seus problemas de saúde, foi apelidado de “o surdo” e assim chamado “com falta de respeito ao seu infortúnio”, pelas pessoas na Praia (França, 1996: 11). Ele sofreu a humilhação que aqui descreve nas palavras da sua personagem. Esta é uma das coincidências autobiográficas que nos leva a concluir que o romance deve ter sido redigido em Cabo Verde, depois do regresso definitivo do autor.

As dificuldades editoriais eram então muitas no arquipélago, havendo ainda outros obstáculos ao reconhecimento do escritor cabo-verdiano, tanto na metrópole como nas colónias, a começar pelos preconceitos racistas próprias da época, o que enfureceu muitos ilustres caboverdianos oitocentistas, como foi o caso de Luís Loff de Vasconcelos, na sua introdução aos *Echos da Aldeia*:

É triste que em Cabo Verde, que tem alguns filhos que honram a sua pátria pelo brilhantismo do seu talento e aptidões literárias e cientifismo mesmo, eles permaneçam envolvidos nas trevas do *ignoto* e no mais censurável olvido e indiferentismo, até de seus próprios compatriotas.

Existem por ali muitas produções caboverdeanas – porquê não nos cotisâmos todos e damos a publicidade esses trabalhos alguns de incontestável mérito? (1897: 8).

E, para nós caboverdeanos, a quem os continentes chamam estúpidos e raça ínfima, só nos dão escolas de instrução primária, d’onde saímos sabendo grosseiramente escrever o nome e as quatro operações arithmeticas, e, por muito favor, dão-nos em S. Nicolau um seminário-lyceu ou um lyceu-seminário para a formação de padres (p. 9).

Mais à frente, retoma o assunto para, na qualidade de cabo-verdiano fazer jus ao seu compatriota tantas vezes desprezado e ignorado pela cegueira moral dos povos:

Caboverdeano como sou, pelo nascimento, desejava vêr distinguir alguns moços de talento que por cá existem, para que lá fora se apreciasse o mérito dos caboverdeanos e não continuasse a pairar sobre nós a desconfiança da nossa capacidade, desconfiança que leva os poderes públicos ao extremo de nos excluïrem odiosamente dos cargos superiores da província, quando é certo que os que de lá nos mandam, nem nos sobrepujam em competência, nem em princípios de moralidade e justiça.

Não compreendo que o africano, tendo mérito, se lh'o negue ou regateie, como não pretendo também o isolamento do elemento europeu. Nem nós somos melhores do que eles, nem eles melhores do que nós, em regra geral.

Igualem-se os direitos e as vantagens, e desaparecerão quaisquer ressentimentos que por ventura haja, mas pelo amor de Deus, não julguem mal os outros, em absoluto, nem façam nascer ódios de raça; lembrem-se que os europeus do norte dizem que *a África principia dos Pyreneus para cá*, e, d'esta maneira, eles consideram-nos o mesmo povo, a mesma raça, o mesmo caracter e temperamento. (pp. 14-15).

3.1. O fundador da ficção cabo-verdiana?

As leituras foram uma referência importante na vida literária de Guilherme Dantas, não apenas durante a sua estada em Mafra e Lisboa, mas também em Cabo Verde, depois do seu regresso. *Memórias dum Pobre Rapaz* é uma prova de que o autor conhecia obras literárias, políticas e científicas de várias culturas europeias, de autores lusófonos, francófonos, anglófonos.

Luís Loff de Vasconsellos (1897: 11-12) ao lamentar a falta que fazia um liceu no arquipélago e a necessidade que havia de todos exigirem energeticamente do governo a construção de um, lastima também o facto de

não serem conhecidas as bellas produções de muitos dos nossos compatriotas, para que melhor se pudesse ajuizar das aptidões e merecimentos d'esses moços talentosos, que viveram e morreram ignorados deixando em retalhos de papel os fulgores do seu talento, o brilho das suas divinas concepções. Alguns d'elles deixaram no género poético, vestígios de uma alma artística e iluminada, fadadas às musas e à glória: perfeitos vates que na vastidão da natureza encontravam cordas mysteriosas para tanger a lyra da poesia em todas as suas mais harmoniosas e bellas vibrações; cantores, como Guilherme Dantas, o surdo, que pranteava e chorava o seu cruel destino em rythmos de amargura, tristes e melancholicos, que faziam comover a alma e estremecer todo o ser.

José Lopes (1935) lembra os poetas cabo-verdianos, dedicando umas páginas a Guilherme Dantas, na revista portuguesa *Vida Contemporânea*²⁷ (1934-1936), que parece ser a primeira referência ao autor, depois da sua morte. José Lopes, desta maneira, não só mantém viva a memória do autor, como deixa pistas para futuras investigações. Arnaldo França, na sua publi-

²⁷ A revista *Vida Contemporânea* teve a duração de dois anos e terminou a publicação devido à pressão exercida pela censura salazarista, num momento em que o Estado Novo se consolidava e ao mesmo tempo que se confrontava com rebeliões político-sociais e económicas, numa altura em que o mundo procurava meios para se recompor da Grande Depressão.

cação de 1986 sobre a poesia de Dantas, afirma que, nos anos cinquenta, José Lopes voltara à tónica, lembrando os poetas esquecidos, destacando-o entre outros contemporâneos; o poeta volta a ser lembrado por Félix Monteiro, agora, num trabalho de recolha “beneditina” (p. 7) de poesias escritas por Dantas e que se encontravam espalhadas por vários jornais antigos e publicadas na revista cabo-verdiana *Raízes*²⁸ (1977-1984). Foram “dezoito composições, incluindo quatro sonetos” (p. 7). Gerard Moser (1993) recolheu os textos de autores africanos publicados no *Almanaque de Lembranças* (1851-1932) e mais uma vez o poeta Guilherme Dantas é revisitado.

É grande a produção de poesia na literatura cabo-verdiana do século XIX, tal como aconteceu no romantismo europeu que a influenciou. Dantas tornou-se notável enquanto escritor de contos e romance, embora tenha conseguido elaborar algumas composições poéticas de grande reconhecimento público, como foi notado por Arnaldo (1996: 13) e Helder Garmes (2006), no seu artigo “O Pioneirismo Literário e Político da Revista de Cabo Verde”, publicado no Dossiê Literaturas Africanas de Língua portuguesa, da Universidade de São Paulo.

Mas foi Manuel Ferreira (2010) quem descobriu a veia ficcionista de Guilherme Dantas, apresentando-o como um dos fundadores da ficção cabo-verdiana, embora colocando reservas estéticas à sua geração:

A maioria dessa massa de escritores do século XIX empreende uma viagem, temática e retórica, marcada pelos apelos da soturnidade funéria, da saudade, da tristeza, da orfandade, do êxtase patético, do morrer de amor, súplica lamarosa, incorrespondida, do desespero, do amor imenso: o ‘veneno que tanto seduz’, e o gosto vocabular de escola: ‘ledo provir’, ‘vínculo perenal’, por aí fora. (2010: 249).

A impressão concreta sobre Guilherme da Cunha Dantas é porém francamente favorável, sobretudo em relação a *Memórias dum Pobre Rapaz* (2010: 251):

Há nele, elementos românticos, próprios da escola, o que é natural, como o gosto por certas situações emocionais, a utilização de peripécias dramáticas na produção de efeitos imprevistos, etc. Mas a forma de narrar ou de narrativizar, os caminhos que levam ao realismo literário, à imitação do real são mais dos nossos dias. O discurso das personagens é natural, fluente, não literário, e isto é importantíssimo; e o discurso do narrador é construído com segurança. Isto na ficção, isto na sua prosa de reportagem. Um estilo por vezes tenso, vigoroso, expressivo, Guilherme da Cunha Dantas utiliza-o a seu modo na produção da ironia e da paródia. De facto, com ele a carnavalesca entra na ficção cabo-verdiana e parece nunca mais ter tido sucessor.

²⁸ A revista *Raízes*, publicada na cidade da Praia, durou sete anos, de acordo com o que foi dito no trabalho organizado por Manuel Veiga, *Cabo Verde: Insularidade e Literatura* (1998). A revista distinguir-se-ia pelo interesse dispensado às páginas esquecidas ou inéditas da nossa poética passada consubstanciada em Guilherme Dantas, Eugénio Tavares, Jorge Barbosa, Osvaldo Alcântara, entre outros. Pires Laranjeira corrobora a opinião de que se tratou de uma revista com “carácter oficial”, na qual se publicaram “estudos e produção literária importantes”.

Estamos totalmente de acordo com Manuel Ferreira: Guilherme Dantas introduziu de facto o romance marcado pela sátira e pela paródia, tocado por um humor às vezes grosseiro, numa narrativa que revela uma falta de enredo. Estas características fazem dele um pioneiro e, simultaneamente, um caso único no século XIX. Não fossem os infortúnios pessoais do autor e as contingências do tempo, talvez *Memórias dum Pobre Rapaz* tivessem tido continuidade noutros trabalhos.

3.2. Marcas protonacionalistas ou melancolia romântica?

Em 2007, concluímos uma tese de mestrado acerca do protonacionalismo na literatura cabo-verdiana do século XIX, centrada no mais novo dos autores chamados nativistas, mas que nós preferimos apelar de protonacionalista, como o título indica: *Pedro Monteiro Cardoso e o Protonacionalismo Cabo-verdiano*. O objetivo principal passou por, contrariamente à teoria dominante então, mostrar que “estávamos perante um autor combativo, que teve um empenhamento cívico na defesa da sua cultura, da língua, dos direitos e da liberdade do homem cabo-verdiano; se assume como porta-voz das mais fundamentais ambições do povo e da cultura; se insurge contra a injustiça e reclama liberdade, lançando bases sólidas para o trabalho da geração mais nova” (pp. 143-144), com o apoio de trabalhos de Anderson Benedict (1991), Ernest Gellner (1993), Guntram H. Herb e David Kaplan (1999), Robin Cohen (1996), Anthony D. Smith (1986), entre outros.

A verdade é que muito tempo antes e na *Revista de Cabo Verde* (1899), encontrava-se Guilherme Dantas com o seu estilo romântico e literariamente corrosivo, numa “publicação voltada para os problemas das ilhas, apresentando um perfil literário e de ilustração, além de um teor político não declarado, mas sempre presente” (Garmes, 2006: 15).

Arnaldo França, no artigo “literatura cabo-verdiana no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa”, que se encontra nas atas do II Simpósio Luso-Brasileiro de literatura, mencionou uma importante manifestação de Guilherme Dantas que

aproveitando um acontecimento da história africana, o assassinato do Príncipe Benosin da Gâmbia por um comandante português que o transportava de Lisboa, por ordem do Rei D. João II de regresso à terra, a fim de recuperar o trono que tinha sido usurpado e cuja corte foi depois exilada para cabo Verde, contou à moda de xácara a história ocorrida realçando na narrativa em verso pormenores da opressão escravocrata que se avizinhava: A premonição das desgraças futuras (« Acolhe ao Lusitano / o rei gentil atento; / recebeu-o e no africano / solo lhe dá assento // Ai malfadado rei / nunca fizeras tal! / da

tiranía lei / buscavas por teu mal! »); a sujeição à cultura do outro que o subjugaria (« ... dos cristãos / a lei quis abraçar, / largando seus irmãos // Os votos satisfaz, / deixando o pátrio céu: »); e fazendo esse verso camoniano, antecipava de um século o pensamento de Amílcar Cabral quanto à liberação do povo português dos males do colonialismo (« Não eram, não, tiranos / os mais dos portugueses / mas entre lusitanos / os houve algumas vezes») (França, 1997: 52).

Guilherme Dantas estava atento aos acontecimentos político-sociais que iam tendo lugar no país e tinha uma opinião formada que lhe permitia tomar uma posição e defender os princípios em que acreditava. Atrás de uma disfarçada passividade, encontrava-se um homem que combatia uma instaurada forma de injustiça contra indivíduos que se encontravam em situação de inferioridade, contra preconceitos e contra o oportunismo. Foi um autor que, ao analisar as atitudes humanas menos abonatórias sobretudo por parte dos detentores do poder, estava também a compreender e a dar a compreender a natureza humana através da arte comunicativa que dominava como poucos, a literatura.

Embora o sofrimento e a solidão dominem o discurso de Dantas, a verdade é que ele também traz a velha questão, muito debatida por Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, do abandono das ilhas, que não nos parece de todo inocente ou mera figura de retórica. À semelhança de Cardoso e Tavares, também em Dantas há um certo sentimento de “pátria”, não só no sentido comummente de lugar de nascimento, empregue com sentido afetivo, mas também como espaço contraposto à metrópole, num jogo de nós/vós, nós cabo-verdianos/vós reinóis. Isso não apaga contudo, por paradoxal que possa parecer, a representação de Cabo Verde como espaço de exílio.

3.3. O Universalismo de Dantas e os estudos pós-coloniais

Entendemos por universal a obra ou conjunto de obras que vão para além do interesse nacional e passam a interessar todo o mundo ou grande parte dele. Sem querer entrar em grandes divagações filosóficas em torno da questão do universalismo nas literaturas africanas, muito discutida pelos estudos pós-coloniais, nos dias de hoje, tomaremos como referência as reflexões de Chinua Achebe, um dos grandes escritores nigerianos que desde muito cedo tem chamado atenção para o problema de o universalismo ser estabelecido sempre a partir da Europa. Este facto levou Achebe a afirmar o seguinte:

I should like to see the word ‘universal’ banned altogether from discussion of African literature until a time as people cease to use it as synonym for the narrow, self-

serving parochialism of Europe, until their horizon extends to include all the world (Achebe, 1988: 51).

Outros autores africanos, como Joseph Okpaku²⁹ (1969: 139) corroboram a opinião de Achebe nesta matéria. Okpaku entende que existe o perigo de se considerar haver apenas um único padrão artístico e que todos os outros seriam analisados a partir desse, o ocidental

The present practice of judging African literature by Western standards is not valid; it is also potentially dangerous to a development of African arts. It presupposes that there is one absolute artistic standard and that, of course, is the Western standard. Consequently, good African literature is taken to be that which most approximates to Western Literature.

Após as reflexões destes mestres e para fazer jus aos esforços empreendidos pelos estudos pós-coloniais, concluímos na mesma tônica de Bamisile (2010: 43), segundo o qual

a universalidade diz respeito ao grau em que uma dada obra penetra na essência da condição humana, no seu próprio contexto. Ser verdadeiramente universal implica ser verdadeiramente local. Retratar a particularidade do espaço [cabo-verdiano] é captar profundamente a realidade humana (universal) como ela existe neste contexto.

“A África é compósita. Um continente de nações não é um privilégio europeu”, diria Arnaldo França (1997: 51) para justificar o caso *sui generis* de Cabo Verde no contexto africano. Para este autor, em relação à literatura cabo-verdiana, “desde os primórdios [se verificou] a não existência de complexos com relação à realidade africana, mas o reconhecimento de um sistema cultural evoluindo paralelamente a outros sistemas culturais africanos com características próprias”. Se olharmos atentamente para a literatura cabo-verdiana encontraremos exemplos que apoiariam esta teoria, como é o caso do romance histórico de Evaristo de Almeida³⁰, *O Escravo*

²⁹ Joseph Okpaku, entre outros cargos que teve e funções que desempenhou, é um respeitável professor universitário nigeriano, autor e crítico literário, cujos interesses cobrem várias áreas científicas, da tecnológica, literatura e arte ao desenvolvimento estratégico global, tendo obtido a sua licenciatura em Engenharia Civil pela Northwestern University e mestrado em Engenharia de Estruturas, na Universidade de Stanford, e doutoramento em Literatura Dramática e História do Teatro, na mesma Universidade, nos Estados Unidos da América. Começou a sua carreira como editor fundador da The Third Press, que publicou obras de laureados com o prémio Nobel como Wole Soyinka, Chinua Achebe; o Presidente Leopold Senghor; o notável novelista e professor universitário Ali Mazrui, entre outros. Foi o editor oficial da biografia do Presidente Gerald Ford, numa altura em que se encontrava na Casa Branca, aquando da crise do Watergate, segundo informação fornecida pelo sítio Culturemondo.org.

³⁰ Evaristo de Almeida nasceu em Portugal no século XIX e faleceu na Guiné-Bissau, no século XX. Viveu muitos anos em Cabo Verde, onde deixou descendentes. Faltam-nos as datas de nascimento e morte, mas pensamos ter nascido no início do século XIX, a acreditar na data que atribuiu aos factos narrados no romance histórico contados na primeira pessoa. Alberto Lopes (2010), na sua tese de mestrado *Uma*

(1856), que segundo Manuel Ferreira, foi “o primeiro romance cabo-verdiano [e] também o primeiro romance africano de língua portuguesa” (2010: 249), no qual é narrado um acontecimento verídico, que teve lugar em 1835, em Santiago, cuja história denuncia o “estatuto de escravidão em toda a sua crueza”, ao mesmo tempo que pratica “a humanização do negro, aureolado pela aquisição do saber que lhe foi transmitido por uma jovem patroa mestiça e lhe permitiu conhecer a revolta dos negros em São Domingos e o sonho de poder vir a ser um dia o herói que libertaria seus irmãos do cativeiro”.

Podemos sem grande margem para dúvida afirmar que Guilherme Dantas, assim como os autores oitocentistas cabo-verdianos, foi “herdeiro”, para usarmos uma expressão de Arnaldo França, dos *ethos* africano e europeu simultaneamente. Mas mais importante do que isso é o facto de Dantas conseguir reconstruir esses dois cosmos, o africano, através da ilha Brava, um “jardim, paraíso, Sintra de Cabo Verde e formosíssima ilha”; e o europeu, Portugal, Lisboa, “num perímetro delimitado pelo cais de Sodré, o Café Ultramarino, a Calçada da Glória, o Passeio Público, a Praça da Alegria”, e Mafra “à roda do Paço e da Escola Real” (Dantas, 2007), espaços simbolicamente entrecruzados e onde, separadamente, são vividos verdadeiros dramas humanos, como veremos, atribuindo à obra uma abrangência verdadeiramente mundial.

Podíamos trazer outros exemplos dos trabalhos de Dantas. Aos 18 anos de idade, na introdução de *Contos Singelos* (1867), diz ter lido “bastantes romances, contos, lendas, etc., e, entre tantos escritos, nenhum ainda encon[trou] que [lhe] falasse do ignorado cantinho de terra onde [teve] a dita de vir ao mundo” (Ferreira, 2010: 252). Ainda no referido livro, como também em *Memórias dum Pobre Rapaz*, Dantas vai buscar as palavras de Hipólito Garcez, um poeta cabo-verdiano, para fazer referência e exprimir a sua saudade da terra. Um sentimento que é comum a todos os seres humanos, vivendo semelhante situação e recordar que “é tão doce ouvir falar da nossa pátria quando nos achamos exilados em terra estranha!”. Dantas afirma mesmo que esses contos são para ele o resultado das “saudosas recordações da terra natal, duma lembrança dos primeiros anos, que tão impressa [traz] na imaginação” (1867). Mas as palavras mais profundamente sentidas vai busca-las à mágoa provocada pelo desenraizamento da casa materna, que

Leitura do Romance O Escravo, afirma que o autor pode ter chegado a Cabo Verde com a idade de 15 anos e situa isso por volta de 1825. Deve ter vivido 12 anos no arquipélago, antes de regressar a Portugal, em 1852, com 27 anos. Outra fonte referida por Alberto Lopes foi *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*, de João Nobre de Oliveira, que coloca E. de Almeida em Cabo Verde, em 1884, como editor do *Boletim Oficial*, acrescentando que foi deputado por Cabo Verde, em 1849. Além da obra mencionada, são-lhe conhecidos mais dois poemas, que reproduzem igualmente o espaço cabo-verdiano.

extraímos do conto *Nhô José Pedro ou cenas da ilha Brava*, publicado em fascículos, no jornal *A Voz de Cabo Verde*, em 1913:

Oh! não pode compreender a dor imensa que então oprimia os corações daqueles que se separavam, quem ainda não experimentou a indefinível tristeza, o desalento, os prantos, o martírio da separação!

Já provei deste cálix d'amargura, eu! Quando me separei de minha pobre mãe para vir, aqui em terra longínqua, buscar o pão do espírito, os meus poucos anos não me permitiam avaliar a grandeza da minha quase desgraça: – mas chorei!... (p. 61).

4. Síntese

A 25 de julho de 1849 nasceu Guilherme da Cunha Dantas, filho do primeiro-tenente da marinha portuguesa, que se encontrava na Brava para instalar a primeira escola régia no arquipélago, e de Isabel Maria da Conceição Cunha, na localidade de Pé da Rocha, na ilha Brava, em Cabo Verde. Perdeu a mãe cedo e só teve uma irmã, Mariana Olímpia Dantas Ferreira, pelos dados que nos são revelados, que vem a falecer em vida do poeta, deixando descendentes, do casamento com um amigo de Guilherme do tempo da Escola de Mafra.

Pé da Rocha era uma vila pacata, terra de gente tradicional, conservadora, tranquila, mas também de poetas e homens de cultura. Graças ao seu clima salubre atraiu a si a nata da sociedade cabo-verdiana do século XIX e dos rios da Guiné, onde encontravam cuidados de saúde e deixavam um conhecimento elaborado que contribuiu para o surgimento de um pequeno polo cultural e administrativo florescente por várias décadas.

Vitorino Dantas regressou a Portugal em 1855, e, por ordem de D. Pedro V, é desafiado a fundar a Escola Real de Mafra. Seguindo os desejos do rei de dar uma educação liberal às crianças de todo o reino, angaria fundos para mandar vir estudantes cabo-verdianos, para em Mafra se formarem e serem professores das futuras gerações no arquipélago. Dentro deste contingente viaja Guilherme, que aí prossegue os estudos liceais, acabando por engrossar a lista dos melhores alunos medalhados. A morte do pai, em 1868, impede a continuação dos seus estudos e força o seu regresso a Cabo Verde, onde ingressa na função pública.

Chega a Cabo Verde desamparado, é mal compreendido e torna-se objeto de escárnio. Como se viu, nunca conseguiu um emprego compatível com a sua formação e génio intelectual, acabando como simples amanuense. Com o andar do tempo e abalado por vários acontecimentos tristes, foi-se isolando, entregou-se ao álcool, até ao completo suicídio. São desse período de

vida as suas melhores obras, entre as quais *Bosquejos ao Interior da Ilha de S. Tiago*, trazido a público em 1878, e *Memórias dum Pobre Rapaz*, em 1913-1915, ambas acusando grande influência de Laurence Sterne.

Dantas viveu o período histórico português que ficou conhecido como “fontismo”, a partir do nome do seu mentor Fontes Pereira de Melo. O período ficou caracterizado por um grande investimento infraestruturas que o país não tinha, ambicionando atingir um patamar de progresso comparável com os países europeus mais avançados à época. O crescimento das cidades e da vida urbana é outra marca do período. Guilherme Dantas frequentou os principais espaços públicos de uma Lisboa renovada e as praias dos seus arredores.

A recolha dos trabalhos do autor prosseguiu por várias décadas do século XIX, acompanhados de estudos universitários mais recentes que procuram credibiliza-lo cientificamente e encontrar a sua posição na literatura nacional e as suas características estético-literárias. No romance *Memórias dum Pobre Rapaz*, parece-nos que foi em Laurence Sterne que encontrou o estilo que o caracteriza enquanto autor em prosa, e usa-o na construção arquitetónica do seu texto, nem sempre fácil para o leitor, mais familiarizado com o sentimentalismo romântico.

Entre os escritores protonacionalista aparece Dantas, que nesse registo, à volta da *Revista de Cabo Verde* (1899), junta a sua voz crítica, por vezes corrosiva, aos colaboradores na luta pelo combate aos problemas do arquipélago, contra uma máquina governativa desinteressada, incompetente e corrupta.

Estamos perante um autor cujo conjunto da obra revela dramas humanos e contingências da vida, num registo de abrangência mundial.

CAPÍTULO 3 – Laurence Sterne

Toda a boa literatura nos transforma em homens e mulheres de outras culturas, de outros países, de diferentes religiões, diferentes tempos e faz-nos sentir em casa em lugares muito distantes. É esse o milagre e a magia da literatura.

Amos Oz

1.1. O autor e a sua obra

Laurence Sterne é o autor de *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman* (1759-1769), obra escolhida por muitos românticos como modelo de inspiração e que influenciou Guilherme Dantas, ajudando-o a criar um estilo que não existia na literatura cabo-verdiana nem foi retomado depois da sua morte. A sensibilidade e a inteligência crítica de Dantas permitiram-lhe ir ao arquitrato sterniano, aos aspetos mais subtis relacionados com o uso da linguagem, a simbologia, a ironia e o sarcasmo, e daí retirar elementos para criar um estilo pessoal. A influência é particularmente visível, como veremos, em *Bosquejos dum Passeio ao Interior da Ilha de Santiago* e nas *Memórias dum Pobre Rapaz*, a nossa obra de eleição.

Sterne nasceu a 24 de novembro de 1713, em Clonmel, no condado de Tipperary, na Irlanda, no seio de uma família numerosa, tendo sido o segundo de sete filhos. O seu pai, oficial do exército, estava empobrecido e levava uma vida errática entre Dublin e cidades onde se encontravam as forças militarizadas da Irlanda e Inglaterra. Aos onze anos de idade foi mandado pela família para junto do tio, Richard Sterne, em Yorkshire, para frequentar a escola primária. Perde o pai no final de julho de 1731, vitimado pela malária, contraída numa expedição militar à Jamaica, colónia britânica, pouco tempo depois de ter sido promovido a tenente (Keyner, 2009).

Em 1733, matricula-se na Jesus College, em Cambridge, onde trabalha como amanuense, para poder custear os estudos. Foi atingido por uma febre hemorrágica antes da sua formatura. Graduou-se na Universidade de Cambridge, em 1737, em Bachelor of Art, e passa a viver em Yorkshire, na Inglaterra, onde fixa residência. Após ter trabalhado como acólito em Saint Ives,

Huntingdonshire, fez-se pastor da igreja anglicana de Sutton-on-the-Forest, em Yorkshire, no ano seguinte, aconselhado pelo tio Jaques Sterne, também homem da igreja. Em julho do mesmo ano conclui o seu mestrado, na Universidade de Cambridge. Viveu afastado da ribalta como um qualquer pastor da província por cerca de 25 anos, escrevendo e vendo as suas sátiras sociais serem censuradas pelo clero e pela realeza, ao mesmo tempo que ia somando elogios internacionais e sucesso comercial.

Casou-se com Elizabeth Lumley em março de 1741, ano em que foi empossado como cônego de Givendale e em que escreve uma série de artigos de carácter político para o *York Gazetteer*, um jornal conotado com o partido reformista e constitucional. Ao fim de um ano decide afastar-se da literatura panfletária e partidária, mas volta a ela quatro anos depois, causando grande polémica, mesmo no seio da igreja. A sua vida parece melhorar, embora continue a viver com algumas dificuldades económicas, ao entrar para a paróquia de Sotton, por influência da sua esposa. Inicia mais tarde uma série de viagens ao continente europeu, motivadas pela busca de tratamento para a tuberculose que o vinha atormentando. Em 1765, pela segunda vez, vai a Paris e visita também Turim, Milão, Florença e Roma.

Em 1767, Sterne apaixona-se por Eliza Draper, esposa de um oficial da *East India Company*. Em meados desse ano, dá início ao seu segundo romance *A Sentimental Journey Through France and Italy*, mais uma vez apoiado no autobiografismo, relacionado com as suas viagens pelo continente. No ano seguinte, em março, morre com 55 anos, vítima de tuberculose, deixando prontos os dois volumes de *A Sentimental Journey Through France and Italy*, que serão publicados postumamente.

Até 1742, Sterne tinha escrito, além de cartas, textos sobre política local. *A Political Romance* é de 1759, tendo-se-lhe seguido, além de vários sermões, duas grandes narrativas: *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman* e *A Sentimental Journey Through France and Italy*. O primeiro foi publicado em nove volumes repartidos por cinco fascículos. Começada em dezembro de 1759, a obra teve o seu último volume publicado em 1767.

Sterne renovou a tradição narrativa, aplicando-lhe um fundo autobiográfico e reinventando a sátira, dirigida contra os costumes do mundo do século XVIII. A sua coragem em desafiar a ordem literária e o sucesso que obteve ficaram consagrados na expressão *Shandy-Age* (Richardson, 176: 249). Segundos os críticos, *Tristram Shandy* combina a “teasing parody and creative transformation” (Keyner, 2009: 1), abrindo caminho para a literatura moderna. Partindo

de Swift e de Pope, Sterne foi-se afastando deles e da tradição, para oferecer ao século XIX um novo modelo de romance.

O pensamento de Sterne foi influenciado pela filosofia de John Locke, pelos contactos estabelecidos em França com o círculo iluminista do Baron d' Holbach. Paradoxalmente, houve também o aproveitamento de um certo ceticismo do passado histórico introduzido por Montaigne (1533-1592), nos seus célebres *Essais*. Importante também foi a sua formação religiosa, anglicana. De tudo isto resultou uma conjugação eclética, como nos indica Keyner, no trabalho que passo a citar:

include the relationship between Sterne's writings and his ecclesiastical and celebrity careers; the entanglement of *Tristram Shandy* with Rabelaisian and Swiftian traditions of satire, and with the developing genres of autobiography and the novel; the religious, philosophical, and scientific backgrounds of Sterne's writings, including the theological implications of his sermons and the ambiguous sentimentalism of *A Sentimental Journey*, their teasing and provocative play on questions of politics, from gender role to national identity, specifically in relation to Sterne's Anglo-Irish background; his ingenious exploitation of the mechanism of print culture, both on the page and in practice, and the visual culture of representation and artifacts that later embraced the novels; and the creative energies channeled or unleashed by Sterne's writing in modernist and postcolonial fiction (Keyner, 2009: 3).

1.2. O contexto sociocultural e político do Reino Unido de Sterne

Um acontecimento importante que marca o início do século XVIII é a união entre a Inglaterra e a Escócia, celebrada a 1 de maio de 1707, o que dá origem ao Reino Unido. Em janeiro de 1801, a união estende-se à Irlanda, surgindo assim o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Uma das figuras que se destacou no período foi a do primeiro-ministro Robert Walpole (1676-1745), que dominou a vida política britânica por 20 anos, de 1722 a 1742. A sua resignação três anos antes da morte deveu-se ao facto de não ter conseguido acalmar os ânimos patrióticos de William Pitt, o pai, e da Câmara dos Comuns, que estavam a favor da guerra contra a Espanha, em 1739 (Travelian, 1987). É precisamente a William Pitt que Laurence Sterne dedica *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, do seguinte modo:

NEVER poor Wight of a Dedication had less hopes from his Dedication, than I have from this of mine; for it is written in a bye corner of the kingdom, and in a retired

thatched house, where I live in a constant endeavour to fence against the infirmities of ill health, and other evils of life, by mirth; being firmly persuaded that every time a man smiles,—but much more so, when he laughs, that it adds something to this Fragment of Life.

I humbly beg, Sir, that you will honour this book by taking it——(not under your Protection,——it must protect itself, but)——into the country with you; where, if I am ever told, it has made you smile, or can conceive it has beguiled you of one moment's pain——I shall think myself as happy as a minister of state;——perhaps much happier than any one (one only excepted) that I have ever read or heard of.

*I am, great Sir,
(and what is more to your Honour,)
I am, good Sir,
Your Well-wisher,
and most humble Fellow-Subject,*

THE AUTHOR.

É visível a admiração pessoal, certamente motivada pela popularidade de que gozava e pelas posições patrióticas, mas nota-se também, como escreveu Manuel Portela (1998: 14), “a natureza ainda ambígua da independência do autor em relação ao patrocínio e promoção da aristocracia e do clero”, como também a transição da instituição literária da dependência aristocrática para o mercado.

Laurence Sterne morreu a 18 de março de 1768, sem assistir a alguns dos grandes acontecimentos histórico-políticos do século XVIII, como foram as ações de Thomas Paine, filósofo e ativista político, autor dos panfletos *Common Sense* (1776) e *The American Crisis* (1783), que inspiraram a independência americana. Foi este o primeiro político a escrever sobre a escravatura na América, propondo, em 1775, a sua abolição e a emancipação dos escravos. Este assunto preocupava Laurence Sterne, como se pode verificar na resposta que dá a Ignatius Sancho, um escravo liberto, compositor, em carta datada de 27 de julho de 1766, após este lhe ter pedido que usasse da sua pena a favor da abolição do tráfico de escravos negros:

There is a strange coincidence, Sancho, in the little events (as well as in the great ones) of this world: for I had been writing a tender tale of the sorrows of a friendless poor negro-girl, and my eyes had scarce done smarting with it, when your letter of recommendation in behalf of so many of her brethren and sisters, came to me—but why her brethren?—or your's, Sancho! any more than mine? It is by the finest tints, and most insensible gradations, that nature descends from the fairest face about St. James's, to the sootiest complexion in Africa: at which tint of these, is it, that the ties of blood are to cease? and how many shades must we descend lower still in the scale, 'ere mercy is to vanish with them?—but 'tis no uncommon thing, my good Sancho, for one half of the world to use the other half of it like brutes, & then endeavor to make 'em so (Sterne, 1766: 1).

Sterne tinha acabado de escrever sobre o problema do sofrimento dos negros, no volume IX, capítulo VI, de *Tristram Shandy*:

WHEN Tom, an' please your honour, got to the shop, there was nobody in it, but a poor negro girl, with a bunch of white feathers slightly tied to the end of a long cane, flapping away flies—not killing them.—'Tis a pretty picture! said my uncle Toby—she had suffered persecution, Trim, and had learnt mercy——

——She was good, an' please your honour, from nature as well as from hardships; and there are circumstances in the story of that poor friendless slut that would melt a heart of stone, said Trim; and some dismal winter's evening, when your honour is in the humour, they shall be told you with the rest of Tom's story, for it makes a part of it——

Then do not forget, Trim, said my uncle Toby.

A Negro has a soul? an' please your honour, said the Corporal (doubtingly).

I am not much versed, Corporal, quoth my uncle Toby, in things of that kind; but I suppose, God would not leave him without one, any more than thee or me——

——It would be putting one sadly over the head of another, quoth the Corporal.

It would so; said my uncle Toby. Why then, an' please your honour, is a black wench to be used worse than a white one? I can give no reason, said my uncle Toby——

——Only, cried the Corporal, shaking his head, because she has no one to stand up for her—— —'Tis that very thing, Trim, quoth my uncle Toby,—— which recommends her to protection——and her brethren with her; 'tis the fortune of war which has put the whip into our hands *now*——where it may be hereafter, heaven knows!—— but be it where it will, the brave, Trim! will not use it unkindly.

——God forbid, said the Corporal.

Amen, responded my uncle Toby, laying his hand upon his heart (Sterne, 2005: 552).

Tom descreve a opressão de uma pobre servente negra numa loja de salsichas de Lisboa que tinha visitado. Sterne levanta através das suas personagens o problema dos negros, revelando estar atento aos problemas do seu tempo. Isso não significa contudo que o autor não tivesse preconceito racial e não o tivesse manifestado em suas obras. Helena Woodward (1999: 67) ressalva com base nas reflexões de Ellis Markman (1991) que Sterne, apesar de ter tido uma relação positiva com Ignatius Sancho, não conseguiu esconder um sentimento mais profundo em relação ao que pensava sobre as diferenças raciais no seu *Sermon of Mr. Yorick* e em *Tristram Shandy*:

Sterne's argument is a powerful denial of racial difference, but embedded within it are the still more powerful remnants of the language of racial difference, observable when he writes of the descent down the 'scale' of 'shades' from the white metropolis to the black colony.

A sociedade de Sterne conheceu grandes transformações, acompanhando o desenvolvimento científico e tecnológico e a expansão inglesa, que trouxeram grande prosperidade comercial a cidades como Bristol, Manchester ou Birmingham. A curiosidade científica permitiu a produção de instrumentos tecnológicos novos, aplicados à indústria (Greenblatt, 2006: 2065). Esses artefactos mudarão os hábitos e gostos das pessoas mais sofisticadas. Em *Tristram Shandy*, Sterne é bastante crítico em relação a essas inovações, como se pode ver pelas figuras do Capitão Toby Shandy, um aposentado que se dedica obsessivamente ao estudo da história e ciência das fortificações militares, e do Dr. Slop, um obstetra pouco convencional, que se gaba de ter inventado novos pares de fórceps. O narrador, por sua vez, comenta que “Science may be learnt by rote, but wisdom not” (Sterne, 1997: 324).

A agricultura foi na época uma das atividades mais produtivas e o preço da terra duplicou entre 1700 e 1790. A política dos ‘Enclosures’ favoreceu os grandes proprietários, mas transformou os trabalhadores numa espécie de escravos.

Entre os homens da igreja também a desigualdade era acentuada, dependendo da cidade em que estavam colocados e da posição na hierarquia. A marginalidade era intensa, contribuindo para que a violência fosse uma constante, como se pode ver pelos submundos retratados por John Gay e Henry Fielding em *The Beggar’s Opera* (1728) e *Jonathan Wild* (1743), respectivamente. A esperança de vida para o homem desse século era muito baixa. O fosso entre ricos e pobres era grande, embora vivessem lado a lado. Não era raro acontecerem motins e para os combater foram criadas um série de novas leis, a maioria das quais para proteger a propriedade privada.

Contudo, a união da nação era essencial e foi conseguida através da ordem imposta, mas também por um código de ética que interessava a todos, como nos evidenciam as palavras da *Norton Anthology of English Literature* (2006: 2057):

An ethos of politeness came to prevail, a standard of social behaviour to which more and more could aspire yet that served to distinguish the privileged sharply from the rude and vulgar. This and other ideas, of order and hierarchy, of liberty and rights, of sentiment and sympathy, helped determine the ways in which an expanding diversity of people could seek to participate in Britain’s thriving cultural life.

Um código que ao mesmo tempo que favorecia a unidade social, deixava claro um padrão de princípios de cortesia, “sentimental”, não orientado pelas normas morais e religiosas

sancionatórias. Laurence Sterne referiu-se à religião como “Great Sensorium”, no volume II de *A Sentimental Journey Through France and Italy*:

THERE was nothing from which I had painted out for myself so joyous a riot of the affections, as in this journey in the vintage, through this part of France; but pressing through this gate of sorrow to it, my sufferings have totally unfitted me: in every scene of festivity I saw Maria in the background of the piece, sitting pensive under her poplar; and I had got almost to Lyons before I was able to cast a shade across her.—

— Dear sensibility! source inexhausted of all that’s precious in our joys, or costly in our sorrows! thou chainest thy martyr down upon his bed of straw—and ’t is thou who lift’st him up to HEAVEN—eternal fountain of our feelings!—’t is here I trace thee—and this is thy divinity which stirs within me—not that in some sad and sickening moments, “*my soul shrinks back upon herself, and startles at destruction*”—mere pomp of words!—but that I feel some generous joys and generous cares beyond myself—all comes from thee, great—great SENSORIUM of the world! which vibrates, if a hair of our heads but falls upon the ground, in the remotest desert of thy creation.—Touch’d with thee, Eugenius draws my curtain when I languish—hears my tale of symptoms, and blames the weather for the disorder of his nerves. Thou giv’st a portion of it sometimes to the roughest peasant who traverses the bleakest mountains—he finds the lacerated lamb of another’s flock.—This moment I beheld him leaning with his head against his crook, with piteous inclination looking down upon it.—Oh! had I come one moment sooner!—it bleeds to death—his gentle heart bleeds with it—

Peace to thee, generous swain!—I see thou walkest off with anguish—but thy joys shall balance it—for happy is thy cottage—and happy is the sharer of it—and happy are the lambs which sport about you (2002: 689).

Segundo ele, tratava-se de uma espécie de sistema nervoso central que direcionava o sentimento humano para causas de caridade nobres, como a construção de escolas, hospitais, casas para os sem-abrigo, ou para o mecenato.

O fardo das mulheres não era menos pesado, o que fez desencadear as primeiras manifestações feministas. Autoras como Mary Astell, em *A Serious Proposal to the Ladies* (1694) e mais tarde em *Some Reflections Upon Marriage* (1706), desenvolveram argumentos a favor da educação da mulher e contra a tirania dos maridos no casamento. Este movimento teve o apoio de muitos intelectuais que através dos seus escritos encorajaram as mulheres na sua luta e a participarem na vida social sofisticada.

A igreja anglicana, a dominante, pregava uma doutrina baseada na virtude e prudência e não na salvação e julgamento final. Provavelmente seria a que fornecia fundamentação ideológica e que legitimava estes movimentos. Entretanto, novas práticas religiosas surgiram, embora vistas com alguma desconfiança inicial. Os evangélicos, conhecidos como Metodistas, apareceram na década de trinta liderados por John Wesley (1703-1791), Charles Wesley (1707-1788) e George Whitefield (1714-1770), pregando que todos são pecadores e condenados e que seriam

salvos pela fé e graça de Deus. Pregavam para as pessoas comuns e em qualquer sítio público ou que permitisse a reunião de muitas pessoas. A religião era também afetada pelas descobertas científicas.

O naturalismo põe em causa o empirismo de Locke, Berkeley e Hume, mas seria Locke a influenciar o pensamento político, religioso, cultural, moral e filosófico do século XVIII. As suas marcas estão em Jonathan Swift, Alexander Pope e Samuel Johnson.

A educação formal era garantida pelas escolas públicas, que ofereciam um sistema de ensino liceal clássico para aqueles que podiam pagar. Havia também academias privadas, que ofereciam um currículo científico com um cunho prático e útil, que preparava o indivíduo para a vida política britânica.

A vida cultural parecia prosperar. O British Museum abriu em 1753 e em 1768 foi fundado a Royal Academy. Este foi o século dos banhos de praia e das idas ao teatro moderno, que acompanharam o desenvolvimento de cidades como Bristol, Scarborough em Yorkshire, Liverpool, Leeds ou Birmingham. Cultivava-se o gosto pelas casas de campo, com estábulos e prazerosos jardins. As casas eram ornamentadas com as elegantes mobílias fabricadas por nomes como Chippendale, Sheraton, Hepplewhite, decoradas pelos Adam brothers, e caracterizadas pelo uso de talheres de prata e de porcelana chinesa.

Esta foi também a época do *Grand Tour* através da França, Itália e Alemanha, tido pelas classes abastadas como uma etapa importante na educação dos jovens fidalgos ou burgueses. Era por vezes, segundo Portela, “um pretexto para uns quantos meses de vida dissoluta” (1998:197). Laurence Sterne dedica-lhe umas linhas irónicas, ao contrapor as suas ideias às do bispo sobre o dinamismo da vida e a melhor maneira de a aproveitar, entre novos e velhos, magros e gordos, no volume VII, Capítulo VIII, de *Tristram Shandy*:

‘MAKE them like unto a wheel’, is a bitter sarcasm, as all the learned know, against the as *grand tour*, and that restless spirit for making it, which David prophetically foresaw would haunt the children of men in the latter days; and therefore, as thinketh the great bishop Hall, ’tis one of the severest imprecations which David ever utter’d against the enemies of the Lord— and, as if he had said, “I wish them no worse luck than always to be rolling about”—So much motion, continues he, (for he was very corpulent)—is so much unquietness; and so much of rest, by the same analogy, is so much of heaven.

Now, I (being very thin) think differently; and that so much of motion, is so much of life, and so much of joy—— and that to stand still, or get on but slowly, is death and the devil—— (p. 444).

A língua conheceu uma grande evolução com a elaboração de dicionários e cadernos de pronúncia e escrita, fixando e padronizando o Inglês. Nas artes verificou-se uma alteração no gosto e o gótico tornou-se a preferência dos artistas. A contemplação da natureza, o apreço pelo pitoresco, pelas representações mouriscas, de montanhas e um sentimentalismo ligado ao passado dos castelos em ruínas e paisagens idílicas iam enchendo as telas e as páginas dos poetas. Esta transformação deixa antever o que estava para despontar mais tarde, com Wordsworth e Coleridge. Tanto as correntes ideológicas como científicas, religiosas e sociais colocam o indivíduo no centro das preocupações. A vida individual e privada têm grande importância e aparece associada ao gosto, ambição e conquistas de que dão conta os romances (Greenblatt, 2006).

Este adquire um estatuto de eleição junto dos novos escritores, embora esbarrasse contra grande resistência por parte de escritores consagrados, como Alexander Pope. Foi grandemente beneficiado pelos mecenas, por uma nova forma de publicação, pelas bibliotecas ambulantes e pelo aumento de leitores, principalmente entre o público feminino. Chega-se assim ao final do século XVIII; as *Lyrical Ballads* surgem em Bristol, em 1797, e são publicadas no ano seguinte. Começa a partir desse momento o Romantismo na literatura inglesa (Greenblatt, 2006).

1.3. Uma construção da sua época e uma crítica ao romance

Como observámos atrás, o século XVIII inglês trouxe uma alteração profunda na vida económica, política e religiosa, com consequências no desenvolvimento das cidades, no estilo de vida, no gosto e sensibilidade das pessoas, na forma de aproveitamento dos tempos livres e na arte e na ciência. Do ponto de vista das ideias, foi também determinante para o pensamento dos grandes escritores que marcaram a literatura da época. Para a afirmação dos princípios da liberdade, da razão e dos direitos humanos contribuíram acontecimentos como a *Civil War* (1642-51), a *Restoration* (1660) e as várias revoluções que se seguiram, tanto nacionais, como a *Glorious Revolution* (1688-89), como europeias (a Francesa, de 1789) ou americanas (a Independência dos Estados Unidos, em 1776).

A produção literária beneficiou muito destas transformações e os resultados são visíveis, por exemplo, no aumento das publicações por todo o país. São apresentados ao público

jornais vários, entre eles o primeiro diário, o *Daily Curant* (1702), e a primeira revista destinada a um público masculino, *Gentleman's Magazine* (1731). Gozavam de condições favoráveis para a publicação, graças à abolição do “prior constraint”, o que favoreceu a abordagem de temas mais variados (Greenblatt, 2006).

Esta liberdade de imprensa foi conquistada com as mudanças políticas, sociais e tecnológicas, permitindo ao país ter uma forma de governo que equilibrava os interesses monárquicos com os republicanos, garantindo a paz social. A imprensa tinha a vantagem de informar e de permitir a discussão pública dos problemas nacionais, contribuindo para a formação de uma opinião pública. Foi dentro deste contexto que foram escritos e publicados panfletos que na época anterior seriam proibidos.

As questões dos direitos autorais e do plágio, que vinham causando muitos problemas não apenas entre os escritores, mas também entre cientistas, são agora enfrentadas e ultrapassadas. O livreiro passou a ter direito sobre o produto da venda dos livros, por um período de 14 anos, pagando depois ao autor, no âmbito do “Act for the Encouragement of Learning by Vesting the Copies of Printed Books in the Author of Purchasers of Such Copies” (2006: 2067). Foi criada uma taxa sobre os livros, jornais e revistas, o que acompanha o reconhecimento do trabalho intelectual. Para além da venda de exemplares, a circulação aumenta graças ao empréstimo, ampliado pelas bibliotecas ambulantes. Não obstante estes acontecimentos positivos e históricos, os escritores continuam a viver com dificuldades financeiras.

Outro aspeto importante do mundo editorial tem a ver com a maior participação nele da mulher, não só na produção e comercialização dos livros, mas também na qualidade de escritora. Algumas delas tornaram-se escritoras excepcionais, como Katherine Philips (1631-1664), ou, noutro plano, Anne Finch (1661-1720), Anne Killigrew (1660-1685), Lady Mary Wortley Montagu (1689-1762), entre outras. Por esta época, certas mulheres cultas organizaram-se em clubes para discutirem literatura (“bluestockings”) (Greenblatt, 2006: 2069). Saíram desses clubes traduções de clássicos gregos, excelentes produções poéticas, ativistas para a causa do abolicionismo, teóricos da educação, somando um precioso número de contribuintes culturais e literários que irão influir na educação e vida das mulheres inglesas, tal como o romance satírico *The Female Quixote* (1752) escrito por Charlotte Lennox (1730-1804).

Daniel Defoe, mesmo sem estar consciente disso, deu início a uma nova forma de arte literária, o romance, que vem opor-se aos padrões tradicionais, embora as suas origens sejam longínquas.

O Marquês de Sade (2001: 129) situa a sua origem na tradição das histórias dos deuses gregos:

foi nas regiões que primeiramente reconheceram os deuses que os romances tiveram origem (...) eis as obras de ficção a partir do momento em que a ficção se apossa do espírito dos homens. Há livros de ficção a partir do momento em que existem quimeras. O nome romance outrora era dado às histórias, e que foi aplicado, depois, às ficções, o que é uma prova incontestável de que umas vieram das outras. O homem está sujeito a duas fraquezas inerentes à sua existência, que a caracterizam. Por toda parte cumpre que ele reze, por toda parte cumpre que ele ame, eis a base de todos os romances: fê-lo para pintar os seres a quem implorava, fê-lo para celebrar aqueles a quem amava. E como o homem rezou e amou em todas as partes do globo onde habitou, houve romances, isto é, obras de ficção que ora pintaram os objetos fabulosos de seu culto, ora os mais reais de seu amor.

Sade atribui um caráter humano e universal ao romance, encarando-o como o relato das “mais singulares aventuras da vida dos homens. Não é preciso tentar procurar a origem desse género nesta ou naquela nação privilegiada” (2001: 31).

Desde a sua fase inicial, os escritores parecem ter tido a intenção de produzir algo muito próximo da realidade, procurando dar “alguma verosimilhança aos relatos e torná-los mais aceitáveis pelo público leitor que colocava sob suspeita tudo o que contivesse conteúdo ficcional” (Vasconcelos, 2002: 1). Foram trazidos para o seu interior várias vozes, interlocução de diálogos entrecruzados e diferentes modalidades de escrita.

Leonardo de Andrade Castilho, no seu artigo intitulado *Caminhos do Romance*, de 2014, discute a origem do género, observando que o termo “só se consagrou no final dos Setecentos” (2014: 5). Segundo o autor, um traço importante dos romancistas dessa época é a rutura com a tradição do “enredo calcado, unicamente, na história, nos mitos, nas fábulas e noutras referências literárias do passado” (Castilho, 2014: 6); as personagens aproximam-se em características aos indivíduos da sociedade que representam; a noção do tempo e espaço passa a ser outra, a “trama se desenrola num período de tempo extenso e preciso” e num espaço que “ganhou uma descrição detalhada”, como veremos a seguir, quando nos referirmos a autores como Daniel Defoe e Samuel Richardson. Este último fê-lo com mestria conferindo aos espaços interiores “uma força física e moral terrivelmente real”. O mesmo defende Jorge de Sena (1986:

67), que observando que o realismo foi usado como técnica por esses autores e também por Jonathan Swift e Laurence Sterne, “com uma maleabilidade exemplar”.

Defoe, como grande observador, esteve atento ao desenvolvimento das cidades inglesas. A expansão do reino constituiu tema para os seus romances, recheados de factos históricos e de muita fantasia. O autor londrino foi seguido por uma geração de escritores que viram nele as características ideais para as necessidades de uma época em transformação e expansão. Paralelamente, um público leitor da classe média procurou neste género novo conteúdos instrutivos e de entretenimento. A prosperidade conquistada contribuiu para que essa classe se identificasse com essa nova forma de expressão literária que enfatiza a experiência privada:

It cannot be argued that the central characters in the novels of the first half of the century are drawn exclusively from the middle classes, but few are aristocrats and none monarchs. Tyranny and murder are domesticated; usurpation is replaced by disputes over title-deeds, entails, and codicils; courtship and marriage become affairs of the heart not of the state, and the death-bed enters the English novel as death on the battlefield exists. Even the panoply of the funeral, major concern of Richardson's dying *Clarissa*, is democratized (*Oxford Short History of English Literature*, 1994: 304).

Robinson Crusoe (1719), *Fortunes and Misfortunes of the Famous Moll Flanders* (1722) ou *The Fortunate Mistress* (1724) são disso exemplo. O mesmo acontece nos romances de aventura e de viagem, em que os protagonistas não têm sentido de virtude, embarcando em aventuras além-mar e cometendo atos de pirataria, embora depois aprendam com os seus erros, recolhendo a casa, onde casam e vivem uma vida honesta, refugiando-se em Deus numa tentativa de expiar os pecados. Outras obras, como *The Journal of the Plague* (1722), o primeiro dos romances históricos, e *Memoirs of a Cavalier* (1724) terão uma influência grande no desenvolvimento do romance histórico no século XIX.

Aparecem também os romances epistolares, expondo assuntos relacionados com a retidão sexual, ou o seu oposto, ou ainda uma sexualidade frustrada, relações conflituosas entre homem e mulher, litígios entre o patrão e o servente. Debate-se uma miríade de questões sociais, psíquicas, culturais, políticas, esmiuçadas em outras tantas preocupações como a educação das crianças, a vida em sociedade, os problemas no casamento, a conduta social e na vida privada, os problemas financeiros, as rivalidades por motivos da inveja e competição, a hipocrisia, e o burlesco.

Tobias Smollet (1721-1771) definiu o romance como “a large diffused picture, comprehending the character’s life, disposed in different groups, and exhibited in various attitudes for the purpose of an uniform plan, and general occurrence, to which every individual figure is subservient” (Sanders, 1994: 315). Esta visão própria não se afasta muito das antecedentes, na medida em que também se baseia na experiência humana, na presença de personagens que se assemelhem às pessoas e grupos sociais, às suas atitudes e valores, e que obedeçam a um plano traçado pelo autor. A concretização desta teoria verifica-se em *The Adventures of Roderick Random* (1748) ou em *The Adventures of Peregrine Pickle* (1751), onde Smollet inclui as peripécias dos anos passados no mar, como médico-cirurgião da marinha. O sucesso do romance, segundo ele, depende da existência de uma personagem principal “to attract the attention, unite the incidents, unwind the clue to the labyrinth and at last close the scene, by virtue of his own importance” (Sanders, 1994: 315).

Laurence Sterne levou de tal modo ao extremo as possibilidades do romance – na forma, na retórica e nas estratégias narrativas – que muitos lhe atribuem a paternidade do género. A sua *influência* vai ser relevante nos autores vindouros, sobretudo no século XX. Andrew Sander (1994: 317), afirma que “of all eighteenth-century novels [*Tristram Shandy*] is the one that is freest of insistent linearity, the one that makes the most daring bid to escape from the models established by epic or by history”. Sterne reafirma no capítulo IV, do Volume 1, que deve pedir perdão a Horácio quando este determinou que a história devia ser iniciada do princípio, *ab ovo*, declarando também que ia seguir as suas próprias regras:

I have begun the history of myself in the way I have done; and that I am able to go on tracing every thing in it, as Horace (65-8 AC) says, *ab Ovo*. I should beg Mr. Horace’s pardon; – for in writing what I have set about, I shall confine myself neither to his rules, nor to any man’s rules that ever lived” (Sterne, 2002: 8).

Sterne rejeita o conceito horaciano de poeta épico ideal, isto é, aquele que em vez de iniciar a narrativa a partir de um acontecimento cronológico primeiro, transporta o leitor para o meio dos acontecimentos, *in medias res*. Em *Tristram Shandy*, recua a um tempo anterior à história que pretende contar, ao momento da concepção de Tristram, mas transgride também a linearidade narrativa, com a inserção de inúmeras digressões. A linearidade não é aliás condição *sine qua non* para contar uma história, como observou Jorge de Sena. Se assim fosse, não seriam romances “os *Pickwick Papers* e o *D. Quixote*, escritos ao sabor dos ventos”, nem o seriam *Tom Jones*, *Ana Karenina* ou *A Brasileira de Prazins* (1986: 22).

A teoria da *influência* elaborada por Harold Bloom em *The Anxiety of Influence* (1973) pode ser aplicada também ao romance. Segundo o norte-americano, um autor pode influenciar outro, ocorrendo essa influência numa relação do tipo pai e filho, em que o filho não pode escolher o pai, isto é, a influência não pode ser escolhida. Dentro deste contexto, a “poetic influence is a variety of melancholy or an anxiety-principle” e, quando se verifica, “need not to make poets less original; as often it makes them more original, though not therefore necessarily better” (p. 7).

Bloom concebe seis tipos de relações possíveis entre o poeta forte e o seu precursor: uma primeira que designa de *clinamen*, “which implies that the precursor poem went accurately up to a certain point, but then should have swerved, precisely in the direction that the new poems moves” (p. 14); a *tessera*, de acordo com a qual “a poem antithetically ‘completes’ his precursor, by so reading the parent-poem as to retain its terms but to mean them in another sense, as though the precursor had failed to go enough” (p. 14); a *kenosis*, em que “the later poet, apparently emptying himself of his own afflatus, his imaginative godhood, seems to humble himself as though he were ceasing to be a poet, but this ebbing is so performed in relation to a precursor’s poem of ebbing that the precursor is emptied out also, and so the later poem of deflation is not as absolute as it seems” (pp. 14-15); a *daemonization*, que se explica pelo facto de que “the later poet opens himself to what he believes to be a power in the parent-poem that does not belong to the parent proper, but to a range of being just beyond that precursor. He does this, in his poem, by so stationing its relation to the parent-poem as to generalize away the uniqueness of the earlier work” (p. 15); a *akesis*, na qual “the later poet does not, as in *Kenosis* undergo a revisionary movement of emptying, but of curtailing; he yields up part of his own human and imaginative endowment, so as to separate himself from others, in eluding the precursor, and he does this in his poem by so stationing it in regard to the parent-poem as to make that poem undergo an *askesis* too; the precursor’s endowment is also truncated” (p. 15); e finalmente a *apophrades*, em que “the later poet, in his own final phase, already burdened by an imaginative solitude that is almost a solipsism, holds his own poem so open again to the precursor’s work that at first we might believe the wheel has come full circle, and that we are back in the later poet’s flooded apprenticeship, before his strength began to assert itself in the revisionary ratios. But the poem is now *held* open to the precursor, where once it was open, and the uncanny effects is that the new poem’s achievement makes it seem to us, not as though the precursor were writing it, but as though the later poet himself had written the precursor’s characteristic work” (pp. 15-16).

Daemonization é o conceito que nos parece mais adequado ao nosso estudo. Segundo o pensamento bloomniano, o *daimon* não é uma força negativa, mas o contrário; é o *ethos* criador que apoia o poeta precursor e que o ajuda a superar o seu antecessor. Ao receber os elementos do poema-pai, o novo procede à dissolução desses elementos. O poema nasce, portanto, “in response to other poems” (p. 99), a partir deles e num processo de distribuição e divisão dessa força criadora, capaz de “[bringing] order, confer knowledge, disorders where it knows, blesses with ignorance to create another order”. O poeta novo, “ephebe”, transforma-se num poeta forte e “his precursor necessarily is humanized, and a new Atlantic floods outward from the new poet’s transformed being” (p. 100). A negação do precursor é impossível porque implicaria a morte do efebo, a negação de si próprio, o que consequentemente corresponde à sua eternização literal, mas com identidade própria, o que acarreta porém a angústia da *influência*. Por fim, este processo de transporte culmina com “the dubious triumph of yielding to him the whole of the ephebe’s middle ground, or common humanity”. Por outras palavras e concluindo: “The formula of *daemonization* is: ‘Where my poetic father’s *I* was, there it shall be,’ or even better ‘there my *I* is, more closely mixed with it’” (p. 110).

E é precisamente nas digressões que reside a mais “demoníaca” das *influências* de Sterne. No capítulo XXII do primeiro volume, Sterne celebra-as deste modo: “digressions, incontestably, are the sun-shine; – they are the life, the soul of Reading”. E continua: “I have constructed the main work and the adventitious part of it with such intersections, and have so complicated and involved the digressive and progressive movements, one wheel within another, that the whole machine, in general, has been kept a-going” (Sterne, 2002: 64). Para além da digressão, Sterne faz uso de muitos outros recursos, alguns dos quais inéditos: os hiatos, os asteriscos, as páginas negras, brancas e em mármore. Já a epígrafe que foi buscar a Epictetus (c. 50-135 AD), um filósofo grego, sugeria, de acordo com (Sanders, 1994: 318), que toda a informação é condicional e toda a interpretação relativa: “not things, but opinions about things, trouble men”.

Sterne supera pois os seus antecessores, iniciando uma verdadeira revolução na estrutura e na linguagem, recorrendo sempre que pode a anedotas, obscenidades e a um estilo irónico e cómico, que definiu como “civil nonsensical, good-humoured” (Sterne, 2002: 394). Jorge de Sena (1986: 83) explicou esta atitude dizendo que “o moralismo de Sterne é inteiramente ‘amoral’: a sua sátira e o seu humor, o seu sentimento e a sua ternura, não se aplicam a documentar os erros e a sugerir as virtudes”. De acordo com o ensaísta português, Sterne deve ser entendido

como um homem do seu tempo, para quem a religiosidade “fruste” haveria de ser destruída “sub-repticiamente pelo absurdo, pela ironia, pelo paradoxo” (p. 83).

Apesar de ter praticado uma “ficção tão inclassificável, não só como género de ficção, mas enquanto ficção”, Laurence Sterne teve papel importante na afirmação do romance. O facto de ter questionado os limites do género não significa, como observou Jorge de Sena, “irresponsabilidade” ou falta de “consciência técnica dos valores da linguagem e da expressão” (Sena, 1986: 74). Contudo, os grandes autores seus contemporâneos, Pope, Swift e Gay, não o entenderam e ridicularizaram-no, apontando-o como uma ameaça à cultura (Fanning, 2009).

As críticas ao romance não terminaram por esta altura. Também nos séculos XIX e XX alguns dos que hoje temos como grandes romances foram vistos com desconfiança e apelidados de malditos. Gustave Flaubert (1821-1880) foi perseguido após o lançamento de *Madame Bovary* (1857), que escandalizou a sociedade francesa com as descrições pormenorizadas do adultério. Há também exemplos contrários: não podemos esquecer a célebre confissão de Engels admitindo ter aprendido mais sobre a sociedade francesa com Balzac (1799-1850) do que com os historiadores e economistas da época. Por outro lado, o gosto do público por esta forma de narrativa tornou-se avassalador.

1.4. O universalismo literário de Laurence Sterne

Percebemos até agora que, apesar dos ataques ao novo género e ao autor, o romance de Sterne foi um sucesso já em sua vida – o que não é comum na historiografia literária – e funcionou como fonte de inspiração para românticos europeus e mundiais. Christopher Fanning, em *The Cambridge Companion to Laurence Sterne* (2009: 125) reconhece-lhe a proeza de ter sido o primeiro autor inglês a alcançar tamanha popularidade em casa: “Sterne is our first author to achieve celebrity status in the modern sense of the term: a popular phenomenon in and of himself, and one who rounds his fame in public performance and market manipulation”.

A publicação do romance começou em 1760 e só terminou em 1767. Os dois primeiros volumes saíram em York, numa edição de autor apoiada por amigos, dada a recusa de vários editores, receosos do escândalo, dada a caricatura velada a figuras locais. A publicação posterior em Londres por Dodsley, “em poucas semanas se transformou no acontecimento literário de Londres”, esgotando-se, assim como as edições seguintes, totalizando “alguns milhares de

exemplares”. (Portela, 1998: 10-11). O sucesso dos demais volumes estava garantido e Sterne ficou na posição de poder negociar com os editores. Sentindo-se prejudicado com a venda dos direitos do editor, decide ficar com o *copyright* dos volumes V e VI e passa a assinar e autografar todos os exemplares, como forma de prevenir falsificações e edições pirata, o que continuou sendo prática mesmo após a sua morte, em 1769, “quando são publicados falsos inéditos póstumos de Sterne”. A sua influência fez-se sentir muito cedo, ainda em vida do autor com o aparecimento no mercado de várias imitações narrando “diversas outras *vidas e opiniões*, ou simplesmente pequenas continuações com mais episódios da história de Tristram” (p. 47).

Esta popularidade deveu-se também à publicação de folhetos com baladas tradicionais sobre a figura de *Tristram Shandy*. O próprio autor se encarregou igualmente de ir promovendo os futuros volumes, anunciando ainda outras futuras publicações, como os sermões e as narrativas de viagem. Foi portanto, na expressão de Fanning (2009), um “self-promoter extraordinaire” (p. 126). Isto é também caracterizador do mercado literário, segundo Manuel Portela (1998). O sucesso beneficiou de igual modo da reconhecida excentricidade de Sterne, da verosimilhança e do “conhecimento do comportamento e da psicologia individual e social”, na caracterização das personagens principais. Igualmente importante foi a introdução das “novelas intercaladas, pastiches combinadas com um novo tipo de sentimentalismo” e uma performance narrativa que conduz à “[teatralização] da composição” preservando a “empatia entre narrador e personagens” e a humanidade das mesmas, nas palavras de Portela (1998: 21). Jorge de Sena, no ensaio anteriormente referido, observou que ninguém usou tanto da “fantasia” como Sterne, mas sem que tenha perdido “o sentido da nossa humanidade comum” (1986: 77). Acrescenta Sena, referindo-se ao novo sentimentalismo, que ele ultrapassa os limites do seu tempo. Observa o ensaísta que “o adjetivo *sentimental*, na aceção empregada por Sterne, passou a todo o mundo culto, e foi uma das mais intensas fontes sugestivas do Romantismo. A noção moderna da ‘associação de ideias’ (primeiro apresentada por John Locke, em 1690, e elaborada no psicologismo de Hume, em 1739, e de David Hartley, em 1749) é em Sterne que aparece dada e usada *estilisticamente*, o que o torna um precursor de toda a psicologia literária subsequente” (Sena, 1986: 82).

Outro importante contributo para a divulgação das obras e do autor foram as traduções. A tradução e o papel do tradutor são fundamentais para a aceitação e procura da obra literária em outra cultura e língua. Já o dissemos no capítulo anterior e o frisamos aqui. O tradutor está perto de ser um segundo autor do livro, na medida em que é ele que melhor conhece o autor, a sua cultura, os costumes e quem melhor entende o escritor na cultura de receção. Ele tem de estar na

posse não apenas de um conhecimento linguístico, mas sobretudo de um conhecimento do conteúdo cultural e estético-literário, que o possa ajudar a transpor essa barreira sem alterar a obra, tornando-a acessível aos que a irão ler em suas línguas maternas, inclusive em aspetos tão difíceis como o humor e as piadas inglesas, shandianas.

Imediatamente após a morte de Sterne, começaram a surgir as primeiras traduções: em alemão e francês no ano de 1769, seguidas da tradução neerlandesa, em 1778. No século XIX, com o Romantismo, período em que se deram as mais profundas influências criativas de Laurence Sterne, precisamente “através das estruturas digressivas e sentimentalismo” (Portela, 1998: 48), três nações traduziram *Tristram Shandy*: a russa, em 1806, a italiana, em 1813 e a polaca, em 1817. Depois dessas, no ano de 1860 foram reeditadas algumas obras, para depois se passar por um longo período de esquecimento, até que os modernistas do início do século XX o recuperassem. Em 1903, sai a tradução checa, a servo-croata, em 1926, a sueca e a húngara, em 1956, a japonesa, a lituana e a eslovena, em 1968, a romena, em 1969, a castelhana, em 1975, a brasileira, em 1984, a catalã, em 1993, e a segunda tradução japonesa, em 1996. O interesse pela natureza artística e crítica internacional da obra não parou de crescer durante o século passado e a partir do último quartel continuaram a aparecer um pouco por todo o mundo edições e reedições nos mais variados formatos: edições que obedeciam à paginação original, edição ilustrada, anotada, uma adaptação ao teatro e uma versão em banda desenhada. Foi contudo *Uma Viagem Sentimental* a obra mais reeditada e traduzida, segundo Portela (1998), e aquela cujo valor e influência na literatura mundial Jorge de Sena descreveu do seguinte modo:

A viagem Sentimental foi o modelo de outras [obras] da maior importância na história literária: a *Viagem de S. Petersburgo a Moscovo* (1790), de Rodischev, o primeiro livro “revolucionário” da literatura russa; a *Voyage autour de ma Chambre* (1795), de Xavier de Maistre, uma das fontes próximas do Romantismo; as *Viagens na Minha Terra* (1846), de Almeida Garrett, um dos livros mais importantes do fundador do Romantismo português. A ancestralidade literária desta magnífica obra de Sterne não é menos ilustre; pode dizer-se que, com o seu tão peculiar carácter, *A Viagem Sentimental* é o mais refinado fruto de uma longa estirpe de relatos de peregrinação e de viagens mais ou menos fantásticas, cuja tradição se perde na noite dos tempos (Sena, 1986: 82).

Apesar das restrições dos críticos seus contemporâneos, Sterne foi colhendo aplausos pelo tempo fora: “as suas digressões, episódios, as suas páginas em branco, a sua linguagem entrecortada, a sua calculada irregularidade da mais caprichosa singularidade narrativa ou do estilo” cativaram a atenção de muitos e fizeram dele um precursor de românticos e modernistas; o seu realismo precoce influenciou Luigi Pirandello (1867-1936), James Joyce (1882-1941),

Virginia Woolf (1882-1941), William Faulkner (1897-1962), Samuel Beckett (1906-1989) ou Michel Butor (1926-2016), “porque é o peculiar do nosso espírito o que ele pretende sugerir e criar como ficção” (Sena, 1986: 68). Contribuíram também as suas “figuras excepcionalmente extravagantes e complexas, em quantidade suficiente para alterar a imagem tradicional, e até certo ponto falsa e unilateral, de um século galante e racionalista, mas também ostentoso e devoto” (p. 79).

Kelvin Klein, no seu artigo “Performance e Literatura Mundial no *Tristram Shandy* de Laurence Sterne”, faz uma reflexão sobre a abrangência desta obra, a partir das propostas de outros autores como Susan Sontag e com base em teóricos dos estudos literários e da linguística mundial, tais como Georg Luckács, Wolfgang Iser, Erich Auerbach, Fritz Strich. Nele, convida-nos a prestar atenção à estrutura do romance e às suas implicações temporais, na relação com o leitor imaginário, considerando o romance como “um exercício de linguagem e de montagem narrativa”. Isso explicaria a boa receção crítica e a multiplicação das reelaborações do romance ao longo do tempo, que “acrescentam camadas e perspectivas ao seu estudo, transformando-o em um ponto de partida privilegiado no que diz respeito ao comparativismo e à reflexão sobre a *weltliteratur* [literatura mundial]” (2013: 343).

O conceito de *weltliteratur* terá partido de Goethe, baseado na ideia de que a poesia é propriedade comum da humanidade. Goethe chama a atenção para o intercâmbio e a comunicação intercultural, em que se manifestaria o que há de comum entre as diferentes culturas, sem fazer desaparecer as marcas individuais de cada cultura nacional. A tarefa dos escritores e dos poetas seria a de fomentar encontros, traduções, discussões, promovendo de todas as formas o intercâmbio intelectual em torno de obras de várias nações, com o intuito de educar ou formar, tendo em vista a tolerância entre os povos, a aceitação das diferenças culturais e o universalismo humano. Este foi para Goethe um ideal muito importante, que perseguiu ao longo da vida, tentando influenciar colegas a seguirem uma linha teórica que fizesse predominar o universalismo humano em vez das literaturas voltadas para o culto nacional. Este ideal, manifestado de outra maneira, encontra-se também em Victor Hugo ou em Lamartine.

Segundo Klein, um romance como este “alcança o welt – o mundo, o mundial, o total e a totalidade – porque não está restrito a uma técnica, a uma época, a um país ou a qualquer outro tipo de marcação restritiva” (p. 351).

1.5. Sterne no Romantismo europeu

Os românticos, como fica dito, mostraram grande interesse estético por Laurence Sterne. De acordo com os trabalhos de Peter Voogd, John Neubauer e colaboradores (2004), o primeiro sinal da recepção crítica traduz-se num artigo no *Journal encyclopédique*, a 15 de abril de 1760, sobre *Tristram Shandy*, seguindo-se a primeira edição germânica do mesmo romance (Zückert), a partir de 1763. Dois anos antes registara-se a presença dos volumes I-IV e V-VI em França, assim como, em 1765, dos volumes VII e VIII, seguindo-se a Itália. Os primeiros *Sermons* foram traduzidos na Alemanha em 1766-67, aparecendo no ano seguinte *A Sentimental Journey*. Até à primeira tradução portuguesa de *A Sentimental Journey*, em 1902 por Luís Cardoso, Sterne foi traduzido em várias línguas europeias, da Escandinávia à Rússia, tendo aparecido também críticas e outras obras relevantes para o conhecimento do autor. Destacaríamos muito sucintamente aquelas que permeiam as primeiras publicações e a última década de vida de Guilherme Dantas e começaríamos pela produção do artigo de Voltaire ‘Conscience’ in *Questions sur l’Encyclopédie* (1770); a resenha do mesmo autor sobre *Tristram Shandy*, em 1777; a primeira tradução russa do romance, (Kaisarov), 1804-07; seguida de uma recensão crítica de Kasarov, intitulada “Open Letter to a Friend”. A primeira edição da tradução espanhola de *A Sentimental Journey* surge em 1821. A primeira tradução portuguesa de *Tristram Shandy* ocorre apenas em 1997, sendo da autoria de Manuel Portela.

Embora o estudo sistemático e aprofundado da recepção dos autores ingleses na Europa continental e nas literaturas lusófonas não esteja ainda feito, é muito importante e necessário para o nosso estudo compreender como entrou Sterne no continente, com particular atenção para a França, devido às relações culturais seculares entre este país e Portugal, laço que permitiu que a cultura francesa se mantivesse como fonte principal para escritores e leitores portugueses (incluindo os das antigas colónias), até à primeira metade do século XX (Portela em Voogd et al., 2004). Não se conhece o número de cópias dos trabalhos de Sterne que entraram no continente europeu, não se sabe quantas traduções ao certo foram feitas no Brasil ou nas antigas colónias espanholas e que entraram na Europa, nem se tem informação sobre a experiência dos leitores anónimos. De qualquer modo, a verdade é que Sterne foi traduzido, imitado e recebido na maioria dos países, particularmente durante o Romantismo. Sterne revolucionou a teoria da literatura na Europa pela sua liberdade de escrita e intrincada estrutura textual. Foi, além de um modelo sentimental, um modelo provocador e de texto político, introduzindo ainda um novo tipo de

humor; também as suas cartas constituíram autênticos instrumentos didáticos, como repararam Peter de Voogd e John Neubauer (2004).

Histórica e culturalmente falando, o século XIX foi ainda marcado por uma França que tinha a supremacia política, militar e cultural na Europa. A língua francesa era a língua de cultura para a maioria das cortes europeias e colónias e a sua literatura e produções científicas representavam um modelo a seguir para a maior parte das nações civilizadas. O seu poderio militar leva-a a invadir alguma dessas nações, como Portugal e Espanha, e foi a rival supremacia da Inglaterra que contribuiria para libertar esses reinos e constituir uma ameaça real à França e suas colónias. O mesmo vai acontecer a nível cultural, com a difusão do pensamento filosófico liberal inglês.

Em França, e segundo Lana Asfour, no capítulo intitulado “Movements of Sensibility and Sentiment: Sterne in Eighteenth-Century France”, da compilação de Voogd e Neubauer (2004), o livro *Tristram Shandy* pode não ter correspondido ao horizonte de expectativas dos franceses e não ter sido recebido como foi na Inglaterra, com as características de um romance cómico, sentimental, pícaro e satírico. A reação neste país terá sido negativa por não ter sido compreendido o uso que Sterne deu aos clássicos, por exemplo, sendo *Tristram Shandy* conotado com a falta de decoro e com a imoralidade.

A primeira tradução de *A sentimental Journey* tinha sido bem recebida, em 1796, um ano depois do original. Com *Tristram Shandy* foi diferente: obra mais longa, surge incompleta, em 1776, e foi preciso esperar mais onze anos, até 1785, para uma tradução completa da obra, a única até ao final do século. Ambas foram feitas por Joseph-Pierre Frénais. O tradutor do *Tristram Shandy* estava inseguro quanto à reação do público, pelo que omitiu partes do texto, principalmente as ambiguidades mais obscenas, que substituiu por outras mais suaves, introduzindo comentários pessoais às anedotas e retirando as piadas dirigidas à igreja católica. Fez, portanto, uma mediação com censura, receando ferir a moral e os bons costumes. Este esforço de aproximação ao que era socioculturalmente mais francês, aproximou *Tristram Shandy* da tradição satírica francesa, marcada por Rabelais. Mesmo assim, alguns críticos arrasam Sterne; Voltaire achou-o uma decepção, excetuando os sermões. Comparou-o a Shakespeare e acusou-o de plágio.

A tradução de *Tristram Shandy* que se segue, do Marquês Charles François de Bonnaville e Antoine-Gilbert Griffet de Beaume está mais próxima do original e foi apresentada ao público no ano de 1785, compreendendo os volumes V-IX. Houve uma preocupação da editora e dos

tradutores em preservar o registo original, o que fica ressalvado na introdução do editor. A tradução é marcada por uma maior erudição, traduzida nas notas biográficas sobre o autor e nas notas de rodapé.

As publicações de Charpentier são importantes porque tiveram o objetivo de levar a literatura mundo a um público mais vasto, através da Bibliothèque Charpentier. São da sua responsabilidade várias reedições de Sterne, que se manteve como autoridade reconhecida por cerca de um século, com as traduções levadas a cabo por Wailly, escritor e dramaturgo que se dedicou à tradução de obras da literatura inglesa. O seu trabalho demonstra um grande cuidado tipográfico em relação a *Tristram Shandy*: reproduziu os travessões longos, negritos, marcas de impressão, linhas soltas e floreados; repôs as páginas negras, apresentando uma axadrezada, a que não atribui muita importância, e substitui as páginas em mármore por um tom não muito carregado, como que buscando suavizar o impacto; respeitou também a divisão dos volumes. As traduções vinham acompanhadas por notas, a partir de 1858, que explicavam expressões difíceis de traduzir ou ambíguas.

Os primeiros sinais de *influência* na literatura francesa surgem com Xavier de Maistre (1763-1852) e *Voilage autour de ma Chambre* (1797), que reconstrói de forma criativa o escárnio paródico de Sterne, iniciando assim uma duradoura tradição de textos excêntricos. São várias as similitudes e alterações que se podem apontar: uma viagem não convencional, séries de digressões progressivas e uma nova metatextualidade.

Outra grande figura das letras em França que não ficou imune a Sterne foi o autor de *Physiologie du mariage* (1829) e pode notar-se nas partidas tipográficas sternianas, embora não tão profundas como em Maistre. Fica pela pontuação usada para agrupar ao acaso as letras, sem páginas em branco. Como o próprio disse, explicava assim o papel da religião e da confissão em relação ao casamento. Introduziu uma errata irónica que também pelas suas palavras serve para garantir que o leitor bem-educado possa compenetrar-se do texto e compreendê-lo, embora tivesse de o ler várias vezes (Voogd et al., 2004). Balzac vem a citar *Tristram Shandy*, como demonstra Anne Baudry neste estudo, “the link with *Tristram Shandy* has already been made explicit earlier in the text when the whole of Walter Shandy’s letter to Toby on marriage is quoted. To this and to several mentions of Mrs. Shandy and Eliza Draper must also be added the alphabetical list of reasons for marrying” (p. 46).

Sterne não passou despercebido a um núcleo de ilustre escritores pré-românticos cujos trabalhos foram determinantes, como foi o caso de Charles Nodice (1780-1844). Victor Hugo, Stendhal, outros mais novos como Gautier e Nerval encontraram inspiração em Sterne e adotaram a sua “serpentine progression” (p. 49) e metatextualidade.

Em Portugal, a situação foi diferente. Apesar das relações históricas e políticas antigas entre Portugal e Inglaterra, de que demos conta no capítulo anterior, a literatura inglesa era desconhecida do público em geral. Apenas um pequeno número de autores mostrava inclinação para as produções inglesas, que iam entrando de forma indireta, através de autores continentais. O mercado português da época para textos ingleses era pequeno, situação que se vai transformar depois da Revolução Liberal de 1822, momento propício para a expansão literária, graças à liberdade de imprensa e ao surgimento de um grande número de jornais e revistas e o garante da propriedade literária, com incremento na produção e venda de livros. Foi com o Romantismo que alguns escritores portugueses passaram a viver da venda de seus livros, tendo Camilo Castelo Branco sido o primeiro. Mas a tradução de obras de autores ingleses é marcada pela lentidão e atraso. A título de exemplo, *Robinson Crusoe* entrou em 1783, *Gulliver's Travel* em 1793, *Pamela* em 1790, *Clarissa* em 1804 – e todos traduzidos do Francês – e *The Vicar of Wakefield* em 1830, segundo Manuel Portela (Voogd et. Al., 2004). Não se conhece com certeza o número de trabalhos dedicados a Sterne na imprensa e nas revistas especializadas ou académicas portuguesas, mas pensa-se que poucos tiveram acesso às suas obras. Um deles foi sem dúvida Almeida Garrett (1799-1854), que, devido às suas participações políticas, teve de se exilar na Inglaterra por duas vezes.

Por conseguinte, Laurence Sterne terá sido lido através do Francês, ou diretamente do Inglês, como deve ter acontecido com Almeida Garrett, em resultado da sua aproximação íntima com a cultura inglesa. Em Portugal há dessa época poucas evidências de apropriação de Sterne encontradas em narrativas e as influências, quando verificadas, provieram de autores como Diderot ou Heine. Nas *Viagens na Minha Terra* (1842-1845) de Garrett sente-se a influência do sentimentalismo europeu e é explícita a narrativa digressiva típica de Sterne, características de *A Sentimental Journey* e *Tristram Shandy*, mas também de Xavier de Maistre, em *Voyage autour de ma Chambre*. Garrett, como afirma Portela, adotou conscientemente Sterne como modelo estruturante das suas obras-mestras, reunindo as constantes digressões, o diálogo com leitores masculinos e femininos, a inserção de uma novela na história principal, com a diferença de Garrett ter trazido para as suas crónicas um tema de carácter político, motivado pelo seu comprome-

timento com a vida política do país. Esse tema percorre toda a obra e apoia-se nas digressões sucessivas, ao mesmo tempo que se apropria de outros recursos, nomeadamente:

The use of irony and self-irony often strikes a Shandean note, particularly when the difficulties of the writing process and the reception of the text by readers and critics are being foregrounded. The ironic and comic use of ellipsis, although much less frequent than in *TS*, is still reminiscent of Sterne. The same is true of the references to the structure of the work: order and topics of the chapters, relation between digressions and plot, and references to the mechanics of the literary market (newspapers, magazine, reviewing, readers, critics, booksellers). The serial publication of the original narrative (two chapters a month for two years, forty-eight in all), which explains the fairly similar size of each chapter, is also addressed from within the narrative (Voogd et al., 2004: 225).

Como se pode ver, Garrett foi o autor que primeiro introduziu as inovações sternianas, influência que mais contribui para a originalidade de suas produções; foi, como disse Jacinto Prado Coelho (1977: 263), “o criador da prosa moderna, aberta, viva, dinâmica, esfuziante, apta a exprimir os matizes fugidios do mundo exterior e do fluxo anímico”:

Because Garrett’s novel assimilated a significant number of Sternean devices and because it became such an influential work in the development of modern Portuguese literary language, we might say that Sternean motifs were received, in many cases, as Garrettean motifs. It is fairly clear from this example that reception is also an act of transformation and reshaping. *TS* and *ASJ* have been creatively appropriated in every much the same way in which Sterne appropriated the Rabelaisian and the Cervantesque narrative. It is not so much a question of allusion and pastiche, but a question of writing a new work by ‘pouring from one vessel to another’. Sterne’s works are not a beginning nor an end, but a point of passage, a stage in Garrett’s narrative journey (Voogd et al., 2004: 226).

Garrett absorveu, portanto, esses aspetos narrativos e estilísticos, imprimindo-lhes uma feição pessoal e inovadora, marcada também por um diferente registo linguístico, mais próximo da língua falada, mais natural e fluente. Prado Coelho (1977: 263) descreve assim a experiência garrettiana: “procurou conciliar modernidade e classicismo, estrangeirismo e vernaculidade, negligencia a afetação mundana, populismos e nobreza, fogo sentimental e repousada ironia”, atributos resgatados de Sterne. A descrição da paisagem natural, a relação com Joanhinha, a protagonista da novela encaixada na história principal, são também de algum modo reminiscências de *Tristram Shandy* e *A Sentimental Journey*. Prado Coelho acrescenta ainda a sensibilidade de Garrett em relação a “impressões originais, à fantasia e ao humorismo”, pertencentes igualmente à inegável fonte. Há ainda algumas observações mais generalizadas que poderão ter advindo de outros autores ingleses em contacto, como a redução da língua “à função de espelho fiel das ideias, dum pensamento autónomo adjetivado às realidades observadas ou experimentadas”,

princípios filosóficos transversais, motivados pelo espírito da época, e por fim, também transversal a esses escritores implicitamente referidos, estão a “fragmentação linguística, a frase curta”, “a frase que se suspende para tomar um rumo que, pouco a pouco, por um esforço de reflexão que vai tendo em conta a inteligibilidade, se explicita” (Prado Coelho, 1977: 263).

Outra prática que resulta da influência de Sterne reside nas várias referências a autores clássicos e contemporâneos, através de citações diretas, parafraseadas, ou veladas, provenientes de várias culturas, como a grega, latina, ou mesmo francesa. Há citações traduzidas a partir de *Tristram Shandy*, que segundo Portela, terão sido as primeiras traduções do autor inglês em Portugal, presentes nos capítulos 11 (Garrett, 1977: 73). Portela destaca também a alusão verificada no capítulo 41 (Garrett, 1977: 249-250), de suma importância analítica, ao depararmos com Garrett reconhecendo que as páginas brancas ou negras de *Tristram Shandy* são mais eloquentes do que a própria imaginação. Sterne influenciou tão profundamente o fundador do Romantismo em Portugal que

Garrett's novel assimilated a significant number of Sternean devices and because it became such an influential work in the development of modern Portuguese literary language, we might say that Sternean motifs were received, in many cases, as Garretian motifs. It is fairly clear from this example that reception is also an act of transformation and reshaping. *TS* and *ASJ* have been creatively appropriated in very much the same way in which Sterne appropriated the Rabelaisian and the Cervantesque narrative. It is not so much a question of allusion and pastiche, but a question of writing a new work by 'pouring from one vessel to another'. Sterne's works are not a beginning nor an end, but a point of passage, a stage in Garrett's narrative journey (2004: 226).

As influências de Sterne em Portugal não ficam por aqui. Encontramos também as suas marcas em Júlio Dinis (1839-1871), um romântico mais novo que Garrett. Dinis admitiu que *Tristram Shandy* foi o seu romance preferido e que Sterne foi o último dos melhores humoristas, através das palavras de uma das personagens do romance *Uma Família Inglesa* (1868), um livro caracterizado por uma decadente filosofia e humor, segundo Portela. Reproduziu e citou personagens de *Tristram Shandy*, que introduziu no seu texto, como Mr. Richard, em *Uma Família Inglesa*. Mas a influência de Sterne sobre ele não é tão significativa como em Garrett. No século XIX, em Portugal, não encontramos mais exemplos em que o autor de *Tristram Shandy* tivesse deixado uma marca direta ou indireta influente. Isso só volta a acontecer no século seguinte.

No mundo lusófono, no século XIX, há ainda um caso que merece uma atenção cuidada e que não tem sido pouco estudado no seu país. O escritor Machado de Assis (1839-1908) teve nos autores ingleses uma das suas maiores influências, apesar de ter lido muitos autores reno-

dados da literatura francesa e seus contemporâneos. Sterne apareceu na fase madura do autor, assim como Maistre e Garrett. Machado reconhece ter recebido dos dois primeiros a arte de escrever segundo uma forma livre. Ao inverter o início de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) com o momento exato da morte do protagonista, denuncia a sua leitura, reconhecimento e apreço por Laurence Sterne. Este narrador pós-morte, extravagante, recorre às digressões sternianas para reconstruir a história da sua família, brincando com a expectativa dos leitores, sem respeito pela ordem cronológica dos acontecimentos, em pequenos capítulos e episódios. Do ponto de vista gráfico verificam-se os mesmos casos encontrados nos outros autores já mencionados, tais como as anotações tipográficas, o frequente uso do ponto de interrogação e de exclamação, as reticências e linhas total ou parcialmente preenchidas com pontos, que sugerem um sentido específico, que pode ser sexual, ou autorreferência ao livro com recurso à gradação decrescente. O escritor narrador manifesta-se preocupado com o futuro da sua obra em setenta anos e imagina ter escrito algo muito mau. Trata-se, como vimos de uma convenção discursiva que estrutura a forma do livro e que neste escritor é de acordo com a leitura de Portela (2004: 227)

the conflict between discourse and narration is the subject of several comments that bear on the differences between writing and living, and between writing and reading, (...) exploring the paradoxes of writing after death. He assimilated the Sternean experiment both with the book form and with the narrator's stream of consciousness.

1.6. A entrada de Sterne em Cabo Verde

Até então pensava-se que o autor de *A Sentimental Journey* e *Tristram Shandy* tivesse entrado na história da literatura lusófona através de Almeida Garrett, em 1842-1845, e Machado de Assis, em 1881, ideia reforçada pela falta de uma mediação pela tradução que, quando houve, foi limitadíssima e por intermédio de outras línguas europeias de cultura. Todavia, a história guardou-nos uma grande surpresa ao descobrirmos que, entre 1872 e 1888, um escritor cabo-verdiano escrevera *Memórias dum Pobre Rapaz*, um texto que acusa uma apropriação de *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne. Guilherme Augusto da Cunha Dantas foi o único escritor cabo-verdiano que no século XIX, em Cabo Verde, mostrou uma simpatia e admiração por Sterne, a ponto de revelar profundas influências estruturais, no uso da ironia, da autoironia e do humor. Não fez um uso exaustivo nem tão ousado como os dois grandes vultos da literatura lusófona vistos, tendo contudo revelado, um exímio e fiel aproveitamento de algumas marcas

tipográficas, digressões sucessivas e uma abordagem pessoal entre as personagens, entre narrador e leitor, para além do sentimentalismo, do realismo e do motivo do nariz. Depois de Dantas mais ninguém demonstrou o mesmo interesse, nem mesmo se referiu a ele.

Todos os indícios materiais da entrada de Sterne em Cabo Verde apontam para o registo no *Boletim Oficial*, de 20 de julho de 1872, p. 154, onde se pode ler que «Œuvre complète de Sterne, Œuvre choisies de Goldsmith, nouvelle édition revue et augmentée de notices biographiques et littéraires par Walter Scott, traduites par M. Francisque Michel. Paris, 1864, 1 vol.» faziam parte da «Relação de algumas obras oferecidas pelo Ex.^{mo} Sr. Comendador Ovide Urbain, entregues em Bissau a um membro da Comissão Diretora», encarregue de as entregar à Biblioteca Nacional, na Praia. A indicação aqui registada é para nós de suma importância, na medida em que nos permite não só datar a entrada de Sterne em Cabo Verde, mas saber que entraram as obras completas, a exata edição que entrou, quem foi o tradutor, o que nos permite compreender melhor o que foi que Dantas terá efetivamente lido. Saber que essas obras foram traduzidas por M. Francisque Michel diz-nos muito e a investigação de Anne Baudry, que deu título ao capítulo do livro que temos estado a citar, “Romantic to Avant-Gard: Sterne in Nineteenth and Twentieth-Century France”, esclarece algumas dúvidas que perduram há já algum tempo:

From 1835, Scott's 'Life of Sterne' became inescapable. It first appeared in Baudry's 1832 English *Tristram Shandy*, and was translated by Francisque Michel for the luxurious 1835 'Panthéon Littéraire Oeuvres Complètes', confirming Stern's place in the 'Literary Pantheon'. The 1838 reissue added *The Vicar of Wakefield*, with Scott's 'Life' of Goldsmith also by Michel. *Tristram Shandy* is Frénais' and de Bonnay's (without black or marble pages), and *A Sentimental Journey* ends like the bilingual 1799 edition. Michel merely eliminated what he judged to be superfluous, (as cited in Soupel, 1984: 137), and thus did not provide new translations, contrary to what library catalogues often indicate. Although he was indeed a translator, he published Tennyson and Shakespeare only in 1860s (p. 35).

Guilherme Dantas pode ter lido Sterne antes do seu regresso a Cabo Verde, não descartamos essa possibilidade porque sabemos que aprendeu a língua inglesa, na sua formação académica em Mafra, e que era um leitor ávido. Sabemos de resto que tinha livros de autores ingleses e que ofereceu à Biblioteca os «The poems of Robert Bloomfield» (Topa, 2013: 19). Porém, estamos cada vez mais convencidos de que foi a citada edição francesa que maior impacto teve sobre ele e que serviu de inspiração para a escrita das *Memórias*. Em primeiro lugar, porque a obra de Dantas revela uma contenção que não encontramos em Sterne, mas que está na obra do tradutor francês; em segundo lugar, não faz uso das páginas a negro, em branco ou mármore,

que também não foram incluídas na tradução que tinha em mãos quando escreveu as *Memórias*. Francisque Michel ao evitar traduzir o que considerou ofensivo à moral e bons costumes, ou bizarro, ou mesmo quando introduziu comentários pessoais, ocultou ao leitor partes do texto que são importantes. Foi uma mediação que não permitiu usufruir por inteiro da obra original. Se Dantas leu Sterne em Portugal, essa edição, original ou tradução, já não estaria viva na sua memória mais de uma década depois do seu regresso ao arquipélago. Fica nas nossas mentes a pergunta acerca de como seria o romance de Guilherme Dantas se tivesse usado o texto original de *Tristram Shandy* ou mesmo de *A Sentimental Journey* como referência para escrever as suas obras. É provável que não fossem obras tão elaboradas como as de Garrett ou Machado, pesando sobre elas a formação cultural, o isolamento de um ilhéu, a pobreza material e cultural em que se encontrava a colónia na altura e que Dantas soube tão bem criticar no seu *Bosquejos d'um passeio ao interior da ilha de S. Thiago* (1912). Trata-se de uma narrativa publicada postumamente e escrita seguindo os modelos sternianos, brincando com as expectativas do leitor, descomprometendo-se com a ordem ou a estrutura cronológica e causalidade narrativa, acumulando muitos pequenos episódios contados em pequenos capítulos.

Estes aspetos influenciaram grandemente a nossa decisão quanto à escolha do argumento de Harold Bloom relativo ao *Daeminization* ou *The Counter Sublime* (1973: 99), que nos parece, de facto, o mais indicado. Por mais que nos sintamos tentados a enquadrar a relação entre o poeta precursor, Sterne, e o efebo, Dantas, do tipo *Apophrades* ou *The Return of The Dead* (p. 139), na qual este “holds his own poem so open again to the precursor’s work” (p. 15), que nos levaria a considerar que se tinha dado uma absorção total, uma “flooded apprenticeship” (p. 16), de tal maneira que nos poderia parecer ter sido ele quem escreveu a obra do poeta-pai, não o poderíamos fazer porque Dantas não estava na posse do original do seu precursor, mas partiu da leitura de uma tradução, com sérios desvios estéticos e de pensamento. Sterne pode ter regressado dos mortos, através da “mediumship” (p. 140) de Dantas, mas parcialmente, com implicações na sua obra, enfraquecendo-o face ao poeta forte. A sua visão pode ter evoluído, ele é um romântico, mas ficou aquém do desprendimento intelectual do seu precursor. Nas palavras de Bloom, o nosso poeta, que deveria a este ponto ser forte, ao examinar o espelho do seu precursor caído não contempla a “dark otherness or antithesis that both he and the precursor longed to be, yet feared to become” (p. 147) porque lhe foi negada essa possibilidade. Também não podemos dizer que o tivesse lido de um modo diferente, quando não o leu inteiramente; fez uma leitura já contaminada e desviada das intenções e impulsos do precursor, cuja força influenciadora foi extraordinária. Este foi um privilégio que lhe foi negado, como foi a todos os lei-

tores que tiveram acesso à edição de Baudry de 1832, traduzida por Francisque Michel em 1835 e todas as edições seguintes. Por conseguinte, não se deu a “[subversion] of immortality” (p. 151) do poeta através do efebo, que não conseguiu alcançar esse feito dos apófrades. E, por esta razão, preferimos a *Daemonization*, por explicar e sustentar melhor os argumentos face à realidade literária que se nos apresenta e o tipo de relação em causa. Em todo o caso, parece-nos sensato concluir com a reflexão bloomniana acerca do facto de os poetas mortos abrirem caminhos aos seus posteriores e que existe a angústia da influência. A metáfora usada pelo teórico para descrever esse fenómeno poético, encontrada em Wordsworth, é expressiva e revela que o “Precursor floods us, and our imaginations can die by drowning in them, but no imaginative life is possible if such inundation is wholly evaded” (p. 154).

A falta de acesso à crítica é um dos aspetos limitadores também. Ela, como vimos, não chegou a existir em Portugal, e não tendo na França acontecido tão cedo, escapou quase de certeza a alguém em Cabo Verde, que dificilmente teria acesso ao que era produzido na Inglaterra.

Estamos conscientes da importância da influência exercida por um autor sobre outro e compreendemos que adquira diferentes formas como demonstra Bloom. Para rematar, apoiarmos-nos em Aguiar e Silva (1973: 542), que perentoriamente afirma o seguinte:

o estudo das *influências* sofridas e das *fontes* utilizadas por um autor representa outro momento importante na dilucidação da génese da obra literária. O escritor forma e amadurece sempre a sua arte em contacto com outros escritores, passados ou contemporâneos, alimenta-se sempre de uma tradição literária, mesmo quando inova e provoca fracturas nessa tradição. O escritor isento de influências é um mito e uma monstruosidade.

Todavia, os avanços nos estudos literários apresentam-nos novos contributos para melhor compreendermos estes fenómenos. Vítor Manuel de Aguiar e Silva (1990) aponta para propostas novas de Mikahil Bakhtine da teoria do “dialogismo” e os trabalhos de Julia Kristeva sobre a “intertextualidade”, que não poderemos deixar de considerar como suporte teórico, na linha evolutiva do que temos vindo a sustentar acerca da influência. A *influência* passa a fazer parte integrante da intertextualidade, cujo quadro concetual é mais abrangente, centrando-se mais na “maneira como o artista recebeu e relacionou textos” criados em média e sistemas de signos diferentes e menos nos “limites sígnicos individuais”, segundo Claus Clüver (2001: 348).

No ponto seguinte, continuando na senda de investigação do anteriormente exposto, colocaremos a tónica em outros aspetos importantes para este estudo comparatista que são as relações intertextuais resultantes da influência recebida pelo autor das *Memórias*. Assim que nos

parecer indicado comentaremos as referências intertextuais diretas e indiretas ao autor de *Tristram Shandy*.

1.7. As influências e relações intertextuais entre *Tristram Shandy* e as *Memórias dum Pobre Rapaz*

Entendemos ser imperioso iniciar esta secção com a apresentação de alguns dados relativos à literatura comparada e aos métodos atuais que têm caracterizado a sua prática, tendo em conta que este estudo consiste numa análise comparatista de dois romances pertencentes a duas literaturas nacionais diferentes, a inglesa e a cabo-verdiana respetivamente.

Falar em literatura nacional e referir-se a Cabo Verde como uma nação no século XIX, em que ainda era colónia portuguesa, requer uma advertência epistemológica essencial. Consideramos a literatura produzida nessa época como pertencente a um movimento protonacionalista cultural e literário em que se incluem, para além de Guilherme Dantas, autores como Eugénio Tavares, Pedro Monteiro Cardoso, Januário Leite, José Lopes, entre outros, que partilharam de um sentimento de pertença comum a todo um povo e de diferença em relação ao outro colonizador. Além deste aspeto, reputamos a estes autores e às condições históricas e culturais em causa a colaboração na construção de uma herança literária, expressão de uma comunicação literária que fornece elementos identitários e tradicionais, que corroboram a ideia de que esse sistema, embora ainda não constituído, deu os primeiros passos no sentido da afirmação de uma literatura nacional. Outrossim, nunca podemos esquecer que essas obras podem pertencer a dois sistemas literários nacionais, a portuguesa e a cabo-verdiana (Cardoso, 2007).

Esse encontro de culturas com que nos confrontamos em Dantas explica bem o que acabamos de dizer no parágrafo anterior e torna mais complexa a abordagem que faremos ao universo das *Memórias*, que não só nos remete para espaços diferentes, mas também nos desperta para as diferenças culturais e comportamentais das personagens, os códigos linguísticos distintos, as tradições e questões de identidade. Mas, como diz Helena Carvalhão Buescu (2001: 89), as diferenças podem ser “também entre si diferentes”, abrindo a possibilidade da dupla nacionalidade de obras desta natureza. Aguiar e Silva defende que o comparatismo literário deve

conexionar-se com a cosmovisão, a cultura, a poética e a arte de um escritor, e deve conjugar-se com a estilística a fim de se analisar o específico processo de reelaboração

que enriquece e transforma as fontes e [as] influências envolve[m] autores pertencentes a mais do que uma literatura nacional, tais estudos passam a situar-se no domínio da *literatura comparada* (1973: 543).

Por outro lado, está envolvida a figura do investigador, cuja cultura comunga do princípio dialógico bakhtiniano (diálogo de culturas), de uma “forma desigual, retomando-o e revalorizando-o” (Machado et al., 2001: 15). Isto coloca-nos um problema ético que não podemos descurar. Deveremos manter uma postura imparcial, tanto quanto possível, adotando uma perspectiva de análise da nossa época, o pós-colonial, mas respeitando o quadro histórico, cultural, social e a temática da época dos autores em causa e as circunstâncias em que os textos foram produzidos.

Helena Carvalhão Buescu desvia a atenção dada ao paradigma nacionalista da literatura comparada para o dos Estudos Culturais, isto é, “pensar-se na sua relação também com outros domínios de reflexão”. Concentra a sua atenção na atividade crítica do comparatista, quem tem o dever de questionar sempre, tendo em mente que “qualquer acto crítico pressupõe a consciência de uma ‘crise’, de uma re-visão e, por isso, de um questionamento sobre os fundamentos da disciplina e das práticas a que ela subjaz” (2001: 87). Sendo assim, espera-se que o investigador defina com precisão o campo de investigação que pretende analisar, tal como nos propomos fazer a seguir, após termos identificado os pontos de contacto entre os dois autores e cotextos que considerámos mais exemplificativos daquilo que pretendemos demonstrar, através da “delimitação de um *corpus textual*, formulação, sob forma de hipótese, do relacionamento que opera (daí que os estudos comparatistas se baseiam quase sempre numa articulação do tipo binário)” (Machado et al., 2001: 11).

Os mesmos autores definem “contacto” como o encontro de dois textos, que pode verificar-se por meio da “construção de um texto a partir do outro, que é citado, ou integrado, ou tecido a partir desse outro texto, formando um “sistema de sistemas significativos” (Machado, 2001: 119). E nesse caso poderemos falar de ‘dialogismo’ ou de ‘intertextualidade’, tratando-se de influência ou hibridez morfológica ou temática” (2001: 29). Bem entendido, o comparatismo literário, nesta ótica, faz-se não por uma metodologia própria, mas de uma combinação simbiótica entre autores, textos e fenómenos culturais, vários métodos de abordagem, numa relação de interdisciplinaridade, de acordo com a perspectiva de análise criteriosa do investigador.

Dito isto, passemos, então, à análise de vários pontos de contacto entre *Tristram Shandy* e *Memórias dum Pobre Rapaz*.

A. Sinais e florescimento do romance digressivo

Começamos por tratar a digressão, que, como dissemos, é uma das características de Laurence Sterne que teve maior impacto na literatura romântica e modernista mundial. Sterne celebra as digressões, conscientemente introduzidas na sua retórica aleatoriamente estruturada, indisciplinada, com implicações temporais salientes. As digressões servem a ironia e a autoironia, criando condições narrativas para a retórica da sedução e vice-versa, além de afetarem a própria história. Os românticos, entre os quais incluímos Guilherme Augusto da Cunha Dantas, farão depois um grande aproveitamento do subgénero romanesco para o adaptarem a temas vários de carácter nacionalista, regionalista, histórico, político, social e cultural, segundo estilos individuais, tirando partido da sua estrutura muito idêntica à da realidade e pelo facto de permitir a análise de situações de vida mais diversas (Moisés, 1997: 55).

Por esta razão, decidimos não separar as questões relacionadas com a ironia romântica e a retórica da sedução, e a relação entre autor e narrador, narrador e narratário, autor e leitor, leitor real e leitor ficcional, do romance digressivo, por acharmos que se complementam, ou melhor, o romance digressivo, por se caracterizar pela sua grande aproximação estrutural à realidade, ser “analítico” e “polifónico” (Massaud, 1997: 55), promove e estimula o escritor romântico a interpelar, interagir, mesmo que ilusoriamente, com o leitor virtual e o narratário, ao mesmo tempo que conta a história interrompendo-a vezes sem conta. Este facto literário constituiu uma grande inovação na arte literária e distingue o romance romântico dos seus predecessores. De acordo com Massaud Moisés (1997), o romance do romantismo não tem “regras nem freio, [é] indefinido por todos os lados” e apresenta-se aberto a todas as possibilidades. A digressão, segundo Helena Carvalhão Buescu (1997: 131), é “um procedimento narrativo no qual a dinâmica da narrativa sofre uma interrupção ou um abrandamento através da introdução explícita da asserção, reflexões e comentários do narrador”.

A ironia romântica consiste, de acordo com Maria de Lourdes A. Ferraz (1997: 246-249), no “processo discursivo em que o autor questiona a sua própria prática literária, pondo-se em causa, defendendo-a, apelando eventualmente à simpatia do receptor/leitor”. Deve ser entendido, apela a autora, “como fundamento da tentativa maior de emergência de uma nova forma de literatura que se queria uma diferente visão do mundo”. Foi comum entre os românticos incutir carácter pedagógico às suas obras e recorrer à ironia para suscitar a reflexão. Ela “é uma

forma indireta de comunicação, já que passa por um leitor interiorizado no texto; passa pela própria reorientação da leitura, invenção, jogo [e] representação da expressão” (1987: 37). No que toca ao leitor, enquanto “elemento interno e intrínseco da narrativa”, a mesma autora (citando Jauss, 1970; Segers, 1979), corrobora a ideia de que é “um processo de reorientação da leitura, uma proposta de transformação do *horizonte de expectativa*” (1987: 37) e regista três tipos de leitores que obedecem a esses critérios: o “leitor virtual”, criado pelo próprio narrador; o “leitor implícito”, ou o atualizado no texto; e o “narratário”, que corresponde ao ouvinte explícito da narração (1981: 31). Por outras palavras, o leitor implícito não tem existência real, o texto determina a sua existência e as experiências processadas no ato de leitura. Emerge das estruturas e oferece “pistas” sobre a condução da leitura. Na perspetiva de Iser, “o ponto comum de referências [entre o narrador e o leitor implícito], no entanto, não é dado enquanto tal e deve ser por isso imaginado. É nesse ponto que o papel do leitor, delineado na estrutura do texto, ganha seu carácter efectivo” (1996: 75). O leitor virtual é aquele com quem dialoga o narrador, nos textos românticos, a quem põe à disposição o seu pensamento, devaneios, a ironia, a crítica a pequenos grupos sociais e à sociedade em geral.

Foi no século XVIII que se deu o florescimento desta técnica, com Samuel Richardson, Henry Fielding, Tobias Smollet, Laurence Sterne, etc., mas foi com o romantismo que conheceu a sua maior difusão, no século XIX, como já dissemos. É surpreendente que tivesse sido adotado pela prosa romântica cabo-verdiana oitocentista, que, com Guilherme Dantas, ganha uma elevação retórica, afastando-se das formas tradicionais e do discurso clássico latino dos romances lineares. Na linha de *Tristram Shandy*, Dantas insere vários episódios diferentes que irrompem onde e quando menos esperamos, digressões e intervenções do autor. A estes traços explorados na narrativa de Dantas, utilizados anteriormente por Sterne, atribuímos a designação de intertextualidade implícita. Isto é, o autor mais novo apropria-se de traços característicos do autor mais velho, cuja imagem se encontra dissolvida na obra literária do primeiro, para a partir daí criar algo que tem a sua identidade e se distingue do precursor, na linguagem bloomniana.

Se atentarmos no romance *Memórias dum Pobre Rapaz*, de Guilherme Dantas (2007), no capítulo introdutório, deparamo-nos com o narrador de regresso à ilha Brava, após 15 anos de ausência, para declarar o seu amor à prima Regina. Exige uma resposta urgente, pois tem de voltar à capital onde vive e trabalha, e onde se sente perdido, sem ninguém, e quase suplica a Regina que aceite ser “o anjo da [sua] vida?...” (p. 16). Regina responde, garantindo-lhe que “responder-lhe-ia amanhã, mas...”, sob a condição de este ler o “manuscrito” (p. 16) que lhe

entrega. Já nesta introdução observamos a presença de Sterne através do grafismo e concretamente pelo uso dos sinais de pontuação que o denunciavam, até mesmo para um leitor menos atento.

Tal como os românticos europeus, Dantas soube conferir a essas características sternianas uma configuração muito própria, que abordaremos. Começemos por este caso em que se dá uma intervenção “indirect”, ou seja, através de uma ironia (Barguillet, 1981: 216-232):

Não sei se o leitor conhece a ilha Brava...
Meu Deus!... Não sei mesmo se tenho algum leitor!... (p. 16)

Inicia-se assim o romance, interrompido pela leitura do manuscrito, em vinte e quatro horas, no cemitério, o que introduz uma história na narrativa principal que praticamente passa em revisão os 15 anos que medeiam entre a partida e o regresso do narrador à ilha Brava. Essa narrativa encaixada termina com o fim da leitura do manuscrito, o que permite retomar e concluir a história principal. Por esta razão, as inúmeras peripécias do manuscrito ocupam um grande volume do romance, parecendo à primeira vista ser esta a história principal, mas o que nos mantém interessados enquanto leitores reais é a curiosidade de saber a resposta de Regina e como será o futuro das duas personagens. No todo, trata-se de uma narrativa repleta de digressões, com recuos e avanços, onde também se verifica a inserção de várias histórias encaixadas, à boa maneira de Sterne, que nos fazem rir e nos comovem.

O personagem Tristram de Sterne dirige-se frequentemente ao leitor através de palavras e expressões como “Madam”, “Sir”, “Dear”, “Reader”, “your worships” e outras, empurrando-nos para dentro do romance. Do ponto de vista de Tristram somos chamados a participar nessa aventura experimental de escrita seguindo-o e a mantermos uma mente aberta em relação ao facto. A separação entre Tristram, o autor ficcional, e Sterne, autor real, é ambígua e estimula-nos a acompanhar o autor real, ao mesmo tempo que apreciamos a sua personagem e a sua narrativa:

Now, dear Sir, what if any accident had befallen him in his way alone?—or that, thro’ terror of it, natural to so young a traveller, my little gentleman had got to his journey’s end miserably spent;—his muscular strength and virility worn down to a thread;—his own animal spirits ruffled beyond description,—and that in this sad disorder’d state of nerves, he had laid down a prey to sudden starts, or a series of melancholy dreams and fancies for nine long, long months together.—I tremble to think what a foundation had been laid for a thousand weaknesses both of body and mind, which no skill of the physician or the philosopher could ever afterwards have set thoroughly to rights (p.7).

A omnipresente aposiopese, que só por si é denunciadora do autor inglês, aparece nas *Memórias* desde a primeira página. O narrador personagem, assim como Regina, no exemplo citado, interrompem os seus pensamentos, evitando dizer algo. Este recurso estilístico “consiste na suspensão de um pensamento já iniciado, por corte repentino na cadeia sintática” (Moisés, 1992: 35). Massaud Moisés considera que as ideias são interrompidas sempre que o escritor se apercebe de que “vai adiantar raciocínios ou surpresas, quando pretende dar ênfase às suas palavras, ou quando se dá conta de que vai dizer mais do que deseja”. Ligado a ela estão os pontos de exclamação e interrogação, as abreviaturas e reticências, expressando de forma enfática a dúvida e o desejo escondido. Em outras situações, interrompe-se relatos, deixando a possibilidade de o leitor interpretar como entender, ao mesmo tempo que se desresponsabiliza o narrador de alguma crítica que tiver feito (Peyre, 1986).

O leitor desempenha na obra de Dantas um papel importante na sequência narrativa, ele garante a unidade e contribui para assegurar a verosimilhança. Também Sterne dialoga frequentemente com os leitores:

To such, however, as do not choose to go so far back into these things, I can give no better advice, than that they skip over the remaining part of this Chapter; for I declare before hand, 'tis wrote only for the curious and inquisitive (p. 8).

E Tristram começa a contar a história da sua concepção, no primeiro domingo de março de 1718. Mais à frente, apela à indulgência dos leitores, no sentido de lhe permitirem escrever a sua história à sua maneira e de lhe darem crédito, pedindo o não abandonassem, agora que já se iam tornando próximos, nesta caminhada conjunta:

I have undertaken, you see, to write not only my life, but my opinions also; hoping and expecting that your knowledge of my character, and of what kind of a mortal I am, by the one, would give you a better relish for the other: As you proceed further with me, the slight acquaintance which is now beginning betwixt us, will grow into familiarity; and that, unless one of us is in fault, will terminate in friendship.—O *diem præclarum!*—then nothing which has touched me will be thought trifling in its nature, or tedious in its telling. Therefore, my dear friend and companion, if you should think me somewhat sparing of my narrative on my first setting out,—bear with me,—and let me go on, and tell my story my own way:—or if I should seem now and then to trifle upon the road,—or should sometimes put on a fool's cap with a bell to it, for a moment or two as we pass along, - - don't fly off,—but rather courteously give me credit for a little more wisdom than appears upon my outside;—and as we jogg on, either laugh with me, or at me, or in short, do any thing,—only keep your temper (p. 11).

Esse leitor, como dizíamos em relação ao texto cabo-verdiano, é ironicamente interpelado pelo narrador logo de início. Dantas recorre à ironia romântica, com a intenção de o trazer para dentro da sua história, convidando-o a participar com uma abordagem do tipo interrogativo, mas que não conclui, deixando no ar a dúvida sobre tratar-se efetivamente de uma interrogação, ou um desabafo: “Não sei se o leitor conhece a ilha Brava...” Mas a frase seguinte pretende ter já um alcance maior porque apela à imaginação de ambos, ao narrador personagem e ao leitor chamado a participar: “Meus Deus!... Não sei mesmo se tenho algum leitor!...” (p. 16). Logo a seguir, expressando ‘em voz alta’ o seu pensamento em relação às pessoas da ilha, satirizando-as, diz que prefere manter-se afastado, no silêncio do cemitério, local mais agradável, poupando “grande maçada ao leitor” (p. 17). Este processo corresponde ao fluir do pensamento e fantasias do narrador, um método da predileção dos escritores românticos, que Dantas usa para iniciar o seu romance. Desta forma posiciona-se como mais um dos que assumem uma escrita inovadora, que foge às normas clássicas.

Esta questionação irónica é característica de Sterne, como podemos verificar no Volume I, Capítulo IV, de *Tristram Shandy*:

I know there are readers in the world, as well as many other good people in it, who are no readers at all, – who find themselves ill at ease, unless they are let into the whole secret from first to last, of every thing which concerns you (p. 8).

José Roberto, no início do capítulo I, desta feita em Lisboa, refere-se ao longo nariz de Jeremias, que condiciona a sua vida e é apresentado como uma fatalidade do destino, à sementeira do que acontece com *Tristram*. Acerca desse facto, o narrador, seu amigo e conterrâneo, interpela o leitor de forma humorada:

É provável que o leitor não saiba disso: a mim, porém, cai-me a pena dos dedos, ao encerrar pela centésima vez com o *prospecto* daquele enorme, formidável, incrível nariz! (p. 23).

O mesmo ocorre com Yorick, personagem de inspiração shakespeariana, ao descrever o difícil processo de escrita de um dos seus sermões:

I have undergone such unspeakable torments, in bringing forth this sermon, quoth Yorick, upon this occasion, —that I declare, *Didius*, I would suffer martyrdom—and if it

was possible my horse with me, a thousand times over, before I would sit down and make such another: I was delivered of it at the wrong end of me—it came from my head instead of my heart— and it is for the pain it gave me, both in the writing and preaching of it, that I revenge myself of it, in this manner (p. 285).

Voltaremos à problemática do nariz, em secção própria, dada a importância que Dantas lhe atribuiu nalguns dos seus trabalhos de publicação dispersa, para além de neste livro confiar ao narrador do manuscrito a obrigação de fazer dele o motivo de vários acontecimentos satíricos e extravagantes.

No capítulo seguinte, somos introduzidos no mundo dos estudantes cabo-verdianos na Lisboa do século XIX, com visitas regulares ao Café Ultramarino e ao Cais do Sodré. É notória a preferência do narrador pela descrição detalhada dos espaços e das pessoas que os frequentam, alternando com uma narrativa irregular e com diálogos que surgem sem que estejam relacionadas com os assuntos em discussão. Passa-se, por exemplo, da descrição do café do “amigo Joca” (p. 29) – figura exótica e simpática, alvo da chacota de José Roberto, com traços racistas e simultaneamente de paternalismo – para a Calçada da Glória e para as raparigas, regressando-se ao nariz do Jeremias, numa amena cavaqueira a que parece ninguém prestar atenção. Vão alternando entre assuntos sérios e insignificantes, cómicos, provocações, num registo marcado por traços de oralidade.

Há uma história inserida na digressão que gira em torno dos amigos em Lisboa. A camaradagem, a amizade, baseada no facto de serem conterrâneos e partilharem o sentimento comum do exílio, necessitando do apoio moral do grupo, é referida ao longo de várias digressões. Também em Sterne, a discussão entre a mãe e o pai de Tristram é interrompida porque há questões digressivas mais importantes e que merecem atenção, como acontece com o Slawkenbergius’ Tale, por exemplo. Depois, o narrador regressa ao seu pai e continua. Noutros casos, a causa é a necessidade de explicar a relação de causa efeito de acontecimentos mais ou menos trágicos ou absurdos.

O Realismo é uma característica que ambos, Sterne e Dantas, souberam aproveitar com mestria nas suas obras, combinando-o com o discurso oralizante ao serviço da caracterização das relações sociais. Nas *Memórias*, acompanhando a orientação de *Tristram Shandy*, encontramos vários casos dispersos, como no capítulo VI, em que José Roberto, um narrador cicero-ne, nos dá mais uma prova de conhecer bem os recantos mais agradáveis de Lisboa, como o Pauvre Diable, recomendando-os aos leitores:

Leitor! se fores um dia a Lisboa... bem entendido, caso ainda não tenhas ido, e precisas instruções... ah! se fores a Lisboa, faz diligência por que não escape ao teu orçamento, por mais estreito que seja, a seguinte verba, ainda que tenhas de cunhá-la a martelo no capítulo das *despesas eventuais*, diárias:

Para as 8 horas da manhã

Croquetes	60 réis
Carcavelos	.40 »
Pastéis de nata	60 »
Carcavelos (<i>bis</i>)	.60 »
Café	.40 »
Charuto	20 »
Soma.....	240 »

Dou pelo *minimum*, supondo-te um pouco mais rico do que eu era então. Se porém conseguires realizar este pouco, já serás com certeza um mortal meio completamente feliz. E digo *meio*, porque... se conseguires duplicar a verba e a dose, a lista a capricho, ascender aos charutos de pataco... oh! Então é que serás um mortal completa e inteiramente feliz! Agora, porém com menos de doze vinténs líquidos na algibeira, aconselho-te a que não passes à hora fatal por nenhuma pastelaria, nem mesmo à distância de 150 passos (pp. 59-60).

José Roberto não se contenta em indicar as iguarias, apresenta os preços de cada produto e a soma que garante a felicidade do freguês. “Doze vinténs” a menos seria “fatal”, causaria uma grande infelicidade ao leitor. Este discurso realista, na primeira pessoa, que nos convence da verosimilhança das suas afirmações, é bem ao gosto de Sterne, que foi ainda mais longe, introduzindo quase toda a tipologia de texto: tratados políticos, esquemas, mapas, sermões, textos filosóficos, matemáticos, patentes, etc., etc., no seu discurso, desafiando a velha forma de escrita e propondo uma nova, mais próxima da realidade e dos tempos modernos, caracterizados pela diversidade e complexidade de acontecimentos, como mais tarde expressa na sua reflexão o narrador do manuscrito, das *Memórias*: “Histórias da vida; e o mundo está cheio delas, e reproduzem-se diariamente, em novas edições, mais ou menos diferentes” (p. 106). As suas posições podem corresponder às do autor real, levando o leitor implicado a crer em tudo quanto relata.

Neste passo da obra em análise, a ironia adquire um tom jocoso que visa os hábitos de certas meninas, na cozinha da pastelaria:

E de passagem, visto que escrevo umas *memórias* sérias e fartas de *revelações novas*, aqui tens, leitor pio, a explicação do segredo de certas meninas pálidas e vaporosas, que, diante de ti, quando és convidado, para o jantar, comem palitando o arroz grão a grão... Meu Deus! vai, leitor amigo, leitor cândido, vai à cozinha meia hora depois do jantar... (p. 60).

Diverte-se não apenas gozando os outros, mas auto-ironizando também a sua condição de estudante pobre. O narrador opta pela retórica da sedução, que praticamente arrasta o leitor para dentro do texto, algo apenas possível no plano da ficção. Este é um exemplo de diálogo em que se verifica uma “direct” intervenção do autor (Barguillet, 1981: 216-232).

Ora vejamos como o autor inglês deu o exemplo, citando um caso análogo:

Whether this was the case of the singularity of my father’s notions,—or that his judgment, at length, became the dupe of his wit;—or how far, in many of his notions, he might, tho’ odd, be absolutely right;—the reader, as he comes at them, shall decide (p. 49).

Assim confrontado, o leitor é levado a estabelecer uma relação de simpatia com o narrador e com a narrativa. E é efetivamente neste artefacto literário que consiste a retórica da sedução, ou seja, o narrador entrando em diálogo com o leitor convidando-o a participar na ficção, auxiliando-o, ilusoriamente, a decidir o que deverá contar a seguir. Em *Tristram Shandy*, a retórica da sedução é levada ao extremo: segundo Peter Conrad (1978: 18), “the reader is obliged to co-operate with Tristram in the composition and decipherment of the work Tristram prides himself on his generous division of the work between himself and the reader, who is half of it ‘to imagine in his turn’”. Dantas não nos parece que tenha ido tão longe no uso desse recurso, muito provavelmente porque, como já o frisamos, por ter tido em mãos a tradução francesa, mas não o perde de vista, até ao último capítulo.

Uma das maiores digressões verificadas no romance é a analepse que nos leva à Festa do Espírito Santo na ilha Brava, uma memória de infância avivada pelo encontro com Madalena. O regresso ao tempo da infância pode servir para a descoberta da verdadeira identidade do protagonista: é no passado que estão fechadas a sete chaves os momentos que formam o carácter da pessoa e definam o que ela é hoje. Resgatar essas lembranças permitirá o autoconhecimento e o reforço os laços com as outras personagens. As emoções contidas nas palavras usadas para o descrever solidificam todos esses fatores. Essa digressão lembra dois momentos digressivos em *Tristram Shandy* em que o passado é crucial: o primeiro é sobre as máscaras da tia Dinah e seus efeitos, a sua ausência na linhagem da família Shandy, cuja solução, embora desconcertante, obriga o leitor a indagar, embrenhando-se a cultura inglesa do século XVIII; o segundo, embora anterior na ordem narrativa, é o momento em que, no Volume I, Capítulo XIV, Tristram revela conhecer-se melhor do que ninguém.

Em analepse, José Roberto descreve o panorama natural da ilha, o ambiente da festa do Espírito Santo e, principalmente, a relação familiar que existe entre o pai de Madalena e o seu pai: o senhor Major, miguelista, e o senhor Coronel, seu pai. Lembra o amor que sentia por Madalena e o primeiro beijo trocado, dez anos atrás, e lamenta o estado em que ela se encontra agora, em Lisboa, desamparada. Através da digressão ficamos a saber também a idade de cada um dos protagonistas, Madalena, a irmã do narrador, e a dele. Deixa-nos pois mais bem informados sobre um passado até então não revelado, mas que é importante para a história a ser contada:

Fora com efeito um deslumbramento, o que tive. Rápido como o pensamento, perpassava-me pelos olhos da alma um quadro, uma cena ridentíssima da infância.

Era num país onde floresce eterna primavera, e onde, com o desabrochar das rosas, me sorriam os mais formosos dias da vida, aqueles em que a alma, ainda tépida e fremente do sopro divino, está como inebriada do prazer imenso da existência.

Era na Ilha Brava, em Cabo Verde...

.....na minha terra,

....a terra do meu país!

Celebrava-se ali uma daquelas festas populares de tão singela e tocante poesia, que ainda hoje constituem um dos encantos daquela formosa terra.

(...) Era a festa do *Espírito Santo* (pp. 71-72).

O ponto de vista, porém, é o do autor, mas depende da consciência de José Roberto. Trata-se pois de uma intervenção do tipo “semi-direct”, a que usa a personagem de José Roberto como máscara do autor (Barguillet, 1981: 216-232). É perceptível o esforço de harmonizar esta e outras digressões com a história principal, por mais difusa que esse contacto possa parecer. As digressões ensinam-nos mais acerca de José Roberto e das personagens do que a própria história de sua vida. A estrutura do romance é fundamental porque reflete a sua mente e carácter. Dantas compreendeu muito bem a mensagem de Sterne, no fim do romance inglês: “All I wish is, that it may be a lesson to the world, ‘to let people tell their stories their own way’” (p. 575).

José Roberto vai adiando a revelação da maneira como Madalena ganhou a alcunha de Helena; limita-se a dizer “depois veremos” (p. 77), usando uma estratégia que lhe permite manter o narratário preso à sua história e transformado em companheiro de viagem.

É disso exemplo o capítulo X, o maior e, segundo o autor, o mais maçador de todos os capítulos. Começa com o narrador a dirigir-se ao leitor, provocando-o:

Quero continuar a supor, embora «*num doce engano d'alma, ledo e cego*», que tenho um leitor, exigente, caturra... um desses leitores, a cujo olhar de lince não escapa o mais ténue cordelinho nem o alçapão mais bem disfarçado, nem as mais extravagantes piruetas de heróis em apuros; leitor, desses cuja prodigiosa memória retém o enredo complexo do mais bem acabado romance, e o vê traçado em cada página do livro à medida que vai lendo, e se lhe reaviva ao voltar de cada folha, como o mapa explicativo das evoluções duma campanha, que se tem aberto em frente e se consulta enquanto se lê o jornal ou livro que descreve essas evoluções; leitor, enfim, que faria o desespero do próprio Ponson du Terrail³¹ (p.97).

A ironia romântica e a retórica da sedução são neste capítulo mais recorrentes, com o narrador a incitar o leitor virtual a participar no processo de construção da narrativa, assumindo conscientemente a digressão, ao mesmo tempo que tece comentários elogiosos relativamente ao texto e à sua qualidade:

Convém-me isto perfeitamente: porque, ao passo que essa privilegiada memória há de reter, sem grande fadiga, e conjunto da narrativa, os saltos necessários, os retrocessos inevitáveis, os hiatos cavados a propósito, as ligações difíceis, os nomes, as datas, as peripécias, dispensando-me assim de repetições e referências fastidiosas, ao mesmo tempo verá, com lealdade igual à exigência, que no enredo deste pobre romance não entra o mais inocente cordelinho nem o mais exíguo alçapão. É tudo liso, franco, e, sobretudo, naturalíssimo!... *Prova-se!* como dizem os srs. advogados e os seus irreconciliáveis amigos, os srs. delegados do procurador da coroa e fazenda.

Vou desde já ao encontro da primeira objecção que se me possa fazer, não porque suponha o leitor tão caturra e exigente, que ma faça, e sim por meu nímio escrúpulo de consciência (p. 97).

Tinha prometido, desde o início, não se meter em pormenores desnecessários e dizer

simplesmente o que penso, e volto à minha história (p. 25).

Este possível conflito entre o leitor real e o leitor virtual tem uma intenção irónica, na medida em que, ao recortar sistematicamente a estrutura narrativa, o narrador sabe que desagradará aos leitores expectantes e menos habituados às pausas, reflexões, justificações, inserção abrupta de episódios de novelas iniciadas e interrompidas, comentários. Por outro lado, trata-se de uma crítica aos leitores, que se quer diferentes, adaptados aos novos tempos e a novas práticas

³¹ Ponson du Terrail (1829-1871) foi um escritor francês que se distinguiu pela escrita de novelas. Viveu da literatura e, entre outros títulos, publicou *As Proezas de Rocambole* (1853), um romance-folhetim mencionado por Dantas nas *Memórias dum Pobre Rapaz*. O personagem principal, do mesmo nome, era um indivíduo hábil em enganar as pessoas e estava envolvido em vários escândalos sociais.

literárias, mais soltas, originais e transgressoras, tematicamente variada, apropriadas aos princípios românticos. Dantas satiriza o modo de leitura, na mesma perspectiva de Sterne:

I have not time to look into *Saxo-Grammaticus's Danish* history, to know the certainty of this;----but *if you have leisure, and can easily get at the book, you may do it full as well yourself* (p. 23)

Tristram também teve o cuidado de o fazer, até porque temeu que o leitor o julgasse mal, por estar a ser maçador, impondo a sua presença, comentários e opiniões:

For in this long digression which I was accidentally led into, as in all my digressions (one only excepted) there is a masterstroke of digressive skill, the merit of which has all along, I fear, been overlooked by my reader, - - not for want of penetration in him, but because 'tis an excellence seldom looked for, or expected indeed, in a digression; - - and it is this: That tho' my digressions are all fair, as you observe,—and that I fly off from what I am about, as far and as often too as any writer in *Great-Britain*; yet I constantly take care to order affairs so, that my main business does not stand still in my absence (p. 63).

Mais tarde, teve necessidade de voltar à questão porque incomodara já Mrs. Shandy:

The fifteenth chapter is come at last; and brings nothing with it but a sad signature of 'How our pleasures slip from under us in this world;'

For in talking of my digression—I declare before heaven I have made it! What a strange creature is mortal man! said she. 'Tis very true, said I—but 'twere better to get all these things out of our heads, and return to my uncle Toby (p. 563).

que finalmente, extasiada com tantas digressões, questiona exclamando:

L—d! said my mother, what is all this story about? (p. 588)

Regra geral, ao longo do romance de Dantas, quando o narrador do manuscrito duvida que de estar a ser acompanhado, fornece explicações contextualizadoras:

Passava-se isto ainda em casa do Jeremias, depois do famoso jantar e da cena teatral a que o leitor assistiu no capítulo anterior. Estávamos então entre o café e o conhaque, numa elegante saleta mobilada com todo o luxo e conforto, de que um rapaz rico e de bom gosto pode cercar-se (p. 99).

Ou recorre a expressões fáticas: “(...) como deve recordar-se o meu pachorrento leitor” (p. 111). Pode ainda forçar o leitor a refletir sobre algo que aconteceu no passado, mas que nada acrescenta de importante, funcionando como uma digressão bizarra, do género “centrípeto”, de acor-

do com a terminologia de Helena Carvalhão Buescu (1997: 132), isto é, a partir da intriga à volta dos problemas de Madalena e do seu amor traído, são desencadeados uma série de devaneios:

Abri um olho... pois até deste costume se há de recordar o meu prodigioso leitor, principalmente se, como creio piamente, houver passado em claro os capítulos mais enfadonhos, deste longo aranzel: eu abria sempre um olho primeiro, e depois o outro (p. 117).

E finalmente recordando:

(...) se bem se lembrava quem houver lido o 2º destas verídicas *memorias* (p. 147).

Este é um processo bem conhecido de *Tristram Shandy*, Volume II, Capítulo I:

I must remind the reader, in case he has read the history of King *William's* wars,—but if he has not, - - I then inform him, that one of the most memorable attacks in that siege, was that which was made by the *English* and *Dutch* upon the point of the advanced counterscarp, before the gate of *St. Nicolas* (...) (p. 73).

Ou no Volume IV, Capítulo XVII,

When my father's head,—the reader remembers that he walked the misfortune of my NOSE fell so heavily upon instantly up stairs, and cast himself down upon his bed; and from hence, unless he has a great insight into human nature, he will be apt to expect a rotation of the same ascending and descending movements from him, upon this misfortune of my NAME;—no (p. 263).

Outro aspeto que reflete a estrutura do romance de Sterne é a introdução de pequenos capítulos que satisfazem um propósito específico. A certa altura, José Roberto descobre que afinal o Silveira era um colega da Escola de Mafra. Havia muito tempo que não o via e nunca usou o seu nome próprio ou apelido para o chamar. Conversam e recordam os bons tempos de escola, da infância em Cabo Verde e o "amado professor" (p. 99) – que se refere a Vitorino Dantas Pereira, pai do autor, expondo mais uma vez o autobiografismo que caracteriza a obra e a ambiguidade entre a identidade do narrador e autor. À semelhança de *Tristram Shandy*, o “herói” vitimado à nascença pela deformação do nariz e que raramente surge no romance, existe outro *Tristram Shandy*, o autor da obra *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, o personagem principal de Sterne, que conta a história, dá forma às personagens, julga e opina acerca delas, mantém-nos informados sobre as dificuldades e os problemas enfrentados na ela-

boração do romance. José Roberto também desempenha essa função multifacetada; ele é duplamente personagem e autor. Esta segunda característica torna-o mais interessante no romance, graças ao conhecimento e poder que detém. Como referiu Manuel Portela (1998: 22):

Ao criar um narrador que está a escrever o que conta e que constantemente se interroga e vai interrogando o leitor sobre o que há-de contar a seguir, Sterne [e Dantas influenciado por ele] expõe[m] a natureza da ficção e da narrativa, sugerindo as múltiplas possibilidades de ligação dos factos. O movimento vivo da narrativa em construção, que é narrativa da escrita e narrativa da vida inventada pela escrita, assume o primeiro plano.

Observemos ainda, antes de terminar a análise do capítulo, a reprimenda dada ao leitor por um problema que reside na imaginação do narrador:

Aí estão explicações mais que suficientes, bastando qualquer delas para justificação dos meus bons créditos e mortificação dos do leitor, que devia até envergonhar-se de me fazer objecções tão fúteis e pueris. Peço desculpa da franqueza (p. 98).

.....

Esta é a atitude de um comentador onipotente, possível neste tipo de romance romântico. Chegamos ao fim do capítulo com as revelações e explicações todas dadas ao leitor. Em casa do Jeremias, foi lembrada a história de Madalena e decidiram esclarecer a relação entre o jovem que suicidara às cinco da tarde e a mensagem no bilhete que Madalena tinha nas mãos, quando apanhou um grande susto e perdeu os sentidos, no capítulo IV, dando início ao drama trágico, segundo o processo de encaixe. Confirmou-se, com a ajuda de Petit, homem de todos os contactos e todas as informações, o que traíra Madalena e a “desgraçou” (p. 107). Trata-se de um história dramática que conclui em tragédia, à boa maneira de Camilo Castelo Branco, um dos expoentes do romantismo português, afirma o narrador. Helena, afinal, é uma alcunha caboverdiana. Esta é uma prática que acontece entre familiares e amigos, a de dar aos filhos(as) e amigos próximos um derivativo do nome próprio: neste caso, Lena, ou Helena, a partir de Madalena. O narrador conclui pedindo autorização ao seu companheiro de escrita, pois esta é uma atividade de dupla responsabilidade:

Creio que isso bastará, e que já é tempo de concluirmos este capítulo, de todos o mais maço e maço, inquestionavelmente, por absolutamente supérfluo, além de supinamente parvo, qualidades em que o acompanham, com fraternal emulação, todos os seus irmãos, filhos do mesmo pai! (p. 109).

Algo de parecido encontramos no Volume II, Capítulo IV, de *Tristram Shandy*:

I Would not give a groat for that man's knowledge in pen- craft, who does not understand this,—That the best plain narrative in the world, tack'd very close to the last spirited apostrophe to my uncle *Toby*,—would have felt both cold and vapid upon the reader's palate;—therefore I forthwith put an end to the chapter,—though I was in the middle of my story (p. 81).

O narrador minimiza o seu papel e capacidade de escrita e declara precisa do apoio do narratário para rematar, na versão de Dantas, o que é “maçudo e maçador”, “absolutamente supérfluo” e “supinamente parvo”, qualidades que para nós, leitores reais, são essenciais não só ao capítulo, à caracterização das personagens, mas também à obra em geral. Mais tarde, insiste no assunto confirmando ironicamente:

O leitor deve já ter notado que passo por alto, sempre que posso, muitas minudências, com que só se detêm aqueles cujo único fito é encher papel com palavreado, à falta de ideia e de assunto: como seria, por exemplo, o dizer que eu tanto Augusto como Henrique tinham levado competente fato postos nas respectivas malas, não esquecendo o momento e o modo com que estas foram transportadas para casa, etc., etc.

Bem sei que todo este enfadonho romance já é, por si mesmo, uma perfeita superfluidade: mas... do mal o menos – é princípio de sabedoria. Sempre que posso, evito minúcias (p. 140).

O narrador conclui o capítulo X prometendo voltar ao ponto em que deixou Madalena, originando assim mais um salto cronológico e mais digressões.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de notar outro aspeto dialógico interessante, que consiste na citação de obras de autores clássicos nacionais e de vultos da literatura e culturas mundiais, como Luís de Camões e o canto III de *Os Lusíadas* ou Ponson de Terrail (1829-1871) e Brillat-Savarin³² (1755-1826). Provam a vasta erudição desses autores, possuidores de um conhecimento enciclopédico e a atenção dada aos clássicos. Da mesma maneira encontraremos menção a William Shakespeare e a outros autores muito lidos na altura. São autores que favorecem a causa da ironia romântica e as digressões.

O narrador principal assume o processo de escrita partilhada enquanto demonstra conhecimento das regras do mundo da crítica literária, no capítulo XIV:

³² Brillat-Savarin (1755-1826) foi advogado, político, mas ficou reconhecido por ter sido o mais famoso dos gastrónomos franceses. Foi figura controversa durante a Revolução Francesa, tendo defendido publicamente a pena de morte. As suas posições políticas levaram a que procurasse o exílio. Detentor de uma cultura vasta, notabilizou-se, porém, com o lançamento da sua obra *Physiologie do Goût* (1825). É dele a célebre frase “diz-me o que comes, dir-te-ei quem és”.

Está quase a findar o manuscrito do meu amigo José Roberto. Entretanto, vejo-me obrigado a tomar a mão ao autor, para lhe estranhar, ao menos por esta vez, a extrema volubilidade do estilo, os saltos prodigiosos, e as incongruências da narrativa.

Evidentemente, o autor tinha pressa de acabar. Sentia-se cansado de escrever... cansado da vida, talvez, e de saudades e recordações (p. 145).

Não nos livramos deste jogo de ambiguidade, mas o manuscrito chega ao fim, são narrados os últimos momentos vividos por estes amigos em Lisboa e o regresso de José Roberto, Jeremias e Augusto a Cabo Verde, na companhia de Petit, que decide mudar de ambiente e viver novas experiências nos trópicos.

Três dias depois estão todos a bordo do vapor Atlântico a caminho de Cabo Verde. José Roberto deixa uma lista com nomes de amigos que, nesse dia, viajaram com eles, entre os quais constam o Padre João, o pai de Madalena e a filha. Não foi difícil convencer a mãe de Augusto, que depois de resolver os seus problemas de herança, e iludida com um Cabo Verde imaginário, semelhante à sua Itália, deixa Lisboa e viaja, rumo a uma nova vida. Lamentavelmente, a febre-amarela em Cabo Verde vitima Henrique Petit. A informação é acrescentada pelo narrador, antecipando o acontecimento, provocando mais um salto na narrativa. Apesar da desgraça, Petit encontra humor para se despedir da vida. Morrem também Madalena e a mãe de José Roberto, vítimas de doença do coração, tema da sua tese, o que o leva a sentir-se desiludido com a ciência e com a vida.

No cemitério da ilha Brava encontra-se o narrador do romance, que acabava de ler o manuscrito, tal como prometera fazer à sua prima e amada Regina, que tencionava tomar como esposa. Repentinamente dá-se um abalo de terra, frequente na ilha Brava, para grande susto de todos. Inesperadamente, algo sinistro acontece: um cão vem morrer a seus pés. Enquanto isso, o narrador do romance aproxima-se de duas sepulturas e consegue ler nos nomes dos queridos amigos e parentes José Roberto e Madalena a confirmação das respetivas mortes.

Termina a história do manuscrito, sem esclarecer coisa alguma ao narrador, que, desapontado, procura Regina para tentar compreender o que se passava. E é aí que muitos acontecimentos que José Roberto não narrou são revelados. Madalena e José Roberto casaram-se, Regina também casa, com Augusto, que não é mais um visconde, mas antes um "batateiro" (p. 156). Napoleão, o maravilhoso cão com poderes fantásticos, morre.

Tudo faz agora sentido para o narrador autodiegético. Afinal, ele e Augusto não se viam desde o dia em que o padrinho morrera, em Mafra. Muita coisa aconteceu entretanto, o que cau-

sa grande surpresa e consternação ao narrador. Quando Augusto entra na sala para o cumprimentar, começa a chamar-lhe pelo nome, mas não termina: "D." (p. 156). O amigo esteve à beira de revelar a sua verdadeira identidade, mas, bem ao jeito de Sterne, o autor opta pela abreviatura, para se esconder. O "D." de Dantas confirma tratar-se do narrador-escritor do romance.

B. O humor e o sentimento

A identificação do narrador com o autor, que assume com naturalidade esse estatuto perante o leitor e com quem mantém um diálogo constante, é um sinal de dialogismo da obra shandiana com o romance cabo-verdiano. Estas características permitem-nos recuperar aqui o problema que levantamos sobre a imaginação e a sua relação com o humor e o sentimentalismo.

Guilherme Dantas, quando insere a primeira abordagem irónica correspondente também à primeira digressão no romance, traz já a primeira das várias marcas textuais sternianas, apelando à imaginação do narrador e leitor ficcional, como vimos atrás. Depois de tentar suscitar um sentimento de pena nos leitores, desfá-lo logo adiante, com uma piada que menospreza as "as secantes indígenas do Pindo" (p. 17). Percebemos neste passo que no elenco das personagens do romance não teriam papel preponderante habitantes anónimos da ilha que estivessem fora do círculo social e familiar do narrador; como vimos, preponderam as figuras que habitam espaços circunscritos à Lisboa e Mafra do autor, com regressos alternados e anacrónicos à terra natal. Esta seria possivelmente a história do percurso de vida do protagonista, contada sobre um fluir de pensamento e fantasias do narrador, contrapondo a alegria e a tristeza, o riso e a melancolia. Trata-se de uma fórmula criada por Laurence Sterne, definida por Machado de Assis em *Memórias Póstumas* (1881) e que Sérgio Paulo Rouanet caracteriza como sendo dominada

pela presença constante e caprichosa do narrador, ilustrada enfaticamente pelo pronome de primeira pessoa; pela digressividade e pela fragmentação; pelo tratamento espacial, fortemente subjetivo, dado ao tempo e ao espaço; pela interpenetração do riso e da melancolia. Só essa última caracteriza (pena da galhofa, tinta de melancolia) não encontraria o endosso expresso de machado de Assis, porque para ele os outros livros eram 'rissonhos', e apenas o dele conteria 'rabugens de pessimismo'. Veremos mais tarde que a dialética riso-melancolia está presente em todos os autores shandianos (2007: pp. 30-31).

Guilherme Dantas veio juntar-se ao grupo com as *Memórias dum Pobre Rapaz*. Nesta obra também, além das outras características, também o "riso e a melancolia", aproveitando a

expressão usada por Rouanet, são cultivados à boa maneira shandiana. O que significa dizer, em termos práticos, que a alegria e o cômico, a tristeza, a ironia e o sarcasmo vão aparecendo alternadamente, acompanhando a típica digressão do autor.

De acordo com Holland, há em *Tristram Shandy* um jogo caracterizado por um “constant dualism” (1956: 429) entre esses dois elementos, tendo no centro o “hobby-horse, the preoccupation of a character on which he rides through life, encountering from his private little saddle all the happening of his days.” (p. 422). De um lado do paradoxo encontra-se Sterne trocando dos disparates da personagem; do outro lado, está ele a fazer pouco dos obstáculos verdadeiros, ao mesmo tempo que a sua personagem consegue ultrapassá-los triunfantemente. O “hobby-horse” matém-se firme, nada o consegue derrubar, nem mesmo as questões sérias, nem mesmo a morte “of our friends or children” (Sterne, 2005: 317). A brutal franqueza com que Sterne passa de um estado de espírito a outro, ou de um assunto a outro é tão grande que “the only person who feels sad is the reader and even he must needs smile at Sterne’s mock delicacy” (Holland: 425):

this is the paradox of Sterne’s sense of humor. Hobby-horses are ridiculed (in their vulnerability to little things, hot chestnuts, or knots), but respected (in their resistance to big things, birth, copulation, and death). Sterne ridicules reality itself by juxtaposing it with hobby-horses that refuse to take it seriously unless it is a squeaking hinge; but since the hobby-horses are themselves ridiculous, some seriousness, even about death, remains (p. 425).

O narrador de *Tristram Shandy* admite escrever para fazer o leitor rir, como podemos observar no Livro VI, Capítulo 17 ao confirmar que “’tis of the advantage which the fortune of the pen has now gained over thee, would be too much-” (Sterne, 2005: 438). Ele usa esse poder para convencer o leitor a abandonar o senso comum e a consentir ser levado por uma narrativa digressiva, com nuances de comicidade e melancolia e que quase não conta uma história. Apesar disso, não maltrata o leitor, apesar de o ridicularizar. Também se dirige a ele com cortesia e em tom de seriedade: “had this volume been a farse, which, unless every one’s life and opinions are to be looked upon as a farse well as mine, I see no reason to suppose-“(p. 334); ou até gravemente: “I told the Christian reader in the beginning of the chapter (...) – But with an ass, I can commune for ever” (pp. 417, 471).

Não podemos deixar de concordar com Norman Holland quando este afirma que o ponto alto da comicidade de Sterne consiste na ridicularização do leitor através da maneira como se dirige a ele. Parece um brinquedo nas mãos de Sterne, que o carrega para a frente e para trás, obri-

ga-o a um esforço de imaginação em momentos impróprios, sem sentido de oportunidade, interpela-o surpreendentemente, como se de um fantasma se tratasse. Ligado a isso está a arbitrariedade da pontuação que “frustrates the reader’s demand for relevance by innumerable pointless digressions or practical jokes in the form of half-finished stories; by black, blank, or marble pages; by continual tiny references in the midst of a ‘serious’ digression to the posture of the reader” (p. 427). Holland notou que a própria noção de *sentimental* é desrespeitada por ele e concorda com Virginia Woolf que a vê como “only one hobby-horse among many” e cita este trecho da obra como exemplo: “—Tender and faithful spirits! cried I, addressing myself to Amandus and Amanda—long—long have I tarried to drop this tear upon your tomb—I come—I come— When I came—there was no tomb to drop it upon” (Holland, 1956: 480). Porém, persistindo nessa dualidade de critérios também “indulges sentiment where he feels it is a sensible emotional response” (p. 429).

Podemos portanto concluir com este autor, que Sterne escreveu para o público do seu tempo e dentro dos padrões culturais, embora tenha surpreendido todos com o seu radicalismo.

Marques de Azevedo prefere usar o binómio “sério-cômico”, para descrever o “ridículo e a ironia e o humor subtil de Sterne”, baseando-se na teoria de Vladimir Propp, compreendendo

tanto o cômico quanto o ridículo. O cômico [é] estudado como resultado da reação humana – o riso – diante de um objeto ridículo. Este é geralmente o próprio homem, ou coisas de sua criação que refletem algum defeito da natureza humana, cuja vida física, moral e intelectual pode tornar-se objecto de riso (1996: p. 12).

Um outro aspeto interessante em *Tristrasm Shandy* e com repercussão ampla nos seus sucessores é o riso provocado pelas grandes discussões filosóficas. Veja-se este exemplo, da personagem Walter Shandy:

who had an itch in common with all philosophers, of reasoning upon every thing which happened, and accounting for it too,—proposed infinite pleasure to himself in this, of the succession of ideas, and had not the least apprehension of having it snatch’d out of his hands by my uncle Toby, who (honest man!) generally took every thing as it happened;—and who, of all things in the world, troubled his brain the least with abstruse thinking;—the ideas of time and space,—or how we came by those ideas,—or of what stuff they were made,—or whether they were born with us,—or we pick’d them up afterwards as we went along,—or whether we did it in frocks,— or not till we had got into breeches,—with a thousand other inquiries and disputes about INFINITY, PRESCIENCE, LIBERTY, NECESSITY, and so forth, upon whose desperate and unconquerable theories, so many fine heads have been turned and crack’d,—never did my uncle Toby’s the least injury at all; my father knew it,—and was no less surprised, than he was disappointed with my uncle’s fortuitous solution.

Do you understand the theory of that affair? Replied my father (2005: 171).

Trata-se de um exemplo de questões fúteis mas que dão azo a trocas desconfortáveis de palavras, levando o leitor ao riso e justificando várias digressões. As personagens, os hábitos e costumes são satirizados e parodiados. *Tristram Shandy* também traz vários assuntos eruditos à discussão, alguns dos quais não têm conteúdo válido, mas que, sendo associados a acontecimentos triviais, não deixam de ser cômicos.

Paulo Sérgio Rouanet, num estudo mais recente, situa Sterne entre três tradições literárias ocidentais: de Robert Burton, que ele muito citou e plagiou, autor de *The Anatomy of Melancholy* (1621), Rabelais, a quem mais admirou, e de cuja obra *Gargantua* (1534) retirou a ideia da importância do riso nas horas tristes, e Demócrito, autor greco-latino defensor da ideia de que o riso era o melhor antídoto contra a melancolia (2007: 202), mas no sentido específico de que esse riso teria efeitos terapêuticos, ou seja, seria “medicinal” (p. 220). Estão assim encontradas as bases de apoio que influenciaram Laurence Sterne na elaboração desta obra que Rouanet caracteriza como sendo uma “uma panacéia contra a melancolia” (p. 203), citando o seguinte trecho exemplificativo:

If 'tis wrote against any thing,—'tis wrote, an' please your worships, against the spleen; in order, by a more frequent and a more convulsive elevation and depression of the diaphragm, and the succussions of the intercostal and abdominal muscles in laughter, to drive the gall and other bitter juices from the gall bladder, liver and sweet-bread of his majesty's subjects, with all the inimicitious passions which belong to them, down into their duodenum (Sterne, 2005: 270-271).

Tristram é um melancólico, mas encontra sempre uma maneira de contornar esse sentimento com uma piada, até face à morte: “O horror à morte é neutralizado de modo semelhante no volume VII. A morte bate à porta de Tristram, mas é recebida ‘num tom tão alegre, tão despreocupado e tão indiferente’ que ele duvidou estar no endereço certo” (Rouanet, 2007: 205):

and when DEATH himself knocked at my door—ye bad him come again; and in so gay a tone of careless indifference, did ye do it, that he doubted of his commission—— “—There must certainly be some mistake in this matter,” quoth he. Now there is nothing in this world I abominate worse, than to be interrupted in a story——and I was that moment telling Eugenius a most tawdry one in my way, of a nun who fancied herself a shell-fish, and of a monk damn'd for eating a muscle, and was shewing him the grounds and justice of the procedure—— (Sterne, 2005: 431-432).

Muda repentinamente de assunto, finge não gostar de ser interrompido, interrompendo-se, ou à história, quando não interrompe o leitor personagem; neste passo atenua os efeitos da melancolia. Volta, por fim, à história absurda da freira que fantasiava ter-se transformado numa concha e do monge que fora condenado para todo o sempre por comer mexilhão. Em Sterne, a morte surge “sempre associada ao riso, como Hamlet segurando a caveira de um bobo” (Rouanet, 2007: 223).

Rouanet reconhece o papel preponderante que Sterne teve em relação à primeira manifestação romântica na Inglaterra e que contribuiu para o que havia de vir: o “*mal du siècle* romântico, com a sua ênfase sobre a sensibilidade – a do tio Toby, que liberta insectos, e a de Yorick, que tem pena de passarinhos engaiolados, com a sua bondade e simplicidade, [assim como o] cabo Trim, tão bom e tão simples como o seu amo” (p. 210). No entanto, os textos dos autores românticos, nomeadamente os autores shandianos, combinam dois sistemas literários, o “shandiano e o romântico”, e o autor de “risos e melancolia”, ilustra isso de forma clara, com a passagem encontrada em Diderot, no *Jacque le Fataliste*, de 1796, imitada por Musset: “Le premier serment que se firent deux êtres de chair, ce fut au pied d’un rocher qui tombait en poussière” (A primeira jura que se fizeram dois seres de carne e osso, foi junto de um rochedo que caía em poeira)” (pp. 207-208). Confirmaremos em Dantas, aquilo que Rouanet notou relativamente a Musset, de que este “não experimenta a necessidade de relativizar a melancolia”; todas as suas manifestações românticas estão “impregnadas da mesma tristeza” (p. 208). Ora atentemos neste passo da obra muito exemplificativo:

Ela, comovida, ansiosa, tentou erguer-se, estendeu os braços, e recaiu sobre a poltrona, como se lhe faltasse as forças, estorcendo as brancas mãozinhas e reclinando sobre elas a cabeça; e como eu quisesse ampará-la, julgando que desmaiava num acesso nervoso, ela agarrou-me convulsamente as mãos, e, sempre com a cabeça pendida, como a esconder o pejo que lhe abrasava a fronte, apertou as minhas mãos de encontro ao rosto banhado de lágrimas, e rompeu em soluços.

– Então, Madalena? dizia-lhe eu: O que tem? Sossegue... Vê... está com febre!... Não chore...

Tinha-me sentado numa cadeira que estava ao lado da sua, e, verdadeiramente comovido também, conseguira carinhosamente desviar-lhe as mãos da fronte, puxara-lhe brandamente a cabeça para o meu seio, e ameigava-a, como se faz a uma criança. A situação não deixava de ser bastante embaraçosa para mim; e tanto, que, vendo que ela redobrava os soluços, disse-lhe, sem bem saber o que dizia:

– Minha pobre irmã!... Não chore... sei tudo!

– Tudo?!... balbuciou ela, fitando-me através das lágrimas.

– Sim, sei que foi cruelmente enganada...

– Ah! José! como sou infeliz!...

– Vamos!... Não chore, Madalena? Então não estou aqui?... Não sou o seu irmão?...

Ela tornou a pegar-me nas mãos, e, com indizível meiguice, com uma dor e humildade tocantes, apertou-as de novo de encontro à fronte e aos lábios, cobrindo-as de lágrimas.

Eu também chorava... permita o leitor implacável que lho diga... chorava, e asneava um pouco, romanticamente falando.

– Madalena! se soubesse quanto eu tenho sofrido também!... Vê?... Somos dois infelizes, dois irmãos... Não chore!... (Dantas, 2007: 112-113).

No segundo capítulo deste trabalho, apontámos Alfred de Musset como tendo sido o romântico que mais influenciou Guilherme Dantas, deixando marcas sensíveis ao nível temático e estilístico. Embora estas marcas sejam mais recorrentes na sua obra poética, nas *Memórias dum Pobre Rapaz* elas manifestam-se através de uma prosa poética, que revela a eloquência romântica e o tom declamatório que o identificam, acompanhando alternadamente a dualidade estabelecida por Sterne entre o humor e o sentimento, ou na linguagem de Rounet, entre o riso e a melancolia.

O romance começa com a prima Regina toda sorridente, “[soltando] gargalhada” perante seu primo ansioso e triste pelo facto de “[ser] só no mundo”, a ponto de este pensar estar a ser zombado, após ter-lhe feito uma proposta tão séria (p.15). Este início é já um prenúncio de que estamos perante uma história em que predomina o riso e não propriamente a tristeza e o sofrimento. O autor dá-nos a indicação clara de que está determinado a seguir a tradição, tal como Sterne, em que o riso “faz parte de uma doutrina herdada de autores antigos, segundo a qual é o melhor antídoto contra a melancolia”. Usa-se “a alegria para combater a tristeza” (Rouanet, 2007: 208), ao contrário do que fizeram outros autores como Diderot, em *Jacques Le Fataliste*. O sorriso, os “ares de encantadora travessura”, a sua “expressão de fisionomia” (p. 16) e a entrega do manuscrito criam uma grande expectativa no leitor e no próprio narrador, que ficam completamente desarmados.

O cemitério é um lugar fúnebre, onde a tristeza, a saudade, a nostalgia habitam. Não é, contudo, esse o caso do cemitério da ilha Brava, que funciona como *locus amœnus*: “é delicioso aquele cemitério!” (Dantas, 2007: 17). A morte que lá habita foi purificada pelo fogo do vulcão da ilha, que tem o poder de sarar as feridas do espírito. As próprias flores que nasciam esponta-

neamente no cemitério eram as mais puras, contrastavam com a hipocrisia dos homens e estavam em perfeita harmonia com todo o ambiente, produzindo um efeito "balsâmico" (p. 17). No capítulo seguinte, dedica-se por inteiro à gargalhada provocada pelo ridículo de Jeremias ter um nariz "adunco e escandaloso" (p. 25).

O encontro com o negro no café Ultramarino, a descrição da figura e do espaço estão repletos de tiradas ironias e por vezes sarcásticas:

canários saltando e gorgendo nas gaiolas doiradas, pendentes nos desvãos dos pilares da varanda, contemplando o arranjo com que o génio industrioso do proprietário, alfacinha de gema, quisera africanizar o estabelecimento; além disso, para ali dar mais uma demão de cor local, adicionara-lhe um preto ao pessoal doméstico. Tinha-se visto obrigado a dispensar os macacos, porque sujavam a casa, escandalizavam os fregueses sérios com os seus hábitos e momos atrevidos, quebravam a louça, e roubavam tudo aquilo a que podiam deitar unha, principalmente bolos, torrões de açúcar, colheres de prata, e até charutos, o que era outro objecto de escândalo e zanga para o resto dos fregueses. Papagaios e piriquitos, à excepção dum soberbo *catatua* australiano de plumagem alva de neve e penacho cor de fogo, haviam sido igualmente excluídos, por incómodo.

O negro irrepreensivelmente vestido de si mesmo... quero dizer, de preto, encolarinhado numa gravata de alvura imaculada, ostentava-se ordinariamente na varanda como apêndice à pomposa tabuleta do Ultramarino (p. 28).

O sentimento de graça e jovialidade continua no capítulo seguinte, apesar do calor tórrido da cidade, em pleno agosto, sem poder "imigrar para as praias" (p. 37), ou entrar no Passeio Público" (p. 39). Algo de semelhante acontece quando o narrador nos confronta com um panorama sombrio, em que o próprio assume a constância da sua tristeza, apenas atenuadas por duas imagens que mantém na parede do seu quarto. Também aqui a melancolia é contrabalançada pela alegria e pela esperança, que não demoram muito a serem reforçados pela cena tragicómica do ataque de pânico de Madalena, que leva D. Rosa aos prantos de desespero e que o autor suaviza ao descrevê-los como um "faniquito" (p. 47), ridicularizando as duas personagens femininas, pela atitude leviana da primeira e a reação exagerada da segunda.

Foi assim introduzida a história trágica de Madalena, a ingénua e doce menina provinciana, de Cabo Verde, cuja "voz tomara esse timbre sonoro e melodioso como as notas mais apaixonadas da gama do rouxinol, pelo qual as donzelinhas preludiam também os primeiros cantos da plena primavera" (p. 73). Não tendo sabido defender-se dos perigos da cidade grande, acabou vítima do engano, traída por um indivíduo mal-intencionado que se aproveitou do seu bom coração e, por motivos não revelados, acabou por suicidar-se. A história é introduzida em *mise en*

abyss e será desenvolvida alternadamente com a biografia de José Roberto, até ao desfecho do romance. O autor minimiza a tragédia de Madalena, caracterizando-a como uma “Velha história!” (p. 48).

Dantas dá agora início às suas reflexões filosóficas, que teriam sido aprovadas por Sterne, sobre os sentimentos como resultado da “excitação”, ou “ilusão dos sentidos” ao observar o retrato da irmã e ter a sensação de ela estar a chorar, o que leva o narrador a questionar-se interiormente: “o que terá Gina hoje?...” (p. 46). Comovido, fica convencido de estar comunicando com a sua falecida irmã, interpretando esse estado de alma próprio como uma mensagem vinda do além. Este, portanto, seria “o mistério da existência humana” (p. 45). A mais profunda de todas as reflexões e que redundará na mais divertida surge no capítulo IX, apresentada aos amigos por Henrique Petit, durante um “jantar dado em [seu] especial obséquio pelo amigo Jeremias” e que assenta sobre a questão filosófica de saber “o que é a vida?...” (p. 79). À medida que o debate se desenvolve, os ânimos vão ficando exaltados. O álcool contribuiu muito para isso, e os convivas vão-se insultando mutuamente, à semelhança dos seus narizes. A despique, vão-se conhecendo uns aos outros, e as virtudes e defeitos são revelando. Henrique Petit tem dons de filósofo, Silveira de poeta e alguns convivas acompanham toda a discussão sem se pronunciarem sobre o problema posto. Para Petit a vida é um brinde à amizade. A verdade é que não se entendem sobre o sentido da vida e, aproveitando a analogia, um dos convivas critica o Realismo que se impunha nos círculos literários lisboetas, considerando-o responsável pela formação tola dos jovens de então. Musset é trazido à tona por outro conviva, que tinha entrado na discussão, acreditando que podia resolver o problema e ser consensual. José Roberto, um confesso admirador de Musset, fica animado e Petit aproveita-se da oportunidade para também citar alguns versos da *Noite de Outubro*. Mas nem mesmo assim chegam a um acordo, apesar de os dois amigos terem conseguido desarmar o arrogante senhor, que insistia na sua ideia, afirmando que tudo sabia, para quem a vida “é um estado de alma”, para uns segundos depois se contrariar afirmando que “através da transparência opaca daquela garrafa preta vazia, é uma coisa perfeitamente estúpida” (p. 85). Paradoxalmente não se queixa da vida, dizendo que tinha “achado mais motivo para rir do que para chorar” (p. 86), o que fez José Roberto invocar ironicamente Demócrito. No final de contas, a vida não passava de tudo o que os inquietava, a alegria e a tristeza, mais complexa do que aquilo a que os presentes queriam reduzir. A discussão acaba com a intromissão de Jeremias e a concordância de José Roberto. Mudam de assunto e o jantar continua com as personagens falando sobre a natureza humana, as suas virtudes e defeitos, com muitas digressões à mistura, aleatoriamente, sempre ao sabor do pensamento do narrador.

A leitura atenta e a relação dos vários comentários, explicações, interpelações do narrador ao leitor virtual, mostram que existe uma intenção de divertir, de provocar o riso e suavizar a dor e o sofrimento. Este é um romance, que apesar de narrar uma história autobiográfica difícil, sobre jovens estudantes “exilados”, amores não correspondidos, traição, morte de familiares e amigos queridos, a saudade do lar, da “pátria” (p. 19), não quer ser triste. As personagens, apesar de tudo, vêm-se como indivíduos alegres. Até mesmo Jeremias, que não tem sorte no amor, nasceu com um nariz que só lhe traz complicações na vida, afirma ironicamente ser “o mais feliz dos mortais, como dizem as comédias” (p. 50). Todas as oportunidades são aproveitadas para fazer rir o leitor. Observemos este diálogo entre Jeremias e José Roberto, quando aquele foi conhecer o seu quarto:

- É realmente lindo, o teu quarto! disse.
Pois não te parece?...
– É até melhor do que eu esperava encontrar, se fosse a Coimbra ou Salamanca...
– Ainda não acabei de o arranjar... observei com modéstia, procurando debaixo da cama uma bota, que estava debaixo do travesseiro.
– Que diabo te fez este Napoleão, para lhe escangalhares assim a figura?
– Estudava-lhe o nariz.
– E este pobre Homero, com a cabeça rachada?
– Foi uma operação de trépano: bem sabes que estudo medicina (pp. 50-51).

Uma simples trivialidade pode transformar-se num motivo de diversão. O título da tese de José Roberto “Da influência dos nervos nas afeções do coração” suscita o riso e sempre que ela é mencionada é motivo de troça por parte dos colegas:

- Vai para o diabo!... quero dizer, vem daí, anda!... Vamos almoçar, jantar, passear... Hoje é dia grande!...
– Não, Jeremias! hoje não posso...
– É domingo!...
– Mas estou muito ocupado com a minha tese...
– Lá vens tu com a lenga-lenga!... *A minha tese... a minha tese...* E que dana-da tese é essa, que não acabas com ela?...
– *Da influência dos nervos nas afeções do coração.*
– E é isto que te dá tanto que pensar?
– Pudera! Achas pouco?...
– Acho demasiado. A tua tese peca simplesmente pela base. É tola, e mais tolos ainda são os professores que a dão ou aceitam. (p. 53).

Jeremias não perde uma oportunidade para a trazer à baila, acabando contudo por abandoná-la em troca da ideia, pândega, de que “o que influi é... o vinho!...” (p. 62). Inclusivamente, mesmo no fim do romance, depois da leitura do manuscrito e de serem desvendados todos os

segredos, José Roberto, perante um quadro desolador e que lhe é desfavorável, comovido com a perda de amigos, vitimados pela doença, de lhe terem morrido nos braços a mãe e Madalena, vai buscar a tese, para justificar os seus fracassos enquanto médico e sua desilusão com a ciência, uma tese que já tinha sido declarada “esgotada” (p. 62). Este episódio, dadas as circunstâncias que a envolvem, não causa riso, mas alivia a tenção provocada pelas revelações e pelo infortúnio do protagonista:

Recebido o meu baptismo de fogo do exercício médico, pela febre-amarela, de que milagrosamente escapei, consegui ser colocado na ilha Brava como delegado da junta de saúde.

Minha mãe e Madalena morreram, ambas nos meus braços, ambas de lesões de coração... o meu estudo predilecto... a minha impagável tese... a minha glória!...

Que me resta?...

De que me serviu, pois a ciência adquirida?... (p. 150).

O conselho dado ao leitor no sentido de ir financeiramente preparado quando for visitar Lisboa para poder deliciar-se com as iguarias que são lá oferecidas, é mais um ponto cómico da história, arquitetada por uma exigência imperiosa da estética shandiana. O leitor não fica indiferente e deixa escapar um sorriso. Até porque o seu objetivo declarado é fazer do leitor “um mortal completa e inteiramente feliz!” (p. 59). Ao virar da página encontramos mais piadas extravagantes e escandalosas. Citamos uma delas:

Apenas acabávamos de subir as danadas escadinhas, quando esbarramos *nez-a-nez* com a sedutora vitrine do *Pauvre Diable*.

Meu amigo Jeremias enfiou logo o enorme nariz pela porta do botequim, traiçoeiramente aberta, e eu segui *in continenti*, como satélite humílimo daquele astro... ia dizer *cometa*, mas temi dar de chofre com algum barbarismo astronómico, pois não está bem averiguado que os cometas tenham satélites (p. 60).

Em *flashback*, na festa do Espírito Santo, na Brava, recorda os grandes momentos de diversão e júbilo com as famílias reunidas. Ficou-lhe gravada na memória uma cena de troca de beijos entre ele e Madalena, moça por quem nutria um amor de infância, e recorda, com alguma nostalgia, como foram surpreendidos pelos pais de ambos e denunciados pela Regina. Apanharam um grande susto, temendo a reprimenda do Major, Madalena chora, mas tudo termina com os pais brincando com a situação, seguido de grande algazarra das crianças correndo e o ribombar dos foguetes.

Henrique Petit, o mais badalado jornalista de Lisboa, que se dedica ao culto da oratória, é apanhado pela “nostalgia das coisas e o aborrecimento da vida..., pela solidão”. Deprimido questiona-se sobre “o que é alegria?... O que é a tristeza?...” (p.102), explicando que

A Tristeza e a Alegria são duas irmãs, mas a Tristeza é mais velha. A Tristeza é coeva da eternidade. O Caos era triste. E dizem as sagradas letras que Deus, quando contemplou a obra da sua criação e deu pela falta do homem, sentiu-se triste... Bonita falta, não há dúvida!... O certo é que nós descendemos dessa mal empregada Tristeza do bom Deus, que bem podia limpar as mãos à parede... se é que tinha alguma parede à mão...
– Cala-te, blasfemo!... (p. 103).

Esta mudança repentina de humor não é compreendida nem mesmo pela personagem, que por isso é contrariada pelos amigos: “a ameaçadora eloquência do Henrique Petit desfez-se em gargalhadas” (p. 103).

Neste estilo prossegue a obra, num dualismo entre a melancolia e o riso. Um dos pontos altos corresponde à tentativa de suicídio de Jeremias, que acaba com ele pendurado pelo enorme nariz (p. 141).

Chegamos praticamente ao fim do romance e a fórmula sterniana do dualismo entre humor e nostalgia é preservada. No capítulo XIV domina o sentimentalismo da saudade, da nostalgia do passado, entrecortados por interrupções grafadas por longos tracejados que dão à narrativa um ritmo mais lento, acentuado pelas sucessivas exclamações e interrogações dubitativas, que reforçam a dor da perda.

Os acontecimentos são dramáticos, a morte leva os amigos mais próximos, o sentimento de solidão e frustração tomam conta da mente de José Roberto. Apesar disso, não perde uma oportunidade para intercalar uma piada, por mais absurda e despropositada que seja. Recupera inusitadamente a teoria da evolução das espécies de Darwin, para chocar e amenizar o ambiente nostálgico; traz à cena os bêbados e os seus reconhecidos “ímpeto[s] de entusiasmo delirante” (p. 149); e sem se render à melancolia, recupera a ironia romântica e conclui com uma cena fantástica, no cemitério, passível de provocar admiração e riso no leitor, descrevendo a morte do “corpulento cão da Terra Nova” (p. 153).

Chegados que somos ao epílogo, não nos surpreende a abordagem cômica com recurso à ambiguidade a que nos habituou o autor, insinuando que o nariz de Jeremias casara “com a priminha do Fogo” (p. 155). O divórcio entre o riso e a melancolia nunca se verificou e quando atingimos o fim o autor insiste em

[respeitar], por alguns momentos, a comoção da minha singular prima, que chorava ou sorria simultaneamente, como o céu da Brava na primavera.

Querendo, porém, distraí-la daquelas penosas recordações, perguntei-lhe: (...) (p.156).

E reiterando em relação ao maravilhoso Napoleão, que “feliz [é] o cão, que tem beijos e lágrimas na hora da morte”...” (p. 157), não obstante o seu malogrado destino, como demonstram o “pontagudo e blasfemo epifonema, em contradição flagrante com a suave doutrina de Pangloss³³, levando Petit a concluir, após anos de prolongados estudos apoiados nas doutrinas astronômicas, psíquicas e espíritas de Camille Flammarion (1842-1925)³⁴, que não são levadas muito a sério pelo nosso autor, que em tom de zombaria e ironia prefere finalizar esclarecendo que “em vista disso, não ousaremos rogar à terra, justamente ofendida nos seus encantos... que lhe seja leve” (p. 158). A terra não é “o pior dos mundos habitáveis” para Dantas, tal como não o foi para Sterne. Ambos nos ofereceram duas obras-primas das suas respectivas culturas.

C. O motivo do manuscrito

Outro aspeto que ressalta à vista é o motivo do manuscrito, de longa tradição, principalmente na prosa cavaleiresca. “O motivo inscreve-se quando o autor declara em nota preambular, que o texto que vai publicar não é da sua autoria, mas de outro” (Abreu, 1997: 301-302). É precisamente o que faz o narrador-autor, que passa a partir deste momento também a ser narrador-editor. Ou seja, ao receber das mãos da prima o “volumoso rolo” (Dantas, 2007: 16) “anuncia-se, assim, não como ‘autor’ da obra mas como seu ‘editor’. E para construir a credibilidade que o próprio recurso procura, começa por contar pormenorizadamente, as circunstâncias em que [o recebeu]”. De ora em diante, mesmo contra a sua vontade, uma vez que, como romântico, desdenha da novela, ao bom estilo de Garrett, não vá ela revelar uma história longa e sentimentalona. Mas pretende lê-lo, como o próprio confessa: “mau grado a minha aversão pelo

³³ Pangloss é uma personagem de ficção, na obra *Candide, ou l'Optimisme* (1759), de Voltaire, atuando como mentor de Cândido, o protagonista. Este é um romance picaresco, com claras indicações de ser um *bildungsroman*, no qual o protagonista é expulso do melhor dos mundos possíveis e vai em busca de melhor pelo mundo fora em aventuras. Após ter sobrevivido a inúmeros perigos, da Península Ibérica a Constantinopla e aprendido com a experiência, contraria a teoria de Pangloss de que “tudo vai melhor no melhor dos mundos possíveis”, substituindo-a pela sua enigmática: “devemos cultivar o nosso jardim”.

³⁴ Camille Flammarion (1842-1925) foi astrônomo e pesquisador psíquico francês e notabilizou-se pelas suas teorias espíritas que tiveram grande aceitação entre os românticos franceses, nomeadamente Victor Hugo. Flammarion acredita que a aproximação do escritor à comunidade espírita contribuiu positivamente para a sua vida e obra, e pelo desenvolvimento do amor que nutria pela humanidade.

romantismo, sentia certamente curiosidade em desenrolar aquele mistério” (p. 16), para gáudio do leitor. O introdutor do Romantismo em Portugal tinha dado o exemplo ao afirmar detestar a imaginação, por prejudicar a crónica:

Isso é bom para *novelas e romances insignificantes que todos lêem todavia, ainda os mesmos que o negam*.

Eu também pareço que os leio, mas vou sempre negando dizendo que não... (Garrett, 1977: 249-250).

Mas vamos ter de esperar porque isso não vai acontecer imediatamente. O assunto que se segue nada tem a ver com a história contida no manuscrito: ficamos em suspense até ao final do capítulo, quando o narrador se lembra dele e nos revela alguns factos importantes, tais como o autobiografismo: “*memórias* dum antigo amigo de infância, e condiscípulo, cujas recordações tinham tanta analogia com as minhas”; o problema da asseveração da originalidade e credibilidade da história em que “achei, na falta doutros merecimentos, uma certa originalidade” (Dantas, 2007: 21). Conclui reafirmando que “o que se vai ler é, pois, o transuto fiel desse manuscrito, sem interesse para olhos indiferentes, e que não vale a pena publicar, mas que transcrevo por distração, e que talvez possa entreter algum raro amigo que ainda se lembre do pobre José Roberto” (p. 21). Maria Fernanda de Abreu afirma que

[o manuscrito] constitui um recurso técnico com funções múltiplas, tanto no plano da produção narrativa como no da recepção, entre outras a de dar um estatuto de verdade histórica à matéria narrada, proporcionando, ao mesmo tempo, um estatuto de historiador ou de cronista ao autor; desta função primeira decorrem outras como a de o desresponsabilizar dos eventos e acidentes da história contada e a de criar um espaço distanciador que permite ao narrador-editor exercer, por um lado, um vigilante controlo da matéria narrada e, por outro, expressar livremente os comentários críticos que aquela lhe suscita (1997: 202).

Em *Tristram Shandy* é igualmente garantida a verosimilhança dos factos da narrativa, Tristram, embora conte uma história que não pode ter presenciado, encontra documentos, cartas, diários e tem acesso a quem os testemunhou. Por esta razão, Tristram e José Roberto são homólogos, isto é, desempenham funções idênticas na narrativa e mantêm-se narradores com funções múltiplas.

D. O nariz shandiano

A primeira referência explícita a Sterne surge no primeiro capítulo do manuscrito: “*Um nariz é um nariz!*” disse Sterne, o jovial abade inglês, a cujo próprio nariz, ou mais propriamente, a cuja falta do competente nariz, deve a humanidade um dos mais formosos livros com que se tem deleitado” (Dantas, 2007: 24). Todo o capítulo é dedicado ao motivo do nariz, seguindo o modelo traçado por Sterne e continuará ao longo da obra no entrelaçamento de histórias. Tal como em *Tristram Shandy*, a história principal será interrompida inúmeras vezes por digressões mais ou menos extensas, relacionadas com questões bizarras como os efeitos do nariz, ou de um determinado nome no carácter das personagens (Shklovsky, Viktor, 1968: 66). Porém, Dantas promete voltar à história que tinha iniciado: “Oh meu Deus! não... Digo simplesmente o que penso, e volto à minha história” (Dantas, 2007: 25). A referência explícita acontece sempre e quando na relação de intertextualidade nos deparamos com a referência direta aos escritores, aos seus textos, ou personagens.

O primeiro capítulo do romance introduz o motivo do nariz sterniano, que não é mais abandonado porque constitui fonte de inspiração sem igual para “quatro sonetos, uma comédia, três folhetins no *Diário de Notícias*, e dois artigos no *Almanaque de Lembranças*” (p. 23). O narrador fica tão entusiasmado com os narizes que afirma mesmo que “*o nariz é o homem!* – estudemos o nariz” (p. 24). Além disso, estabelece uma relação direta, de causa e efeito, entre a natureza humana e os narizes respetivos, o que em Sterne é frequente acontecer, devido à teoria lockiana, atitude que nos lembra o autor irlandês ao colocar a personagem Toby a questionar se “*can noses be dissolved?*” (Sterne, 2005: 215), o que parece viabilizar a perspetiva de Walter em relação à recuperação do nariz de Tristram, mas que resulta em grande absurdo, ainda maior do que a proposta de Dantas: de que vale a pena escrever um tratado sobre narizes (2007: 201).

Ainda nesse capítulo, o narrador lança um rasgado elogio a Sterne, principalmente à sua obra, *Tristram Shandy*, “cuja falta do componente nariz, deve a humanidade um dos mais formosos livros com que se tem deleitado” (p. 24):

But I was begot and born to misfortunes;—for my poor mother, whether it was wind or water,—or a compound of both,—or neither; - - - or whether it was simply the mere swell of imagination and fancy in her;—or how far a strong wish and desire to have it so, might mislead her judgment;—in short, whether she was deceived or deceiving in this matter, it no way becomes me to decide. The fact was this, That, in the latter end of September, 1717, which was the year before I was born, my mother having carried my father up to town much against the grain,—he peremptorily insisted upon the clause; - -

- - so that I was doom'd, by marriage articles, to have my nose squeez'd as flat to my face, as if the destinies had actually spun me without one.

How this event came about, - - - and what a train of vexatious disappointments, in one stage or other of my life, have pursued me from the mere loss, or rather compression, of this one single member, - - - shall be laid before the reader all in due time (Sterne, 2005: 38-39).

A história é composta de uma série de incidentes destinados a confundir as expectativas e a esperança de Walter Shandy em relação ao filho. A maneira como foi concebido foi, de facto, o primeiro desastre, o que provocou o achatamento do nariz à nascença, um mal-entendido que contribuiu para que tenha recebido um nome errado, “Tristram”, o pior nome que o pai poderia dar a um filho. Mais tarde, no Volume III, Tristram acusa o médico, Dr. Slop, de ter contribuído também para que tenha o nariz deformado, enquanto tentava desfazer o nó da sua mala de médico. Mas acaba estranhamente por culpar o nó e não propriamente o médico. Ao longo da história compreendemos que outros factos estão associados a esse problema, tais como os cavalos de Yorick, a licença da parteira e a cláusula de casamento. Tristram vai negar essa cogitação, defendendo o carácter literário da sua história, embora não consiga esquecer completamente os efeitos que o acontecimento teve na sua vida e nas mentes dos leitores. No volume V, Walter espera compensar o filho pela tragédia da sua concepção, proporcionando-lhe uma educação impecável. Preocupado Walter procura saber tudo sobre narizes, inventa teorias sobre narizes. Além disso, o nariz dá-lhe oportunidade para provocar o leitor com descrições obscenas, deixando no entanto ao leitor a responsabilidade de interpretação das cenas. A sátira sobre o pedantismo filosófico e teológico é tão importante para Sterne, como o simbolismo do nariz.

O nariz não engana, “nunca... jamais!...” (Dantas, 2007: 24). Mesmo que o indivíduo queira esconder a sua verdadeira natureza, não o pode fazer porque o seu nariz é revelador do seu verdadeiro carácter: “E eu digo: - *o nariz é o homem!* – estudemos o nariz” (p. 24). Com base nesta premissa, nas *Memórias*, o editor enumera os principais tipos de narizes: o “honrado”; o “leal”; o “firme”; o “bondoso”; “pacato”, “inteligente”; “rombo”, “excecional” “flamejante”, “azarado”, “furioso”, “pequeno”, “grosso”, “maciço”, “pesado” “imóvel”, “intransigente”, “*pé de boi*”, “caturra, mas honrado”, etc., etc. Não havia como escapar-lhes, denunciavam qualquer um. E o narrador reconhece que

seria um péssimo fisiologista na especialidade, se não reconhecesse também narizes honrados, leais, firmes, bondosos, pacatos, inteligentes, rombos, etc. ... Mas é que os maus narizes, mesmo pela sua maior frequência e estrutura particular, tornam-se mais salientes (p. 24).

Para o narrador, trata-se de uma marca essencial, que acompanha o indivíduo e o caracteriza. Cada nariz estaria intimamente ligado a uma característica fundamental, resultante da união entre o físico e o psicológico, como o comprovaria o caso de Jeremias:

Pobre Jeremias!... Pesavam sobre ele duas fatalidades ajoujadas; o nome, e o nariz! Conheci Jeremias em Lisboa. (p. 23)

(...) nariz, do qual se podia dizer, que seu malfadado possuidor não via as coisas um palmo adiante do nariz, mas via o nariz um palmo das coisas!... (p. 25).

O nariz do Tristram da ilha Brava inspirou esta ilustração ao jeito dos modelos do mestre de Clonmel, que teria tido lugar garantido no romance:



Imagem extraída do Novo Almanaque de Lembranças, 1877, p. 232

Nas diversas tipologias está patente a ideia de fatalidade. Essa tinha sido uma estratégia usada em *Tristram Shandy*, para estabelecer a ordem social entre os homens, depois aproveitada por autores shandianos, nomeadamente Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, com “a intenção satírica de ridicularizar a classe dominante” (Pasqual, 2006: 98).

O pensamento de Dantas está próximo do pensamento naturalista, marcado pela ideia de que o ambiente e o físico determinam o comportamento. É o determinismo que encontramos em

Thérèse Raquin, de Émile Zola, fundador e representante do naturalismo. A filosofia positivista que o inspirou, assim como a medicina praticada na época, partia da convicção de que a conduta humana era determinada pela herança genética, fisiologia das paixões e pelo ambiente.

Nas *Memórias* este é um aspeto importante, característico de um autor em transição, que assim se afasta um pouco da tutela de Sterne. Esse distanciamento ocorre também em questões de tipo moral: enquanto Sterne afronta a igreja católica, satirizando a repressão sexual por ela imposta, apontando para o nariz do forasteiro cujo tamanho do nariz põe em polvorosa os habitantes de Estrasburgo, especialmente as mulheres e freiras, no *Slawkenbergius's Tale*, que tudo sabe sobre narizes, Volume IV; Dantas não faz menção a ela e o nariz como objeto fálico é apenas insinuado de forma breve e superficial. Ora vejamos:

Por isso, não é para estranhar que o formidável nariz de Jeremias simpatizasse com o microscópio e arrebitado narizinho que o acaso (quem sabe se o *destino*?) colocou um dia no seu caminho. E depois, a fresca mocidade da pequena, aquela atraente *beleza do diabo* que toda a fêmea possui aos quinze anos (manes de Musset, perdoai a minha prosa!)... aqueles tentadores vestidinhos à Benoiton, e depois... e depois... *ele viu!*...

Eu poderia estender ainda estas considerações, explicando o fenómeno cientificamente, *secundum artem*; receio porém, *estender-me* por demais, e prefiro reservar este apontamento para a minha tese, de que será um dos tópicos mais *salientes* e originais, entrando na girândola final obrigatória das – *proposições* – em primeira mão às quais assegurará um verdadeiro triunfo (2007: 77).

Estamos perante um nariz como fonte de atração sexual entre Jeremias e Rosina, não propriamente uma atração amorosa do tipo romântico, mas antes carnal. No entanto, o narrador contém-se, deixando-se dominar pelos reguladores românticos, Musset e provavelmente a moral religiosa e pública: “poderia estender ainda estas considerações, explicando o fenómeno cientificamente, *secundum artem*; receio porém, *estender-me* por demais”.

A insinuação mais forte iria aparecer no parágrafo seguinte, mas Dantas, mais uma vez, optou por um eufemismo e desviou o sentido sexual, deixando apenas a sugestão imagética que o verbo “esbarrar” permite construir, a partir da comparação com a forma do nariz de Jeremias:

– Rapazes! obtemperou Henrique Petit, com a sua gravidade cómica e motejadora: não digam isso... Ignoram vocês, acaso, que toda a desgraça da humanidade provém do conflito do primeiro nariz que esbarró com a primeira mulher?... Ora o nariz do nosso amigo Jeremias tinha predestinação trágica das grandes catástrofes... (p. 141).

A escolha da personagem que satiriza o nariz de Jeremias não foi inocente. Afinal, Petit é o jovem mais extrovertido, o mais magníloquo de todos, o que parece viver a vida mais intensamente, respeitando “a corajosa e filosófica indiferença pela vida” (p. 150), que acreditava ser efêmera. Igual a si mesmo, porém, Dantas não deixa de associar o nariz a convenções sociais e ridiculariza comportamentos, atitudes e algumas teorias.

O nariz é usado para descrever a ignorância de Jeremias; o feitio do Major, pai de Madalena (p. 35); é revelador do dever cumprido e autoconfiança (p. 37); desmascara a arrogância do agente da autoridade, no Passeio Público (p. 38); e é providente, salvando Jeremias de uma grande tragédia, como já dissemos:

Um acontecimento, que podia ter as mais lamentáveis consequências... etc., etc., etc. ... O jovem cabo-verdiano desprendera o lustre do tecto da sala, dera uma laçada à corda que segurava (ao lustre), passou a cabeça pelo nó (diabo!) deu um pontapé na cadeira a que tinha subido, e ficou suspenso no vácuo. Felizmente, porém, um incidente ao mesmo tempo feliz e burlesco, impediu a consumação de tão desesperado intento. O nó da corda, demasiado estreito, ou a precipitação do agoniado moço, fez com que o laço não corresse perfeitamente, ficando o desgraçado suspenso *pelo nariz (!!!)* e dando tempo a que um criado, que ouvira um estrondo produzido pela queda da cadeira, acudisse e livrasse o amo de tão incômoda posição. Ignoraram-se os motivos que levaram o desgraçado mancebo a tão desesperada resolução, mas supõe-se que um amor mal correspondido não foi estranho ao assunto... (p.140-141)

O nariz parece ganhar vida e ter vontade própria. O seu volume e esse dinamismo, só comparável a um astro, parece deslocar-se do corpo da personagem, subjugando todos.

Camila Marcelina Pasqual (2006: 108) explica este fenómeno, na sua tese de mestrado, socorrendo-se da teoria de Mikhail Bakhtin (1996) de que “no mundo grotesco, a relatividade de tudo o que existe é sempre alegre, o grotesco está impregnado da alegria da mudança e das transformações, mesmo que em alguns casos essa alegria se reduza ao mínimo, como no Romantismo”. Logo, reitera a autora, “percebe-se uma estreita relação entre o grotesco e a criação de uma nova vida, de uma nova realidade, de um novo mundo”, que se materializa nos exemplos que temos analisado nas duas obras literárias, exemplificados nas mutações do corpo humano, “que lhe permitam romper com os limites que a natureza lhe impõe, uma vez que hiperbolismo, a profusão e o excesso são os sinais característicos mais marcantes do estilo grotesco”:

Por isso, o papel essencial é entregue no corpo grotesco àquelas partes, e *lugares, onde se ultrapassa, atravessa os seus próprios limites, põe em campo um outro* (ou segundo) corpo: ven-

tre e o falo: essas são as partes do corpo que constituem o objeto predileto de um exagero positivo, de uma hiperbolização; elas podem mesmo separar-se do corpo, levar uma vida *independente*, pois sobrepujam o restante do corpo, relegado ao segundo plano (o nariz pode também separar-se do corpo (Bakhtin in Pasqual 2006: 108)).

1.8. Um contributo para os Estudos Literários

Estudar um autor tão complexo como Guilherme Dantas abre portas para várias abordagens ainda pouco exploradas no campo científico dos Estudos Literários, cruzando as formas narrativas, o espaço geográfico, o espaço metaficcional, a estética da receção.

A estética da receção permite-nos aproximar das teorias centradas no autor e no leitor, que tratam das consequências das intenções da literatura, segundo modelos teórico-analíticos. Como demonstrámos, a primeira tradução de *A Sentimental Journey*, de 1902, não teve mais edições e caiu no esquecimento do grande público, por um boa parte do século XX. Durante esse tempo não teve mais influência na formação dos escritores portugueses; voltaria a ser resgatado no Brasil, em 1939, por uma tradução de Berenice Xavier, assim como depois da II Grande Guerra por críticos e professores universitários, também no Brasil. Jorge de Sena escreveu uma crítica a *A Sentimental Journey* e *Tristram Shandy* na edição de 1963, por Anna Maria Martins. Temos nota também da tradução de José Paulo Paes, de 1984, e finalmente as traduções de Manuel Portela de 1997-1998 (Portela, 2004). Estes dados comprovam ter sido um autor a quem se deu pouca atenção, tanto por parte do público e do mercado, como por parte da crítica e dos académicos. Hoje há finalmente um acréscimo de interesse sobretudo por parte de académicos. Em consequência disso, é referido nos estudos relacionados com a história literária e teoria da literatura.

Este estudo contribui para o alargamento da receção da obra *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, de Laurence Sterne, na literatura lusófona em geral, com especial enfoque em Guilherme da Cunha Dantas. Pensamos, segundo brevíssimas pesquisas efetuadas, ter sido ele o pioneiro da importação para o continente africano do autor britânico, de forma consciente e madura. O autor cabo-verdiano era dado às lides literárias mundiais, movimentava-se com grande à vontade entre os meandros dos textos clássicos e modernos. Talvez por esta razão tenha cultivado o romance ao estilo de Laurence Sterne, em quem se encontram reunidas as características que Eduardo Prado Coelho (2003: 8-9) enumera e que ajudam a compreender

as dimensões e abrangência do género e suas múltiplas configurações e as inter-relações que estabelece com outros elementos do sistema cultural:

a) a ideia de que o ‘romance’ é um ‘género literário’, que se define pela capacidade de incorporar todos os outros géneros literários e se desenvolve num processo híbrido; b) a ideia de que esse ‘processo de incorporação’ corresponde a algo de profundamente ‘lúdico’, isto é, a um jogo, mas um ‘jogo’ que é levado tão longe e tão profundo que se transforma em última instância no jogo do mundo, no sentido metafísico do termo; c) a ideia de que esse jogo, e por isso, o romance em geral, ou mesmo toda a arte no sentido forte do termo, tem sempre uma ‘dimensão cognitiva’, isto é, corresponde sempre a uma forma ‘específica de conhecimento’.

Elas são, como dito, uma herança de Laurence Sterne para a literatura mundo, sem que perdessem os seus traços individuais.

O conhecimento do escritor inglês e da cultura inglesa da sua época saem reforçados com um trabalho desta natureza. Por outro lado, trazemos um pequeno contributo para o conhecimento histórico-cultural, social e político do século XIX em Cabo Verde, estimulando o estudo da literatura de uma perspectiva histórica e apontando para a exploração das relações entre os modelos historiográficos e a teoria da literatura.

Guilherme Dantas é um autor que concorreu para a realização da história cultural e intelectual da sociedade cabo-verdiana, através das suas produções literárias, catalisadoras de uma cultura europeia e africana de uma determinada época, grandemente diversificada, como determinavam os conceitos de erudição de seu tempo.

A sua ficção foi veículo privilegiado de penetração na cultura cabo-verdiana de pensamentos de origem inglesa liberal, com repercussões mais profundas do que aquelas que à primeira vista podemos imaginar. Há a considerar igualmente uma disseminação de textos, técnicas e tendências estéticas que ultrapassam o autor em causa.

Ao demonstrarmos que *Tristram Shandy* e *As Memórias* constituem romances em que a digressão se revela um processo retórico-estilístico recorrente, confirmamos que um novo subgénero romanesco estava a ser implementado em Cabo Verde, como havia acontecido na Inglaterra, que rompia com os pressupostos literários classicistas, promovendo uma libertação da criatividade e originalidade do autor. A prática literária, na teoria de Wolfgang Iser (1988: 114), passava assim do mimético ao performativo, de tal forma que a narrativa “refaz e questiona seus postulados, em um movimento da autoconsciência que exacerba seus movimentos técnicos e formais”, o que leva muitos críticos literários a falar em anti-romance. O princípio da intertextualidade trouxe para o texto cabo-verdiano um modelo de trama novo, dispondo uma constelação

de personagens sternianas, por um lado, e por outro lado, tipicamente ultrarromânticas, enriquecendo a prosa lírica.

O romance digressivo introduzido na literatura cabo-verdiana foi uma inovação significativa, na medida em que se afasta da tradição literária e explora a possibilidade de um texto refletir sobre si mesmo, questionando os seus aspetos constitutivos e as estratégias espaço-temporais da sua composição. Contribuiu para a modernização da ficção romanesca, até então produzida, ao mesmo tempo que desvenda um autor em sintonia com o espírito da época, embora o romantismo estivesse a viver os seus últimos dias na Europa. Mas é também Dantas, nas *Memórias*, quem primeiro faz menção a esse fim avistado, com as vozes de discórdia dos estudantes, vindas de Coimbra, que ecoavam nos melhores jornais da metrópole. Portanto, a libertação da escrita ficcional dá-se com Guilherme Dantas, graças aos ventos liberais que há muito sopravam da terra de Shakespeare, com repercussões profundas na paisagem literária mundial, mas que, em cabo Verde, malogradamente não foi acompanhado nem seguido pelos seus contemporâneos.

Outro aspeto que nos parece bastante relevante para a teoria e crítica literária contemporânea e que acreditamos ter com a nossa análise contribuído para a aproximação a um consenso é o estudo sobre a representação do deslocamento geográfico e seus desdobramentos narrativos: Cabo Verde-Portugal, vila-cidade; Inglaterra-Portugal, Londres-Lisboa e outros espaços europeus, no romance de Sterne e de encontros culturais entre as personagens que habitam ambos os livros. Tal estudo enfatiza a potencialidade da viagem, da troca de experiência e discute os efeitos do encontro cultural vivido pelo protagonista do romance ao deslocar-se para um mundo novo e maior, os jogos de poder entre personagens como José Roberto e Jeremias; Madalena e Teixeira, o guarda-livros do conselheiro; a candura dos negros encontrados em Lisboa, entre outros casos.

Por fim, cremos ter conseguido problematizar o texto literário como possível construção da identidade, objeto artístico e científico, o que se prende com uma questão fundamental dos cânones literários e culturais vigentes e sua fixação, em diferentes tempos históricos. Nesta linha, o debate intelectual sai reforçado, facultando elementos que permitam recontextualizar a obra de Dantas, demonstrando o seu papel inovador no contexto literário cabo-verdiano e no panorama das literaturas comparadas. Acreditamos que fica dado um passo importante com esta revelação, de um aficionado leitor bravense de Sterne, um dos mais extraordinários autores, o que interessa aos Estudos Literários de ambas as culturas, lusófonas e anglófonas.

Considerações finais

Um trabalho deste género não é elaborado sem haver propósitos bem definidos. A ele estão associados fatores e finalidades pessoais, profissionais e sociais de vários tipos, indissociáveis da aprendizagem, julgadas válidas e que atribuem sentido ao esforço despendido. Ao concluí-lo, o indivíduo não é mais o mesmo. Tem a consciência de que o trabalho não satisfaz plenamente e que poderia ter sido feito de maneira diferente, mas reconhece também que algumas das expectativas iniciais são alcançadas. A partir dele vislumbramos com entusiasmo novos trabalhos.

Estamos convencidos que o nosso objetivo original de propor Guilherme Dantas como leitor de Laurence Sterne foi satisfatoriamente alcançado. Para o efeito, e seguindo os pressupostos teóricos de Silva (1973) e Machado (2001), reunimos um *corpus textual* de ambos os autores, provenientes de realidades culturais, espaciais e cronológicas distintos, a saber, a Inglaterra do século XVIII e Cabo Verde do século XIX, vila versus cidade metrópole, que partilham de afinidades específicas, resultantes de processos intertextuais e dialógicos, que configuram, no plano teórico, uma situação em que o autor mais novo é influenciado pelo mais velho, segundo Harold Bloom (1973), e um caso de influência e intertextualidade (Clüver, 2001). Sentimo-nos motivados a fazer um estudo comparatista criterioso (Buescu, 2001), cuja fundamentação teórica comprovou as nossas suspeitas.

Com o avançar da nossa investigação, constatámos que o contacto efetivo de Guilherme Dantas com a narrativa de Sterne, segundo as provas materiais encontradas, aconteceu na última década de sua vida. Na década de 70 do século XIX, as obras completas de Sterne traduzidas para francês por Francisque Michel foram oferecidas à Biblioteca Nacional da Praia, onde trabalhava Dantas. Contudo, é bastante provável que o nosso autor tivesse conhecido o texto original antes. Os pontos de contacto entre os trabalhos dos dois autores comprovam os diálogos existentes (Silva, 1990). Residem no uso persistente da retórica da digressão, como definidos por Buescu (1997) e Ferraz (1997), na reação de ambos contra os excessos classicistas, que contrariavam as premissas da individualidade, nos ideais de genialidade, do sublime e da originalidade, corajosamente adotadas por Sterne que lançou o exemplo a várias gerações de escritores. Igualmente influenciadores foram as várias sequências de atos narrativos que surgem intercalados por intromissões do narrador, diálogos entre narrador e leitor, comentários sobre assuntos tratados em capítulos anteriores ou posteriores, apartes interferindo substancialmente na progressão das histórias. Além disso, confirmam o não esquecimento de relatos, pressupondo uma

retomada algures, em momento mais oportuno. Apesar de desconexos, os momentos diegéticos encontram-se ligados por um fio condutor que em última instância colabora na lógica e unidade do romance. O narrador serve-se dessa estratégica retórica para manter o público leitor informado, para o instruir, emocionar e divertir, satirizando.

Constatámos que Dantas foi também influenciado pelo estilo com que o autor inglês expunha as suas ideias, designadamente a escrita espontânea, os espaços deixados vazios, mais curtos e menos frequentes no texto cabo-verdiano, a serem preenchidos pelo leitor. A mais saliente de todas as marcas sternianas é a aposiopesis porque, sendo graficamente marcada, encontra-se à superfície. Ela aparece frequentemente no texto de Guilherme Dantas, sob as mais diversas formas, transmitindo mensagens, interrompendo (Moisés, 1992) desculpando e até desresponsabilizando o narrador (Peyre, 1986). Dantas apropria-se ainda do humor e do motivo do nariz sternianos. O humor adquire configurações de riso e melancolia (Rouanet, 2007), surgindo associado à sátira. O motivo do manuscrito usado por Dantas tem grande eficácia sedutora sobre o leitor, sendo este um recurso que em Sterne apresenta outras formas, de cartas e documentos vários.

Este novo subgénero romanesco não foi pacificamente recebido, assim como não o foi o próprio romance, principalmente devido às suas características transgressoras que o afastavam drasticamente do conceito de romance que se tinha até ao século XVIII. *Tristram Shandy* constitui o mais polémico exemplo das obras de Sterne, mas por isso mesmo contribuiu significativamente para a imposição da prosa literária moderna, na última metade do século, no caso inglês, e, entres os escritores românticos do mundo lusófono, com várias repercussões no início, meados e fim do século XIX.

Argumentámos sempre que Guilherme Dantas não teve menos mérito, nem deixou de ser singular, embora não tivesse explorado de forma tão profunda as características sternianas como o fizeram Almeida Garrett ou Machado de Assis.

Guilherme Dantas teve um papel crucial na literatura cabo-verdiana, introduzindo um texto de ficção com características desafiadoras, na medida em que se afastava da tradição e apresentava uma dificuldade de leitura e interpretação. A narrativa não é linear e apresenta uma história em que os sentimentos são complexos, por vezes confusos, provavelmente mais próximos da realidade. É também inovador pela apropriação que faz do romantismo para o espaço cultural cabo-verdiano.

Para conhecermos melhor esse espaço cultural, construiu-se, no primeiro capítulo, o quadro histórico contextual do arquipélago e suas gentes, expondo-se as principais informações sobre o povoamento, o desenvolvimento humano, económico e sociocultural, o papel da igreja e da educação, as instituições recreativas e a imprensa. A ilha Brava, um interessante centro cultural, e o século XIX foram alvos de particular atenção. Tratava-se de uma moldura humana mestiça, cristã e culturalmente híbrida. A cristianização foi, desde muito cedo, um fator integrador dos vários grupos étnicos e da cultura do superestrato, neste caso o português.

Estes pontos forjaram uma população socioculturalmente coesa, sendo a união reforçada através da luta pela sobrevivência num espaço árido e difícil. As escolas eclesiásticas e régias desempenharam um papel importante na consolidação do padrão europeu. Foi numa dessas escolas, fundada pelo seu pai, que Guilherme da Cunha Dantas se iniciou nas letras.

O tipo de educação, dentro do contexto histórico em que foi levado a cabo, não podia deixar de ser dominador das mentes, com uma sobrevalorização da cultura europeia (Moniz, 2007). O desenvolvimento dos centros urbanos e a ascensão social contribuíram para o surgimento de uma percentagem, embora diminuta, de indivíduos privilegiados (Lesourd, 1995), oriundos da aristocracia agrária, emigrantes, comerciantes e funcionários próximos do poder, alguns dos quais cultíssimos e habituados à escrita e publicação, que vão aproveitar o prelo e o surgimento do *Boletim Oficial* do Governo de Cabo Verde, para lançar os seus trabalhos.

Estes seriam os primeiros cabo-verdianos a publicar no arquipélago textos cujos conteúdos traziam à tona a mundividência e idiossincrasia do homem da terra. Esses mesmos textos denunciavam as marcas dos preconceitos e estereótipos coloniais espalhados pelo sistema educativo e pelos valores socioculturais da época, como os retratados no romance de Guilherme Dantas. Estas produções visavam o público leitor cabo-verdiano, o que nos leva a crer que havia um código de valores partilhados por essa classe de leitores, nos finais do século XIX. Elitiza-os, afasta-os do resto da população, de quem têm uma visão construída a partir do quadro mental colonizador (Bhabha, 1994), mas paradoxalmente permiti-lhes reconhecer em si próprios a caboverdianidade comum a todos. É o que vemos, ao nível do romance, na representação das festas familiares na Brava, no apontar de diferenças entre as cabo-verdianas e as metropolitanas, ou ainda no olhar lançado sobre o negro do Café Ultramarino, servindo-se o protagonista narrador da consciência do autor (Barguillet, 1881).

Guilherme Dantas, formado na Escola Real de Mafra, onde teria tido os primeiros contactos com a literatura mundial e acesso a uma quantidade considerável de livros, foi um ávido leitor. Aproveita-se dos temas propostos por Sterne, do artifício literário deste e da estética lite-

rária ultrarromântica dominante para os adaptar ao espaço e personagens da sua terra, embora o contexto seja a Lisboa romântica, espaço de lazer e aprendizado, em profunda modernização. Constituíram espaços culturais com relevo nessa transformação o Passeio Público, o Café Ultramarino, o *Diário de Notícias*, as idas à praia, uma atividade socio-recreativa de eleição da classe média. O culto romântico do autor das *Memórias* encontrou inspiração no pessimismo e frustração de Musset, no humanismo de inspiração lamartiniana e de Victor Hugo, Almeida Garrett e Camilo Castelo Branco. Estes autores tiveram um impacto grande na formação estética do jovem escritor, que revolucionaria o romantismo em Cabo Verde, aproximando-o do modelo da escola europeia. A sua prosa passou a ser solta, espontânea, desorganizada, provocadora e anacrónica, reunindo elementos sternianos e românticos. As principais características daí resultantes são a ironia romântica, a retórica da sedução e o hiperbolizado sentimentalismo.

O último capítulo destaca a figura do maior responsável pela revolução literária iniciada na Inglaterra do século XVIII, o extravagante pároco Laurence Sterne, cujas obras ainda hoje suscitam grande interesse no mundo da literatura mundial. Achamos indissociável a sua biografia da sua obra, pelo que enfatizámos os aspetos autobiográficos. Sterne viveu um período de grandes progressos técnico-científicos, que alteraram o mundo literário liberal e influenciariam toda a Europa, até cem anos depois. A imprensa livre, a opinião pública, fundamentais ao progresso cultural e económico dos povos e que os românticos valorizariam pouco tempo depois, foram sendo construídas nesse tempo. As escolas e universidades, as bibliotecas, as bibliotecas ambulantes, levaram a educação literária aos sítios mais recônditos do Reino Unido, promovendo a educação popular. A industrialização assumiu um papel importantíssimo, na medida em que colocou à disposição dos livreiros os meios mecânicos para a mais rápida e barata difusão dos livros, contribuiu para aumentar o rendimento familiar, e o surgimento de uma classe média, que se queria culta. Em consequência desse movimento, as mulheres também aproveitaram a oportunidade e elas não só são leitoras ávidas de romances, o género que desapontou em força, como são igualmente escritoras. Laurence Sterne foi mais longe do que todos os seus contemporâneos, ao trazer a lume dois romances polémicos: *Tristram Shandy*, com a sua extravagante autobiografia e uma arquitetura textual fora do comum, e *A Sentimental Journey*.

Surpreendente e inédito nos estudos literários foi a deteção da presença de Sterne na literatura cabo-verdiana. Ainda mais original foi ter o autor da Brava preferido atribuir um carácter próprio à sua obra, adaptando o shandismo à realidade do meio cabo-verdiano – pequeno, isolado do resto do mundo, com uma população muito religiosa –, contendo tanto quanto pôde os impropérios e a rebeldia de um romântico.

Guilherme Dantas foi mais um escritor que contribuiu para o alargamento do espaço literário de Laurence Sterne, com a sua receção em Cabo Verde, transpondo culturas, línguas e mentalidades. Possibilitou-nos a leitura e estudo do escritor inglês pela perspectiva das influências e da intertextualidade, pondo em diálogo o espaço metaficcional, as formas narrativas, o espaço geográfico e a estética da receção. Encontram-se aqui igualmente contributos para o estudo da literatura na perspectiva histórica e segundo a teoria da literatura e a crítica literária.

Creemos ter dado um pequeno e humilde contributo para o melhor conhecimento de um dos mestres das letras cabo-verdianas, um leitor maduro, compulsivo e astuto, responsável pela introdução de Laurence Sterne em Cabo Verde, além de termos colaborado para o seu posicionamento na literatura cabo-verdiana, levando à avaliação do seu texto mais inovador no panorama da literatura comparada, com vantagens para ambas as literaturas nacionais. O legado podia ter sido maior, caso o nosso eleito não tivesse morrido prematuramente. Entretanto, deixou-nos uma obra de extraordinária riqueza literária e cultural, sobretudo tendo em consideração os condicionalismos da sua vida pessoal referidos no primeiro e segundo capítulos, explicados melhor por um amigo próximo, no excerto que apresentamos a seguir e com o qual encerramos o trabalho, sem ter a veleidade de o ter esgotado

Numa espécie de obituário, escreve a seu amigo Hipólito da Costa Andrade:

‘Padecimentos physicos, a terrivel lesão cardíaca que elle reconhe-
cera em si, impressões moraes que no seu temperamento excessivamente
nervoso actuavam com a maxima intensidade, decepções sucessivas, repel-
lões da sorte, e também um ancian indomito que nunca era satisfeito ou pre-
enchido, tudo concorria para esse mal estar geral que lhe entenebrecia os
dias, e o arrojava ao pendor onde a tentação das bebidas brancas enroscan-
do-se-lhe na razão e no animo, e fascinando-o, e dominando-lhe a vontade,
lhe aproximaria o termo da existencia’ (como citado em Topa & Ardito,
2013: 21).

Referências bibliográficas

A. Bibliografia ativa

1. Os romances de Dantas e de Sterne

DANTAS, Guilherme da Cunha (2007). *Memórias dum pobre rapaz*. Organização, prefácio e notas de Manuel Brito Semedo. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

STERNE, L. (1980). *Tristram Shandy*. New York: Norton Critical Editions.

STERNE, L. (1997). *The life and opinions of Tristram Shandy, Gentleman*. London: Penguin.

STERNE, L. (1998). *A vida e Opiniões de Tristram Shandy*. Lisboa: Edições Antígona.

STERNE, L. (2005). *The Life and Opinions of Tristram Shandy, Gentleman*. Disponível em <http://www.gasl.org/refbib/Sterne__Shandy_Journey.pdf>. [Consult. 04/07/ 2018].

2. Outras obras de Dantas e de Sterne

DANTAS, Guilherme da Cunha (1867). *Contos singellos*. Maфра: Typographia Mafrense.

DANTAS, Guilherme da Cunha (1871). «Frei José e o diabo». In *Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1872 (bissexto)*. Lisboa: Lallemant Frères, Typ., pp. 152-154.

DANTAS, Guilherme da Cunha (1873). «O dinheiro em Cabo Verde». In *Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1874*. Lisboa: Lallemant Frères, Typ., pp. 123-124.

DANTAS, Guilherme da Cunha (1874). «A cidade da Praia de Cabo Verde». In *Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1875*. Lisboa: Lallemant Frères, Typ., pp. 262-263.

DANTAS, Guilherme da Cunha (1876). «Milho falante». In *Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1876*. Lisboa: Lallemant Frères, Typ., pp. 290-291.

DANTAS, Guilherme da Cunha (1876). «Desgraçado nariz! (Fragmento duma cena cómica, inédita)». In *Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1877*. Lisboa: Lallemant Frères, pp. 231-232.

DANTAS, Guilherme da Cunha (1881). «Amor! Ai! Quem dera». In *A Imprensa*. Órgão do commercio, industria e agricultura das colonias portuguezas. Praia. N.º 44, 28 de abril, pp. 1-2.

- DANTAS, Guilherme da Cunha (1881a). «A Morte de D. João: Memórias do Hospital». In *A Imprensa*. Órgão do commercio, industria e agricultura das colonias portuguezas. Praia. N.º 52, 23 de junho, pp. 1-2 e n.º 54, 07 de julho, pp. 1-2.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (1887). «A ilha Brava». In *Novo almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1887*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, p. 373.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (1912). «Bosquejos dum passeio ao interior da ilha de Santiago». In *A voz de Cabo Verde*. Praia, n.º 22, 15/01, p. 2; n.º 23, 22/01, p. 2; n.º 25, 05/02, p. 2; n.º 26, 12/02, p. 2; n.º 27, 19/02, p. 3; n.º 29, 04/03, p. 2; n.º 30, 11/03, p. 3; n.º 31, 18/03, p. 4; n.º 34, 08/04, p. 3; n.º 36, 22/04, p. 3; n.º 39, 13/05, p. 5; n.º 41, 27/05, p. 3; n.º 42, 03/06, p. 3; n.º 43, 10/06, p. 3; n.º 44, 17/06, p. 5; n.º 45, 24/06, p. 3; n.º 46, 01/07, p. 3; n.º 49, 22/07, p. 3; n.º 52, 12/08, p. 3; n.º 54, 26/08, p. 3; n.º 56, 09/09, p. 3; n.º 61, 14/10, p. 3; n.º 62, 21/10, p. 3; n.º 63, 28/10, p. 5.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (1915-16). «Os Intrujões: Estudo crítico por Venceslau Polcarpo Banana». In *A voz de Cabo Verde*. Praia. N.º 224, 27 de dezembro, p. 3 e n.º 227, 17 de janeiro, p. 3.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (1916). «O sonho (Memórias dum doido)». In *A voz de Cabo Verde*. Praia. N.º 228, 24/01, p. 3, n.º 230, 07/02, p. 3, n.º 231, 14/02, p. 3, n.º 232, 21/02, p. 3 e n.º 233, 01/03, p. 3.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (1996). *Poesias*. Organização e prefácio de Arnaldo França. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- DANTAS, Guilherme da Cunha (2013). *Contos singelos e outros textos*. Introdução, edição e notas de Francisco Topa e Tânia Solano Ardito. Porto: Sombra pela cintura.
- STERNE, Laurence (1766). A letter from Laurence Sterne to Ignatius Sancho, July 27, 1766. Disponível em <http://www.wwnorton.com/college/english/nael/noa/pdf/27636_Rest_U12_Sancho.pdf#7s8d6f87>. [Consult. 04/07/2018].
- STERNE, L. (2002). *A sentimental journey*. Disponível em <<https://www.gutenberg.org/ebooks/search/?query=%23+804>>. [Consult. 04/07/2018].
- STERNE, L. (2003). *A sentimental journey and other writings*. Oxford: Oxford University Press.
- STERNE, L. (2005). *A Sentimental Journey Through France and Italy*. Disponível em <http://www.gasl.org/refbib/Sterne__Shandy_Journey.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- STERNE, L. *The Works of Laurence Sterne; Containing the Life and Opinions of Tristram Shandy, Gent., a Sentimental Journey through France and Italy, Sermons, Letters, &c. With a Life of the author, Written by himself by Laurence Sterne Biographical and Critical Notices of Eminent Novelists by Walter Scott; The Life of Laurence Sterne by Percy Fitzgerald; Illustrations of Sterne by John Ferriar; Miscellanies of Literature. Vol. 1 by Issac D'Israeli*. Disponível em <<http://www.jstor.org/page/info/stable/25108190>>. [Consult. 04/07/2018].

B. Bibliografia passiva

- AAVV. (1994). *Lisboa em Movimento. Lisbon in Motion. 1850-1920*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ABRAMS, M. H. (1934). *The milk of paradise: The effect of opium visions on the works of De Quincey, Crabbe, Francis Thompson, and Coleridge*. Cambridge: Harvard University Press.
- ABREU, M. F. (1994). *Cervantes no romantismo português. Cavaleiros Andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas*. Lisboa: Estampa.
- ACHEBE, C. (1988). *Hopes and impediments: Selected essays 1965-87*. London: Heinemann.
- ACTAS (1997). *Colóquio Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- ADICHIE, C. N. (2008). African “Authenticity” and the Biafran experience. *Transition*, 99, 42-53.
- ADICHIE, C. N. (2009). The danger of a single story. Disponível em <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. [Consult. 04/ 07/2018].
- AGUIAR E SILVA, V. M. (1990). *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Universidade Aberta.
- AGUIAR E SILVA, V. M. (1996). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- ALMADA, J. L. H. (s/d). Estes poetas são meus (alguns marcos na poesia cabo-verdiana contemporânea). *Confraria*. Disponível em <<http://www.confrariadoveneto.com/revista/numero18/ensaio03.htm>>. [Consult. 04/07/2018].
- ALMEIDA, J. E. (1989). *O Escravo*. Lisboa: ALAC.
- ALVES, M^a. C. (2003). *Um tempo sob outros tempos. O processo de escolarização no concelho de Mafra. Anos de 1772-1896*. (Dissertação de mestrado). Braga: Universidade do Minho.
- ALVES, M^a. C. G. R. & Carvalho, L. B. O. B. (2011). O município pedagógico: O desenvolvimento da Educação Básica em Mafra 1772 a 1896. *Revista Profissão Docente*. Uberaba. V. 11, n.º 23 (jan./jul.), pp. 1-33.
- AMARAL, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde: a Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

- AMARAL, M. (2000-2012). *Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, numismático e artístico de Portugal*. Volume III. Disponível em <<http://www.arqnet.pt/dicionario/dantaspereiravitorino.html>>. [Consult. 04/07/2018].
- ANDERSON, B. (1991). *Imagined Communities: reflections on the origins and spread of nationalism*. New York: Verso.
- ANDRADE, E. (1996). *As Ilhas de Cabo Verde: da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)*. Paris: Éditions L’Armattan.
- ANDRADE, H. O. C. (2012). *Almanaque de lembranças luso-brasileiro. Presença caboverdiana (1851-1900)*. Mindelo: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- ANTÓNIO Pedro Eusébio Dantas Pereira. (1850). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2009371>>. [Consult. 04/07/2018].
- ANTÓNIO Pedro Eusébio Dantas Pereira. (1852). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2017900>>. [Consult. 04/07/2018].
- ARAÚJO, M^a. C. P. (2008). *Tramas femininas na Imprensa do Século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia* (Tese de Doutoramento). Porto Alegre: PUC do Rio Grande do Sul.
- ARQUIVO Histórico Municipal de Mafra, Escola Real de Mafra, Ofícios e mapas. Discurso pronunciado por Sua Majestade El Rei o Senhor D. Pedro 5.^o por ocasião da distribuição de prémios na Escola Real de Mafra em 26 de Agosto de 1858: documento sem paginação.
- ARQUIVO Histórico Municipal de Mafra, Real Escola de Mafra, Ofícios, Circulares e Mapas. Discurso pronunciado pelo Director da Escola Real de Mafra, na sessão Real da distribuição de prémios aos alunos da Real Escolas, em 17 de Setembro de 1868: documentos sem paginação.
- ARQUIVO Histórico Municipal de Mafra, Escola Real de Mafra, Registo de Matrículas (SR), *Livros de Matrículas: 1856/1880*, Liv. 001, Assento n.º 1999, folha s/n.
- AUERBACH, E. (2009). *Mimésis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva.
- AZEVEDO, M. (1996). Aspectos da comicidade em *A Vida e as Opiniões de Tristram Shandy e Memórias Póstumas de Brás Cubas*. *Revista Letras*. N.º 45, 11-20.
- BABBIT, I. (1961). *Rousseau and romanticism*. Boston: Houghton Mifflin Co.
- BAKHTIN, M. M. (1970). *L’œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge sous la Renaissance*. Paris: Gallimard.
- BAKHTIN, M. M., (1985). *The formal method in literary scholarship. A critical introduction to sociological poetics*. Cambridge / Massachusetts: Harvard University Press.

- BAKHTIN, M. M. (1998). *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance*. São Paulo: Hucitec.
- BAKHTIN, M. M. (2003). *A Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BALLESTERO, M. (1990). *El Principio Romántico*. Barcelona: Anthropos.
- BAMISILE, S. A. (2010). A influência do conceito do universalismo e pós-colonialismo na literatura africana contemporânea. *Babilónia* (8/9), pp. 27-47.
- BAPTISTA, A. B. (2004). *Ensaio Facetos*. Lisboa: Cotovia.
- BARCELLOS, C. J. S. (2003). *Subsídios para a História de Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- BARGUILLET, F. (1981). *Le Roman au XVIII^e Siècle*. Paris: PUF.
- BARTHES, R. (1982) *Littérature et Réalité*. Paris: Seuil.
- BASIMILE, S. A. (2006). *Estudo pós-colonial, Literatura Africana e Engajamento sociopolítico* (Tese de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BAUDELAIRE, C. (1968). «De l'essence du rire». In *Œuvres Complètes*. Ed. de M. A. Ruff. Paris: Editions du Seuil.
- BEHLER, Ernest (1990). *Irony and the Discourse of Modernity*. Washington: University of Washington Press.
- BELL, D. (1979). *The cultural contradictions of capitalism*. Londres: Heinemann.
- BENINGTON, G. & D., Jacques (1991). *Jacques Derrida*. Paris: Editions du Seuil.
- BERMAN, M. (1982). *Tudo o que é sólido se dissolve no ar*. Lisboa: Edições 70.
- BHABHA, H. (1994). *The location of culture*. Londres: Routledge.
- BLOOM, H. (1973). *The Anxiety of Influence. A Theory of Poetry*. Oxford: Oxford University Press.
- BOLETIM Geral das Colónias. Ano IX, n.º 96. Junho de 1933.
- BOLETIM Oficial do Governo de Cabo Verde. 1844-1912.
- BOOTH, W. C. (1982). *The rhetoric of fiction*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial.
- BOURGEOIS, R. (1974). *L'ironie romantique*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

- BOWLE, J. (1961). *Western political thought*. London: University Paperbacks.
- BRANCO, C. C. (1861). *Amor de salvação*. [eBook]. Disponível em <[http://www. guten-berg.org/ebooks/26988#](http://www.gutenberg.org/ebooks/26988#)>. [Consult. 02/07/2018].
- BRÁSIO, A. (1973). *História e Missiologia*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- BRIGGS, A. (1999). *A social history of England*. London: Penguin Books.
- BROWN, R. (1995). *Prejudice: It's social psychology*. Oxford: Blackwell Publisher.
- BRUNEL, P. et al. (1983). «Les échanges littéraires internationaux». In A. Colins (Ed.), *Qu'est-ce que la Littérature Comparée?*. Paris: Armand Colin.
- BUESCU, H. C. (1995). *A Lua, a Literatura e o Mundo*. Lisboa: Cosmos.
- BUESCU, H. C. (1997). *Dicionário do romantismo português*. Lisboa: Caminho.
- BUESCU, H. C. (2001). Literatura comparada e teoria da literatura: relações e fronteiras. BUESCU, H. C. & DUARTE, J. F. & GUSMÃO, M. (Eds.), *Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BUESCU, H. C. (2012). *Experiência do incomum e boa vizinhança: Literatura comparada e literatura-mundo*. Porto: Porto Editora.
- CANDEIAS, A. (1998). Alfabetização e escolas em Portugal na transição de século: Dados e perspectivas. *Oficina do CES*. N.º 105. Disponível em <[http://www.ces. uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/105.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/105.pdf)>. [Consult. 02/07/2018].
- CANDIDO, A. (2001). *Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional.
- CARDOSO, O. B. (2007). *Pedro Cardoso e o Protonacionalismo Cabo-verdiano*. (Dissertação de mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CARITA, H. (1990). *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CARPENTIER, J. (1925). *Considérations sur le Roman*. Paris: Mercure de France.
- CHARPENIER, J. (1925a). *Théodore de Banville. L'homme et son œuvre*. Paris: Perin.
- CARREIRA, A. (1983). *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”: séculos XVII e XVIII*. Mem Martins: Europa América.
- CARREIRA, A. (1984). *Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro.

- CARREIRA, A. (2000). *Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Nacional de Património Cultural.
- CARREIRA, A. & MOTA, A. T. (1986). O milho zaburro e o milho maçaroca na Guiné e ilhas de Cabo Verde. *Ponto & Vírgula*, (16), pp. 39-43.
- CARVALHO, A. (1998). Do Classicismo ao realismo da *Claridade*. *Camões: revista de Letras e culturas lusófonas*. N.º 1, pp. 20-30.
- CARVALHO, A. (2005). “Romantismo em Cabo Verde: Fundação da consciência (literária) nacional”. In FERNANDES, Mª. P. C. (Coord.), *História(s) da literatura*. Coimbra: Almedina.
- CARVALHO, R. (1996). *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar/Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTILHO, L. A. (2014). Os Caminhos do Romance. *Cadernos CESPUC*, N° 24, pp. 4-14.
- CATROGA, F. (1992). “Romantismo, Literatura e História”. In MATTOSO, J. (Dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CAUDWELL, C. (1951). The bourgeois illusion and English romantic poetry. In GLECKNER, R. F. & ENSCOE, G. E., *Romanticism. Points of view*. Detroit: Wayne State University Press.
- CEIA, C. (2002). *O que é ser professor de literatura?*. Lisboa: Edições Colibri.
- CEIA, C. (2005). *E-dicionário de termos literários*. Disponível em <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=919&Itemid=2>. [Consult. 02/07/2018].
- CEIA, C. (2007). *A construção do romance: Ensaios de literatura no campo dos estudos anglo-portugueses*. Coimbra: Almedina.
- CHATMAN, S. (1978). *Story and discourse. Narrative structure in fiction in film*. Ithaca / London: Cornell University Press.
- CHAUVIN, D. (1998). *Introduction à la littérature comparée: Du commentaire à la dissertation*. Paris: Dunod.
- CIÊNCIA Hoje (2012). Disponível em <<http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=42814&op=all>>. [Consult. 02/07/2018].
- CLAUDON, F. et al. (1994). *Elementos de literatura comparada: Teorias e métodos de abordagem comparativista*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- CLAUDWELL, C. (1939). *Illusion and reality, a study of the sources of poetry*. United Kingdom: Macmillan.
- COELHO, E. P. (2003). A paixão de falar. In *Jacques o fatalista*. Lisboa: Tinta Permanente.

- COELHO, J. P. (1965). *Poetas do romantismo I*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- COELHO, J. P. (1982). *Introdução ao estudo da novela camiliana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COELHO, J. P. (1997). *Dicionário de literatura*. Porto: Mário Figueirinhas Editor.
- COELHO, M. H. & HOMEM, A. L. C. (Coord.) (1996). *Nova História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Presença.
- COELHO, V. (1978). Subsídios para um estudo da mentalidade portuguesa em 1870: Modelos, valores e sentimentos na conduta da segunda metade do século XIX. *Revista de História Económica e Social*. 1, pp. 69-86.
- Cohen, R. (1996). Diasporas and the Nation-State: from victims to challengers. *International Affairs*. 72, (3).
- CONRAD, P. (1978). "Mental space". In *Shandaism of Romantic Irony*. Oxford: Basil Blackwell.
- COOPER, B. (2008). *Beethoven*. Oxford: Oxford University Press.
- CORBIN, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORDEIRO, A. (2009). *Nós, cabo-verdianos. Apresentação da identidade nos textos literários do séc. XIX* (Dissertação de mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CORREIA, J. E. H. (1974). *Liberalismo e catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CRISTÓVÃO, F. et al. (1997). *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- CUNHA, A. (1914). *O "Diário de Notícias". A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Lisboa: Tipografia Universal.
- D'ANGELO, P. (1998). *A Estética do Romantismo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- DE MAN, P. (1983). *Blindness and insight: essay in the rhetoric of contemporary criticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- DERRIDA, J. (1967). *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil.
- DIAS, M. T. (1999). *Os cafés de Lisboa*. Coimbra: Quimera.
- DICIONÁRIO da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Volumes I e II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

DICIONÁRIO Editora da Língua Portuguesa (2015). Porto: Porto Editora.

DIRECÇÃO-GERAL DO ULTRAMAR (1905). *Anuário Estatístico dos Domínios Ultramarinos Portuguezes (1899-1900)*.

DUARTE, D. A. (1997). “Ruptura e afirmação na literatura cabo-verdiana. A poética da *Claridade*”. In CRISTÓVÃO, F. et al.(Orgs.), *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos.

DURÁN, A. (1976). “Teoría y práctica de la novela en España durante el Siglo de Oro”. In VILLANUEVA, S. & BARBÁCHANO, C. (Ed.), *Teoría de la novela*. Madrid: SGEL.

EDWARD, P. J. (2003). *The known world*. New York: Harper and Collins Publisher.

EICHENBAUM, B. M. (1925). *Leskov and contemporary prose*.

ELIAS, N. (1990). *O Processo civilizacional*. Lisboa: D. Quixote.

EMERY, M, & Emery, E. (1978) *The press and America. An interpretive history of mass media*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

ESCHOLA de Maфра. (1863). *Relatório do acontecido na real escola de maфра desde a sua solene installação no dia 9 de Dezembro de 1855 até ao fim do seu sexto anno lectivo (1860-1861) apresentado a El-Rei por ocasião da sessão real da distribuição dos prémios do septimo anno lectivo*. Lisboa: Typographca Franco-Portuguesa.

FERBER, M. (2010). *Romanticism: A very short introduction*. Oxford and New York: Oxford University.

FERNANDES, A. M. F. (2006). *Em busca da nação: Notas para uma interpretação do Cabo Verde Crioulo*. Florianópolis/Praia: Editora UFSC/IBNL.

FERNANDES, V. (1940). *O Manuscrito de “Valentim Fernandes”*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

FERRAZ, M. de L. A. (1981). *A ironia romântica à luz de alguns textos do romantismo português*. Lisboa: MLP.

FERRAZ, M. de L. A. (1987). *A ironia romântica: estudos de um processo comunicativo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FERRAZ, M. L. (1990). A ironia romântica de Camilo. *Biblioteca Portucalensis*. II série, n.º 5, pp. 75-87.

FERREIRA, M. (1977). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*. Portugal: ICALP.

FERREIRA, M. (1986). *Claridade*. Linda-a-Velha: ALAC.

FERREIRA, M. (1987). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática.

- FERREIRA, M. (2010). “A propósito de duas obras: *O escravo* e *Contos singelos*, de dois autores: José Evaristo de Almeida e Guilherme Dantas, fundadores da ficção cabo-verdiana”. In *Simpósio internacional sobre a cultura e literatura cabo-verdiana*. Praia: IBNL.
- FIGUEIREDO, F. (1916). *História da crítica litteraria em Portugal, da renascença à actualidade*. Lisboa: Livraria Clássica.
- FIGUEIREDO, J. (1955). *A fundação da Biblioteca da Praia*. Praia: Centro de Informação e Turismo.
- FISCHER, E. T. (1963). *The necessity of art. Marxist approach*. London: Penguin.
- FISHER, E. T. (1983). *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FISKE, J. (1989). *Reading the beach. Reading the popular*. London: Unwin Hyman.
- FOLKERTS, J. & TEETER, D. (1989). *Voices of a nation. A history of the media in the United States*. New York: MacMillan.
- FONSECA, V. (1889). Protestos. *Revista de Cabo Verde* (7), pp. 4-6.
- FOOT, M. & KRAMMICK, I. (1987). *The Thomas Paine reader*. London: Penguin Classics.
- FRANÇA, A. (1997). “A literatura cabo-verdiana no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa”. In CRISTÓVÃO, F. et al. (Org.), *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- FRANÇA, J. A. (1974). *O romantismo em Portugal. Estudos de Factos Socioculturais*. Lisboa: Livros Horizontes.
- FRANÇA, J. A. (1997). *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand.
- FREIRE, J. P. (1944). *Evocações de Maфра de há meio século*. Lisboa: Livraria Tertúlia.
- FREITAG, B. (1986). *A teoria crítica: Ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense.
- FUGIER, A. M. (1990). *História da vida privada: Da revolução à Grande Guerra*. Porto: Afrontamento.
- FURET, F. (1999). *O Homem Romântico*. Lisboa: Editorial Presença.
- FURTADO, C. (2012). Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do silêncio. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_45_CAFurtado.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- GAARDER, J. (1995). *O mundo de Sofia: Romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GANDRA, M. (1990). *Escola Real de Maфра. Presepe de redenção de novas gerações*. Maфра: Câmara Municipal de Maфра.

- GARBER, F. (1988). *Romantic Irony*. Budepeste: Akademiai Kiado.
- GARCÍA BERRIO, A. & CALVO, J. H. (1992). *Los géneros literarios: Sistemas e historia*. Madrid: Cátedra.
- GARCIA, A. (s/d). Sofri a influências de muitos poetas que nunca li. Disponível em <<http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=571>>. [Consult. 04/07/2018].
- GARMES, H. (2006). O pioneirismo político e literário da Revista de Cabo Verde. *Scripta*. 10, pp. 15-24.
- GARRET, A. (1846.) *Viagens na minha terra*. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/24401.kindle.images?session_id=62032aedc8497079bf71da4194cef37581563ce9>. [Consult. 04/07/2018].
- GARRETT, A. (1963). *Romanceiro*. Disponível em <http://www.unisantos.br/edul/public/pdf/romanceiro_vol2.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- GARRETT, A. (1977). *Viagens na minha terra*. Porto: Porto Editora.
- GAZETA do Campo (1891). *Estatutos do Real Colégio de Mafra*. Lisboa: Regina Officina Typografica.
- GELNER, E. (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- GENETTE, G. (1986). *Introdução ao architexto*. Lisboa: Vega.
- GEORGE, A. J. (1955). *The development of French romanticism. The impact of the industrial revolution in literature*. Syracuse: University Press.
- GHIRA, M. (1865). *Relatório sobre a visita de inspecção extraordinária às escolas do distrito de Lisboa feita no anno lectivo de 1863-1864*. Lisboa: Typographia Portuguesa.
- GIDDENS, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Edição Martins Fontes.
- GILVERT, J. V. (1997-98). *Music literature: The classical period Beethoven's heiligenstädt testament, 1802* [Web log post]. Disponível em <<http://www.nyu.edu/classes/gilbert/classic/heiligenstadt.html>>. [Consult. 04/07/2018].
- GODINHO, E. A. (1855). *Manual enciclopédico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GOFF, J. (1991). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar.
- GÓIS, P. (2008). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- GOMES, A. C. & VECHI, C. A. (1992). *A estética romântica: textos comentados*. São Paulo: Atlas.

- GOMES, M. I. R. (2006). Uma digressão inglória: Ironia e *différence* em *The life and opinions of Tristram Shandy, gentleman*, de Laurence Sterne. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*. XXIII, pp. 163-177.
- GOMES, M. R. (2006). “A sentimental journey through matters of representation in Laurence Sterne and in Gayatri Chakravorty Spivak”. In *Atas do XXVII Congresso da APEAA*, pp. 663-669.
- GONÇALVES, J. J. (1966). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- GONÇALVES, S. I. G. P. (2005). *A retórica da digressão em Laurence Sterne, Xavier de Maistre e Almeida Garrett* (Tese de Mestrado). Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- GRANDE *enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. (s/d). Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- GREENBLATT, S. et al. (2006). *The Norton anthology of English literature*. New York: W. W. Norton & Company.
- GREENBLATT, S. et al. (2006). *The Norton anthology of English literature*. New York. London: W. W. Norton & Company.
- GUIMARÃES, J. A. N. M. (2002). *A difusão do nativismo em África: Cabo Verde e Angola* (Tese de Mestrado). Évora: Universidade de Évora.
- HAMILTON, C. (1939). *The art of fiction*. New York: Doubleday & Company.
- HAUSER, A. (1982). *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Mestre Jou.
- HERB, G. H. & KAPLAN, D. H. (eds.). (1999), *Nested Identities, Nationalism, Territory and Scale*. New York: Rowman and Littlefield Publishers.
- HERCULANO, A. (1907). *Opúsculos 8*. Lisboa: José Bastos & C^a. Editores.
- HERNADI, P. (1978). “Orden sin fronteras: últimas contribuciones a la teoría del género en los países de habla inglesa”. In GALLARDO, G. (Coord), *Teoría de los géneros literarios*. España: Arco Libros.
- HESPANHA, M. J. (1987). O corpo, a doença e o médico: representações e práticas sociais de uma aldeia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 23.
- HIBBERT, C. E. R. (1987). *The English: A social history 1066-1945*. London: Harper Collins Publisher.
- HIELDS, R. (1991). *Places on the margin – Alternative geographies of modernity*. London & New York: Routledge.

- HISTÓRIA dos media em Cabo Verde [Web log post]. (s/d). Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/media/hm.htm>>. [Consult. 04/07/2018].
- HOHLFELDT, A. & TARRAGÓ, J. P. (s/d) Síntese da imprensa periódica na província de Cabo Verde. *Revista PUCRS*, pp. 1-9. Disponível em <http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/wp-content/uploads/2011/08/sintese_caboverde.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- HOHLFELDT, A. (2003). *Deus escreve direito por linhas tortas: O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900*. Porto Alegre: Edipucrs.
- HOHLFELDT, A. (2009). Imprensa das colónias de expressão portuguesa: Primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*. 51, pp. 135-154.
- HOLLAND, N. N. (1956). The laughter of Laurence Sterne. *The Hudson Review*, 9, 3, pp. 422-662. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/3847259>>. [Consult. 04/07/2018].
- ILUSTRAÇÃO da entrada do passeio público de Lisboa, ca 1850. Disponível em <http://purl.pt/93/1/iconografia/primo_basilio/e1689p_fic.html>. [Consult. 04/07/2018].
- ILUSTRAÇÃO da iluminação do passeio público de Lisboa, 1851. Litografia de A. S. Castro, 1851. Disponível em <<http://opinioesdealgibeira.blogspot.com/2012/10/reminiscencias-do-passado-o-passeio.html>>. [Consult. 04/07/2018].
- ISER, W. (1988). *Laurence Sterne: Tristram Shandy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ISER, W. (1996). *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34.
- IVO, J. C. & GANDRA, M. (Coord) (1953). *Obra mafrense*. Mafra: Câmara Municipal.
- JEFFERSON, D. W. (1951). Tristram Shandy and the Tradition of Learned Wit. *Criticism*. 1 (3), pp. 225-248. <doi.org/10.1093/eic/I.3.225>.
- JOHN, L. T. (1965). *Slavery attacked: The abolitionism crusade*. New Jersey: Englewood Cliffs.
- JUNQUEIRO, G. (1885). Victor Hugo. *A Província*. 9, 1.
- KEISER, G. (1989). *Introdução à literatura comparada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KEYNER, T. (Ed.) (2009). *The Cambridge companion to Laurence Sterne*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KLEIN, K. F. (2013). Performance e literatura mundial no *Tristram Shandy* de Laurence Sterne. *Letrônica*. 6, 1, pp. 340-357.
- LAHON, D. (1999). *O negro no coração do império, uma memória a resgatar séculos XV-XIX*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural – Ministério da Educação.

- LAMARTINE, *Ilustre poeta francês* (1860). Lisboa: José da Costa.
- LARANJEIRA, P. (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LARANJEIRA, P. et al. (Org.) (2007). *Estudos de literaturas africanas : cinco povos, cinco nações : actas*. Coimbra: Novo Imbondeiro.
- LAURENT, A. (1973). *Liberer les vacances*. Paris: Seuil.
- LEITE, L. F. (1857). A imprensa política e a imprensa literária. *Arquivo Pitoresco*. I, 102.
- LEJEUNE, P. (1975). *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil.
- LEMAIRE, G. G. (1987). *Les cafés littéraires*. Paris: Editions Henri Veyrier.
- LEVI-STRAUSS, C. (1969). *Myth and meaning*. New York: Schoken.
- LIGASSARAY, P. O. (1991). *História da comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio.
- LIPPMAN, W. (1965). *Public opinion*. New York: The Free Press.
- LIVROS de matrícula*. Escola Real de Mafra – E-26, 1856-1881, fl. 5.
- LIVROS de matrícula*. Escola Real de Mafra – E-26, 1856-1908.
- LOPES, J. (1935). Guilherme Dantas. *Vida contemporânea*. 15, pp. 496-504.
- LOPES, J. (1952). Ainda os nossos poetas. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*. 36, pp. 9-10.
- LOPES, J. (1952). Os esquecidos. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, 35.
- LOPES, O. et al. (1997). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- LOPES FILHO, J. (1996). *Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde. Formação da Sociedade e mudança cultural*. Lisboa: Ministério da Educação.
- LOPES FILHO, J. (2003). *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação.
- LOSA, M. (1987). “Ficção e realidade”. In *Atas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*. Disponível em <http://aleph20.letas.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/K75SB3PKUPXVDHPXTBS9A6DFFB3BQI.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- LOSA, M. (2000). *Cadernos de literatura comparada*. Faculdade de Letras. Porto: ILCML.

- LOSA, M. et al. (1996). Literatura comparada: os novos paradigmas. In LOSA M. et al. (Ed.), *Atas do Segundo Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. Porto: APLC.
- LOUDE, J. I. (2005). *Lisboa na cidade negra*. Lisboa: D. Quixote.
- LOWI, M. & Sayre, R. (1997). *Revolta e melancolia. O romantismo contra a corrente da modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- LOWI, M. et al. (s/d). West European romanticism. Definition and scope. In STALLKNECHT, N. P. & FRENZ, H. (Ed.), *Comparative literature. Method and perspective*. Carbondale: Southern Illinois University.
- LUCKÁCS, G. (1974). *Écrits de Moscou*. Paris: Éditions Sociales.
- LUCKÁCS, G. (1974a). *Soul and form*. London: Merlin Press.
- MACHADO, A. M. (1982). *Poesia romântica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MACHADO, A. M. (1986). *Les romantismes au Portugal, Modèles étrangers et orientations nationales*. Paris: Centre Cultural Portugais.
- MACHADO, A. M. & PAGEAUX, D. H. (2001). *Da literatura comparada à teoria da literatura*. Lisboa: Fundamentos.
- MACHADO, H. C. F. (1996). *A construção social da praia*. Guimarães: Ideal.
- MAGALHÃES, J. (2005, Julho). *Escrita e oficialização da escola portuguesa. Comunicação apresentada no congresso: Cultura/VIII congresso internacional historia de la cultura escrita*. Universidade de Alcalá, Espanha.
- MAGALHÃES, J. P. (1996). Ler e escrever no mundo rural do antigo regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolaridade em Portugal. *Análise Psicológica*, 4 (XIV), pp. 435-445.
- MAGALHÃES, J. P. (2001). *Alquimias da escrita: Alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. São Paulo: Editora da Universidade de São Francisco.
- MAPA de Mafra no conjunto regional português. Disponível em <https://maps.google.com/maps?q=dist%C3%A2ncia+de+lisboa+a+mafra&ie=UTF-8&ei=FKkAU-WcNo_e7AbD_4HYCg&ved=0CAkQ_AUoAQ>. [Consult. 04/07/2018].
- MAREGALLI, F. (1980). Sur la reception littéraire. *Revue de Littérature Comparée*. (2).
- MARGARIDO, A. (1983). A perspectiva histórico-cultural de Pedro Monteiro Cardoso. In CARDOSO, P., *Folclore Caboverdiano* (pp. 31-83). Paris: Edição da Solidariedade Cabo-verdiana.

- MARIANO, G. (1959). Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou. *Colóquios Cabo-verdianos*, 35.
- MARIANO, G. (1991) *Cultura Cabo-verdiana: ensaios*. Lisboa: Vega.
- MARKMAN, E. (1991). *The politics of sensibility: Race, gender, and commerce in the sentimental novel*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARQUES, A. H. O. (1990). *Rocio-rossio, terreiro da cidade*. Lisboa: Edições Asa.
- MARQUES, A. H. O. (1997). *História de Portugal*. Lisboa: Presença.
- MARQUES, O. (1998). *Nova história da expansão portuguesa. O império africano 1825-1980*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MARQUES, O. (s/d). *Enquadramento Histórico – Área Metropolitana de Lisboa*. Disponível em <https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS57ED36183CF6D/ATLAS_02.PDF>. [Consult. 04/07/2018].
- MARTINS, J. A. (1891). *Madeira, Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira.
- MASSA, J. M. et al. (Org.). *Almanaque de lembranças Luso-Brasileiro: A presença Cabo-verdiana 1851-1900*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- MATTOS, F. (2004). *A cadeira secreta*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MATTOSO, J. (Org.). (1992). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MEIRELES, G. V. (1866). A poesia moderna e o poema do Sr. Mendes Leal. Napoleão no Kremlin. *O Instituto*. XIII (1), pp. 230-231.
- MEYER, M. (1996). *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MILLET, C. (2007). *Le romantisme*. Paris: Librairie Générale Française.
- MOGLEN, H. (1978). The philosophical irony of Laurence Sterne. *The Yearbook of English Studies*. 8, pp. 339-340.
- MOISÉS, M. (1984). *História da literatura brasileira: Romantismo*. São Paulo: Cultrix
- MOISÉS, M. (1992). *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Editora Cultrix.
- MOISÉS, M. (1997). *A criação literária: Prosa*. São Paulo: Editora Cultrix.
- MONIZ, E. A (2007). Percalços do ensino colonial em Cabo Verde: século XVI aos anos 40 do século XX. *Revista E-Curriculum*. Vol. 3 (1), pp. 1-20. Disponível em <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. [Consult. 04/07/2018].

- MONTEIRO, F. (1984). Páginas esquecidas de Guilherme Dantas. *Raízes*. 21, pp. 123-186.
- MONTEIRO, F. (1992). A imprensa em Cabo Verde. *Notícias*. I (68), p. 17.
- MORRISON, R. (2013, Fevereiro 21). *De Quincey's wicked book*. Disponível em <<http://blog.oup.com/2013/02/de-quinceys-confessions-english-opium-eater/>>. [Consult. 04/07/2018].
- MOSER, G. (1993). *Almanaque de lembranças, 1854-1932*. Linda-a-Velha: ALAC.
- MURRAY, C. J. (2004). Drugs and addiction. *Encyclopedia of the romantic era, 1760–1850*. 1, pp. 267-269.
- NATÁRIO, C. (2008). A situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: A geração de 70. *Estudos Filosóficos*. 1, pp. 100-109. Disponível em <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9_rev1.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- NATIONAL Archives. (s/d). *Declaration of independence of the United States of America*. Disponível em <http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html>. [Consult. 04/07/2018].
- NELSON, Jr. L. (1988). Romantic irony and cervantes. In GARBER, F. (Ed.) *Romantic Irony*. Budepeste: Akadémiai Kiadó.
- NEVES, B. (2008). *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a história do ensino em Cabo Verde*. (Tese de doutoramento, Universidade do Porto). Disponível em <<http://www.africanos.eu>>. [Consult. 04/06/2018].
- NUNO, B. (1993). A visão romântica. In GUINSBURG, J. (Ed.), *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva.
- O PANORAMA (1854). Vol. XI, 3.^a série, nº 8, de 25 de fevereiro.
- OKPAKU, J. O. (1969). Tradition, culture and criticism. *Presence africaine*. 70, pp. 137-146.
- OLIVEIRA, J. N. (1998). *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação dos Serviços de Educação e Juventude.
- ORTEGA Y GASSET, J. (1968). *The dehumanization of art and other essays on art, culture, and literature*. Princeton: Princeton University Press.
- ORTIGÃO, R. (1876). *As praias de Portugal: Guia do banhista e do viajante*. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz.
- OUTEIRINHO, M. F. (1988). *Lamartine em Portugal: alguns aspectos da sua recepção (1840-1890)* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- OXFORD Advanced Learner's Dictionar. (2000). 6th edition. Oxford: Oxford University Press.

- PASCAL, A. M. (1991). *Le personnage du noir dans le théâtre Portugais du XVIII^e siècle*. Sorbonne: Paris.
- PASQUAL, C. M. (2006). *O chalaça de José Roberto Torero: O romance e o diálogo com a tradição*. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88548/229184.pdf?sequence=1>>. [Consult. 04/07/2018].
- PECKHAM, M. (1974). Toward a theory of romanticism. In GLECKNER, R. F. & ENSCOE, G. E (Ed.), *Romanticism. Point of View*. Detroit: Wayne State University Press.
- PEREIRA, A. M. G. F. (2010). *Subsídios para a história da educação em Cabo Verde: organização e funcionamento do sector dos primórdios à primeira república portuguesa*. Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional.
- PEREIRA, A. X. S. (1895). *O jornalismo Portuguez: Resenha chronologica*. Lisboa: Typographia Soares.
- PEREIRA, C. L. (1986). A voz de Cabo Verde. *África – Literatura, Artes e Cultura*, Lisboa. IX, (14), pp. 27-44.
- PEREIRA, D. (2005). *Estudos da História de Cabo Verde*. Praia: Alfa Comunicações.
- Pereira, M. H. (s/d). *Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX*. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253615P4nSE7oy4Nu53FD1.pdf>>. [Consult. 04/07/2018].
- PEREIRA, V. J. C. D. (1864). Relatório dos trabalhos da Escola Real de Mafra no Anno Lectivo de 1863 a 1864. *Boletim Geral de Instrução Pública*. 32, pp. 468-471.
- PEYRE, H. (1972). Romantisme. *Encyclopedia Universalis*. 14. Paris: Encyclopædia Britannica.
- PEYRE, H. (1986). *Introdução ao romantismo*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- PFISTER, M. (2001). *Laurence Sterne*. Reino Unido: Northcote House.
- PICKERING, M. (2001). *Stereotyping: The politics of representation*. New York: Palgrave.
- PORTARIA n.º 313-A, de 15 de dezembro, ao abrigo do decreto-lei de 14 de agosto de 1845.
- PORTELA, M. (1998). “Tristram Shandy ou o Livro dos Livros”. In PORTELA, M. (Ed.), *A Vida e Opiniões de Tristram Shandy*. Lisboa: Antígona.
- PORTELA, M. (2004). “Sterne’s arrival in Portugal”. In VOOGD, P. & NEUBAUER, J. (Ed.), *The Reception of Laurence Sterne in Europe*. London. New York. Thoemmes Continuum, A Continuum Imprint.
- QUEIRÓS, E. (2007). *A ilustre casa de Ramires*. Disponível em <<https://www.gutenberg.org/ebooks/23145>>. [Consult. 04/07/2018].

- QUEIRÓS, E. (2008). *Correspondência de Fradique Mendes (Memórias e Notas)*. Disponível em <<https://www.gutenberg.org/ebooks/27637>>. [Consult. 04/07/2018].
- QUENTAL, A. (1926). *Programa das conferências democráticas do casino*, II.
- QUINCEY, T. (1821). *Confessions of an English opium-eater*. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/2040.kindle.noimages>>. [Consult. 04/07/2018].
- RAMOS, M. T. O. (1994). A ilha Brava de Cabo Verde no século XIX (1880). *Africana*. 13.
- RAMOS, R. (1988). Culturas da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. XXIV, 103/104, pp. 1067-1145.
- RAMOS, R. et al. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REIS, C. (1986). Leitura e leitora nas viagens de Garrett. Separata de *A Mulher na sociedade portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- REIS, C. (1990). *As conferências do casino*. Lisboa: Edições Alfa.
- RELAÇÃO e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1829 para 1830, suas naturalidades, filiações e moradas. Coimbra. Real Imprensa da Universidade. Disponível em <https://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-RP-15-2/UCBG-RP-15-2-1829-1830/UCBG-RP-15-2-1829-1830_master/UCBG-RP-15-2-1829-1830_PDF/UCBG-RP-15-2-1829-1830_PDF_24-C-R0120/UCBG-RP-15-2-1829-1830_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0120.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- RELAÇÃO e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1830 para 1831, suas naturalidades, filiações e moradas. Coimbra. Real Imprensa da Universidade. Disponível em <https://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-RP-15-2/UCBG-RP-15-2-1830-1831/UCBG-RP-15-2-1830-1831_item2/UCBG-RP-15-2-1830-1831_PDF/UCBG-RP-15-2-1830-1831_PDF_24-C-R0120/UCBG-RP-15-2-1830-1831_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0120.pdf>. [Consult. 04/07/2018].
- REVILLA, M. (1984). *Principios generales de literatura e historia de la literatura española*. Madrid: Librería de Francisco Yravedra.
- RIBEIRO, J. S. (1884). *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal, nos sucessivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciencias.
- RICHARDSON, S. (1761). *A tour through the whole island of Great Britain*. London: D. Browne.
- RICHARDSON, S. (2011). *The correspondence of Samuel Richardson*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RILEY, E. C. (1962). *Teoría de la novela en Cervantes*. Madrid: Taurus.
- ROBERT, M. (1972). *Roman des origines et origines du roman*. Paris: Bernard Grasset.

- ROCHA, E. (2009). *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes que vêm de África: Xenofobia e racismo em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado). Praia: Universidade de Cabo Verde.
- ROGERS, P. (2006). *The major works*. Oxford: Oxford University Press.
- ROJEK, C. (1985). *Capitalism and leisure theory*. Londres: Tavistock.
- ROSENFELD, A. & GUINSBURG, J. (1993). Romantismo e classicismo. In GUINSBURG, J. (Ed.), *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva.
- ROUANET, S. P. (2007). *Risos e melancolia: A forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROUCHETEAU, G. (1952). Pontos de vista. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*. 37, pp. 11-14.
- ROUGÉ, J. L. (1986). Uma hipótese sobre a formação do Crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*. 2, pp. 28-49.
- ROUSSET, J. (1973). *Narcisse romancier. Essai sur la première personne dans le roman*. Paris: José Corti.
- SABATIER, P. (1920). *L'esthétique des Goncourt*. Paris: Hachette.
- SÁBATO, E. [1963] (1974). *Características de la novela contemporánea (El escritor y sus fantasmas)*. Barcelona: Seix Barral.
- SADE, M. (2002). “Nota sobre o romance ou arte de escrever ao gosto do público”. In *Crimes de Amor*. Porto Alegre: L&PM.
- SANDERS, A. (1994). *The short oxford history of English literature*. Oxford: Clarendon Press.
- SANTOS, M. L. (1977). Para uma análise das ideologias da burguesia. *Análise Social*. XII, 49.
- SANTOS, M. L. L. (1988). *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa: Presença.
- SANTOS, M^a. L. (1979). Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do vintismo à regeneração). *Análise Social*. Vol. XV, pp. 69-115. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989683G4pJI3dx8It15TY4.pdf>>. [Consult. 04/07/2018].
- SCHELEGEL, F. (1967). Frammenti dell' «Athenaeum». In SANTOLI, V. (Ed.), *Frammenti critici e scritti di estetica*. Firenze: Sansoni.
- SCHELEGEL, F. (1994). *Filosofia dell' arte*. Napoli: ESI.
- SCHNEIDER, E. (1970). *Coleridge, opium, and Kubla Khan*. New York: Octagon Books.

- SCHUDSON, M. (1978). *Discovering the news. A social history of american newspapers*. New York: Basic Books.
- SECCO, L. (2007). O espaço técnico na Península Ibérica (1820-1914). *Projeto História*. 34, pp. 85-107.
- SEMEDO, M. B. (2006). *A construção da identidade nacional: Análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- SENA, J. (1986). *Sobre o romance*. Lisboa: Edições 70.
- SHIELDS, R. (1991). *Places on the margin. Alternative biographies of modernity*. London: Routledge.
- SHKLOVSKY, V. (1968). A parodying novel: Sterne's *Tristram Shandy*. In *Laurence Sterne: A Collection of Critical Essays*. New Jersey: Prentice-Hall.
- SHKLOVSKY, V. (1991). The novel as parody: Sterne's *Tristram Shandy's*. In *Theory of Prose*. Illinois: Dalkey Archive Press.
- SILVA, A. C. (2000). *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia: Centro Cultural Português.
- SILVA, A. V. (1954). A evolução paroquial de Lisboa e notícias das freguesias de Lisboa. *Dispersos*. I, pp. 173-299. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, B. R. (s/d). *O Protesto Romântico*. Disponível em <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anaais16/sem11pdf/sm11ss08_08.pdf>. [Consult. 04/ 07/2018].
- SILVA, C. M. (2003). Uma instituição de ensino fundada por D. Pedro V: a Escola Real de Mafra. *Revista da Faculdade de Letras*. 14, pp. 275-295.
- SILVA, F. F. (1899). *Apontamentos para a História da Administração da Diocese e da Organização do Seminário Liceu*. Lisboa: Tipografia Minerva Central.
- SILVA, J. R. (s/d). Cunha leal e a vida contemporânea. 1-16. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316.2/3561>>. [Consult. 04/07/2018].
- SILVA, L. (1983). A emigração na literatura Cabo-verdiana. In CARDOSO, P., *Folclore Cabo-verdiano* (pp. 8-29). Paris: Edição da Solidariedade Caboverdiana.
- SILVA, L. (2015). Os exílios na literatura cabo-verdiana. In SILVA, L. (Ed.), *Crónicas da Terra Longe*. Lisboa: Chiado Editora.
- SIMMEL, G. (1976). A metrópole e a vida mental. In VELHO, O. (Org.), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SMITH, A. D. (1986). *The Ethnic Origin of Nations*. Oxford: Blackwell Publishers.

- SOARES, Francisco (2001). *Notícia da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SOMBRIÓ, C. (1945). *Aspectos da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: Câmara Municipal de Turismo.
- SOUSA, J. P. (2009). Um inovador no jornalismo português oitocentista – Eduardo Coelho e O *Diário de Notícias*. *Revista*. VI (12), pp. 2-44. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-um-inovador-no-jornalismo-portugues-oitocentista.pdf>>. [Consult. 04/07/2018].
- STASZAK, J. F. (2008). *Other/otherness*. *International encyclopedia of human geography*. Elsevier, 1-7. Disponível em <<http://www.unige.ch/sciences-societe/geo/files/3214/4464/7634/OtherOtherness.pdf>>. [Consult. 04/07/2018].
- TACCA, Ó. (1973) *Las voces de la novela*. Madrid: Gredos.
- TAVARES, E. (1899). Prudencias. *Revista de Cabo Verde*. 3, 77.
- TAVARES, Eugénio (1932), *Mornas. Cantigas Crioulas*. Lisboa: J. Rodrigues & C^a. Editores.
- TENGARRINHA, J. M. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- TENREIRO, F. J. (1982). Negros de todo o mundo. In TENREIRO, F. J. & ANDRADE, M. (Org.), *Poesia negra de expressão portuguesa*. Lisboa: ALAC.
- THIESSE, A. M. (1980). «L'éducation sociale d'un romancier – Le Cas d'Eugène Sue». In *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*. Centre de Sociologie Européenne.
- TOPA, F. (2014). Para quem de *O Escravo*: os poemas de José Evaristo d'Almeida. *Revista de Estudos Literários da U. Estadual de Mato Grosso do Sul*, II: (7), 62-77. Disponível em <http://www.uems.br/eventos/revell/arquivos/15_2014-01-04_13-53-17.pdf>. [Consult. 01/07/2018].
- TORGAL, L. R. (1993). “Instrução pública, o sentido e a Força de um concelho liberal”. In MATTOSO, J. (Dir.), *História de Portugal* (pp. 605-651). Lisboa: Editorial Estampa.
- TRAUGOTT, J. (1954). *Tristram Shandy's world: Sterne's philosophical rhetoric*. California: University of California Press.
- TRAVELIAN, G. M. (1987) *English social history*. London: Penguin Books.
- TURNER, B. (1987). *Medical power and social knowledge*. Londres: Sage Publications.
- VALE, F. (1912). *Recordações d'uma colonial: memórias da preta Fernanda*. Lisboa: A. Totta & F. Machado.
- VASCHETTO, B. P., O. F. M. (1987), *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdeano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde*. Boston: Farol.

- VASCONCELLOS, L. L. (1897). *Echos da aldeia*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva.
- VASCONCELOS, S. G. (2002). *Formação do romance Brasileiro: 1808-1860* (Vertentes Inglesas). Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/index.html>>. [Consult. 04/07/2018].
- VEIGA, M. (1998). *Cabo Verde insularidade e literatura*. Paris: Éditions Karthala.
- VENTURA, M. G. (2002). *A colegiada de Santo André de Mafra – Séculos XV-XVIII*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- VIANA, N. (2011). *Escritos revolucionários sobre a comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial.
- VOOGD, P. & NEUBAUER, J. (2004). *The reception of Laurence Sterne in Europe*. London: Biddles Ltd.
- WALTON, J. (1983). *The english seaside resort: A social history 1750-1924*. Nova Iorque: Leicester University Press.
- WALTON, S. (2002). *Out of it: A cultural history of intoxication*. New York: Three Rivers Press.
- WATT, I. (2007). *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WELLECK, R. (1975). “The concept of romanticism in literary history”. In R. F. e Gleckner, G. E. Enscoe (Ed.), *Romanticism. Point of View*. Detroit: Wayne State University Press.
- WILLIAMSON, E. [1984] (1991). *El Quijote y los libros de caballerías*. Madrid: Taurus.
- WILSON, C. (1971). *The occult*. London: Random House.
- WOODWARD, H. (1999). *African-british writings in the eighteenth century: the politics of race and reason*. Westport: Greenwood Press.
- WOOLF, V. (1986). *The common reader, second series*. London: Hogarth Press.

